

UFRRJ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA E
SOCIEDADE

TESE

**Práticas, poder e perspectivas em reconstrução: um
olhar sobre a trajetória da experiência agroecológica
de Araponga, Minas Gerais**

Flávia Luciana Naves Mafra

2006



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO,
AGRICULTURA E SOCIEDADE**

**PRÁTICAS, PODER E PERSPECTIVAS EM RECONSTRUÇÃO: UM
OLHAR SOBRE A TRAJETÓRIA DA EXPERIÊNCIA
AGROECOLÓGICA DE ARAPONGA, MINAS GERAIS**

FLÁVIA LUCIANA NAVES MAFRA

Sob a Orientação do Professor
Nelson Giordano Delgado

Tese submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Doutor em Ciências**, no Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Área de Concentração em Desenvolvimento e Agricultura

Seropédica, RJ
Abril de 2006

DEDICATÓRIA

*Para Lucas, “companheiro” de pesquisa, plena
motivação, meu vínculo maior com a vida.*

AGRADECIMENTOS

Quero expressar minha gratidão às muitas pessoas e instituições que se fizeram presentes ao longo desta trajetória, estimulando e apoiando a realização deste trabalho. Assim, agradeço:

Ao professor Nelson Delgado, pelo apoio.

Ao professor Jorge Romano, pelo apoio e amizade essenciais e inesquecíveis.

A Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pelo apoio financeiro por meio da bolsa de PICDT, que possibilitou a realização do trabalho e a obtenção do título.

Às professoras Regina Bruno e Leonilde Medeiros, pela convivência e aprendizado profissional e pela inestimável amizade.

Aos professores e funcionários do CPDA pelo convívio e pelo apoio para realização deste trabalho.

A Eugênio Ferrari, Glauco, e Romualdo do CTA-ZM, pela paciência e auxílio na realização da pesquisa.

A Paulo Petersen, pela atenção e pelas conversas preciosas que me mostraram novas perspectivas de investigação.

Aos amigos William Assis, que muito me auxiliou neste trabalho e Márcio Reis, pelas intermináveis conversas.

Aos técnicos da EMATER e IEF, aos diretores, funcionários e à presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Araçuaia.

A todos os agricultores e agricultoras que contribuíram com este trabalho.

E a Luiz pelas concessões e apoio em todos os momentos.

RESUMO

MAFRA, Flávia Luciana Naves. **Práticas, poder e perspectivas em reconstrução: um olhar sobre a trajetória da experiência agroecológica de Araponga, Minas Gerais.** 2006. 153p. Tese (Doutorado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade), Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2006.

Este trabalho centra-se na análise da experiência agroecológica de Araponga, município da zona da Mata de Minas Gerais e, a partir do resgate de sua trajetória, procura entender em que medida esta experiência influencia a construção de acessos dos agricultores a diferentes recursos, materiais e não materiais. Procura também entender a importância destes acessos, dos arranjos em rede para a experiência e como tais processos contribuem para mudar relações de poder no âmbito local, tanto para os agricultores como para as organizações envolvidas nesta experiência. Da realização deste estudo de caso, das entrevistas com técnicos e agricultores, constatou-se que a experiência tem contribuído para a construção de três acessos principais: terra, mercado e poder público e que tais acessos são essenciais para o próprio desenvolvimento da experiência. A terra, como elemento mediador central das relações sociais no local é acesso prioritário para a sobrevivência dos agricultores e para a implementação da proposta agroecológica. Da junção de uma experiência autônoma dos agricultores de Araponga para acesso à terra – denominada por eles de conquista de terras – com a proposta agroecológica, observa-se uma resignificação da terra e dos recursos que ela oferece, bem como do próprio acesso que passa a ser mais do que a posse. A partir desta iniciativa, observam-se mudanças nas relações de poder, sobretudo no espaço da produção, mas também no âmbito das relações de mercado e da política, demandando também daqueles que estão envolvidos na experiência ações mais específicas nestas áreas. Assim, surgem iniciativas para conquistar melhor acesso ao mercado, tais como a criação, no município, do mercado da Associação dos Agricultores Familiares de Araponga ou estratégia para comercialização de café orgânico. Em relação ao acesso ao poder público local, os atores envolvidos na experiência desenvolvem ações com vistas a influenciar a elaboração e a implementação de políticas públicas, tanto no município como em outras instâncias do poder público. De tais articulações surgem mudanças nas relações de poder, tanto para agricultores (sobretudo no espaço da produção) quanto para os demais atores envolvidos na experiência. No entanto, estes ganhos desencadeiam novos conflitos que, para serem enfrentados, demandam o desenvolvimento de mais capacidades dos agricultores e maior intervenção dos mediadores. Em todo este processo, os vínculos construídos por meio da rede agroecológica e das microrredes que marcam as relações sociais no local desempenham papel importante dando apoio e agilidade para o desenvolvimento das estratégias adotadas na experiência. Um dos pontos fortes desta experiência está relacionado à integração entre as diferentes práticas e estratégias que potencializam a aplicação e a gestão de recursos, o processo de organização e a iniciativa como um todo.

Palavras-chave: experiência agroecológica, acessos, relações de poder

ABSTRACT

MAFRA, Flávia Luciana Naves. **Practice, power and perspectives in reconstruction: a glimpse into the history of the agroecological experience of Araponga, MG.-2006.** 153p. Thesis (Doctor in Development, Agriculture and Society), Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2006.

This work focuses on the analysis of the agroecological experience of Araponga, city at Zona da Mata region of Minas Gerais and, from the retake of its history, tries to understand in what level this experience influences the formation of access of the farmers to different resources, material and non-material. It tries to understand also the importance of this access. The network arrangements, for the experience and how these processes contribute to change power relationships locally, both for the farmers as for the organizations involved in this experience. After this study of case was carried out, after the interviews, with technicians and farmers, it was seen that the experience had contributed for the construction of three main routes: Land, market and public administration and that these routes are essential for the very development of the experience. The land, as the central mediator element of the social relations in the place is priority access for the survival of the farmers and for the construction of the ecological proposal. Joining an autonomous experiment of the farmers of Araponga for the access to land - named by them land conquest – with the agroecological proposal, a resignification of the land and of the resources offered by it is seen, and also that the access that becomes more than the possession. With this initiative, changes have been observed in the relationships of power, mainly in the aspect of production, but also related to market relations and politics demanding more specific actions in these areas from those involved in the experiment. Thus, new initiatives to conquer better access to the market, as the creation, in the city, of the market of the Family Farmers of Araponga Association or the strategy for organic coffee commercialization have been started. On the regard of the access to local public government, the agents involved in the experiment create actions to influence the project and the creation of public policies, both in the city and in other areas of the public government. From these relations, changes in the power relationships come, both for the farmers (mainly in the production area) as for the other agents involved in the experiment. However, this improvement brings new conflicts that need the development of the farmers' capacity to be tackled and more intervention by the mediators. In all this process, the links built by this agroecological network and the micro nets that point the local social relationships play an important role giving support and agility to the development of the strategies adopted in the experiment. One of the strong points of this experiment is related to the link among different practices and strategies that foster distribution and management of resources, the organization process and the initiative as a whole.

Key words: Agroecological experience, access, power relationships

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 Distribuição de estabelecimentos rurais de Araponga em 1996	14
Quadro 2 Perfil dos agricultores de Araponga na época do diagnóstico (1993)	14
Quadro 3 Priorização de problemas pelos agricultores de Araponga a partir do diagnóstico participativo – 1993	16
Quadro 4 Área de estabelecimento em 31/12 terras em parceria (em ha) – Araponga	30
Quadro 5 Condição do produtor em relação às terras do estabelecimento agropecuário – parceiro, meeiro, terceiro, quartista etc. – Araponga	30
Quadro 6 10 mandamentos da conquista de terras	38
Quadro 7 Resumo comparativo de sistemas de produção de duas propriedades	42

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO I ATORES, ARTICULAÇÕES E CONFLITOS: RECONSTRUINDO O CENÁRIO PARA A EXPERIÊNCIA.....	7
1.1 O Diagnóstico e os Rumos da Experiência.....	13
1.2 Mediação, Contradições e Poder.....	23
CAPÍTULO II TERRA E AGROECOLOGIA.....	29
2.1 Significados e Conflitos em Torno da Terra.....	29
2.2 “Mais do que ter”: Entendendo a Conquista de Terras em Araponga.....	33
2.3 Mudando Relações: O que se Pode Fazer com a Terra.....	46
2.4 A Trama das Redes.....	58
2.5 Com os Pés no Chão: Pensando Limites do Acesso à Terra na Experiência.....	63
CAPÍTULO III VALE QUANTO PESA? OS DILEMAS NA CONSTRUÇÃO DE ACESSO AO MERCADO.....	66
3.1 Perdas e Danos: as Tradicionais Relações dos Pequenos Agricultores Familiares de Araponga com o Mercado.....	67
3.2 Agroecologia e Mercados: Construindo Novas Opções.....	69
3.2.1 Padrões, produção e qualidade: o que há além do discurso do mercado orgânico.....	76
3.3 Conflitos em Torno do Acesso ao Mercado: Pequeno Também Pode, Mas nem Sempre Ganha.....	82
3.4 Vigilância, Legitimação e Suporte: O Papel das Redes no Acesso ao Mercado.....	90
CAPÍTULO IV “PODER PÚBLICO” SOBRE O PODER PÚBLICO?: APRENDIZADOS E LIMITES DA EXPERIÊNCIA DE ARAPONGA.....	94
4.1 Sem Voz e sem Vez: Narrativa das Relações dos Pequenos Agricultores Familiares com o Poder Público em Araponga.....	94
4.2 “Menos Discurso e Mais Ação”: Representatividade, Legitimidade e Acesso ao Poder Público.....	97
4.2.1 Encontro local: a experiência e o poder público em Araponga.....	98
4.2.2 Grandes programas, grandes problemas? – conquistas e conflitos no acesso a políticas públicas.....	113
4.3 Ampliando Horizontes e Conflitos.....	129
CONSIDERAÇÕES FINAIS: REFLEXÕES PÓS - REFLEXÕES.....	135
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	147

INTRODUÇÃO

De tema marginal nos debates sobre desenvolvimento rural a proposta respeitada, amplamente debatida e disputada em diferentes espaços públicos ou privados, a agroecologia tem se revelado, a cada momento, um campo rico de possibilidades de investigação social. Contrapondo-se ao processo de modernização da agricultura e à Revolução Verde, a agroecologia tem se constituído numa alternativa para os diversos problemas enfrentados por aqueles que vivem no meio rural, em especial os agricultores familiares que têm maiores dificuldades de acesso a informações, tecnologia e financiamentos, entre outros recursos.

Isso não significa, entretanto, que a agroecologia tenha respostas prontas. Sob a homogeneidade de princípios gerais de uma proposta transformadora (em maior ou menor grau, dependendo de seus propositores) e à qual poucos fazem oposição declarada atualmente, encontra-se uma riqueza de relatos de inovação de processos, tecnologia e relações sociais, mas também de conflitos, obstáculos e resistências produzidos e enfrentados de formas diferentes em cada experiência agroecológica específica. Para compreender o significado e o potencial destas experiências é preciso ultrapassar a esfera do discurso, das construções teóricas e olhar mais de perto como elas se constroem.

As investigações realizadas sobre agroecologia enveredam, freqüentemente, pela vertente da tecnologia, dando pouca ênfase aos aspectos sociais que a sustentam. As experiências, ainda pouco sistematizadas, são marcadas por um forte conteúdo técnico, com pesquisa e inovação, mas também por processos sociais que se propõem a produzir maior autonomia e a transformar agricultores em agentes sociais. Daí, a expressão utilizada e divulgada como máxima da agroecologia: “ciência que liberta”.

Propondo-se a criar formas diferentes de viver e produzir que transformem as relações de poder vivenciadas por aqueles que se encontram subalternamente posicionados, as experiências agroecológicas envolvem complexos processos de mudança social que abarcam diferentes dimensões da vida dos agricultores. Evidentemente, tais experiências enfrentam muitas dificuldades de concretização, de realização de seus objetivos e também de expressão no cenário social dominante. As pesquisas sobre este tema têm um papel múltiplo de compreender, explicitar o significado e dar visibilidade, não apenas aos resultados obtidos por estas iniciativas, mas à dinâmica dos processos sociais que as tornam possíveis.

Para alguns pesquisadores, abrir espaço para que tais experiências se manifestem, por menores que sejam, é tomar contato com o que pode representar uma das prováveis fontes de mudança social hoje. Ao mesmo tempo trata-se de um exercício de criatividade social porque, de alguma forma, implica em repensar aquilo que denominamos realidade de uma nova perspectiva crítica, a partir de uma racionalidade diferente.

SANTOS, B. (2000) enxerga nestas práticas e pensamentos um potencial emancipador¹ cuja função consiste em ampliar o espectro do possível por meio da experimentação e da reflexão acerca de alternativas que representam formas de sociedade mais justas. Ao apontar para além daquilo que existe, as referidas formas de pensamento e de prática põem em causa a separação entre realidade e utopia e formulam alternativas que são suficientemente utópicas para implicarem um desafio ao *status quo* e suficientemente reais para não serem facilmente descartadas por serem inviáveis.

¹ Segundo SANTOS & RODRIGUEZ (2002), estas experiências, ao encarnar em valores e formas de organização opostas aos do capitalismo, geram dois efeitos de alto conteúdo emancipador. Em primeiro lugar, no nível individual implicam freqüentemente mudanças fundamentais nas condições de vida dos seus atores. A difusão destas experiências, sobretudo as bem-sucedidas, implica a ampliação dos campos sociais em que operam valores e formas de organização não capitalista. Poderíamos, talvez, destacar também a contribuição para a ampliação do pensamento crítico sobre os múltiplos espaços da realidade social e a difusão de esperança num momento em que a maioria das pessoas vive sem alento ou perspectiva.

A idéia forte aqui não é atribuir rótulos a experiências como estas, mas buscar compreendê-las como manifestações, processos sociais que caracterizam nossa história mais recente.

Nesse sentido, a pesquisa foi influenciada pelas idéias de SANTOS & RODRIGUEZ (2002), sobre a “hermenêutica das emergências”. Segundo ele, trata-se de um processo de interpretação abrangente das formas como as organizações, movimentos e comunidades resistem à hegemonia do capitalismo e aderem a alternativas econômicas baseadas em princípios não capitalistas, sem, contudo, renunciar a uma rigorosa análise e crítica destas iniciativas.

Não se trata de buscar tipos de organização, relações sociais puras e isoladas do capitalismo, já que elas existem, se desenvolvem dentro de uma sociedade com tais características. Mas, exatamente por isso, por conviver e lidar com tantas contradições, a compreensão destas experiências pode ser muito útil para pensar processos que parecem perder seu significado dentro da lógica capitalista convencional, mas que se concretizam em diversos locais, como alternativas de sobrevivência para vários grupos que se encontram excluídos de acessos, processos e resultados desta sociedade.

As experiências agroecológicas concretas que se espalham pelo país têm certa visibilidade e alguma credibilidade diante da sociedade, suprimindo, de certa forma, uma ausência de alternativas de produção e reprodução social para pequenos agricultores familiares e para a compatibilização entre agricultura e conservação ambiental, uma proposta por si só bastante complexa.

Ao mesmo tempo, os desafios cotidianos enfrentados pelos atores para a manutenção destas experiências, as lutas para fortalecer as propostas agroecológicas, têm deixado um certo vazio nas análises sobre o potencial destas para o futuro. Há uma certa escassez de informações sistematizadas ou análises mais completas sobre o funcionamento, os resultados e os custos dos processos que envolvem as experiências agroecológicas.

Tais análises podem ainda contribuir para a compreensão das mudanças que tais iniciativas podem desencadear, alimentando uma imaginação do possível, não necessariamente como alternativa infalível para os múltiplos problemas dos agricultores, mas, como indicadores de soluções que podem ser construídas.

A forma como tais experiências se estruturam, os vínculos que constroem e as multiplicidade de temas que as definem, assim como sobre os quais atuam, como, por exemplo, conservação ambiental, agricultura familiar, assistência técnica e extensão rural, reforma agrária, demonstram que tais análises não podem se restringir ao âmbito local. É necessário compreender que tais experiências não são apenas locais ou globais, mas localizadas. Não estão isoladas, nem integradas totalmente à sociedade; não refutam seus vínculos mais amplos, mas buscam outras formas de negociá-los, que não são apenas técnicas, mas também políticas. São, de fato, estruturas e processos sociais complexos, sobretudo se analisados ao longo do tempo, em suas trajetórias. Deste ângulo é que começa a se construir a pesquisa, buscando refletir sobre as condições de concretização da agroecologia na prática.

Com tais motivações, a pesquisa foi construída objetivando responder a um conjunto específico de questões. Analisando-se a trajetória de uma experiência agroecológica, propôs-se a caracterizar o papel e as articulações dos atores envolvidos, com destaque especial para as redes, compreender em que medida a experiência agroecológica contribuiu para facilitar o acesso dos agricultores nela envolvidos a diferentes ativos (materiais e não materiais) e em que medida estes acessos influenciaram a experiência e as estratégias de reprodução adotadas por estas pessoas e organizações vinculadas. Procurou-se também caracterizar em que medida a experiência propiciou a construção de relações mais autônoma dos agricultores com outros atores e entre eles mesmos. A dinâmica das relações de poder que envolve todos estes processos ocupa espaço importante nas discussões que compõem este trabalho.

Enfim, buscou-se compreender os processos de mudança desencadeados pela experiência para as pessoas e organizações envolvidas, questionando qual o significado das práticas construídas na experiência para além dos seus atores centrais, para pensar alternativas para a agricultura familiar, em especial aqueles grupos com menor acesso a recursos e para a construção de políticas públicas.

Parte-se do princípio de que a forma como os agricultores acessam recursos é central na definição de suas estratégias de sobrevivência. BEBBINGTON (1999) afirma que é fundamental compreender como as pessoas acessam ativos para compor suas trajetórias de vida. Para ele, o acesso e as diferentes combinações de recursos podem criar oportunidades, contribuindo para o empoderamento e mudança, além de ser estratégico para a sobrevivência dos indivíduos e famílias.

As condições nas quais as pessoas estabelecem suas relações, tanto no espaço local como com outros atores e instâncias, é importante na definição dos acessos. Segundo BEBBINGTON (1999), quando as pessoas tentam acessar recursos no meio rural, elas o fazem engajando-se em relações com outros atores que podem estar presentes, mas, muitas vezes, estão ausentes das atividades de seu dia-a-dia. Assim, o acesso a outros atores é conceitualmente anterior ao acesso aos recursos materiais na determinação das estratégias de reprodução, pois tais relações tornam-se quase mecanismos *sine qua non* por meio dos quais os recursos são distribuídos e reclamados, e as lógicas sociais, políticas e de mercado mais amplas que governam o uso, a transformação e o controle dos recursos são reproduzidas ou alteradas.

À medida que conquistam o acesso a recursos e constroem novas estratégias de reprodução, os agricultores estão, na verdade, desenvolvendo um novo posicionamento diante das relações de poder estabelecidas. Todo o processo de mudança de percepção, de inclusão ou exclusão de ativos, de aproximação ou afastamento, maior ou menor influência sobre determinadas instâncias como Estado, mercado e sociedade civil, reflete relações de poder que se dão dentro de diferentes figurações (noção desenvolvida por ELIAS, 2001) que também vão se modificando.

As articulações específicas que os agricultores, diversas organizações e mediadores constroem são estratégias centrais para enfrentar as desigualdades de poder e avançar com as experiências. Passa a ser importante compreender a complexa e diversificada malha de relações, redes com várias finalidades e desenhos que permeiam a construção das experiências agroecológicas.

As redes representam um arranjo social dinâmico que talvez seja capaz de dar respostas mais rápidas aos múltiplos desafios que as experiências enfrentam. A maneira como são construídas e tratadas estas redes, seja no âmbito local, regional, nacional e até internacional, pode contribuir para a compreensão dos potenciais e limites das experiências. A dinâmica do poder, constituinte das relações sociais, é um elemento essencial para compreender processos de mudança como os propostos pelas experiências agroecológicas. Por isso mesmo, o questionamento das relações de poder antes e a partir da experiência estará sempre presente nas discussões que se seguem. De acordo com SANTOS, B. (2000), poder é qualquer relação social regulada por uma troca desigual. É uma relação social porque a sua persistência reside na capacidade que ela tem de reproduzir desigualdade mais através da troca interna do que por determinação externa. As trocas podem abranger virtualmente todas as condições que determinam a ação e a vida, os projetos e as trajetórias pessoais e sociais, tais como bens, serviços, meios, recursos, símbolos, valores, identidades, capacidades, oportunidades, aptidões e interesses.

Nesse sentido, a busca de compreensão destas relações não se restringe ao aspecto mais explícito ou exteriorizado das relações sociais ou institucionais, nem mesmo no espaço exclusivo da produção (freqüentemente lembrado quando se discute agroecologia). É

possível enxergar o poder, mesmo quando se desviam os olhos dos seus focos tradicionais, como as relações entre patrões e empregados, por exemplo. De tão corriqueiro, o poder pode ser incorporado, sentido e exercido sem que as pessoas o identifiquem como tal. Tais relações podem ser percebidas no espaço da família, das organizações de agricultores, entre mediadores, na arena da política pública entre outras, lembrando que as relações sociais são também relações de poder.

O poder, segundo ELIAS (1970:40), “*é elemento integral de todas as relações humanas. (...) o equilíbrio de poder, tal como de um modo geral as relações humanas, é pelo menos bipolar e, essencialmente multipolar*”. Sendo assim, a análise das relações de poder deve considerar que existem vários atores interdependentes, cada qual com uma certa proporção de poder, mantendo o equilíbrio do “jogo”.

Trata-se de um equilíbrio desigual e as mudanças na distribuição de poder provocam também mudanças na teia de relações humanas e vice-versa. Tais mudanças podem implicar na possibilidade de ganhos de autonomia tão desejados pelos agricultores (senão pela humanidade) que podem se dar desde o âmbito das relações familiares, pessoais e institucionais nas quais a experiência de alguma forma interfere. As mudanças nas condições de poder dos atores não ocorrem da mesma forma, nem ao mesmo tempo em todas as instâncias da vida dos agricultores, sendo importante atentar para aquelas nas quais estas mudanças são mais e menos perceptíveis.

Embora a junção destes elementos de análise tendam a estimular uma ampliação dos horizontes da pesquisa e das conclusões possíveis, a crítica sobre a tecnologia, as mudanças nas relações sociais, a conformação das redes e a dinâmica do poder são específicas de cada espaço social, no singular, o que interfere diretamente na operacionalização da pesquisa. Optou-se, então, por um desenho metodológico partindo de um caso concreto e localizado, de onde se procurou traçar as múltiplas inter-relações que caracterizam esta experiência dentro e além da fronteira do local.

A partir daí, na busca pelo caso a ser estudado, iniciou-se um trabalho de pesquisas bibliográficas, leitura de materiais de divulgação das experiências conhecidas e contato com diversas organizações a elas ligadas. Com o auxílio das redes que existem em torno da agroecologia, buscou-se uma aproximação com a experiência agroecológica de Araponga, pequena cidade da zona da Mata Mineira, na qual o Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata (CTA-ZM) desenvolve, desde a década de 1980, uma série de trabalhos, tendo como eixo central a agroecologia.

Depois de uma busca por informações secundárias sobre esta experiência (por meio da internet, trabalhos acadêmicos produzidos na região, relatórios de organismos ligados à experiência, além de documentos produzidos e divulgados pelo próprio CTA-ZM) e algumas conversas com os técnicos do CTA-ZM, realizou-se a primeira visita a Araponga e iniciou-se uma aproximação com o universo dos agricultores que estão mais diretamente vinculados à experiência. Nesta etapa foram realizadas treze entrevistas com pequenos agricultores e agriculturas (nove homens e quatro mulheres) envolvidos diretamente com a experiência. Também foi possível conversar com os principais parceiros do CTA-ZM no município, tais como o Sindicato de Trabalhadores Rurais de Araponga (STR) e a Associação de Agricultores Familiares de Araponga (AFA). Além disso, obteve-se acesso a representantes das organizações que atuam no meio rural do município (IEF e EMATER) e também contatos com representantes da prefeitura municipal.

Esta etapa foi complementada com entrevistas realizadas com técnicos do CTA-ZM e com alguns professores da Universidade Federal de Viçosa (UFV), também parceiros da experiência de Araponga.

O retorno da viagem e a leitura dos documentos e informações levaram ao desenho de uma nova incursão a campo, desta vez com o objetivo de esclarecer lacunas deixadas nas

reticências das falas dos entrevistados na primeira visita. Como um dos objetivos do trabalho é caracterizar a trajetória da experiência, foi preciso uma constante referência ao passado e, no caso de iniciativas mais antigas e consolidadas, como a de Araponga (que já conta com mais de 10 anos de trajetória), tais informações podem se perder. Se, por um lado, um caso mais antigo oferece um aporte de informações de maior qualidade, por outro, muitas informações também vão se perdendo com o tempo que vai solapando a memória das pessoas. A dinâmica da vida social, por si só, coloca outros novos desafios e conflitos, em diferentes patamares que amenizam aqueles enfrentados no passado.

A primeira visita permitiu avanços sobre os resultados alcançados e sobre os acessos conquistados a partir da experiência, revelando um cenário rico mas amplo demais para o contexto da tese. Foi necessário priorizar algumas questões e fazer um novo recorte na pesquisa.

A segunda ida a Araponga exigiu um esforço de delimitação de questões a serem tratadas, que permitisse o melhor aproveitamento do tempo disponível e também uma investigação mais criteriosa. O foco foi, então, direcionado para investigar a dinâmica do poder e os conflitos em torno da experiência, em especial a partir de três acessos que se revelaram significativos para os próprios agricultores e técnicos; são eventos, determinados tipos de acessos considerados por eles como muito importantes e que estão marcados mais fortemente na memória e ligados aos principais interesses destes atores. Tais acessos referem-se à terra, ao mercado e ao poder público local.

Nesta etapa foram realizadas entrevistas com o coordenador executivo do CTA-ZM (que acompanha a instituição e a experiência desde o início), com técnicos de outras instituições (tais como a EMATER) e também com pequenos agricultores (as) e trabalhadores(as) rurais (seis mulheres e quatro homens) que não estão envolvidos na experiência. Infelizmente, mesmo com algumas tentativas não foi possível entrevistar grandes produtores do município. Uma outra vertente importante da pesquisa que se caminhou paralelamente a estas etapas refere-se a entrevistas com pessoas que mantiveram em algum momento contatos ou parceria com a experiência, mas, hoje, não estão vinculadas diretamente a ela. Pessoas que fazem ou fizeram parte das redes em torno da experiência, tais como antigos estagiários, pesquisadores, membros de organizações parceiras, pessoas que auxiliaram na fundação do CTA-ZM.

As questões centrais desta tese, compreendidas dentro dos limites das orientações e reflexões teóricas e desdobramentos metodológicos apontados neste capítulo, serão exploradas com mais detalhes ao longo do texto. Assim, o primeiro ato, ou primeiro capítulo, desta narrativa compreende as discussões sobre o cenário geral em que começa a se delinear a experiência agroecológica de Araponga - o ponto de partida. Nele apresenta-se uma caracterização da região, perfil dos agricultores e das organizações, incluindo o CTA-ZM e Sindicato de Trabalhadores Rurais, atores centrais na experiência. Este capítulo apresenta, ainda, as principais articulações e processos que favoreceram o desenvolvimento da experiência, o que não ocorreu sem conflitos, mas, em muitos casos, motivado por eles. Ao definir os arranjos e articulações que antecedem e contribuem para a experiência, este capítulo faz uma referência ao caráter estratégico das redes para o desenvolvimento da mesma. Em suma, este capítulo se propõe a aproximar o leitor do cenário e das condições sobre as quais esta experiência se desenvolveu, criando uma base para as discussões subseqüentes.

A partir daí, a discussão passa a ser direcionada para os principais acessos ligados à experiência. No capítulo II são discutidos os aspectos envolvidos no acesso a terra, em especial a conquista de terras, processo de compra coletiva iniciado pelos agricultores e hoje coordenado pelo STR. A importância deste acesso para a agroecologia, a forma como tem sido construído, seus desdobramentos e seus impactos sobre as relações de poder

estabelecidas também são discutidas, uma vez que o acesso à terra é elemento central na manutenção ou mudança nas relações de poder no espaço local.

O capítulo III destaca o acesso ao mercado. As mudanças nas relações dos agricultores com o mercado, tanto na comercialização, quanto na compra de produtos a partir da agroecologia, são caracterizadas aqui. Os conflitos vivenciados ao longo destas mudanças e as conquistas dos agricultores e suas organizações são destacados. As redes mais amplas têm papel destacado no processo de enfrentamento dos padrões de mercado e na construção de alternativas para os agricultores agroecológicos.

O capítulo IV aborda as mudanças no acesso que os agricultores e suas organizações vêm conquistando e construindo junto ao poder público, em especial no âmbito local, mas profundamente ligadas à legitimação e às conquistas junto ao poder público em outras instâncias. Neste aspecto, as mudanças no cenário geral da política do país, com o processo de democratização revelam-se importantes, mas, as necessidades do movimento agroecológico de intervir sobre políticas públicas e incorporar a proposta agroecológica como orientadora das políticas públicas para a agricultura familiar também influenciam esse processo.

A expectativa final é que, de uma aproximação maior com a experiência agroecológica de Araponga, seja possível além de responder às questões centrais apontadas anteriormente, discutir um pouco os elementos basais que permitem os avanços identificados e o enfrentamento dos problemas que se avolumam com a complexificação das experiências e das redes, mesmo quando os cenários social e político parecem ser mais favoráveis a este tipo de iniciativa.

A experiência revela uma riqueza que sob a superfície, sem o artifício da investigação, pode passar despercebida, até porque a estrutura social contribui para sua invisibilidade. A generalização, improvável deste estudo de caso, não torna perecível o esforço de mostrar pelo menos uma face desta iniciativa, refletindo sobre seus pontos fortes, as dificuldades enfrentadas que podem contribuir para pensar outras situações concretas, outras iniciativas semelhantes. Mas, certamente, o caso de Araponga merece ser valorizado pela riqueza daquilo que é: uma experiência social.

CAPÍTULO I

ATORES, ARTICULAÇÕES E CONFLITOS: RECONSTRUINDO O CENÁRIO PARA A EXPERIÊNCIA

A experiência agroecológica de Araponga, como fenômeno social, não pode ser entendida apenas como o resultado de uma intervenção direta de determinadas organizações. Também não é somente decorrência de um arranjo local de interesses dos próprios agricultores ou a consequência não planejada, “natural”, das relações sociais neste espaço. O cenário no qual esta experiência emerge é bem mais complexo que isso, conjugando fatores e processos de diversas ordens que se alinhavam num determinado ponto.

Desde as mudanças políticas, sociais e econômicas do país nas últimas décadas, passando pelo surgimento e fortalecimento do movimento em torno da agricultura alternativa e da agroecologia, pela formação dos sindicatos de trabalhadores rurais na Zona da Mata mineira, pelas características históricas e pelas estratégias adotadas pelos agricultores da região de Araponga e por organizações e intervenções dos mais diversos tipos, são todos processos que ajudam a compor o cenário geral no qual nasce esta experiência. A intenção deste capítulo é possibilitar uma aproximação do leitor desta complexa dinâmica social, a partir da reconstrução dos papéis e das articulações dos diferentes atores no período que antecede o surgimento desta iniciativa.

Uma parte importante da história e trajetória desta experiência está vinculada à ação do Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata (CTA-ZM) que iniciou sua atuação em alguns municípios desta região em meados da década de 1980, como parte do Projeto de Tecnologias Alternativas (PTA), uma rede de organizações não-governamentais que começou a se estruturar no Brasil em 1979 e teve uma grande expansão nos anos 80.

A proposta original na formação do PTA era mapear em diferentes estados brasileiros entidades e organizações vinculadas aos movimentos sociais rurais que desenvolvessem trabalhos com tecnologias alternativas. Do esforço inicial de sistematização de experiências e de um seminário reunindo os principais atores envolvidos nestas iniciativas surgiu uma proposta mais ousada de criar uma rede de organizações que apoiasse o levantamento e as trocas de informações que haviam se iniciado, de forma que o processo não terminasse na constatação destas diferentes práticas. A idéia era que “...não ficasse mapeamento por mapeamento mas que pudesse criar uma rede e que estas experiências pudessem trocar informações, estabelecer uma rede de ajuda mútua...” (entrevista com animador da rede PTA na década de 1980, 2005). Para fortalecer e expandir o trabalho a rede propunha-se a estimular a criação de fóruns regionais em diversos estados.

Neste período, em Minas Gerais, o principal contato do PTA tornou-se o assessor de política agrícola da FETAEMG, Edmar Gadelha, que, em 1986, ajuda o PTA a organizar um Encontro Estadual de Agricultura Alternativa que reuniu cerca de 200 participantes, entre agricultores, técnicos e, principalmente, estudantes. Neste evento se constituiu uma equipe do PTA/FASE², com o objetivo de articular uma rede de experiências de tecnologias alternativas em Minas Gerais.

Também se fortalecia nesta época a proposta de estruturação de Centros de Tecnologias Alternativas (CTAs), organizações não governamentais com atuação mais localizada, organizadas no âmbito estadual, que funcionariam como pequenos centros de pesquisa, com áreas de experimentação e demonstração de “técnicas alternativas” e que estariam vinculados ao PTA. Já havia alguns CTAs implantados pelo país na década de 1980 e, em 1986, o articulador da rede PTA em Minas conhece a experiência que vai ser a base

² FASE - Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional, instituição que abarcava, na época, o PTA.

para o desenvolvimento de mais um destes centros, no município de Viçosa, Zona da Mata de Minas Gerais.

Era o sítio Alfa, sede do Grupo de Agricultura Alternativa de Viçosa (GAAV³), formado por estudantes da Universidade Federal de Viçosa (UFV), que se organizavam, principalmente em torno das questões colocadas pelo movimento de agricultura alternativa. Da aproximação e mútuo interesse entre este grupo e o PTA é que foi criado, em 1987, o Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata, CTA-ZM.

Esta ONG vai buscar construir uma relação de assessoria com os STRs, (os principais mediadores para os técnicos chegarem aos agricultores) e atuar tecnicamente junto aos agricultores, tendo como referência as propostas de intervenção do PTA e, segundo CINTRÃO (1996:59), articulando as mesmas redes de relações do PTA: *“a referência nas propostas gerais do movimento ambientalista internacional, a influência do Movimento de Agricultura Alternativa, e o vínculo com os movimentos sociais (através de entidades estaduais e regionais como FETAEMG, CPT regional e sindicatos CUTistas)”*.

O processo de criação desta organização vai refletir o caráter estratégico das redes às quais ela vai estar vinculada e que, com o passar do tempo, vão revelar-se importantes também para o desenvolvimento das atividades e propostas dos STRs e, indiretamente, dos projetos dos próprios agricultores.

“Esta rede ... na verdade na época não se falava muito em rede. Quando se falava em rede ninguém nem sabia o que era. Acho que foi uma das primeiras que surgiu no Brasil foi a rede PTA. (...) Então, a gente precisa, ... tem uma demanda lá do agricultor, lá em solos, o pessoal não sabia... até porque eles não aprenderam agroecologia na universidade. Por mais que eles dissessem: ‘ah, nós somos contra’, contra mas também não tinha nada. Bom e aí? Mas, você tinha lá um professor interessante,...). Então, a gente pegava esse cara e trazia e passava a ser um aliado e ia trabalhando. (...) E foi se constituindo esta rede. Então, isso era estratégico. Quer dizer, para a gente pensar no desenvolvimento deste novo modelo de agricultura, que se queria, baseado na agroecologia, você tinha que constituir uma rede de pessoas, pesquisadores, enfim, que pudessem pensar nisso. Mas, então, existia esta idéia, esta estratégia e uma outra coisa, uma outra estratégia era criar os centros, os centros que pudessem estar servindo de referência e, ao mesmo tempo, de irradiação... de influenciar os sindicatos, de influenciar o movimento... e aí, no início, foi muito difícil” (entrevista com animador da rede PTA na década de 1980, 2005).

É importante que se diga que a agroecologia⁴ surgiu marginalmente às organizações públicas ligadas a agricultura, centros de pesquisa e acadêmicos. Tanto que, no início, os encontros de agricultura alternativa tinham a participação de estudantes e movimentos sociais, predominantemente. Hoje, a participação da academia e centros de pesquisa ainda é limitada, embora a agroecologia esteja se tornando um campo de interesse bastante disputado no qual estas organizações, ocupando posições diferentes, muitas vezes opostas, marcam presença. As contribuições das bases, com crescente envolvimento dos agricultores, têm, por isso ou apesar disso, proliferado, ampliando ainda mais as redes em torno da agroecologia e sendo responsáveis, em grande medida, pela legitimação desta proposta.

³ Esta organização era a derivação de um grupo ecológico criado por volta de 1975 com uma preocupação ecológica, que adquiriu em 1979, um sítio de 2,5 ha na zona rural de Viçosa, o sítio Alta, com a intenção de fundar uma “comunidade alternativa”.

⁴ Mais informações sobre agroecologia ver: ALTIERI, Miguel. Agroecologia: as bases científicas da agricultura alternativa. Rio de Janeiro: PTA/FASE, 1989, 173p.; ALTIERI, Miguel. Agroecologia a dinâmica produtiva da agricultura sustentável. Porto Alegre: UFRGS, 2000. 110p.; GLEISSMAN, S. R. Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2000.

Este arranjo em rede vai viabilizar a tradução das propostas mais abrangentes e genéricas das organizações como o PTA ou do movimento agroecológico em ações e práticas tendo como elos finais o CTA-ZM, os STRs e, é claro, os agricultores. Isso facilitou uma certa capilaridade às propostas do PTA e, aos agricultores e sindicatos, viabilizou acesso a recursos⁵ que até então estavam inacessíveis, tais como apoio técnico, informação, capacitação, recursos financeiros etc.

Aproximando-se dos agricultores o CTA-ZM vai realizar um forte exercício de tradução dos ideais resumidos num primeiro momento na noção de tecnologia alternativa e, posteriormente de agroecologia. *“O CTA vai buscar transformar a questão tecnológica numa questão para aqueles STRs da Zona da Mata, e trazer para o movimento sindical a problemática levantada pelo movimento ambientalista (retraduzida a partir do movimento de agricultura alternativa e do Projeto de Tecnologias Alternativas). São questões que partem de setores intelectualizados e vão chegar aos agricultores através de uma ONG, que estará difundindo produtos políticos, problemas, análises do pensável politicamente. Nesse sentido, pode-se dizer que a atuação do CTA busca produzir retóricas, problemáticas e práticas sociais (...)”* (CINTRÃO, 1996:60).

Quase simultaneamente, começavam a surgir na Zona da Mata os primeiros sindicatos de trabalhadores rurais que foram, e ainda são, os principais interlocutores do CTA-ZM. Praticamente todas as lideranças dos STRs da região participaram do processo de criação do CTA-ZM (TEIXEIRA, 1994) que, por sua vez, se esforçava para trabalhar com todos eles. A grande abrangência do CTA-ZM, logo após sua fundação tornava o trabalho bastante fragmentado tanto de uma perspectiva operacional, quanto de uma perspectiva geográfica. Segundo técnicos do CTA-ZM, no início eles trabalhavam com um número muito grande de sindicatos, em municípios inclusive distantes da Zona da Mata. Por sua vez, estes sindicatos tinham demandas muito diversificadas que não estavam diretamente relacionadas aos objetivos do CTA-ZM, que se via, muitas vezes, desenvolvendo atividades que pouca relação tinham com sua proposta original.

Tais relações estavam fortemente baseadas não na proposta de tecnologias alternativas trazida pelo CTA-ZM, mas, principalmente, nos laços de confiança estabelecidos entre os atores que mediarão a criação do CTA-ZM na região. Além disso, o posicionamento político do CTA-ZM criava uma identificação com os sindicatos. Mas, é exatamente o campo da política que vai levar a uma redução dos sindicatos ligados à base do CTA-ZM, ainda no início de sua atuação. CINTRÃO (1996) explica este fato. Segundo a autora, *“o contexto da acirrada disputa política dentro do movimento sindical rural mineiro – com os STRs da Articulação Sindical [da Zona da Mata]⁶ (em torno do STR de Muriaé) se alinhando ao campo CUTista, em ‘oposição’ aos STRs ligados à FETAEMG, chamada pelos cutistas de ‘pelega’ – vai ser transposto para dentro do processo de fundação do CTA-ZM”* (p.126).

Na formação dos sindicatos de base CUTista é forte a influência das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), que têm papel importante também na estruturação da organização social e política da região: *“o germe do movimento sindical e social na região [Zona da Mata]”,* como afirma um dos técnicos do CTA-ZM (entrevista, 2004). As discussões

⁵ A palavra recursos não é sinônima apenas de recursos financeiros, naturais ou materiais, como se usa freqüentemente, mas inclui todo aporte de produtos e processos que os agricultores possam utilizar em suas estratégias e trajetórias de vida, inclusive aqueles intangíveis como informação e conhecimento, etc.

⁶ A Articulação Sindical da Zona da Mata surgiu em parte dos vínculos que uniam os fundadores dos sindicatos da região, apoiados pela CPT e com base CEBista. Formalizou-se, porém, segundo CINTRÃO (1996), quando houve uma greve de assalariados no município de Rio Branco e os sindicatos deste e de outros municípios com vínculos e história semelhantes se reuniram e fizeram uma campanha de solidariedade e apoio, arrecadando alimentos para enviar para os assalariados em greve. A partir de então, os STRs passaram a travar algumas lutas em conjunto, passando a Articulação Sindical da Zona da Mata a existir informalmente em 1986.

promovidas pelas CEBs estimularam os agricultores a formarem sindicatos de trabalhadores rurais estando, a maioria destes, até a década de 1980, ligada à Federação dos Trabalhadores da Agricultura de Minas Gerais (FETAEMG).

A partir de 1985, surgem novos sindicatos na região vinculados à Articulação Sindical da Zona da Mata. Estes sindicatos vão ter influência cebista, apoio da Comissão Pastoral da Terra, rompendo com a FETAEMG, identificando-se com as propostas da CUT e articulando-se também com o Partido dos Trabalhadores (PT). Estas vinculações fazem com que, nas palavras de CINTRÃO (1996), “*STR e PT passem a se confundir, e a ser identificados como ‘o povo do PT’*”. A relação fortemente estabelecida entre CEBs, CTA-ZM, alguns STRs e o PT vai, posteriormente, ter uma influência grande sobre a imagem e aceitação das propostas do CTA-ZM em alguns locais, inclusive em Araponga. Para muitos técnicos de organizações governamentais, agricultores convencionais e tradicionais do município de Araponga, esta relação distorce, digamos assim, “*funções originais*” de cada organização, além de gerar conflitos. “*As CEBs têm um referencial político mesmo em todos os locais. O que faz diferença é que está mais aceso nos locais onde o CTA atua. Mas, a questão espiritual não deve se misturar com a política*” (entrevista com técnico da IEF de Araponga, 2004).

A proximidade do CTA-ZM com os valores e propostas das CEBs, apontada no trecho de entrevista anterior, não é mera coincidência. Os próprios agricultores confundem, em seus depoimentos, o que teve origem com cada uma destas organizações. As propostas, os métodos e, principalmente, os valores se misturam e se complementam em muitos aspectos. “[O trabalho das CEBs] *facilitou a participação na agroecologia, porque a pessoa já faz parte de um movimento desde pequeno e cursos etc e adquire o hábito de estar participando, compreende com mais facilidade o que o outro fala. Porque, se vai a primeira vez na reunião sindical, ele fica até louco porque não entende. Este trabalho de base é o início da coisa*” (entrevista com agricultor de Araponga, 2004).

Alguns professores da Universidade Federal de Viçosa (UFV) representaram um apoio muito importante para a consolidação das ações do CTA-ZM na região. Havia outros colaboradores de organizações como EMBRAPA, EPAMIG e professores de outras universidades do estado, cuja participação reforçava neste período inicial da atuação do CTA-ZM, o caráter mais pessoal do que institucional das redes às quais a organização estava vinculada. Por outro lado, a ONG também estava fortemente amparada por redes mais amplas (estas sim, de caráter mais institucional, principalmente as organizações do PTA⁷), com as quais mantinha, segundo depoimentos dos técnicos, trocas de experiências importantes para o aperfeiçoamento de sua intervenção.

Neste cenário de inovações institucionais, organização e conflitos, o CTA-ZM, insatisfeito com a inserção de suas propostas na região, vai, aos poucos, reduzindo o número de sindicatos com os quais mantinha parcerias, fortalecendo laços com o grupo ligado à Articulação Sindical. Isso ocorre tanto por questões políticas como pelo fato de que a dispersão das atividades para muitos STRs não contribuía para o alcance dos objetivos do CTA-ZM. Com isso, entre os anos de 1988 e 1989, os cursos de formação promovidos pelo CTA-ZM não atendiam mais os STRs ligados à FETAEMG, ficando, segundo CINTRÃO (1996), as ações da organização voltadas para os STR próximos a Visconde do Rio Branco (Guidoval e Rodeiro) e em torno de Muriaé (Araponga, Carangola, Espera Feliz, Divino, Eugenópolis, Miradouro, Muriaé e Tombos).

Neste período, pode-se dizer que a atuação do CTA-ZM, apesar dos vínculos com a rede PTA e outras organizações para além das fronteiras da Zona da Mata, era mais voltada para a região. Como não havia ainda muitos resultados de sua intervenção, a divulgação de

⁷ Segundo o coordenador executivo do CTA-ZM, a relação com outras organizações da rede PTA foi fundamental, havendo forte troca de experiências com a AS-PTA no Paraná, SASOP na Bahia, Tijupá, no Maranhão, ESPLAR no Ceará, PTA no Espírito Santo, CAA no Norte de Minas e Rede de Belo Horizonte.

suas práticas ainda era limitada, inclusive, pelo destaque ainda pequeno do movimento agroecológico⁸ no cenário nacional. O CTA-ZM ocupava uma posição ainda delicada e buscava consolidar um trabalho na região.

No entanto, a redução do número de sindicatos com os quais o CTA-ZM atuava não facilitou a implementação das propostas desta organização. A mudança de enfoque das tecnologias alternativas para a agroecologia iniciada no final dos anos 1980 e estimulada pelo PTA⁹, também não conseguiu uma forte penetração nos STRs e no cotidiano dos agricultores, até o início da década de 1990.

Embora algumas experiências fragmentadas já estivessem em andamento em alguns municípios, a agroecologia era vista como uma proposta do CTA-ZM e, ainda que os sindicatos a apoiassem, não assumiam propriamente sua implementação. A percepção desta situação pelo CTA-ZM (que causava já uma certa desmotivação dos técnicos), aliada ao fortalecimento da proposta agroecológica e das discussões sobre novas metodologias de trabalho no âmbito do PTA vão levar a mudanças na forma de atuação do CTA-ZM, que vai buscar compreender mais de perto as necessidades dos agricultores e STRs para, a partir daí, elaborar propostas de ação mais consistentes. A capacitação para a realização de diagnósticos rápidos participativos de agroecossistemas, que passam a ser a principal metodologia de trabalho do CTA-ZM a partir de 1990/1991, vai marcar uma mudança na atuação e na inserção da organização na região, mas, ainda de forma muito diferenciada em cada localidade.

“Bom, no início, bem no início mesmo, o enfoque eram muito mais as tecnologias alternativas. Então, nós chegamos mesmo a trabalhar quase que com a difusão de um pacote; pacote alternativo, que era curva de nível, composto, cobertura morta, caldas. E, aos poucos, a gente foi sentindo necessidade de... Nós estamos difundindo soluções milagrosas! Soluções que são generalizáveis para qualquer situação e não eram. Então, em alguns lugares, o tal do campo de sementes tava dando certo; em alguns lugares, o uso de leguminosas tava dando certo; em alguns, ainda o composto tava dando certo, mas não em todos. Então, a necessidade em entender mais os agroecossistemas. Esse foi o primeiro passo. Foi quando acho que a gente saiu desse enfoque de tecnologia alternativa para agroecologia. Porque a gente começou a partir do diagnóstico e fazer uma análise mais dos agroecossistemas e, a partir daí, pensar o processo de construção de alternativas, e aí foi ganhando também

⁸ Muitos autores, dentre eles ALMEIDA (2003), não concordam com a utilização da denominação movimento social para tratar da agroecologia, sobretudo, em função da heterogeneidade que a caracteriza. No entanto, dada a sua fluidez, dinâmica, impacto cultural, entre outros aspectos, esta pode ser uma forma muito útil de pensar sobre a agroecologia. Movimento aqui não é visto como objeto, mas, de acordo com a perspectiva apontada por MELLUCCI (1994), como uma “lente” através da qual problemas mais gerais podem ser tratados.

⁹ Segundo DIAS (2002), a avaliação do trabalho desenvolvido pelo PTA nos primeiros seis anos, ainda que reconhecesse os enormes ganhos, apontava para os limites do enfoque das tecnologias alternativas. Constatava-se que o seu potencial, na construção de uma alternativa de produção agrícola de abrangência mais ampla, era bastante limitado. A perspectiva agroecológica, pressupunha-se, ofereceria maiores possibilidades, incorporando a idéia das tecnologias alternativas ou apropriadas em um enfoque teórico mais amplo, contemplando as dimensões sistêmicas dos sistemas de produção e, conseqüentemente, ampliando seu potencial de extensão a outros contextos.

importância o papel de agricultores enquanto experimentadores, geradores das próprias soluções” (entrevista com coordenador executivo do CTA-ZM, 2005).

Dentre aqueles que vão compartilhar esta mudança está o STR de Araponga, cujos dirigentes, percebendo sua reduzida capacidade de ação diante dos problemas enfrentados pelos agricultores do município, viram no diagnóstico, assim como o próprio CTA-ZM, um passo importante para a orientação de suas ações.

Em Araponga, já havia uma grande receptividade aos trabalhos do CTA-ZM, sendo um dos locais onde as propostas para conservação de solos tinham continuidade em experimentos com adubação verde, realizados desde 1988. Segundo o coordenador executivo do CTA-ZM, o que fez diferença na orientação do trabalho em Araponga é que o STR¹⁰ *“foi criado na perspectiva de avançar com as experiências”* (entrevista, 2005).

As questões ligadas à produção sempre foram centrais para o STR de Araponga, o que não significa que os conflitos com patrões e grandes proprietários, as demandas por aposentadoria e outros direitos não existissem ou não fossem importantes na região; a questão é que havia outros interesses, ligados, principalmente, à agricultura familiar, valorizados por aqueles que levaram adiante a fundação do sindicato. *“Quando foi o técnico [da FETAEMG] para ajudar na criação do sindicato, não deu certo e tiveram que conseguir outra assessoria porque ele só queria falar de lei trabalhista, de conflito com patrão. Depois, veio outro que a linguagem bateu com a do pessoal. Até por questões políticas partidárias, de cima para baixo não funciona e não era isso o que eles [agricultores] queriam”* (entrevista com técnico do CTA-ZM, 2004).

A proximidade e o trabalho desenvolvido com o CTA-ZM também podem ter influenciado na concepção ou perfil desta organização. *“... o fato do sindicato ter sido fundado depois que a gente fez o trabalho lá, em alguns aspectos ele certamente se diferenciou dos outros. Por exemplo, de encampar essa coisa da agricultura familiar, da produção enquanto preocupação da ação sindical. Isso, eu acho que foi. Porque isso foi muito forte desde o começo quando começou o trabalho; o pessoal se interessou muito e, aí, a hora que criou o sindicato, imaginava que o sindicato era para tocar isso para frente. O que não aconteceu muito com outros, como Rio Branco, Guidoal: foram criados, fundados numa perspectiva mais da ação relacionada à defesa dos direitos dos trabalhadores, conflitos com a usina. Os demais foram muito com o apoio da CPT, que teve esse diferencial também, que a CPT aqui na região, quer dizer não só a CPT na região mas em Minas (...) tinha vários quadros da CPT com esta preocupação com a questão ambiental... Então, contribuíram para que o pessoal viesse a participar mais dessa iniciativa do CTA”* (entrevista com coordenador executivo do CTA-ZM, 2005).

Embora já se relacionassem e possuíssem algumas afinidades, o CTA-ZM e o STR de Araponga vão ter seus vínculos estreitados, não por propostas genéricas, nem tampouco por condições existentes *a priori*, mas por relações construídas e aprofundadas a partir da realização de um diagnóstico participativo no município em 1993. E, nesta construção, a agroecologia vai desempenhar um papel importante, como proposta capaz de alinhar uma série de problemas identificados no diagnóstico, bem como suas possíveis soluções.

A realização do diagnóstico é um evento que provoca e une importantes decisões e expectativas, tanto do CTA-ZM, do STR de Araponga e, principalmente, dos agricultores em torno de uma mudança positiva em suas trajetórias. Mas, para compreender a forma como

¹⁰ Segundo CINTRÃO (1996), a história do STR de Araponga se diferencia também dos demais sindicatos da articulação sindical por ele não ter tido, na sua origem, nenhum forte conflito, seja trabalhista (como ocorreu nos STRs da região de Muriaé, onde a CPT era a principal assessoria), seja uma greve de assalariados (com assessoria da FETAEMG, como ocorreu nos STRs da região de Visconde do Rio Branco).

estas mudanças ocorrem, em que direção e como se relacionam com a construção da experiência agroecológica é preciso discutir alguns aspectos da realização do diagnóstico.

1.1 O Diagnóstico e os Rumos da Experiência

O diagnóstico participativo realizado na área rural de Araponga, uma iniciativa conjunta do CTA-ZM e do STR local com a participação de estudantes e professores da UFV, foi um passo importante para orientar as ações destas organizações no município, que contou ainda com o apoio do PTA na capacitação dos técnicos do CTA-ZM. Embora não seja possível precisar o número de pessoas que participaram do diagnóstico, muitos agricultores, em suas entrevistas, se lembram deste evento como uma oportunidade para expressar opiniões e dar visibilidade aos seus problemas. Por todos estes aspectos, pode-se considerar a realização deste diagnóstico como o marco formal da experiência agroecológica de Araponga. De fato, na prática, é muito difícil definir exatamente quando esta experiência começou. Analisando toda a complexidade dos processos sociais que envolviam a região, entidades e agricultores, antes, inclusive, do CTA-ZM começar a atuar em Araponga, seria difícil identificar quais fenômenos estavam relacionados ou influenciaram comportamentos, valores e práticas das pessoas e grupos envolvidos na experiência.

Quando se planejou a realização do diagnóstico, em 1993, já existiam alguns trabalhos desenvolvidos em parceria pelo STR e o CTA-ZM no município de Araponga, em torno de alguns programas específicos, tais como criação animal, conservação de solos e sementes de milho crioulo que alcançavam resultados promissores, sobretudo se comparados a outros municípios. A vontade e o interesse de desenvolver um trabalho mais autônomo, uma produção com menor uso de produtos químicos existiam, segundo depoimentos de agricultores e agricultoras, muito antes da atuação do CTA-ZM na região. Talvez fosse possível imaginar que a resistência dos agricultores nas precárias condições de produção, alimentação, moradia e saúde, narradas pelos agricultores nas entrevistas, já fosse um pequeno germe deste processo de mudança, diretamente ligado à construção da experiência.

Neste caso, optou-se por definir o diagnóstico (uma referência importante na memória de técnicos, agricultores e políticos da região) como este marco formal, ainda que se acredite que as raízes e influências que deram origem a esta experiência estejam em locais e tempos distintos deste que aqui está destacado. Afinal, seria ingenuidade ignorar toda a carga e os acúmulos culturais, históricos e relacionais que contribuem para esta experiência que, embora nem sempre sejam explicitados, habitam sob a superfície dos processos e fenômenos que serão discutidos.

O diagnóstico e o planejamento participativo dele decorrente vão representar “(...) o apoio à agricultura familiar, de forma mais ampla e para além dos aspectos tecnológicos da produção agrícola. Era o início da abordagem territorial do desenvolvimento rural pelo CTA, que seria aperfeiçoada e aplicada nos municípios de Tombos, a partir de 1998, e de Acaiaca, a partir de 2001” (SANTOS & FLORISBELO, 2004b).

Alguns dados gerais ajudam a compreender a realidade do município¹¹. Situado na Zona da Mata de Minas Gerais, Araponga tem uma população de aproximadamente 7.916 pessoas (IBGE, 2004), das quais cerca de 68% vivem no meio rural (IBGE, 2000). O município, que vive das atividades de comércio, pecuária, agricultura e, principalmente, da cultura do café, é marcado pela predominância da agricultura familiar, sendo 86% das propriedades destacadas pelo Censo Agropecuário (IBGE, 1996) de tamanho inferior a 50 ha.

¹¹ Embora estes dados sejam relativamente recentes, ainda predominam no município a agricultura familiar, as pequenas propriedades, a economia baseada na cultura do café e, é claro, as características do relevo.

Quadro 1 Distribuição de estabelecimentos rurais de Araponga em 1996.

Tamanho das propriedades	Quantidade	Área(ha)	%
Menores de 10 ha	263	1 215	5,8
De 10 a menos de 50 ha	281	6 626	32,0
De 50 a menos de 100 ha	45	3 082	14,9
De 100 a menos de 200 ha	30	4 096	19,6
De 200 a menos de 500 ha	12	3 538	17,1
De 500 a menos de 1000 ha	3	2 208	10,6
Total	634	20 738	100

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1996

O relevo do município é bastante irregular, sendo 5% apenas plano, 15% ondulado e 80% montanhoso. Os agricultores familiares têm suas propriedades localizadas nas áreas de mais difícil acesso, a maioria nos 80% montanhosos, áreas de difícil exploração agrícola, principalmente se usadas técnicas convencionais de cultivo. Os grandes produtores, apenas um ou dois, segundo o técnico da EMATER local, ocupam áreas de mais fácil cultivo e de melhor fertilidade.

“Lá no Estouro [maior comunidade do município, que dispõe áreas planas e mais férteis], as melhores terras do Estouro é desse produtor [um dos grandes] (...) o negócio dele é gado de corte. Então, aquelas baixadas, aquelas partes do melhor são dele, e as dos agricultores familiares mesmo estão nas encostas. Sobraram para eles mais nas montanhas” (entrevista com técnico da EMATER de Araponga, 2005).

Uma caracterização mais detalhada do perfil dos agricultores do município de Araponga na época do diagnóstico foi realizada na pesquisa de campo com o auxílio de técnicos da EMATER local e do CTA-ZM e estão sintetizadas no Quadro 2.

Quadro 2 Perfil dos agricultores de Araponga na época do diagnóstico (1993). (Continua)

Trabalhadores rurais sem terra
Trabalhadores rurais, que vivem de serviços fixos ou esporádicos no meio rural, principalmente na colheita do café. No restante do ano migram para outras cidades em busca de trabalho ou passam a depender diretamente das ações assistenciais do poder público local. Em situações mais raras, estes trabalhadores podem conseguir se engajar em relações de parceria com pequenos e médios agricultores. Renda sazonal baixa.
Pequenos produtores
Agricultores familiares que têm pequena quantidade de terra, comumente em áreas de difícil exploração (embora também possam ocupar terras de melhor qualidade) muitas vezes com problemas de fertilidade, obtida por herança ou em alguns casos, por compra. Alguns têm dificuldade de acesso a crédito. A renda baixa é complementada com venda de trabalho na agricultura, parceria ou em atividades não agrícolas dentro e fora do município. Na propriedade utilizam, além de mão-de-obra familiar, troca de dias e mutirão com vizinhos e parentes. Muitos destes agricultores encontram-se nas áreas do entorno do parque e utilizam reservas florestais para extrair madeira, lenha, plantas medicinais, etc. A maioria planta lavouras de café e produtos para subsistência tais como milho, arroz, feijão e criam alguns pequenos animais (porcos e galinhas). Estes agricultores dependem fortemente da produção em parceria com proprietários maiores pequenos, médios ou grandes. Têm pequena inserção no mercado, comercializando o café produzido sempre para os mesmos atravessadores do município (grandes proprietários)

Continua...

Quadro 2 Continuação

Médios produtores
São produtores com propriedades entre os 50 a 100 ha, que se dedicam também a produção de café e pecuária de leite, além de alguns outros produtos destinados para autoconsumo. Utilizam, além da mão-de-obra familiar, serviços de terceiros (raramente) ou fazem parceria para a exploração das terras. Têm acesso um pouco mais facilitado a crédito, possuem renda um pouco mais elevada do que aqueles da categoria anterior e pequena capacidade de investimento, que é complementada com outras atividades agrícolas e não agrícolas. Têm maior capacidade de negociação, mas, o acesso ao mercado também é restrito, utilizando os mesmos canais de comercialização de café que os pequenos produtores.
Grandes proprietários
São poucos, praticam a pecuária além da produção, beneficiamento e comercialização de café. Suas terras são as melhores do município, de mais fácil exploração e melhor fertilidade. Utilizam parceria e muitos ainda empregam trabalhadores rurais. Possuem renda mais elevada e acesso a fontes diversas de financiamento. Os negócios estão mais focalizados na intermediação no mercado de café. Têm estrutura para compra, beneficiamento e venda do café dos pequenos e médios produtores da região

Fonte: dados da pesquisa

A parceria¹² é uma das estratégias de sobrevivência dos agricultores familiares comuns no município. As condições gerais de produção e a disponibilidade e qualidade dos recursos naturais também estavam comprometidas em Araponga, com solos empobrecidos, degradados e perda da cobertura vegetal. Eram também comuns os desmatamentos e os incêndios florestais.

As condições de infra-estrutura, como estradas, por exemplo, restringiam o acesso aos recursos necessários, a mercados, a serviços básicos, informações e a outros centros urbanos regionais. A pobreza expressa, principalmente, pela dificuldade de acesso a bens essenciais para a sobrevivência das famílias, incluindo alimentos, serviços de saúde ou insumos para produção, ficou caracterizada também nas entrevistas com agricultores, como a “impossibilidade” de viver da terra. “*Em 1992, a gente foi morar em Belo Horizonte. A gente vendeu a terra e comprou um lote em Contagem. (...) Isso porque a gente tinha plantado muito café, milho, feijão e nada dava*” (entrevista com agricultora e sindicalista, 2004).

Situações como esta eram agravadas pelo fato dos agricultores terem acesso marginal ao poder público que não atuava na solução dos seus problemas. Sempre recorriam à prefeitura individualmente e, como dizem alguns, “com o pires na mão”, numa condição de dependência e de subalternidade que iria se repetir também nas relações com outros atores locais, tais como fazendeiros, órgãos do Estado e agentes financiadores. Como resultado, suas reivindicações dificilmente eram ouvidas e, muito menos, atendidas.

Neste cenário em que os problemas se acumulam, o diagnóstico serviu para selecionar algumas prioridades que iriam orientar o trabalho do CTA-ZM e STR naquele momento.

Este quadro é também o marco de um processo de apropriação e reconstrução da proposta trazida pelo CTA-ZM. A capacidade de compreender o que querem os agricultores e trabalhadores rurais do município (interesses), exercitada a partir do diagnóstico, é um passo inicial para um processo de tradução das propostas do CTA-ZM para o cotidiano dos agricultores. Com este processo que é experiência, construção conjunta, todos os atores envolvidos se modificam.

“O diagnóstico mudou o perfil, o trabalho do sindicato e do CTA também. Foi através dos agricultores, dos interesses deles. Não adianta alguém chegar e falar assim ‘isso

¹² No sistema de parceria, os agricultores desprovidos de terra cultivam em propriedades de terceiros e dividem os resultados das colheitas com os donos das terras (SANTOS & FLORISBELO, 2004a).

é o caminho pro agricultor’, se ele não enxergar esse caminho... porque ele é que vai percorrer o caminho, ele que tem que perceber isso como o caminho. Pode ser o trabalho mais perfeito, mas ... Não adianta começar o trabalho sem que todos vejam, enxerguem... ” (entrevista com a presidente do STR de Araponga, 2004).

Quadro 3 Priorização de problemas pelos agricultores de Araponga a partir do diagnóstico participativo - 1993

1º. Questão do Parque da Serra do Brigadeiro
2º. Enfraquecimento das terras
3º. Falta de terras
4º. Sementes: milho e outras
5º. Saúde

Fonte: FARIA, 1994

O diagnóstico foi uma oportunidade que freqüentemente tem sido negada aos agricultores familiares com menores recursos: possibilidade de falar, expressar seus problemas. Embora não sejam muitos os agricultores que se lembram do diagnóstico, aqueles que fazem referência a este evento revelam a percepção de que os problemas identificados naquela época foram, de alguma forma, tratados.

A simplicidade dos termos que define os problemas dos agricultores (Quadro 3) pode ocultar a complexidade das relações envolvidas e dos conflitos a serem enfrentados para a solução dos mesmos. Pode-se dizer que as ações visando solucionar tais problemas implicaram num processo de aprendizagem, tanto para os agricultores, STR, como também para o CTA-ZM. Além disso, as ações, a mobilização, as articulações e os resultados obtidos a partir do diagnóstico serviram também para legitimar, como atores importantes no cenário local e regional, o STR e o CTA-ZM.

O primeiro problema identificado pelos agricultores, ou seja, a implantação do Parque Estadual da Serra do Brigadeiro (PESB)¹³, envolvia, de forma sintética, um conflito entre os agricultores e o Estado. Naquele momento os agricultores, predominantemente pequenos agricultores familiares que vivem nas encostas da Serra do Brigadeiro, eram tratados como riscos ao meio ambiente e para a conservação de uma importante área de Mata Atlântica e tinham como opositor o Estado representado pelos órgãos incumbidos da definição e implantação de áreas de conservação, tais como o Instituto Estadual de Florestas (IEF). As decisões a este respeito, seguindo uma legislação muito rígida e pouco atenta à interface da natureza com os seres humanos, eram tomadas em instâncias superiores, distantes do município, inviabilizando ainda mais qualquer possibilidade de contato e discussão dos agricultores com os agentes responsáveis pelo processo.

A proposta de criação do PESB representava, portanto, uma ameaça constante aos agricultores que estavam sem condições de compreender o processo, negociar ou intervir. *“Quando o agricultor chegasse a ficar sabendo o que era o parque, ele já ia estar fora. É igual às leis florestais que são feitas de longe e não se enquadram dentro das condições de cada propriedade”* (entrevista com agricultor de Araponga, 2004).

¹³ “A história da criação do Parque Estadual da Serra do Brigadeiro remonta à década de 1970, sendo concretizada com a promulgação do Decreto no. 38.319, de 27 de setembro de 1996, por meio do qual o governo do estado lhe deu origem legal, com uma área de 13.210 ha e um perímetro de 156 km. Antes, o governo do estado já havia promulgado a Lei no. 9.655, de 20 de julho de 1988, que autorizou a criação do Parque e sugeriu seu limite inferior na cota de 1.000 m de altitude, abrangendo uma área de 32.500 ha, com glebas produtivas de pequenos proprietários do entorno que seriam, inevitavelmente, desapropriadas” (Simpósio [sobre] contribuições para elaboração do Plano de Manejo integrado e Participativo do PESB e Entorno, 2000, p. 2).

Numa lógica oposta àquela adotada pelos representantes do estado de Minas Gerais na proposição do parque e priorizando a participação e ação conjunta com os agricultores, CTA-ZM, STRs da região, Comissão Pastoral da Terra (CPT), Pólo Regional da FETAEMG, alguns professores e estudantes da UFV *“se articularam para auxiliar na mobilização da população, procurando esclarecer em que fase se encontrava o processo de implantação e garantir a participação de moradores no processo”* (CENTRO DE TECNOLOGIAS ALTERNATIVAS, 1997:2).

Foi preciso conquistar o acesso aos órgãos públicos para obter as informações necessárias, o que seria difícil para os agricultores isoladamente. Tal processo implicou numa desmistificação sobre o parque e criou condições para discussões sobre o processo de implantação e para a elaboração de uma contra-proposta aos órgãos responsáveis. Este esforço levou a uma nova delimitação do PESB, realizada pelo Instituto Estadual de Florestas (IEF), com a participação dos STRs dos municípios do entorno do parque, Departamento de Solos (DPS) da UFV, CTA-ZM, Instituto de Geociências Aplicadas (IGA) e também dos agricultores.

Assim foi criado o Parque Estadual da Serra do Brigadeiro (PESB), em moldes bastante diferentes daqueles propostos pelo governo, com pouco mais de 1/3 da área originalmente autorizada e com a proposta de elaboração participativa do Plano de Manejo. A participação da população local na implantação do PESB foi um fato inédito, de grande repercussão para a reflexão sobre outros processos semelhantes pelo país. Embora a idéia não tenha sido incorporada automaticamente pelo IEF, serviu de inspiração e referência para outros processos do mesmo tipo, podendo ser interpretado como uma influência ainda que mínima sobre uma política pública.

“O processo participativo desencadeado desde então refletiu na instituição, mas não legalmente, porque o SNUC [Sistema Nacional de Unidades de Conservação] é uma lei federal que foi promulgada em 2000, depois de todo o processo local. Já existiam discussões para fazer o processo participativo, mas ninguém ainda tinha feito. Mudou a concepção do IEF, principalmente dos gerentes das unidades de conservação que participaram, ouvindo e também no simpósio de 2000, que foi parte do processo participativo. Mas, a mudança mesmo veio a partir de 2000, com a lei federal” (Entrevista com representante do IEF na região, 2004).

Esta interferência sobre a implantação do parque, além de reforçar a idéia de protagonismo dos agricultores, componente importante da proposta agroecológica, também abre espaço para as propostas mais técnicas da agroecologia, em consonância com a situação vivenciada pelos agricultores naquele momento. Havia a necessidade de conciliar a produção agrícola com a implantação do parque, a necessidade de mostrar que a atividade dos agricultores não era predatória, a busca de opções para agregar valor à produção, conservar e recuperar solos degradados, reduzir uso de agrotóxicos, (responsáveis por muitos problemas de saúde e contaminação das águas no município), ações que poderiam ser encaminhadas pela adoção e aprimoramento de algumas práticas agroecológicas.

De forma mais concreta, as pessoas ligadas à gestão do parque relacionam a redução dos impactos na área de conservação com as práticas agroecológicas [embora não tenham dados concretos sobre isso]: *“o impacto antrópico dentro da unidade diminuiu muito, principalmente próximo aos experimentos de agrossilvicultura: coleta de madeira, por exemplo, porque os agricultores já têm a fonte nas propriedades. A fiscalização dentro do parque, ao longo dos anos, tem diminuído porque os problemas têm diminuído. A concepção dos moradores como donos do parque e produzindo recursos naturais nas propriedades evita extrativismo e eles não precisam mais entrar dentro do parque, que é ilegal. Estas*

experiências são benéficas para a unidade também” (entrevista com representante do IEF na região, 2004).

Para os agricultores, além de solucionar o problema concreto, tal processo representou um certo ganho de autoconfiança, na medida em que participaram efetivamente das ações para solução de um problema prioritário para eles. *“A intervenção do CTA e do STR, bem como o envolvimento dos agricultores, mudou a imagem de que quem degrada são os pequenos agricultores com as provas, dados do CTA, de acompanhamento dos agricultores na região”* (entrevista com agricultor-sindicalista, 2004).

Em última instância, pode-se dizer que tal processo se converteu em pequenos diferenciais de poder para agricultores familiares e para as organizações que os apoiaram. A atuação do STR sobre a implantação do parque representou a possibilidade de legitimação junto aos seus associados, como um órgão capaz, não só de compreender, mas também de atuar sobre os reais interesses dos agricultores, o que contribuiu, acreditam os sindicalistas e técnicos de outras instituições regionais, para uma renovação dos seus quadros. *“Antigamente os STRs eram muito mais fracos e hoje têm uma voz muito mais forte por representatividade do que tinham há 10 anos atrás. Eu não sei números, mas pelo menos dobrou o número de filiados, com certeza, ou mais. O CTA também que eles ligavam muito à parte política, era o monstro que comia criancinha e hoje vê que é ONG, que trabalha com agricultores, que busca alternativas e, às vezes, conseguem trazê-las... então, tem uma visão completamente diferente, graças ao trabalho de criação do parque”* (entrevista com representante do IEF na região, 2004).

O CTA-ZM, que já enxergava na implantação do parque uma oportunidade para ampliar sua atuação no município, consolidou sua imagem de parceiro importante dos agricultores e teve oportunidade para desenvolver mais plenamente as propostas de trabalho que faziam parte de sua filosofia. Mesmo aquelas pessoas que têm uma visão um pouco negativa sobre a intervenção do CTA-ZM e STR na região, reforçam a importância do trabalho desenvolvido por eles em relação ao parque.

Na visão de um agricultor do município, *“o respeito que os órgãos públicos têm pelo CTA se deve à intervenção deste sobre a questão da criação do parque com a redução da área atingida, atuando junto a órgãos de governo mais altos e de difícil acesso. Foi um processo que teve resultados, beneficiando os agricultores do entorno do parque. Daí, então, o poder público tem se sentido obrigado a fazer a parceria para defender os agricultores. É uma parceria que conseguiu afetar o poder público para fazer parceria”* (entrevista com agricultor-sindicalista, 2004).

A interferência sobre a criação do PESB foi passo importante para a continuidade da experiência agroecológica, inclusive para a atuação sobre os demais problemas levantados no diagnóstico, sobretudo pela possibilidade de um maior acúmulo de capital político, tanto para as organizações que tomaram a frente desta iniciativa, quanto para a experiência agroecológica de forma geral.

Ao tratar de capital político, Pierre Bourdieu o faz segundo duas categorias. Uma delas, que ele denomina capital pessoal, parece descrever o processo de intervenção do STR e CTA-ZM sobre a problemática do PESB logo após a realização do diagnóstico:

“... o capital pessoal no qual pensa Max Weber quando fala de carisma, é produto de uma ação inaugural, realizada em situação de crise, no vazio e no silêncio deixados pelas instituições e os aparelhos: ação profética de doação de sentido, que se fundamenta e se legitima ela própria, retrospectivamente, pela confirmação conferida pelo seu próprio sucesso à linguagem de crise e à acumulação inicial de força de mobilização que ele realizou” (BOURDIEU, 2000: 191).

As conquistas sobre a implantação do PESB beneficiaram, além do grupo de agricultores mais diretamente ligado ao STR, diferentes segmentos do município de Araponga e até de outros municípios com áreas incorporadas pelo parque. A prefeitura passou a obter mais recursos para investimento com o ICMS ecológico¹⁴ e passou a vislumbrar, na existência do parque, a possibilidade de novos projetos de desenvolvimento para o município, sem ter que enfrentar a crise que provavelmente teria atingido a região, caso o parque tivesse sido implementado nos moldes originais.

Porém, conflitos também surgem deste processo. A mobilização em torno do PESB possibilitou que pequenos agricultores e as organizações que os apoiaram, que antes ocupavam posições subalternas (embora não passivas), passassem a acessar determinados recursos e instâncias até então inacessíveis, disputando posições, idéias, projetos com outros atores que exerciam maior poder, causando, no mínimo, um certo estranhamento. Esta passa a ser uma marca das relações dos agricultores, STR e CTA-ZM com a prefeitura e com outros órgãos públicos. O relativo aumento de poder e de autonomia dos agricultores e suas organizações representativas implicava também numa sensação (que em muitos sentidos era real) de perda de poder destes outros atores.

ELIAS (2001), explica que mudanças na balança de poder, entre diferentes atores e grupos, implicam num aumento da margem de manobra de um determinado indivíduo ou de um determinado grupo de indivíduos e, de outro lado, a diminuição da margem de manobra de outros indivíduos, a diminuição de sua “liberdade”. As mudanças na distribuição de poder provocam também mudanças na teia de relações humanas e vice-versa.

Considerando que as mudanças na estrutura de poder podem ser muito sutis e dinâmicas, muitas vezes, a maior dificuldade não está em conquistar uma proporção maior de poder, mas sim, em mantê-la ou ampliá-la. Em relação à experiência de Araponga isso fica muito evidente, na medida em que determinadas ações em uma área específica demandam ações em outras e sempre mais envolvimento, capacitação e inovação técnica e social. Os resultados, por sua vez, por melhores que sejam, trazem também novas instabilidades que precisam ser enfrentadas, conflitos que perturbam o novo equilíbrio de poder conquistado. São “custos” dos processos de mudança.

Tendo em conta o caráter intrincado e a complexidade das constelações de poder nas nossas sociedades, SANTOS, B. (2000) afirma que trocas mais iguais parecem acompanhar e até confirmar trocas desiguais; práticas mais capacitantes parecem só ser possíveis se se aceitarem e até se se reiterarem as inibições ou os constrangimentos.

Neste sentido, há sempre novas investidas daqueles que perderam poder e querem recuperá-lo. Mas, estes conflitos não são necessariamente explicitados ou declarados, seja pelas vantagens globais distribuídas pela atuação do STR e CTA-ZM ou porque há uma crescente impossibilidade – o “politicamente correto” – de se opôr ou criticar (pelo menos abertamente) a participação social no atual cenário político do país. Ao mesmo tempo, a concordância com o processo participativo esconde muitas das lutas que foram travadas no cotidiano da implementação das propostas dos agricultores e que se prolongam até hoje,

¹⁴ A Constituição Federal determina que 75% do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicações (ICMS), sejam destinados ao Estado para sua manutenção e investimentos, e 25% sejam repassados aos municípios, sendo que ¼ destes 25% podem ser repassados de acordo com o que dispõe a lei estadual. Em Minas Gerais, a partir de 1996, a Lei nº 12.040/95, além de outras alterações, introduz critérios sociais, culturais e ambientais para o repasse do ICMS aos municípios. Daí surge o ICMS ecológico: pelo critério meio ambiente, ganham os municípios que promovem a preservação dos recursos naturais, com a proteção legal de reservas ambientais e o tratamento de seu lixo e esgotos sanitários. Além disso, a lei prevê que os municípios que possuem porções de seu território comprometidas com unidades de conservação que implicam restrições de uso do solo, devem ser compensados com a destinação de recursos provenientes do ICMS (PIRES, 1998).

inclusive aquelas relativas ao parque. Ainda há disputas pela implantação de um plano de manejo participativo, sobre a gestão do entorno do parque, sem falar da necessidade de infraestrutura e propostas para enfrentar as mudanças decorrentes da ampliação das demandas de turistas no município, principalmente depois da inauguração do parque em 2005.

“O PESB, cujo conselho gestor vai ser instalado no dia cinco de abril, depois de muito embate e conflito... Por último, para bancar o conselho, o STR de Araponga e de Miradouro colocaram 100 agricultores na sede do IEF, em Ubá, no dia em que eles iam lá instituir o conselho de outra forma. Já havia tido uma reunião com o Secretário de Meio Ambiente, José Carlos de Carvalho, em Viçosa e se comprometeu com o conselho e o pessoal do IEF desbancou a proposta nesse meio tempo e ia implementar outra coisa. (...) É uma conquista muito grande. Tem um processo participativo, plano de manejo... o parque do Ibitipoca tem 30 anos e não tem plano de manejo, nem conselho gestor; é só o IEF que manda sozinho. E aqui, o PESB é de 1996 e a gente já tem muita conquista e um reconhecimento muito grande dos órgãos de estado que eles não podem tocar o negócio sozinho. E tem funcionado na pressão... alternados distanciamento depois pressão” (entrevista com técnico do CTA-ZM, 2004).

Assim, a situação passa de um conflito explícito pelo poder ou em torno dos espaços tradicionais de poder, a um conflito mais velado, já que os valores sociais incluem cada vez mais a conservação do meio ambiente, as questões relativas à justiça social e a valorização da produção mais natural como princípios inquestionáveis, que são incorporados nas práticas do STR de Araponga e do CTA-ZM.

É importante lembrar que, além das conquistas e do *status* decorrente da interferência sobre a implantação do PESB, o cenário social geral e do sindicalismo sofre mudanças que estimulam a aproximação dos sindicatos e até mesmo das prefeituras com o CTA-ZM. Veja-se, por exemplo, que os debates sobre implantação de áreas de conservação já incluía propostas de maior participação das populações que vivem nestas áreas, acenando com oportunidades que o CTA-ZM soube explorar. Paralelamente, o início dos anos 1990 trouxe ainda mais forte a necessidade de ações voltadas para os pequenos agricultores que passam a se constituir em uma frente de trabalho para os STRs. Sem propostas para esta categoria, os STRs buscam apoio no CTA-ZM.

“E, nesse momento, a participação dos técnicos do CTA-ZM nas diversas reuniões da CUT (locais, regionais e estaduais) seria um elemento importante para contribuir para a construção da representação simbólica de que os ‘STRs não têm proposta para a pequena produção’ (como realmente não tinham, já que esta categoria não existia para eles enquanto tal), e para colocar para os STRs o trabalho com as tecnologias alternativas como uma opção de propostas para a frente de luta com os pequenos produtores. (...) E foi essa conjunção de fatores que fez com que naquele momento o trabalho em Conjunto com o CTA-ZM aparecesse como uma opção interessante para aqueles STRs, o que não havia acontecido nos momentos anteriores (apesar dos esforços dos técnicos) (...)” (CINTRÃO, 1996: 154).

Nesse sentido, a atuação do CTA-ZM teve o importante papel de ligar os interesses individuais (os problemas enfrentados pelos agricultores de Araponga) ao que FOX (1996) denomina interesse social. Segundo este autor, a própria interseção entre o interesse e capacidade individual com o interesse social pode funcionar como um estímulo ou uma chave para que as pessoas consigam escapar das estruturas de poder dominantes no âmbito local,

tradicionalmente poderosas e difíceis de se romper, construindo novas relações. A abertura de novos horizontes além do local no qual as pessoas possam perceber-se inseridas, permite que elas dêem novos significados ao mundo, aos problemas e relações que vivenciam, às suas vidas e às suas capacidades de intervir e realizar.

A “ligação” deste interesse social com os problemas dos agricultores vai ser feita a partir da agroecologia. Para entender isso, vamos retomar os problemas priorizados pelos agricultores no diagnóstico. O segundo maior problema (Quadro 3) estava, ainda que indiretamente, em consonância com as ações em torno do parque e suas soluções podem ser pensadas a partir da agroecologia. Trata-se do problema das terras “fracas”. Esta expressão resume uma grande quantidade de problemas relacionados à baixa fertilidade ou esgotamento dos solos que atingem mais diretamente os pequenos agricultores familiares que vivem nas encostas, morros e nos limites do parque. A solução deste problema implica na mudança da forma de exploração agrícola como alternativa para recuperar os solos, melhorar a produção e reduzir a pressão destes agricultores sobre recursos do parque, tais como coleta de plantas, captura de animais¹⁵ etc. Para isso, a idéia era difundir entre os agricultores técnicas que compõem a proposta agroecológica (algumas que já estavam sendo testadas no município) para “fortalecer” novamente as terras. Porém, desta vez, as propostas seriam uma resposta às demandas e interesse dos próprios agricultores.

As inovações propostas para solucionar o problema do enfraquecimento das terras enfrentaram, desde o início, uma série de obstáculos, tais como a resistência e as dificuldades dos agricultores para incorporarem as mudanças nos processos produtivos, alimentadas pelo modelo de extensão oficial, pelas críticas de familiares e vizinhos que não se engajaram no processo, pela dependência dos grandes agricultores, pela dificuldade de acesso a recursos financeiros e, principalmente, pela falta de terras - terceiro problema listado no diagnóstico.

O acesso à terra é condição essencial para “ser agricultor” e também para que as pessoas possam fazer a opção pela agroecologia. Em Araponga, há um grande número de trabalhadores rurais sem terra, pessoas que trabalham como assalariados permanentes ou temporários, principalmente na época da colheita do café, bem como parceiros de agricultores com maiores condições de investimento ou de grandes fazendeiros. Com o crescimento das famílias, as terras deixam de ser suficientes para a sobrevivência do grupo, havendo subdivisões sucessivas e “minifundização” e, em muitos casos, provocando a saída dos mais jovens para buscar o sustento em outras atividades.

Porém, considerando o número de famílias que, mesmo dispo de terras, não conseguia sobreviver da atividade agrícola (relatos comuns nas entrevistas realizadas no município), a questão do acesso à terra implicava não apenas em ter uma área para produzir e viver, mas, em como geri-la de forma a obter sustento e qualidade de vida. Aí a agroecologia entra como um elemento estratégico que permite relacionar a qualidade das terras, a conservação ambiental, a melhoria da qualidade de vida da população e a posse da terra.

Quanto à necessidade de sementes adequadas, a referência a tal problema explicita a dificuldade de acesso a insumos de preço elevado que são inacessíveis para os agricultores com poucos recursos. Observa-se que, mesmo usando os insumos recomendados pelo padrão agrícola convencional, estes agricultores o fazem em menor quantidade ou de forma diferente das recomendações técnicas, devido à falta de recursos financeiros e, dessa forma, não obtêm resultados satisfatórios. Aos poucos, o modelo agrícola convencional vai se revelando inadequado para a realidade dos agricultores familiares desta região.

Neste aspecto, também o CTA-ZM se adiantou ao problema, já que a produção de sementes crioulas e formas alternativas de adubação já estavam sendo testadas em algumas comunidades do município, havendo interesse de outras comunidades em ampliar tais experimentos. Em relação ao uso de agrotóxicos havia um grande receio dos agricultores

¹⁵ A colheita de orquídeas e captura de pássaros para venda é uma forma de complementação da renda para algumas famílias.

sobre os prejuízos causados por estes produtos, o que facilitou a apresentação de alternativas para esta prática. O uso de agrotóxicos é relacionado pelos agricultores como um dos causadores do quinto problema listado por eles no diagnóstico: a saúde¹⁶.

Dentre os problemas de saúde, um dos mais significativos e preocupantes no município era a desnutrição infantil, situação que se agravava com a pobreza das famílias e que aumentava a demanda por serviços de saúde. A dependência de tais serviços, a incapacidade de influenciar na qualidade dos mesmos e a dificuldade de solucionar as carências que estavam na origem das doenças identificadas estavam na base deste problema. As práticas agroecológicas, melhorando a fertilidade dos solos, estimulando a diversificação da produção, aumentando a produtividade, reduzindo o uso de produtos químicos poderiam criar condições para o melhor abastecimento de alimentos e de água para as famílias, reduzindo algumas das causas de muitos problemas de saúde.

O acesso restrito a informação, tecnologia, mercado, produtos, terras, serviços de saúde e até mesmo alimentos, sintetizava muitas das causas dos problemas enfrentados pelos agricultores. A dependência de determinados processos e atores, sem possibilidade de negociação e intervenção, era expressão das condições de vida dos agricultores que tinham reduzida a sua liberdade de escolha, a possibilidade de planejamento e de decisão. Assim, apesar da disparidade dos problemas listados no diagnóstico, é possível identificar as restrições de acesso e a falta de autonomia como elos de ligação entre todos eles. As soluções, por sua vez, passavam tanto pelo desenvolvimento de um aparato tecnológico adequado a esta realidade, pela viabilização de acessos, como pelo fortalecimento da autonomia e capacidade de ação e intervenção dos agricultores, elementos que compõem a proposta agroecológica.

Segundo ALMEIDA et al. (2001), a característica marcante dos programas de desenvolvimento agrícola com enfoque agroecológico é a abordagem sistêmica sobre a problemática rural, ou seja, a abordagem sensível à diversidade ambiental, às pressões demográficas, às relações econômicas e às organizações sociais existentes nas regiões nas quais são implementados. Esses programas têm como ponto de partida a compreensão da natureza específica e diferenciada das condições de reprodução social dos agricultores em suas respectivas regiões, para que, então, sejam impulsionadas experiências locais de geração e difusão participativas de tecnologias apropriadas a essas condições.

Mesmo com tantas restrições (e também por causa delas), os agricultores manifestavam a vontade e, em alguma medida, desenvolviam práticas alternativas de produção e de organização (redução do uso de insumos, troca de serviço, compra coletiva de terras, etc.), que vão construir, como eles mesmos dizem, um “campo fértil” para as propostas agroecológicas trazidas pelo CTA-ZM.

A proposta de construção da agroecologia no município que privilegia a participação e o protagonismo dos agricultores é que torna adequada a utilização do termo experiência. Assim, na sua prática cotidiana, os agricultores e técnicos vão reinterpretando as propostas técnicas trazidas pelo CTA-ZM, produzindo inovações e adaptações tecnológicas e sociais para a realidade local. Esta apropriação e a incorporação da agroecologia como parte do cotidiano é percebida nas narrativas dos agricultores que não a tratam como uma categoria abstrata, restrita ou exterior. Embora não seja unanimidade, a agroecologia é tratada, pelo menos por um núcleo central de agricultores, como sinônimo de uma proposta de vida; algo

¹⁶ É interessante notar que as referências sobre intoxicação e problemas de saúde causados pelo uso de agrotóxicos (que foi grandemente reduzido no município nos últimos anos) foram muito frequentes nas entrevistas realizadas com os agricultores. Nenhum dos entrevistados tinha dados concretos para fazer esta relação e os órgãos de saúde do município não colaboraram com informações deste tipo, embora tivéssemos tentado mais de uma vez. Mas, a crença, os valores sobre esta questão são fortes, a ponto de alguns afirmarem que não tomam café na casa dos outros porque não sabem se foi produzido com veneno.

que a maioria ainda não alcançou plenamente, mas que já faz parte do seu dia-a-dia. Percebe-se a agroecologia como um valor, uma visão de mundo.

Formalmente, a experiência agroecológica poderia ser compreendida, como na concepção de PETERSEN & ALMEIDA (2004), como processo social descentralizado voltado para a experimentação de formas inovadoras de gestão técnica dos ecossistemas fundadas em tecnologias valorizadoras dos recursos locais, que garantem altos níveis de autonomia às economias familiares, ao mesmo tempo em que preservam o meio ambiente e a saúde de produtores e consumidores.

Porém, de forma menos normativa, talvez seja possível pensar a experiência de uma perspectiva mais fluida e relacional. Uma das referências que talvez ajudem a compreender simultaneamente a complexidade e a sutileza da experiência agroecológica, mantidas as devidas especificidades, tempos e aplicações é a noção de experiência desenvolvida por E. P. Thompson¹⁷. *“A experiência é a resposta mental e emocional seja de um indivíduo ou de um grupo social a muitos acontecimentos inter-relacionados ou a muitas repetições do mesmo tipo de acontecimento”*, afirma THOMPSON (1981:15).

A experiência, exatamente por ser experiência, tem peculiaridades que são conhecidas e construídas ao longo de sua trajetória em função da conexão de vários fatores interligados que tanto podem contribuir para a sua evolução, como provocar estagnação e até mesmo retrocessos. O processo de mediação implica em lidar com estas questões, com ritmos específicos, com contradições expostas na prática que moldam também os instrumentos metodológicos usados na experiência.

1.2 Mediação, Contradições e Poder

A mediação é referência comum quando se fala em processos de mudança. No caso da experiência agroecológica de Araponga, a mediação começou a ser construída antes mesmo da fundação do STR ou da atuação mais dirigida do CTA-ZM no município. Mas, tal processo, que vai além da ação direta daqueles que denominamos mediadores – no caso CTA-ZM e STR –, foi se construindo também ao longo da experiência, se adaptando às relações sociais, à história que marca a realidade local e que foi sendo explicitada mais fortemente a partir do diagnóstico.

As informações obtidas neste processo mostraram que não eram apenas as questões produtivas mais imediatas que interessavam e preocupavam os agricultores naquele momento; educação, saúde, infra-estrutura eram também preocupações fortes, inter-relacionadas, que vão além das fronteiras da propriedade e do meio rural e que também fazem parte da vida destas pessoas.

Em alguma medida, isso permite ampliar a percepção dos elementos que são necessários para a sobrevivência dos agricultores, na determinação de suas estratégias e trajetórias de reprodução, processo cuja importância BEBBINGTON (1999) destaca para a orientação e maior efetividade dos processos de intervenção.

Para o CTA-ZM, a compreensão desta realidade foi importante para redirecionar sua forma de ação. As demandas de trabalho, a multiplicidade de situações e obstáculos a serem enfrentadas, bem como os resultados já obtidos com sua intervenção em Araponga fez com que a organização concentrasse mais esforços em alguns municípios e passasse a atuar com maior ênfase no Programa de Desenvolvimento Local, mais recentemente aprimorado e

¹⁷ A utilização desta noção não implica na adoção de todo um referencial apoiado nas idéias de Thompson, mas, a tentativa de pensar a experiência agroecológica também de uma perspectiva mais histórica, datada, peculiar pela junção de valores, costumes tradições que se encontram e conflitam no cenário em que esta tem lugar. Além disso, tal noção tem a flexibilidade necessária para auxiliar na compreensão das múltiplas influências que constroem esta experiência.

denominado Programa de Desenvolvimento Territorial. Além destes, na página¹⁸ da instituição na Internet, em 2004, há mais quatro programas aos quais a ONG tem se dedicado: associativismo e cooperativismo, conservação da mata atlântica, desenvolvimento institucional e formação e promoção pública.

Se a complexidade da realidade dos agricultores pode parecer óbvia para muitos, nem sempre é tratada de forma adequada nas políticas, processos de intervenção ou propostas de desenvolvimento ou está clara para aqueles que enfrentam tais problemas. De fato, as experiências anteriores dos agricultores e também, em muitos sentidos, dos técnicos, suas práticas cotidianas em diferentes espaços sociais influenciam a forma de ver o mundo e o engajamento na experiência. Em alguns casos facilitam este processo (como é o caso do trabalho das CEBs), em outros o dificultam.

As condições materiais de vida e as relações sociais no âmbito local, marcadas pela dependência e subalternidade, dificultavam um posicionamento mais ativo dos agricultores em relação à proposta agroecológica que, de diversas formas, se opõe a estas relações. Tais influências são certamente mais profundas que as relações imediatas. São resultados de processos históricos, de experiências vivenciadas por outros, de valores familiares cultivados e transmitidos, das influências educacionais e culturais. Muitas das razões e dificuldades de envolvimento com a proposta agroecológica têm raízes em áreas da vida das pessoas que normalmente não são expostas. Assim, o predomínio de determinados costumes rígidos e os mecanismos de controle social do espaço micro compõem um *habitus* dos agricultores que se opõem às mudanças mais complexas propostas pelo CTA-ZM¹⁹ e incorporadas em alguma medida a experiência agroecológica.

A noção de *habitus*, desenvolvida e adotada por pensadores como Norbert Elias e Pierre Bourdieu, pode ser entendida como saber social incorporado ou estrutura da personalidade social dos indivíduos. *“Esse habitus, a composição social dos indivíduos, como que constitui o solo de que brotam as características pessoais mediante as quais um indivíduo difere dos outros membros de sua sociedade (...). Alguma coisa brota da linguagem comum que o indivíduo compartilha com outros e que é, certamente, um componente do habitus social – um estilo mais ou menos individual inconfundível que brota da escrita social (...)”* (ELIAS, 1994:150).

“Mesmo o meu pai querendo mudar algumas coisas para mais alternativa, eram poucas coisas, os irmãos entravam em contradição com ele” (entrevista com agricultor de Araponga, 2004).

Apesar de dificuldades e limitações, sabendo-se que o *habitus* não é imutável e que as pessoas sempre buscam formas de resistir a dominação e superar problemas, o cenário de Araponga oferecia alguns aspectos positivos a serem explorados no processo de mediação. Assim, havia, antes do início da experiência, pelo menos para um grupo reduzido de pessoas, um processo de politização e organização mínimo que lhe havia permitido inclusive desenvolver estratégias relativamente sofisticadas para enfrentar as situações mais adversas, como, por exemplo, o processo de conquista de terras que será discutido detalhadamente no próximo capítulo. Diante deste acúmulo de experiência, conhecimento e organização,

¹⁸ www.ctazm.org.br

¹⁹ A especificidade das experiências agroecológicas faz com que, embora mantenham alguns princípios gerais comuns, adotem propostas diferentes. A proposta defendida pelo CTA-ZM incorpora fortemente elementos de autonomia, criatividade e humanismo, que vão além das questões produtivas, do espaço da propriedade ou do âmbito local. Nesse sentido, a questão do poder está sempre presente nos debates e propostas.

SANTOS & FLORISBELO (2004a) fazem referência à existência de um certo capital social na região.

Na concepção de OFFE (1999), capital social²⁰ refere-se ao conjunto de disposições cognitivas e morais dos cidadãos que os leva a estender a confiança a outros cidadãos anônimos assim como às autoridades políticas que, em última instância, são investidas pelos cidadãos do poder político, à prática da “arte da associação” e a estarem atentos aos problemas e às questões públicas (em oposição às questões estreitas circunscritas a seus próprios grupos). Contribui para a formação de sujeitos que podem ou não construir ou agruparem-se em associações (característica marcante da existência de capital social para PUTNAM, 1996).

“A gente pode citar [as ações que compõem a experiência agroecológica] como inovação, mas, de repente, o pessoal já tinha um potencial que, por falta de incentivo, não aparecia. Às vezes, é por falta de um puxãozinho, com alguém para ajudar a gente, como eu que comecei a trabalhar no sindicato sem saber nada... e eu não tinha descoberto que sabia fazer alguma coisa. Nosso povo tem muito potencial que ainda não foi descoberto. Já tinha o potencial, mas para ampliação do trabalho precisou de um empurrãozinho. Como o não uso de veneno, por exemplo, e o químico, que não gostava de usar, mas não tinha alternativa e tinha que usar. Daí, quando apareceu o CTA, com alternativas, foi deixar pra lá: já não gostava desse trem mesmo, agora que tem alternativa então...” (entrevista com a presidente do STR de Araponga, 2004).

Se este potencial produziu resultados pouco visíveis isso se deve, em grande parte às dificuldades de acesso enfrentadas pelos agricultores a diferentes recursos necessários para colocar em práticas projetos e estratégias. É aí que entram aqueles que se pode chamar de “mediadores oficiais”, cuja metodologia de trabalho proposta desde o diagnóstico tinha como ponto central atuar sobre questões consideradas importantes pelos agricultores, aproveitando o potencial já existente no local e estimulando o desenvolvimento de maior autonomia destes atores. Uma das formas de estimular tais processos é viabilizando acesso a recursos ou instâncias indisponíveis ou limitados aos agricultores de forma que pudessem colocar em prática novas idéias e projetos, incluindo aí a agroecologia.

O acesso a recursos e suas diferentes combinações podem criar oportunidades, contribuindo para o empoderamento e mudança (BEBBINGTON, 1999).

O empoderamento, segundo SEN (2002), está relacionado com o poder, o processo de ganhar controle, ou seja, alterar as relações de poder em favor daqueles que anteriormente tinham escassa autoridade sobre suas próprias vidas. O empoderamento, portanto, não é algo que pode ser feito por alguém para outra pessoa, pois as mudanças na consciência e na autopercepção são próprias.

O contato e as relações com o CTA-ZM são um dos primeiros e mais importantes acessos construídos pelos agricultores (é importante lembrar que agricultores de Araponga participaram da fundação do CTA-ZM, quando ainda não havia se constituído o STR local, fundado em 1990). O acesso a esta organização (ou talvez se possa falar também do acesso do CTA-ZM aos agricultores) vai viabilizar outros acessos, como, por exemplo, informação, conhecimento, apoio, recursos que os agricultores puderam descobrir (e em muitos casos

²⁰ Sabe-se que o termo capital social, embora seja de interesse para um grande número de pesquisadores é também bastante polêmico, não havendo consenso ou mesmo aceitação do mesmo. Há, portanto, muitas dificuldades e riscos em lidar com esta categoria, cujas definições se mostram muitas vezes restritas para compreender a dinâmica da realidade social. Mesmo assim, as diversas definições apontam no sentido de mudanças nas relações de poder entre atores e grupos, tema que interesse particularmente a este trabalho.

redescobrir) a partir da mediação do CTA-ZM. Note-se que, mesmo antes da organização viabilizar acesso a recursos financeiros e materiais, já era possível falar na construção de acessos, processo que foi facilitado, em grande parte, pela metodologia de trabalho adotada por esta organização.

“E eles levam a gente para visitar... a gente visita várias propriedades onde já tem experiência... para a gente acreditar que aqui no nosso chão é capaz de chegar ao que o outro chegou” (entrevista com sindicalista de Araponga, 2004).

“O CTA não trouxe dinheiro, mas, uma coisa diferente, mas, uma coisa que estivesse na mão de quem quer trabalhar. O CTA respaldava aquilo que a gente já pensava. A gente já plantava milho crioulo antes do CTA; quando eles vieram explicar, a gente achou o que procurava” (entrevista com agricultor de Araponga, 2004).

Para técnicos do CTA-ZM, um aspecto que foi importante para a consolidação do trabalho da organização de uma forma geral e em Araponga especificamente, foi a forma como se aproximaram dos agricultores. *“Inicialmente, acho que foi muito mais o tipo de trabalho, a forma com que a gente lidava com as pessoas, o tipo de trabalho que estava sendo feito que foi mais... e aí, somando, né, as idéias da CEBs, (...) como é que essas coisas vão juntando e vão fazendo com que isso aconteça”* (entrevista com coordenador executivo do CTA-ZM, 2005).

A metodologia participativa, à qual o CTA-ZM tem se mantido fiel ao longo do tempo, é também responsável pela parceria construída com os agricultores e instituições em Araponga. A forma de abordagem usada pelos mediadores foi importante no desenvolvimento da confiança dos agricultores nos técnicos e também para que os agricultores passassem a acreditar novamente em si mesmos. O estímulo à experimentação e à criatividade também contribuiu para que os agricultores “tomassem para si” a experiência agroecológica.

Este processo remete à idéia de agente social. O trabalho do CTA-ZM se baseia em um processo de politização das questões rotineiras da vida dos agricultores. Implica na tradução de questões aparentemente externas ao campo político, mas, importantes no cotidiano daqueles que estão envolvidos na experiência e que ganham novo *status* a partir dos debates e, principalmente, da experimentação. Da mesma forma, procuram incorporar as questões econômicas, políticas mais gerais, a partir de um processo de tradução destas para que façam sentido e se tornem mais “palatáveis” ao cotidiano dos agricultores e técnicos. Nas palavras de BECK (1997: 30), poderia-se dizer que *“o político invade e irrompe além das responsabilidades e hierarquias formais”*.

Sob a superfície da experiência observa-se um esforço para promover a re-significação do político, tornando visível o invisível. A experiência é capaz de trazer à tona explicações, motivos, razões que estão submersas à medida que as pessoas utilizam sua própria trajetória e referências para compor este novo quadro.

Mas, construir história própria não é simples. Além das múltiplas influências que enfrentam os agricultores no momento das escolhas (quando estas são possíveis), a forma de atuação dos mediadores “oficiais” do processo, CTA-ZM e STR, pode refletir também aprendizados e experiências enraizados que se opõem à proposta de estimular a autonomia dos agricultores. Os conflitos, portanto, são constantes, gerados por tempos, lógicas e expectativas distintas. Conflitos ligados à confiança, decorrentes de pressões e influências experimentadas nas diferentes redes das quais os mediadores fazem parte. CTA-ZM e STR de Araponga, além de pensarem e se voltarem para este processo denominado experiência, também precisam enfrentar uma série de problemas pertinentes aos seus campos específicos de ação.

Os chamados mediadores estão, nas palavras de NOVAES (1994), inseridos em um campo de forças; são condicionadores, mas também são condicionados. Se é verdade que socialmente “inventam” movimentos, fazem-no sob as determinações de fatores e de forças políticas em presença e também em disputa com outros mediadores.

O STR tem todas as relações do movimento sindical na região e no estado, os problemas e interesses cotidianos dos associados como focos de atenção paralelos que demandam tempo, dedicação e trabalho. Além disso, existe toda a formação tradicional dos sindicatos, contraditórias em muitos aspectos à proposta agroecológica, principalmente em relação à autonomia e maior envolvimento dos agricultores, que também pode influenciar a atuação do STR no processo de mediação.

Os técnicos do CTA-ZM, da mesma forma, se vêem entre a formação tradicional, que não oferece muitas pistas sobre a agroecologia, as pressões para sobrevivência da própria organização e o ritmo e as demandas dos agricultores envolvidos na experiência, que são também muito diversificadas. Tudo isso torna a experiência uma construção que, aos poucos, reconstrói também os seus mediadores.

Para enfrentar estes dilemas, os depoimentos de agricultores, técnicos e parceiros apontam como fundamental, inclusive nos momentos de conflito, a abertura ao diálogo e o estímulo para que os agricultores expressem seus pontos de vista. Mas, as discordâncias não ocorreram apenas entre técnicos e agricultores. Também entre mediadores, parceiros, entre os próprios técnicos ocorreram conflitos sobre o significado da experiência agroecológica. Os dilemas entre uma proposta radical que privilegia fortemente o equilíbrio ecológico e as necessidades imediatas dos agricultores foram, muitas vezes, colocados e CTA-ZM e STR optaram por uma perspectiva mais “humanista”, segundo a definição dos próprios técnicos, que significa a ênfase não apenas nos aspectos técnicos e ambientais, mas também e principalmente, nas necessidades e capacidades das pessoas que se envolvem no trabalho.

“Em 1998, havia o projeto com recuperação de fertilidade com árvores adubadeiras. (...) Em dois anos o paiol estava vazio e tivemos que reavaliar o processo. Chega o momento de comer, de sobreviver e não se podia falar de adubo químico, que era um pecado. E, em função desta análise, chegamos a usar round-up [herbicida] para acabar com o capim-elefante. Fizemos o controle, senão a gente afundava o João dos SANTOS. O compromisso com o futuro estava mantido. No momento do embate, a coisa ficou difícil. O [coordenador executivo do CTA-ZM] disse: se eu estou atrapalhando, eu ponho minha viola no saco. Vamos dar o banho na criança sem jogar a água fora. Conseguimos controlar erosão, reduzir entradas e uso de agrotóxicos e, nesse caso, usar o round-up, que garantiu a continuidade. Admitiu-se o calcário. Assumiu-se uma forma de repor nutrientes. Hoje não se usa round-up. Mas, no momento, era preciso rever os princípios, leis da agroecologia: um mito da época” (entrevista com professor da UFV, parceiro da experiência, 2004).

Com técnicas diferenciadas, agricultores com perfis e condições específicas, a experiência foi se construindo pequena. No início, participavam efetivamente aqueles agricultores que ocupam a categoria de pequenos agricultores (quadro 2) ou que passaram a fazer parte desta categoria com o processo de conquista de terras. A maioria é filiada ao STR e participa de algumas outras organizações ligadas também ao sindicato e ao STR. Mesmo neste grupo, entretanto, há formas muito diversas de incorporar as propostas agroecológicas, desde aqueles que seguiram a risca as orientações e transformaram de forma mais radical suas propriedades até aqueles que incorporaram algumas técnicas, mas não se envolvem profundamente na experiência.

A heterogeneidade, conflitos e disputas, que marcam as relações sociais em torno dos agricultores familiares do município de Araponga antes e no início da experiência que se tentou delinear neste capítulo, são elementos centrais para compreender como esta iniciativa se constituiu e avançou. A complexidade do cenário no qual surgiu a experiência agroecológica de Araponga não se modifica com o passar do tempo. Pelo contrário, novos atores, novos desafios, novas frentes de trabalho, conflitos e conquistas podem ser identificados ao longo de cerca treze anos de trajetória, desde a realização do diagnóstico. Mas, para compreender como estas mudanças se processaram, quais seus impactos, quais os seus limites é preciso um olhar mais profundo que só pode ser dirigido, no contexto e com as restrições deste trabalho, a alguns aspectos específicos da experiência. Assim, seguindo a lógica das narrativas, tanto de agricultores, técnicos, parceiros e até mesmo de opositores da experiência, propõe-se um aprofundamento da discussão sobre três aspectos, ou melhor, sobre três acessos destacados nas entrevistas. Referimo-nos ao acesso a terra, acesso ao mercado e acesso ao poder público local.

Os próximos capítulos serão dedicados à análise da construção destes acessos na experiência agroecológica de Araponga, sua importância para a mesma e as mudanças e limitações decorrentes de tais conquistas.

CAPÍTULO II TERRA E AGROECOLOGIA

A importância da terra para os agricultores pode parecer algo evidente, mas, no âmbito das relações sociais locais, a posse e o uso da terra podem adquirir significados muito específicos e, até mesmo, alterar trajetórias de vida. A experiência agroecológica de Araponga permite compreender a importância do acesso à terra, seus significados, suas limitações e as mudanças produzidas para agricultores e mediadores ao longo deste processo.

As conquistas obtidas neste sentido, diretamente ligadas à iniciativa denominada conquista de terras, são muito valorizadas, representando, segundo depoimentos dos próprios participantes da experiência, um processo que “alavancou a experiência agroecológica”. Esta, por sua vez, trouxe elementos que permitiram tornar mais sustentável a posse da terra, de forma tal que foram criados fortes vínculos entre a agroecologia e o acesso a terra.

Ao produzir mudanças no acesso à terra, a experiência afeta diretamente as tradicionais relações de poder no município, com a construção de novas relações no espaço da produção, das famílias, das relações institucionais ou na política. Os processos e mudanças relativos ao acesso a terra serão discutidos neste capítulo.

2.1 Significados e Conflitos em Torno da Terra

A dificuldade de acesso à terra, situação conhecida e vivenciada por tantos grupos de agricultores e trabalhadores rurais no país e todos os problemas advindos desta condição marginal estavam presentes entre as principais preocupações e demandas dos agricultores de Araponga que foram caracterizadas no diagnóstico participativo realizado no município pelo CTA-ZM e STR, no início da década de 1990.

A importância e os significados deste acesso ficam mais evidentes quanto mais próximo se está da realidade empírica. Num município no qual a maioria da população se concentra no meio rural (predominando a agricultura familiar) e a atividade econômica mais importante é a produção de café, a terra é um elemento central nas trajetórias de vida, mesmo daquelas pessoas que não vivem neste espaço. Constitui-se elemento definidor das relações familiares, das relações entre os pequenos agricultores e trabalhadores rurais, entre estes e os grandes produtores e também nas relações com os órgãos públicos e ONGs que atuam na região.

Comerford, que desenvolveu uma ampla pesquisa na região da Zona da Mata, resume a importância da terra na vida destas pessoas:

“As famílias que não têm acesso à terra e à moradia próprias estabelecem outras formas de relação com parentes, vizinhos, compadres, distintas daquelas que caracterizam os sítiantes com acesso a terras próprias. As famílias sem terra têm modalidades distintas de localização e circulação, e se envolvem de maneira diferenciada nas tensões locais e nos padrões de conflito. Essa observação permite pensar que certas condições relacionadas com posse da terra, geralmente analisadas do ponto de vista da ‘economia’, podem ser analisadas quanto à sua importância como condição para exercer a política e a poética de reputações e do respeito. Ou seja, como condições para a ‘respeitabilidade’ como prática semiótica e discursiva” (2003: 64).

Na falta de terras, desenvolvem-se práticas que possibilitem a pequenos agricultores ou trabalhadores rurais acesso a este recurso, como é o caso das relações de parceria. O Quadro 3, apresentado no capítulo anterior, apresenta um pouco da diversidade de perfis de agricultores presentes no município e denota que tanto para trabalhadores rurais, pequenos₂₉

produtores, menos e mais capitalizados, a parceria é atividade de grande importância nas suas estratégias de reprodução. Isso se deve, por um lado, à crescente minifundização das propriedades e, por outro, ao esgotamento das terras que se tornam, em ambos os casos, insuficientes para o sustento das famílias.

Segundo COMERFORD (2003), a parceria é uma prática comum na região da Zona da Mata, principalmente para aqueles que não têm terras: “... a maioria dos que não possuem terra e ainda se mantêm ligados à roça se tornam meeiros (parceiros) de proprietários médios ou relativamente pequenos (porém não os menores), ou então vivem de trabalhos temporários, muitas vezes residindo nas cidades e distritos” (p. 64).

Dados oficiais do IBGE não contemplam todas as possibilidades e os números reais de agricultores e trabalhadores rurais que estão envolvidos em relações de parceria. Embora os Quadros 4 e 5 apontem um aumento no registro deste tipo de relação, entrevistas com agricultores e técnicos levam a crer que estes números ainda podem ser maiores do que os que estão oficializados.

Quadro 4 Área de estabelecimento em 31/12 terras em parceria (em ha) – Araponga

1970	1975	1980	1985	1995
13,50	2,00	82,00	345,50	2587,84

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1996

Quadro 5 Condição do produtor em relação às terras do estabelecimento agropecuário – parceiro, meeiro, terceiro, quartista etc. – Araponga

1970	1975	1980	1985	1995
2	1	4	24	37

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1996

Isso se deve ao fato de que o IBGE contabiliza as relações formalizadas, ou seja, aquelas que são regidas por meio de um contrato formal. Porém, freqüentemente estas relações de parceria se estabelecem sem qualquer documentação.

A parceria é instrumento importante para os agricultores com um pouco mais de terras poderem tocar suas lavouras sem assumirem os custos elevados da contratação de mão-de-obra. É também a única alternativa para muitos produtores manterem suas terras e suas famílias com a baixa renda obtida da atividade agrícola. Também é comum que filhos de pequenos e médios agricultores passem a trabalhar em parceria com os pais e tocando em conjunto a propriedade familiar.

No entanto, tais relações também são fonte de conflito que está diretamente ligado à falta de autonomia dos agricultores que se tornam parceiros e que são obrigados a trabalharem segundo os padrões definidos pelos donos das terras. Os parceiros, sejam eles trabalhadores sem terra, filhos de pequenos proprietários ou pequenos proprietários sem condições de investimento, têm sua liberdade de decisão restringida na relação de parceria.

Relacionado a isso, no caso de Araponga, um fator de conflito nesta relação está ligado ao uso de produtos químicos e impedimento de cultivo de outros produtos junto com o café. Apesar da diversidade de perfis de agricultores do município, a maioria utilizava, na época em que o CTA-ZM começou a atuar na região, práticas convencionais de produção, o que significava a adoção de um modelo baseado em tecnologias modernas e forte dependência de insumos externos às propriedades.

Nas entrevistas, muitas pessoas, principalmente aquelas ligadas às CEBs, afirmaram que sempre preferiram usar técnicas alternativas, não usar agrotóxicos. No entanto, nas parcerias, estavam sempre se submetendo à aplicação de produtos químicos, inclusive agrotóxicos, produtos dos quais uma grande parte dos agricultores tem muito medo.

A forma adotada mais recentemente nas parcerias impunha um modelo de produção que não estava condizente com os valores e perspectivas de vida de muitos agricultores familiares e que, em última instância, tornava mais difícil, a cada dia, extrair da atividade as condições de sustento das famílias. Os parceiros eram proibidos de plantar outras culturas junto ao café (árvores frutíferas, por exemplo), eram obrigados a usar agrotóxicos e, no final, o resultado financeiro do seu trabalho era insuficiente para a sobrevivência de suas famílias. *“Então, eu acho que isso aí era o mais forte: usar agrotóxicos, eles eram obrigados a usar. Então, assim, a dependência é ruim, ter que dividir a produção, mas ter que fazer o que o cara manda, sem poder fazer o que ele quer fazer também é forte”* (entrevista com coordenador executivo do CTA-ZM, 2005).

Se a parceria era uma alternativa ruim, os agricultores eram obrigados a vivenciar a redução destas relações, decorrente da destinação de terras produtivas, principalmente das médias e grandes propriedades para a criação de gado, reduzindo, assim, as áreas destinadas às parcerias com outros agricultores.

Assim, por diversas razões, os agricultores-parceiros estavam dentre os mais interessados em obter terras. No entanto, a prática cotidiana mostrava que não bastava possuir a terra para conseguir sobreviver da atividade agrícola. A terra era, sem dúvida, condição primeira, mas, dentro dos padrões convencionais para os quais informações, orientações técnicas e crédito²¹ eram direcionados, agricultores com poucos recursos e terras “enfraquecidas” não poderia sobreviver.

A exploração convencional da terra dava sinais de insustentabilidade (o que explica as prioridades levantadas pelos agricultores no diagnóstico referentes ao enfraquecimento das terras e da necessidade de produção de sementes). O modelo centrado na monocultura do café também estava fragilizando as estratégias de sobrevivência das famílias, impedindo, por exemplo, que fizessem uma poupança ou que realizassem novos investimentos nas propriedades.

Os conflitos relacionados à produção eram apenas uma parte das disputas envolvendo a terra, cujo acesso pode ter muitos significados. A posse da terra era uma forma de controle social bem mais ampla em Araponga. Quem possuía maior quantidade de terra, detinha também o poder sobre o beneficiamento e a comercialização da produção de café e se revezavam nos cargos públicos, como “chefes” da política local. Assim, a dependência mediada pela posse da terra abrangia a produção, se estendia ao espaço do mercado e também da política. Os riscos de se opor aos grupos dominantes estavam claros.

Praticamente toda a produção de café do município passava pelas mãos dos grandes proprietários de terras. Como outros produtos agrícolas praticamente não eram direcionados para o mercado, toda expectativa sobre os resultados do trabalho e a obtenção de renda se concentrava na comercialização do café. Qualquer tipo de conflito mais explícito com os fazendeiros poderia comprometer a venda, a renda e a sobrevivência das famílias.

A perspectiva política também estava à mercê das mesmas relações, nas quais imperava a vontade dos que dispunham de mais terras e que conseqüentemente exerciam maior poder.

“Depois de passadas as eleições, nas localidades, quem acompanha o lado que perdeu e, sobretudo quem efetivamente se candidatou e perdeu, ainda mais se fizer parte também do lado que perdeu a disputa pela prefeitura, enfrenta dificuldades, não

²¹ O acesso ao crédito oficial para os pequenos agricultores familiares era extremamente limitado antes da experiência. A busca de financiamentos em programas governamentais, como o PRODEMATA, serviu para mostrar que, nos moldes convencionais, o acesso a crédito para pequenos agricultores descapitalizados era inviável. Muitos dos que fizeram empréstimos ficaram endividados junto aos bancos, não conseguiram pagar as dívidas e tiveram que vender suas terras e abandonar o meio rural. O crédito não oficial, por meio de agiotas ou empréstimos com outros produtores ou comerciantes, também não viabilizava as propostas destes agricultores.

apenas porque é debochado por ter perdido a eleição (...) mas porque ao longo dos anos seguintes enfrentará dificuldades recorrentes quando precisar da prefeitura e terá menos acesso a recursos intermediados por políticos (materiais, empregos, serviços, contatos). Numa situação em que dinheiro é algo muito escasso, isso faz grande diferença do ponto de vista das condições “econômicas” da família; mais do que isso, podem se refletir em degradação das condições de respeitabilidade; mas não necessariamente(...)” (COMERFORD, 2003: 106).

Apesar desta situação, não há relatos de conflitos explícitos, enfrentamentos pela posse da terra. As narrativas dos agricultores, sindicalistas e técnicos revelam que cada grupo tinha seus próprios interesses e posições estabelecidas, mas não havia o enfrentamento direto. Tais depoimentos podem levar a interpretar esta situação como parte da cultura local: os pequenos agricultores, mesmo em condições precárias e em posição subalterna, preferem evitar confrontos.

A ausência de instrumentos de luta ou a percepção de fragilidade no equilíbrio de forças pode justificar este tipo de posicionamento, ainda que a situação lhes causasse insatisfação. As respostas a questões como *“Quem tem maior potencial de reter aquilo que o outro necessita? Quem está mais ou menos dependente do outro? Quem, portanto, tem que se submeter ou adaptar mais às exigências do outro?”* (ELIAS, 1970: 86), podem levar os agricultores e perceberem-se em situação inferior no equilíbrio de poder e, muitas vezes, sem alternativa. Certamente, dentre muitos ângulos de análise, esta é uma leitura possível.

Por outro lado, o desejo de sair desta situação era forte. *“Porque do ponto de vista dos agricultores isso era muito forte. (...) Essa coisa de poder sair daquela dependência. (...) E aí poder votar em quem quer... poder não ficar subjugado a esse povo...”* (entrevista com coordenador executivo do CTA-ZM, 2005). O incômodo e a resistência existiam, mas eram maiores nas famílias que tinham suas trajetórias ligadas as CEBs.

A forma como os pequenos agricultores descapitalizados ou sem terra percebem as relações nas quais estão envolvidos e a não explosão do conflito entre grupos situados em posições opostas nas relações de poder não inibem ou impedem as reações e contra-reações, ainda que silenciosas, de ambos. ELIAS & SCOTSON (2000) afirma que, no fundo, todas são lutas para modificar o equilíbrio do poder; como tal podem ir desde os cabos de guerra silenciosos que se ocultam sob a cooperação rotineira entre os dois grupos, num contexto de desigualdades instituídas, até as lutas francas pela mudança do quadro institucional que encarna esses diferenciais de poder responsáveis por sua situação inferior, ao passo que os grupos estabelecidos fazem a mesma coisa em prol da preservação ou aumento desses diferenciais.

Assim, os pequenos agricultores e parceiros não se mantiveram passivos diante desta situação de subalternidade. Além das muitas estratégias rotineiras, que possam ter adotado, mas que não eram objeto específico desta pesquisa, eles encaminharam sua luta buscando outras maneiras de acessar os recursos que lhes faltavam o que, em alguma medida, os munia de força para se opor, de forma mais incisiva, contra esta situação desfavorável. *“A melhor forma de derrubar o grande é melhorando a vida do mais pobre. Nunca adotamos a estratégia do confronto”* (CENTRO DE TECNOLOGIAS ALTERNATIVAS DA ZONA DA MATA, 2004b). O caminho escolhido para a luta foi outro, como sintetiza este depoimento de um agricultor-sindicalista de Araponga. Tal estratégia tinha como idéia central a necessidade de construir o acesso à terra. Esse era, na opinião da maioria dos agricultores entrevistados, o caminho para reduzir a dependência e também a pobreza (termos que entre os agricultores são avaliados, muitas vezes, como sinônimos), porque sem a terra a dependência atingia as várias dimensões da vida das famílias. A terra constituiria um capital inicial que permitiria o desenvolvimento de diferentes estratégias para a superação da pobreza.

“Uma grande causa da pobreza é a presença das grandes fazendas. Onde as pessoas dependem de fazendeiros, existe a pobreza. Se adoce na fazenda depende do dono da terra. São Domingos [comunidade rural de Araponga] é um exemplo: o pessoal de lá é mais doente e mal alimentado. Só se cultiva café e tem que comprar tudo de fora. Não pode plantar horta ou fruta e não se investe na propriedade do fazendeiro. Tem pessoas que morrem na fazenda e ninguém sabe qual foi a causa. Muitas vezes, a família é expulsa da fazenda, mandada para a periferia da cidade” (entrevista com agricultora, presidente do STR de Araponga, 2004).

É daí que vai surgir, antes mesmo do início da experiência agroecológica, uma iniciativa pioneira de acesso à terra idealizada por alguns agricultores do município, e denominada por eles de conquista de terras.

Embora a conquista de terras seja uma iniciativa anterior à experiência agroecológica, ela representa uma forma de viabilizar o acesso à terra sem a qual a experiência não se estruturaria. No entanto, o caminho inverso parece estar consolidado nas percepções dos agricultores que avaliam a conquista de terras como uma consequência da experiência agroecológica. Isso faz com que estas iniciativas, a conquista de terras e a experiência agroecológica, tenham laços vigorosos entre si.

2.2 “Mais do que ter”: Entendendo a Conquista de Terras em Araponga

A conquista de terras iniciou-se por volta de 1986, ano em que foi realizada a primeira compra conjunta e, posteriormente, foi institucionalizada formalmente pelo STR de Araponga que seria criado alguns anos depois.

A idéia dos precursores desta iniciativa, resumida numa cartilha sobre a conquista de terras (CENTRO DE TECNOLOGIAS ALTERNATIVAS DA ZONA DA MATA, 2004a) que estava sendo produzida na época da pesquisa de campo, alicerçava-se na percepção de muitos agricultores de que não havia muitos latifúndios para serem desapropriados na região e de que tanto a reforma agrária do governo quanto a ação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) não pareciam oferecer uma solução para seus problemas. Eles, então, resolveram ampliar para outras pessoas uma prática que já desenvolviam em família²²: o empréstimo de produtos agrícolas para ajudarem uns aos outros a juntar o valor necessário para comprar as terras.

“Produtos reunidos e vendidos, o negócio é acertado e a terra é paga à vista. Fica a dívida do novo feliz proprietário para com seus amigos a ser paga da mesma forma do empréstimo, em produtos, com um prazo de carência que varia de acordo com as possibilidades de cada um” (CENTRO DE TECNOLOGIAS ALTERNATIVAS DA ZONA DA MATA, 2004a.:2).

Desta perspectiva, a conquista de terras parece um processo fácil; mas, se observado mais de perto, demanda muito esforço e sacrifício das famílias envolvidas, até mesmo para conquistarem a posição de interlocutores legítimos e respeitados numa negociação de compra de terras. No início, proprietários maiores que tinham terras para vender não queriam fazer negócio com os pequenos agricultores. Não havia confiança, tradição, condições de negociação.

²² Alguns dos membros das famílias que idealizaram a conquista de terras foram (e ainda são) figuras exponenciais na fundação do CTA-ZM e do STR de Araponga, o que, acredita-se, também contribui para aproximar as propostas agroecológicas, das ações do STR e da conquista de terras.

Na primeira compra, o intermediário foi um agricultor, parente dos demais, que tinha melhores relações com os grandes proprietários e legitimidade de ambos os lados para realizar as negociações. Aos poucos, com os resultados da experiência, a confiança foi sendo construída. Nas demais compras, a negociação foi ficando mais fácil e, mais recentemente, segundo informações do STR de Araponga, têm havido inclusive ofertas ao sindicato de agricultores que querem se desfazer de suas terras. Quando o STR assume o processo, formaliza a conquista de terra, já o faz com um certo “capital simbólico”, uma confiança que foi construída pelos agricultores, na prática.

BOURDIEU, citado por TEIXEIRA (2001), afirma que, na luta por fazer uma visão do mundo universalmente conhecida e reconhecida, a balança do poder depende do capital simbólico acumulado por aqueles que têm como objetivo a imposição de várias visões em disputa e, em muito, ao fato de que essas visões estejam enraizadas na realidade.

O capital simbólico, segundo BOURDIEU (1996), é uma propriedade qualquer (de qualquer tipo de capital, físico, econômico, cultural, social), percebida pelos agentes sociais cujas categorias de percepção são tais que eles podem entendê-las (percebê-las) e reconhecê-las, atribuindo-lhes valor. Mais precisamente, é a forma que todo tipo de capital assume quando é percebido através de categorias de percepção, produtos da incorporação das divisões ou das oposições inscritas na estrutura da distribuição desse tipo de capital (como forte/frágil, grande/pequeno, rico/pobre, culto/inculto, etc.).

Construindo este capital simbólico, pequenos produtores de Araponga mostram que têm condições de adquirir terras, num processo diferente do convencional, coletivo e para serem geridos de forma diferente do que prega o modelo agrícola convencional. Isso ocorre principalmente a partir do momento em que se revelam eficientes como agricultores, como bons pagadores, como “pessoas de palavra”. Esse capital simbólico tem peso também para outros agricultores que passam a acreditar na possibilidade de conseguir a terra através de uma iniciativa mais autônoma como esta.

Se, do ponto de vista da negociação, as coisas melhoraram com o passar do tempo, as dificuldades para as famílias que se envolveram na compra de terras, principalmente relativas ao pagamento da dívida assumida, permaneceram. Elas têm que economizar tudo que ganham, precisam restringir gastos, deixam de comprar bens para a família, num sacrifício pelo qual muitos afirmam ter passado fome.

Além da dívida assumida, normalmente, quando se mudam para as terras conquistadas não têm praticamente nada, tudo precisa ser construído. E, se não conseguem produzir adequadamente, não pagam a dívida, ou seja, os riscos desta prática também são elevados. Considerando todas as dificuldades envolvidas no processo, muitos agricultores, mesmo de posse das terras, não abandonam as relações de parceria: tocam o trabalho antigo e a nova propriedade paralelamente até terem condições de pagar a dívida, garantindo o sustento da família da qual, aliás, também se demanda um esforço extra para gerir a terra conquistada.

“(...) Então, na medida que eles viram na conquista da terra uma forma não só de não ficar subjugado ao trabalho do ponto de vista de ter que trabalhar e dividir a produção, mas de poder fazer o que quer fazer também. (...) e até quando você vê o vídeo da conquista da terra nos depoimentos, você vê o cara falando: ‘ah, isso aqui pra mim foi uma maravilha porque eu faço o que eu quero, a hora que eu quero’. Não tem ninguém pra ficar nem de longe me olhando, sabe?” (entrevista com o coordenador executivo do CTA-ZM, 2005).

Apesar dos vários sacrifícios, a posse da terra assinalava a possibilidade de alcançar maior liberdade, maior poder, melhores condições de produção, saúde, alimentação, enfim, qualidade de vida. Mas, não garantia por si só que estes objetivos pudessem ser alcançados.

Era preciso recuperar os solos, fazer investimentos, garantir uma boa produtividade, mas, o modelo convencional de exploração agrícola dominante não oferecia boas perspectivas. Ao mesmo tempo, muitos agricultores já manifestavam interesse e experimentavam algumas técnicas alternativas. Tinham rejeição ao uso de agrotóxicos e buscavam uma forma, um sistema de produção que fosse adequado à realidade deles. Tudo isso representou uma oportunidade ampliação e consolidação das propostas do CTA-ZM.

ALTIERI (2000) afirma que o enfoque da agroecologia é nos agricultores com poucos recursos, isto é, aqueles que têm o menor acesso aos insumos tecnológicos e poucas relações com o mercado. A agroecologia vê esses agricultores como o ponto de partida para uma estratégia de desenvolvimento rural sustentável.

Na prática, no entanto, as situações vividas por estes agricultores com indisponibilidade de ativos cria muitas limitações à experimentação, à organização e estimula situações de dependência de outros atores e instâncias.

Ativos²³, segundo BEBBINGTON (1999), citando Giddens, são não apenas recursos que as pessoas usam na construção de suas trajetórias de vida: ativos são elementos que dão a elas capacidade para ser e agir. Em sua estrutura, BEBBINGTON, portanto, trata estes ativos não apenas como coisas que permitem a sobrevivência, adaptação e alívio da pobreza; eles também são as bases do poder dos agentes para atuar e reproduzir, mudar regras que determinam o controle, uso e transformação de recursos. O autor classifica cinco principais tipos de ativos ou capitais que compõem sua estrutura analítica: capital produzido, capital natural, capital humano, capital cultural e capital social, cada qual incluindo amplas discussões que não são foco central neste texto.

No caso de Araponga, o acesso ao ativo terra foi, sem dúvida, um fator que permitiu superar as dificuldades iniciais de certos grupos de agricultores, dando-lhes uma base para iniciar a transição para a agroecologia. Mas, não se trata de uma relação de mão única. O acesso à terra é fundamental para os avanços da experiência da mesma forma que a proposta agroecológica cria oportunidades e dá novo sentido à posse e exploração da terra.

Uma lógica temporal e de certa forma simplista levaria a afirmar que a conquista de terras possibilitou o desenvolvimento da experiência, até porque a compra coletiva foi iniciada antes do marco formal da experiência. Mas, muitos dos entrevistados insistiam que a agroecologia trouxe ou possibilitou a conquista de terras. Como entender esta relação tão forte na percepção dos agricultores?

Para entender esta vinculação, é preciso buscar os significados que a terra tem para eles. Por um lado, tal avaliação pode estar ligada ao fato de que são necessários outros elementos além da posse da terra para garantir a manutenção deste recurso e a prática da agricultura de maneira que a família possa sobreviver desta atividade. Considerando a fragilidade crescente das terras, a dificuldade de acesso a insumos, crédito, informações e tecnologia era cada vez mais difícil para os pequenos agricultores familiares garantirem seu sustento na atividade agrícola convencional. Nesse sentido, a agroecologia, como proposta alternativa baseada em princípios de criatividade e autonomia, representava uma forma específica de acesso à terra, que se propunha a dar condições para projetos de vida destes agricultores.

²³ Existem muitas críticas à utilização do termo 'ativo'. Alguns autores consideram uma expressão que se vincula demais às condições materiais, ainda que em teoria defenda-se a incorporação no seu significado de condições de vida e existência não mensuráveis por métodos convencionais. Outros alimentam uma certa resistência quanto ao uso do termo, por considerarem-no inadequado como forma de tratar elementos da personalidade e valores dos indivíduos, por exemplo. Mesmo assim, e apesar de uma certa indefinição ou desconfiança que possa pairar sobre tal abordagem, ela se propõe a ampliar a compreensão sobre a forma como as pessoas vivem, decidem, escolhem, enfim, se posicionam no mundo, um avanço necessário e positivo.

“A noção de pobreza na agroecologia é diferente da visão convencional. O convencional não tem perspectiva de futuro. Tem pessoas que estão no modelo convencional, como o parceiro, não consegue desenvolver o convencional e não vê opção para ter uma qualidade de vida melhor. Quem tem sua própria terra, pelo menos pode sonhar: hoje eu não tenho dinheiro, mas não estou amarrado no patrão, não uso veneno, eu como coisa que presta, de qualidade, então o sonho a gente vê claro. Os sonhos das pessoas: vou construir um terreiro, vou conseguir qualidade para o café e, através desta qualidade, o café vai ter mais valor e vai gerar um retorno financeiro maior” (entrevista com agricultora, presidente do STR de Araponga, 2004).

A agroecologia propõe, de certa maneira, resgatar valores dos agricultores que estavam esquecidos, bloqueados pela lógica dominante da exploração agrícola. Tratam-se de coisas que os agricultores aprenderam desde crianças, relacionadas à diversificação da produção, à subsistência das famílias. Juntamente com técnicas, formas de produção, há também um resgate de lembranças e sensações de uma vida com mais saúde, fartura, coisas que são importantes dentro da lógica, estratégias e trajetória dos agricultores, como revelam as entrevistas: *“Até porque foi mudando em relação à forma de parceria e que existia antigamente também. Porque, antigamente, o pessoal plantava de parceria, mas podia plantar na roça. Então, plantava café, mas plantava milho, feijão, café, então, diversificava a produção de café. E, nos últimos anos, naquela época, o que vinha acontecendo? Vinha crescendo a pecuária, a monocultura do café vinha crescendo, ... deixou de ter colono tradicional, que trazia problemas trabalhistas com os fazendeiros. E aí, o pessoal começou a especializar a produção de café. Então, por exemplo, as muitas áreas de roça lá, mesmo no Estouro, aquelas baixadas todas que tem no Estouro, o pessoal plantava roça antes e hoje só braquiária. Então, onde plantava roça tinha que semear o capim. E, tradicionalmente, antigamente, não; eles plantavam roça, dividia a roça com o fazendeiro. Mas eles tinham o milho, tinham feijão e, aí, eu acho que isso bateu forte também. A proposta da agroecologia também fazia com que eles também voltassem um pouco aquilo que eles queriam, sabe, que era diversificar. Ter um abacateiro no meio do café, poder plantar milho, feijão... diversificar”* (entrevista com coordenador executivo do CTA-ZM, 2005).

Mudanças como estas não são peculiaridade de Araponga. A imposição de um modelo tecnológico moderno para a agricultura teve fortes e negativas conseqüências sobre os valores e a forma de vida dos agricultores e trabalhadores rurais que, aos poucos, passaram a ter o seu saber desqualificado e sua força de trabalho instrumentalizada, lembrando as condições do discurso competente apontadas por CHAUI (1982).

PORTO (1997) faz uma análise da modernização do campo no Brasil como um processo violento. Violência que não é somente física, explícita ou aberta, mas, principalmente, simbólica, que se consuma de forma não explicitada (como no caso da desqualificação do trabalhador) e consegue ir muito além do espaço da produção atingindo o universo social, político e simbólico dos agricultores e de suas famílias.

Há, nas entrevistas com os agricultores envolvidos na experiência, afirmações sobre a dificuldade de visualizar outras possibilidades de exploração agrícola, alternativas econômicas, formas de relacionamento, de vida antes da experiência agroecológica. *“Eu sinto diferente [como agricultor] hoje do que antes. Na agricultura, antes, eu parecia um cara cego que não conseguia enxergar e hoje eu consigo enxergar. Parece que limpou as vistas e continuo estudando... sou um estudante hoje. Antes eu pensava que era só trabalhar...”* (entrevista com agricultor de Araponga, 2004).

À medida que esta violência mediada pela tecnologia e reproduzida nas relações

sociais não é percebida, torna-se mais eficiente e, conseqüentemente, mais difíceis de serem questionados os comportamentos induzidos e reproduzidos a partir daí.

“A desqualificação deste trabalhador como sujeito de um saber específico, sugerida, de forma mais velada do que revelada no âmbito das construções simbólicas dominantes, mas ao mesmo tempo socialmente construída no bojo das transformações advindas do processo de modernização da agropecuária, subverte, por assim dizer, valores centrais do processo de socialização deste trabalhador, afetando as formas de construção de sua identidade e de suas representações. Tal socialização, anteriormente definida pela valorização da produção e transmissão de um saber específico, responsável pelo estabelecimento de normas e valores orientadores de sua conduta, na vida prática e no mundo do trabalho, defronta-se com um contexto novo, onde o trabalhador se sente confrontado com uma nova divisão e organização do trabalho, uma nova relação homem/natureza e uma nova conceituação do tempo, não mais definido unicamente pelo ciclo produtivo, mas sobretudo, pelo tempo do relógio” (PORTO, 1997:200).

Mudanças deste tipo são analisadas por GIDDENS (1991) como processos de desencaixe, ou seja, o deslocamento das relações sociais de contextos locais de interação e sua reestruturação por meio de extensões de tempo-espço. Segundo o autor, o processo de desencaixe está relacionado ao fluxo de eventos e fatores da modernidade e não apenas da inovação tecnológica, que é um destes fatores. Os processos de desencaixe se baseiam em dois mecanismos principais, que são as fichas simbólicas (meios de intercâmbio que podem ser “circulados” sem ter em vista as características dos indivíduos ou grupos que lidam com eles em qualquer conjuntura particular) e os sistemas peritos (sistemas de excelência técnica ou competência profissional que organizam grandes áreas dos ambientes material e social em que vivemos hoje) que dependem, ambos, da confiança que as pessoas depositam em princípios abstratos.

Em grande parte, a crença e a dependência destes sistemas estão relacionadas à desvalorização ou à perda da fé que os agricultores atribuem a si mesmos, a seus conhecimentos e às suas práticas. Com o passar do tempo, eles podem ser abandonados. Assim, o fato da experiência e da conquista de terras possibilitarem este resgate de valores (inclusive do valor próprio) representa um apelo não apenas ao passado, mas também ao futuro.

O “chamado ao sujeito”, por assim dizer, se faz a partir de um processo de politização das coisas do cotidiano, construído na prática e voltado para as demandas concretas dos agricultores. *“As instituições passavam para o pessoal o que eram os venenos, por que que veio para o Brasil e já não conseguiam vender fora e queriam vender aqui. O pessoal que participa desta organização [experiência] tem uma consciência diferente dos outros”* (entrevista com agricultora de Araponga, 2004).

A experiência tem como importante orientação algo semelhante ao que SLATER (2000) chama de *“revelar significados velados do político encerrados no social”*, tarefa que ele atribui a alguns movimentos sociais. As lutas nas quais a experiência está engajada, incluindo o acesso à terra, podem ser consideradas ainda, segundo as reflexões de Slater, guerras de interpretação nas quais a orientação e a significação de suas demandas e reivindicações são construídas por meio de sua prática..

Por outro lado, a institucionalização da conquista de terras, com a elaboração dos “dez mandamentos para a conquista de terras” (Quadro 6) e, principalmente, com o STR passando a gerir o processo, fortalece a agroecologia como um princípio fundamental para o acesso a terra.

Os precursores da conquista de terras não se preocupavam, e até mesmo não desejavam, que se formalizasse este processo. De certa forma, a institucionalização já estava se fazendo, informalmente, com o reconhecimento do trabalho, dos seus atores, a legitimação social de um processo que contribuiu também fortemente para que os seus idealizadores acumulassem um capital político importante que depois vai ser herdado pelo STR a partir do momento em que este assume a experiência.

Os processos de institucionalização não precisam ser necessariamente formais para serem efetivos. Diferentes arranjos sociais podem definir regras de comportamento e funcionamento específicas, ainda que estas não estejam escritas. O'DONNELL (1997) entende por instituição pautas regularizadas de interação que são conhecidas, praticadas e regularmente aceitas (ainda que não necessariamente, aprovadas normativamente) por agentes sociais que mantêm a expectativa de seguir atuando conforme as regras e normas – formais e não formais – que regem estas pautas.

Tanto mais eficiente será a institucionalização quanto maiores forem o respeito e a adoção destas normas pelas pessoas, mesmo sem a existência de coerção e formalização. No caso da conquista de terras, os princípios que compõem os dez mandamentos da conquista de terra foram endossados pelo STR de forma a aproveitar um conjunto de normas anteriormente institucionalizadas e legitimadas. Nesse sentido, prevalece a idéia de aproveitar conhecimentos e práticas locais, potencializando-as.

Mas seria correto afirmar que a institucionalização da conquista de terras pelo STR permitiu a expansão deste processo e também da experiência agroecológica. Há uma abertura maior para outros interessados em participar da iniciativa e divulga-se a experiência, ações que vão contribuir para que STR e CTA-ZM tenham acesso a recursos diversos, principalmente financeiros que, por sua vez, contribuem para fortalecer a conquista de terras.

Quadro 6 10 mandamentos da conquista de terras

1. Interesse pela terra – ter amor pela terra e compromisso.
2. Comportamento no grupo – ter sinceridade, não mentir, não tomar decisões individualistas, participar de reuniões.
3. Meio ambiente – ter consciência ecológica
4. Divisão – formar um grupo responsável e não tomar decisões precipitadas.
5. Conquista das terras – fazer economia para comprar terra, ter em mente que isso é possível e viver em sintonia com a comunidade.
6. Forma de convivência – ter diálogo e compreensão com os companheiros, tratar dos assuntos que envolvem a família, participação e reflexão religiosa em grupos, independente da seita.
7. Participação e contribuição da mulher – lutar e animar o companheiro, exigir seu nome nos documentos, não ter vergonha de ser lavradora, participação na partilha das terras, participação nas decisões em grupo.
8. Participação agrícola – participação nas forças de serviço e mutirão, recuperação e conservação de solo, visitar as propriedades dos companheiros, usar leguminosas.
9. Maneiras de usar as coisas móveis do grupo – usar tração animal para os serviços do grupo, uso dos animais por pessoas acostumadas com esse trabalho, reconhecer as necessidades maiores de serviços, ter zelo com os animais.
10. Maneira de usar os imóveis – conservar e ampliar as estradas, manter trilhas, usar e oferecer estruturas como moinho, engenho, olaria, usina, manter torneiras fechadas quando a água for pouca, controlar seus pequenos animais para não prejudicarem a propriedade vizinha.

Fonte: CENTRO DE TECNOLOGIAS ALTERNATIVAS DA ZONA DA MATA, 2004a.

O quadro anterior revela que a agroecologia foi incorporada pela conquista de terras de forma bastante ampla. Embora não estejam explicitados como tal, muitos princípios e valores que compõem a proposta agroecológica estão expressos nestes mandamentos.

Considerando que a conquista de terras surgiu antes da experiência, reafirma-se a idéia de que em Araponga havia um terreno fértil que vai reagir muito bem às propostas trazidas pelo CTA-ZM. No entanto, a intervenção mais objetiva desta organização a partir do diagnóstico dá consistência às práticas sugeridas nos mandamentos, criando a imagem de que a agroecologia é uma estratégia para os agricultores acessarem a terra em condições mais eficientes, oferecendo maiores chances de cumprir os compromissos assumidos com o grupo, quitarem as dívidas e conseguirem sobreviver da atividade agrícola. Tal intervenção cria condições ou viabiliza o acesso dos agricultores a recursos como informações, tecnologia, conhecimento, etc, que vão permitir a concretização de alguns destes mandamentos.

Esse terreno fértil para as propostas agroecológicas pode ser entendido como a abertura de diálogo com o *habitus* do agricultor familiar. Assim, haveria uma identificação dos agricultores com a lógica da criatividade, da inovação, da experimentação, da forte relação com o meio e os recursos disponíveis, dos vínculos entre produção, bem-estar da família, autonomia e preocupação com o futuro dos descendentes que fazem parte do ideário agroecológico defendido pelo CTA-ZM.

Embora tais práticas já não fizessem parte do cotidiano de muitos agricultores, não significa que não fizessem parte de suas memórias, de seus valores mais caros. De fato, para muitos destes valores estavam escondidos, submersos, o que não quer dizer que estivessem mortos.

A atuação do CTA-ZM dando destaque e sistematizando a experiência de conquista de terras teve o mérito de revelar “para fora” esta iniciativa, o que fez com que ela passasse a ser ainda mais valorizada no âmbito local (situação semelhante a que aconteceu com a intervenção sobre a criação PESB). Especificamente, este esforço permitiu obter recursos financeiros para consolidar e ampliar a conquista de terras. É o caso, por exemplo, do fundo rotativo para compra de terras, viabilizado pelos contatos do CTA-ZM com a Fundação Ford que, na época, financiava o Programa de Conservação da Mata Atlântica desenvolvido pelo CTA-ZM, na região da Serra do Brigadeiro.

Segundo o coordenador executivo do CTA-ZM, estes recursos, da ordem de 25.000 dólares, representam a base do fundo rotativo usado para a conquista de terras, que permite complementar os recursos que os agricultores já dispõem para comprar terras. De forma geral, o processo de conquista de terras não se modificou com a utilização destes recursos, mantendo-se a mesma forma de conversão da dívida e de pagamento. É evidente que foi possível atender a um número maior de famílias, mas, os princípios continuam sendo os mesmos e, talvez, sejam seguidos até mais rigidamente. No entanto, deve-se imaginar que a situação para os novos proprietários se modifica em relação ao quadro anterior.

Na origem da experiência, o sacrifício e o risco envolvidos no processo eram assumidos plenamente pelos agricultores que juntavam o dinheiro e assumiam dívidas com outros companheiros. Hoje, embora a forma de pagamento da dívida seja a mesma e a inadimplência, segundo técnicos do CTA-ZM e STR, seja nula, as pessoas que se engajam no processo têm acesso mais facilitado ao dinheiro. Além disso, o respaldo do STR faz com que o processo tenha um caráter mais institucional que pessoal, o que, em muitos casos, pode ser sinônimo de segurança para quem se aventura na conquista de terras, sejam eles compradores ou vendedores.

O grande destaque dado a esta iniciativa, no entanto, pode trazer conseqüências negativas. O aumento da demanda por terras na região pode levar a um aumento generalizado nos preços deste recurso, principalmente na medida em que o município começa a ser reconhecido pela produção de café.

É claro que, ao passar de uma iniciativa pequena, centradas nas pessoas para uma ação mais ampla, gerida pelo STR há também muitos riscos, relacionados, principalmente, a perdas de autonomia dos agricultores. No caso de Araponga, a conquista de terras como parte da

experiência agroecológica segue a orientação de comprometer fortemente os agricultores com o processo. Isso implica que os agricultores são estimulados a participar de uma série de organizações e atividades que complementam a conquista de terras. Se, por um lado, isso gera ganhos também para os agricultores – em informação, capacitação, etc. – também produz ganhos para o STR, como, por exemplo, o aumento do número de filiados. Se há ganhos gerais para os agricultores, há evidências de um acúmulo maior de poder por parte dos mediadores.

Tal situação parece bem-vinda e esperada, uma vez que experiência se baseia na idéia de interdependência como fonte de força. Isso pode parecer conflitante com a proposta de estimular maior autonomia dos agricultores; entretanto, olhar formações sociais ou grupos, pensando numa liberdade absoluta, pode levar a uma interpretação equivocada sobre a vida social. Elias *“prefere pensar a ‘liberdade’ de cada indivíduo como inscrita na cadeia de interdependências que o liga aos outros homens e que limita o que lhes é possível decidir ou fazer. Contra as categorias idealistas do indivíduo em si [Individuum na sich] ou da pessoa pura [reine Person], contra uma representação atomística das sociedades, que a consideram apenas a agregação de sujeitos isolados e a soma de comportamentos pessoais, Elias coloca como centrais as redes de dependências recíprocas que fazem com que cada ação individual dependa de toda uma série de outras, porém modificando, por sua vez, a própria imagem do jogo social”* (CHARTIER, 2001:13).

A liberdade, a autonomia, só se avalia em função de outras pessoas, de grupos, de relações sociais. A percepção desta aparentemente inescapável interdependência pode ser útil para pensar estratégias para alterar o equilíbrio de forças em determinadas figurações.

“Figuração é uma formação social, cujas dimensões podem ser muito variáveis, em que os indivíduos estão ligados uns aos outros por um modo específico de dependências recíprocas e cuja reprodução supõe um equilíbrio móvel de tensões” (ELIAS, 2001, p. 13).

Tais interdependências permitem que as relações entre a experiência agroecologia e a conquista de terras sejam pensadas de outras perspectivas. De outro ângulo, a proposta agroecológica ganhou grande reforço com a estratégia da compra de terras em conjunto, porque *“para o agricultor testar e experimentar no terreno dos outros não dava. O acesso à terra alavancou o processo: na minha terra eu faço o que eu quero e tenho outra auto-estima e outra inspiração. Aos poucos, as pessoas foram se tornando mais independentes e isso foi se alastrando para o município e, mesmo, muitas pessoas que criticavam o trabalho da gente passaram fazer um trabalho alternativo”* (entrevista com técnico do CTA-ZM, 2004).

Embora haja agricultores que não estão ligados ao CTA-ZM ou ao STR implementando algumas práticas agroecológicas, como reconhecem técnicos de diferentes instituições locais, de fato, os agricultores que se envolveram na conquista de terras representam a base da experiência agroecológica de Araponga. Trata-se de um grupo bastante heterogêneo em termos técnicos, participativos e também em relação aos resultados obtidos com a agroecologia, que é o foco central do trabalho dos mediadores.

As formas como os agricultores incorporam as práticas agroecológicas e se envolvem na experiência são bastante diferenciadas. Pode-se falar de novos perfis de agricultores surgindo no município, em função das relações que estabelecem com a experiência.

A maioria dos agricultores que hoje pratica a agroecologia são aqueles que participaram da conquista de terras, mas, isso não impede que outros agricultores também adotem algumas práticas e sigam algumas orientações apontadas pelos mediadores da experiência. Dessa forma, observa-se uma mudança qualitativa no perfil de agricultores do município.

Quantitativamente, os impactos da conquista de terras são vigorosos. Tal iniciativa havia conseguido assentar, até o ano de 2005, 100 famílias distribuindo 498 ha de terras.

Seria difícil, e não é objetivo deste trabalho, elaborar uma tipologia dos agricultores envolvidos com a agroecologia no município. No entanto, é notável que a experiência tenha um grande poder de difusão de idéias e de práticas que, mesmo não ocorrendo na velocidade, intensidade e direção desejadas pelos mediadores, certamente cria dúvidas, motiva, desperta interesses de diversas categorias de agricultores levando a uma grande diversidade de sistemas de produção no meio rural do município.

É possível identificar, colocando em prática, alguma proposta da agroecologia, desde agricultores muito pequenos que trabalham só em parceria, com grande dificuldade de acesso a recursos, que estão em comunidades nas quais STR e CTA-ZM têm maior dificuldade de penetração (como é o caso do Estouro), até aqueles que representam uma agricultura familiar mais estabilizada, com áreas maiores, terras mais férteis e com acesso a financiamentos.

A diversidade do público presente no meio rural do município e com o qual o CTA-ZM trabalha, dificilmente, poderia ser reduzida à categoria de agricultura familiar sem a perda de elementos importantes para compreender a lógica destes atores. A partir da experiência, e com a apropriação da proposta por diferentes grupos, esta diversidade tornou-se ainda maior, inclusive dentro daquele grupo com o qual o CTA-ZM trabalha diretamente. Ainda que se possa afirmar que a maioria dos agricultores mais envolvidos com a experiência encontra-se nas categorias de pequenos agricultores (incluindo aí trabalhadores sem terra que mudaram de categoria a partir da conquista de terras), seria difícil precisar a amplitude real da experiência hoje.

SANTOS & PACHECO (2004) produziram uma tipificação das famílias de agricultores ou sistemas de produção da região na qual a instituição atua. Embora o documento inclua outros municípios além de Araponga, este exercício ajuda a compreender a complexidade da experiência agroecológica e a difusão de suas idéias.

Segundo os autores, há agricultores familiares com disponibilidade de área um pouco maior para produção, dedicados tanto a práticas agroecológicas como orgânicas. Neste grupo encontram-se tanto aqueles que se dedicam ao monocultivo do café orgânico como outros que combinam o café orgânico com silvicultura.

Outros, denominados pequenos agricultores agroecológicos de agrofloresta, têm renda proveniente principalmente das frutas, dos sucos, das geléias, doces em barra, do quintal, do mercado local e do café. Além destes encontram-se muitos pequenos agricultores (meeiros, parceiros), alguns que conquistaram terra e praticam agroecologia, outros que vendem trabalho de parceria (não possuem terra), além daqueles que não têm clara a identidade como agricultor e têm renda proveniente de outras atividades.

Por um lado, esta diversidade pode ser avaliada como um resultado importante da experiência, mostrando seu poder de difusão de idéias e práticas. Mas, que outros tipos de resultados se podem observar a partir da experiência agroecológica?

Segundo SANTOS & FLORISBELO (2004a), o objetivo da ampliação da experiência agroecológica era aumentar a produção e a produtividade, diminuir a dependência de insumos externos, diversificar a produção e a renda das famílias e promover o uso sustentável dos recursos naturais disponíveis para os pequenos agricultores. As inovações técnicas aplicadas foram voltadas para manejo, correção e melhoria da fertilidade dos solos, diversificação de espécies vegetais, da produção e da renda das famílias, resgate, conservação, avaliação e uso de variedades locais e recuperação de nascentes.

Destas ações e inovações, é possível observar alguns resultados. *“Antes tinham terras que não produziam nada e hoje estão produzindo. Se a terra continuasse produzindo no mesmo sistema de antes, quando eu era criança, talvez eu mesmo fosse um que estaria*

passando dificuldades, procurando emprego na cidade. Então, de certa forma, eu acho que ajuda muito nessas questões” (entrevista com agricultor de Araçatuba, 2004).

Comparando-se, de forma genérica, a situação dos agricultores que possuem terras e que adotam o processo de produção convencional com os agricultores que obtiveram suas terras a partir do processo de conquista e aderiram às práticas agroecológicas, é possível observar melhorias relativas à produção e gestão das propriedades neste último grupo.

Informações do monitoramento econômico²⁴ realizado pelo CTA-ZM apontam para a maior eficiência econômica dos sistemas de produção “mais agroecológicos” em comparação com outros “menos agroecológicos”. *“Quando analisamos, por exemplo, as informações sobre as alternativas de fontes de renda e prioridades no seu uso, verificamos que as primeiras, além de terem fontes de renda mais diversificadas, utilizam a renda obtida no café para a realização de investimentos, ao passo que as demais dependem desta renda para as despesas corriqueiras, do dia a dia da família”* (FERRARI, 2003: 6).

Tal situação não é reflexo de uma simplificação da gestão das propriedades. Na verdade, há uma complexificação da produção, do planejamento, da visão da propriedade e das estratégias familiares.

FERRARI (2003), comparando os sistemas de produção de duas famílias, consideradas a mais agroecológica (família 1) e a mais convencional (família 2), aponta algumas diferenças significativas que refletem mudanças ocorridas a partir da experiência agroecológica.

Quadro 7 Resumo comparativo de sistemas de produção de duas propriedades

<i>Itens avaliados</i>	<i>Família 1</i>	<i>Família 2</i>
Trabalho disponível	2 adultos	2 adultos
Número de pessoas na casa	4	4
Área total	8 ha	12 ha
Área com pasto	4 ha	6,5 ha
Área com mata/capoeira	2 ha	-
Área com café	1,24 ha	4,5 ha
% área com café	15,5%	36%
Número de pés de café	+/- 4000	+/- 13000
Renda agrícola total ²⁵	R\$ 5799,03	R\$ 5874,25
Custos/valor da produção ²⁶	0,11	0,32
Outros produtos (exceto horta, pomar e mandioca/polvilho presentes nas duas)	Milho, feijão, cana, amendoim (farinha), gado, cabras, mel, própolis, banana, galinhas, porcos, açúcar mascavo, rapadura	Feijão, gado

Fonte: adaptado de FERRARI, 2003.

Estes avanços comparativos, no entanto, são bastante relativos. Do ponto de vista dos próprios agricultores envolvidos na experiência as condições materiais, de saúde, de autonomia, de produção e, em alguns casos, de renda melhoraram.

“De um ano e meio pra cá a gente entrou na agroecologia. Já têm café orgânico para colher... A preocupação com a saúde foi um motivo pra gente vim pra agroecologia. Hoje, tem onde produzir e dar um bem-estar para a família e já teve muita mudança: os filhos pequenos ficavam sempre doentes, agora não fica mais. Eu não sei direito porque mas acho que era por causa do veneno. Antes, tinha que usar todo tipo de

²⁴ Mais detalhes sobre o monitoramento em FERRARI, (2003) e ALMEIDA (2001).

²⁵ Renda agrícola total é definida como Produto Bruto menos os custos de produção.

²⁶ Relação entre os custos totais e o valor total da produção que a metodologia do monitoramento define como medida da autonomia dos sistemas de produção.

veneno na produção [ele era parceiro de outro produtor] e a roupa que ia para casa, acho, fazia mal pra saúde dos menino. Agora, não tem mais que correr para o médico, a água é boa.... Antes da terra era tudo sem liberdade e sem respeito a uma divisão certa” (entrevista com agricultor de Araponga que participou da última compra coletiva de terras, 2004).

Os técnicos do CTA-ZM avaliam que a maioria dos agricultores tem conseguido avanços nas condições básicas de sobrevivência (saúde, alimentação, produção, etc.), mas, são poucos os que obtiveram melhores retornos financeiros até o momento. Mesmo no grupo de agricultores mais ligados à experiência há diferenças em termos de ganhos materiais e financeiros que chamam a atenção. Isso é reflexo também de uma maior proximidade com o STR e CTA-ZM, o que leva a obter mais informações, identificar mais rapidamente oportunidades e agir.

Embora os mediadores procurem criar condições para um diálogo aberto e para o acesso amplo a informações, aqueles que estão mais ligados à direção do STR e às ações e planejamento do CTA-ZM têm mais facilidade de acesso a estes recursos. Isso pode, em muitos casos, levar à conquista de ganhos mais rápidos ou mais significativos, o que não significa que haja uma disparidade muito grande no grupo de agricultores ligados à experiência. Tais diferenças são mais sutis, muitas vezes aparecem mais no comportamento, no discurso e no domínio de certas informações do que nas condições materiais e produtivas.

No entanto, pode-se dizer que, de forma geral, a experiência agroecológica habilita os produtores a solucionarem de forma mais ativa outros tipos de conflito que envolvem a gestão das propriedades. Um exemplo, citado por uma agricultora, refere-se à extração de madeira que, em geral, é um processo bastante burocrático, formal, no qual os agentes de fiscalização, que têm uma presença forte no município em função do PESB, tendem a atuar de forma punitiva. A licença para corte de árvores, muitas vezes, é demorada e muitos agricultores optavam por cortar a madeira sem autorização do IEF.

Hoje, os agricultores mais ligados à experiência afirmam que a relação é mais dialógica e negociada. *“Quando a gente precisou tirar madeira da propriedade, chamou o técnico do IEF e mostrou a organização da propriedade e que ia tirar uma, duas, mas que já estava plantando dez em outro lugar. Aí ele deixou” (entrevista com agricultora de Araponga, 2004).* Isso não acontece apenas porque os técnicos mudam sua posição. É também uma conquista dos agricultores que passam a enxergar nos recursos disponíveis na propriedade (terra, árvores, água, etc.) um novo potencial.

“Meio ambiente? Aqui já tem essa preocupação. Todo mundo tem o maior zelo com sua água. Até as águas aumentaram desde que a gente veio prá cá, mesmo que a chuva não está sendo muita. Antes, a gente usava a água e na época de seca não tinha nem sinal de água. Hoje, a gente usa e ainda tem água atravessando a estrada. Tem muita água, mesmo na época da seca” (entrevista com agricultor de Araponga, 2004).

Outros relatos sobre o trabalho do CTA-ZM na região (TEIXEIRA, 1994; SIQUEIRA, 1994) revelam que a incorporação da problemática ambiental ao cotidiano dos agricultores, além de produzir resultados mais efetivos, também difunde as idéias agroecológicas de forma mais rápida e diferenciada.

Em Araponga foi possível perceber que os bons resultados alcançados pelas práticas agroecológicas estão contribuindo para a difusão de alguns princípios de conservação da natureza (alguns deles adotados, inclusive, pela agricultura convencional), o que é extremamente positivo, do ponto de vista da própria sustentabilidade da experiência agroecológica. Por exemplo, a qualidade da água utilizada pelos agricultores

agroecológicos depende não apenas deles ou da comunidade na qual vivem, mas envolve outros atores que utilizam, para fins diferentes, esta mesma fonte. Se outros atores incorporam práticas mais racionais e conservacionistas ao uso de recursos naturais, como a água, por exemplo, estes terão reflexos importantes sobre a própria ampliação e consolidação da experiência.

Com a experiência agroecológica, passam a gerir de forma diferente e mais eficiente este potencial de recursos, produzindo resultados positivos do ponto de vista da conservação ambiental e adquirindo conhecimentos que lhes permitem negociar com os órgãos de fiscalização.

Assim, conhecimento, informação e capacitação têm sido acessos importantes para que os agricultores possam conquistar acesso a outras instâncias, como no caso da extração de madeira, o IEF. *“Depois vai ter reflexo na possibilidade de planejamento da propriedade, já que as famílias se pautam pela sua necessidade e não apenas pelo mercado. O planejamento realizado com base nas necessidades e também nas disponibilidades de recursos internas exercita a liberdade das pessoas em relação a outras instâncias e revela esta possibilidade com poder público, etc.”* (entrevista com técnico do CTA-ZM, 2005).

Embora a preocupação com ganhos financeiros não tenha sido priorizada pelos agricultores nas entrevistas, pelos menos não pelos agricultores envolvidos na experiência, não se pode dizer que eles não tenham expectativa de maiores ganhos materiais e financeiros com o desenvolvimento do trabalho, principalmente para as próximas gerações. Esta preocupação surge muito forte nas entrevistas: a possibilidade dos filhos e netos se manterem na terra e com melhores condições de vida. Esta perspectiva de futuro também é um motivador para a vinculação a experiência agroecológica. Mesmo motivados por estes valores, alguns agricultores desistiram da experiência ou, pelo menos, se afastaram um pouco do trabalho, segundo as entrevistas devido às pressões externas, ao desejo de obter ganhos imediatos. Não foi possível quantificar o número de agricultores que abandonaram a experiência, até porque as entrevistas apontam que em certos momentos, alguns agricultores podem se distanciar de certas ações que fazem parte da experiência, o que não significa que sejam desfeitos os vínculos ou deixem de compartilhar alguns conhecimentos e práticas com este grupo ou mesmo que possam voltar atrás em suas decisões.

“Sempre persiste dúvidas na cabeça dos produtores, mais ainda aqueles que não estão mais próximos ao trabalho do sindicato e podem abandonar tudo porque ouviu a voz e as idéias de outros vizinhos que pensa diferente. Então, o sindicato tem que fazer um trabalho constante junto dessas pessoas para fixar as idéias da agroecologia. Mesmo assim, sempre ocorre desistência (...). A justificativa é o financeiro. Os agricultores foram afetados por problemas financeiros já tem algum tempo e, quando a gente entra no trabalho de agroecologia, a gente leva um baque no setor financeiro - todo mundo. A diferença é passar por isso com consciência. Porque quem produz com muito adubo vai levar o baque quando mudar, mas, no futuro, vai ser recuperado com a própria terra que se recupera, mas eles não agüentam esperar. Daí, olhando os outros vizinhos, ele acaba desistindo, principalmente quando ouve as críticas que sempre surgem daqueles que estão de fora do sistema. Mesmo tendo provas, experimentos de que a proposta pode funcionar, se no meu não está funcionando, eu fico com receio de continuar” (entrevista com agricultor-sindicalista, 2004).

As pressões exercidas por padrões dominantes de nossas sociedades são muitas e difíceis de resistir. As opiniões, as representações e os comportamentos dos outros contribuem fortemente para as auto-imagens que as pessoas criam. Em Sociedade de Corte, Elias afirma que *“(...) o ser social do indivíduo é totalmente identificado com a representação que lhe é*

dada por ele próprio ou pelo outros. A 'realidade' de uma posição social aí é apenas o que a opinião julga que ela é: era o reconhecimento pelos outros da qualidade de membro dessa sociedade que, em última análise, determinava essa própria realidade". (...) Em uma tal formação, a construção da identidade de cada indivíduo está sempre no cruzamento da representação que faz de si mesmo e da credibilidade concedida ou recusada pelos outros a essa representação" (ELIAS, 2001:113).

Os conflitos entre "o novo" e "o convencional" se manifestam em situações rotineiras. Mesmo pessoas que tiveram contato mais rápido com a experiência e hoje estão afastadas (e que também foram entrevistadas para a pesquisa) ressaltam a importância das críticas de outros agricultores, às vezes de pessoas da própria família, principalmente no início. "Então, o pessoal comenta muito que, antes, eles olhavam e falavam assim: - *Quem é o doido que deixa a roça suja, que não cuida, desleixa, ...*" (entrevista com pesquisadora que atuou na experiência, 2005).

Em situações como esta o conflito é inevitável. Percebe-se que a forma de ver e vivenciar a experiências é diferente para aqueles que estão envolvidos diretamente e aqueles que estão de fora. Para estes (que também, em determinadas situações, podem se colocar com opositores da experiência), é preciso olhar com cautela os avanços obtidos pela conquista de terras e pela experiência agroecológica como um todo.

Não são todos que conseguem ter casa melhor, carro, aumento na renda, resume o técnico da EMATER local sobre a percepção sobre o grupo que está envolvido na experiência agroecológica: "*Melhora um pouquinho. Mesmo de renda, por exemplo, naquelas comunidades que você foi São Joaquim [principal comunidade envolvida na compra de terras e agroecologia], lá, você percebe uma melhora em termos de organização, de... da auto-estima deles, da formação que eles têm, mas, não tem melhora em renda*" (entrevista, 2005). Por outro lado, as entrevistas realizadas nesta comunidade, onde está um grande número de pessoas que participaram da última conquista de terras, revela famílias satisfeitas, capazes de enumerar muitos ganhos a partir da posse da terra e da agroecologia. Ao mesmo tempo, são pessoas cheias de planos para o futuro, fazendo investimentos nas propriedades tanto em infra-estrutura produtiva, como é o caso de terreiros suspensos de café, como nas moradias.

Observa-se, assim, que a lógica de depoimentos como o anterior está respaldada em padrões comuns de funcionamento das sociedades atuais que, por sua vez produzem uma certa resistência a experiência. Como avaliar a situação vivida pelo outro se não se sabe o que tem valor para ele, se não se conhece sua trajetória de vida? Este tipo de situação não é resultado exclusivo das relações no âmbito local, mas de uma longa rede de influências, se configura num grande desafio que a experiência tem que enfrentar.

SANTOS & RODRIGUEZ (2002) propõe que a viabilidade de propostas alternativas (nas quais se pode incluir a agroecologia), pelo menos a curto e médio prazos, depende, em boa medida, da sua capacidade de sobreviver no contexto do domínio do capitalismo. Tal luta não é uma abstração e começa a ser travada na lida diária na roça.

Sob "lentes" convencionais torna-se mais difícil compreender a amplitude desta experiência. No entanto, se os fins da experiência agroecológica, comparados ao padrão de agricultura convencional, não parecem adequados, os meios ou processos revelam-se muito promissores, mesmo na análise de grupos opositores desta iniciativa. Assim, o diferencial, os ganhos para os agricultores que estão envolvidos na experiência parecem estar (e são muitos os atores que reconhecem isso) na capacidade que os agricultores desenvolvem de encontrar, negociar e aplicar soluções para seus próprios problemas. Mas, em que medida isso faz diferença?

As pessoas das comunidades que estão envolvidas com a agroecologia são aquelas que mais se mobilizam, "correm atrás", se informam, sabem seus direitos e isso seria "o" diferencial na opinião de alguns técnicos da EMATER e IEF, que permitiria, por exemplo,

para a melhoria da nutrição das famílias, principalmente das crianças, acesso aos serviços de saúde, melhoria da produção e acesso a crédito (PRONAF), entre outras.

A capacidade dos agricultores envolvidos na experiência agroecológica de buscar alternativas próprias para a solução de problemas, que tem um dos maiores destaques na conquista de terras, também foi importante para possibilitar outros acessos. Este, por exemplo, foi um diferencial importante para que o CTA-ZM fosse convidado para ser executor do Programa Nacional de Crédito Fundiário elaborado pela Secretaria de Reordenamento Agrário (SRA) do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Apesar das controvérsias envolvendo o programa²⁷, esta vinculação mostra como a construção de capacidades a partir da experiência agroecológica tem sido efetiva na criação de acessos a outras instâncias, cujas decisões, em geral, são tomadas muito longe dos agricultores.

Pode-se dizer, a partir da análise da conquista de terras, que o estímulo ao desenvolvimento de capacidades, autonomia, criatividade, que são muitas vezes menosprezados, constituem a própria construção dos acessos. Pode estar aí um elemento central desta experiência, uma vez que as trajetórias, opções e estratégias dos agricultores são muito diversificadas.

Nenhum destes processos é mero acaso. Se os princípios gerais da agroecologia colocam em evidência o protagonismo dos agricultores, a metodologia de trabalho adotada na experiência (nem sempre estes princípios são considerados) consegue colocá-los em funcionamento. O significado deste processo tem sido mudanças nas relações de poder vivenciadas pelos agricultores e também pelas organizações que os apóiam.

2.3 Mudando Relações: O que se Pode Fazer com a Terra

A conquista de terras, como parte da experiência agroecológica de Araponga, foi uma estratégia desenvolvida para mudar uma situação na qual o equilíbrio de poder era desfavorável, principalmente para os trabalhadores rurais sem terra, pequenos agricultores familiares que dependiam das relações de parceria, em número bastante elevado no município. Era a alternativa para obterem maior autonomia, tanto do ponto de vista produtivo como social e político. O embate principal era com grandes proprietários, mas também era com as condições mais gerais de produção e reprodução social que eram replicadas e impostas em grande parte por estes atores no espaço local. Se a posse da terra era uma oportunidade de mudar tais relações, havia também um risco e a necessidade de “dar certo”.

A proposta agroecológica como eixo importante do acesso à terra vai trazer alternativas para os processos produtivos, para relações sociais, reduzindo a dependência externa. A terra pode ser vista como um espaço, uma condição para a experimentação, para a inovação. A acessibilidade da proposta agroecológica faz com que a apropriação de conhecimentos e sua utilização sejam também estimuladores da autonomia dos agricultores.

“A agroecologia lida com conhecimento e com recursos que estão disponíveis, pro técnico e para o agricultor. Então, por isso que é uma ciência que abre para a criatividade. A ciência agrícola tradicional, ela fecha para a criatividade cultural, no máximo que o agricultor pode ter é a participação operacional na pesquisa. Mas, ele não tem o domínio do conhecimento, então, como a agroecologia propõe a valorização dos recursos locais que estão disponíveis? Na verdade, a variável que tem que ser trabalhada aí é o conhecimento. Então, se você tem um processo dinâmico, de interatividade, de rede, de intercâmbio, você reaquece culturalmente, parece que essa idéia da cultura, ela foi perdida, ela não é mais uma cultura porque a coisa agora já

²⁷ A discussão sobre o Programa Nacional de Crédito Fundiário será retomada no capítulo 5.

vem pronta. Não é agricultura isso” (entrevista com diretor executivo da AS-PTA, 2005).

Mas, havia limites para a ampliação do poder dos pequenos agricultores. A terra que, para os novos proprietários, representava autonomia em diversos sentidos, era também importante instrumento de controle social em Araponga: com o controle sobre as terras era possível manter o controle político, alimentar relações clientelistas, manter a dependência e a subalternidade daqueles que também dependem deste recurso para sobreviver.

A conquista de terras vai mostrar que existem outros caminhos e oportunidades de acesso. A posse da terra, aliada à recuperação dos solos, à maior capacitação dos agricultores, à melhoria da produção e produtividade, ao resultado de adoção de práticas agroecológicas, vai permitir que os agricultores se tornem mais autônomos em relação à elite dominante no meio rural de Araponga. Isso significa que eles conquistam o direito e condições de tomarem suas próprias decisões, seja na gestão da propriedade, no âmbito social e político. Além da auto-estima, os agricultores afirmam que conquistaram respeito e são tratados de forma “diferente” por outros agricultores e por representantes de algumas instituições com as quais se relacionam.

“Afixar o rótulo de ‘valor humano inferior’ a outro grupo é uma das armas usadas pelos grupos superiores nas disputas de poder, como meio de manter sua superioridade social. Nessa situação, o estigma social imposto pelo grupo mais poderoso ao menos poderoso costuma penetrar na auto-imagem deste último e, com isso, enfraquecê-lo e desarmá-lo. Conseqüentemente, a capacidade de estigmatizar diminui ou até se inverte, quando um grupo deixa de estar em condições de manter seu monopólio das principais fontes de poder existentes numa sociedade e de excluir da participação nessas fontes outros grupos interdependentes – os antigos outsiders” (ELIAS & SCOTSON, 2000:24).

Os agricultores envolvidos na experiência percebem diferenças nas relações sociais. *“Eu me sinto diferente, trabalho mais à vontade, me solto. (...) Algumas pessoas respeitam mais o agricultor agroecológico, mas, são só alguns. O pessoal, no começo, criticava muito quem estava envolvido na agroecologia. Eles passam a tratar a pessoa melhor porque vê que tá dando certo” (entrevista com agricultor de Araponga, 2004).*

“O agricultor agroecológico é mais valorizado, se está fazendo as coisas bem feitas. Recebe elogios. As pessoas estão acostumadas com uma coisa só, convencional... e quando vêem algo diferente, elogiam e até exageram. Eu sinto mudado. O comportamento com o meio ambiente e com a vida em geral” (entrevista com agricultor de Araponga, 2004).

Os ganhos de autonomia dos pequenos agricultores, a partir do acesso à terra, implica em perda de poder dos grandes proprietários. Estes deixam de exercer o controle sobre a vida e as decisões dos pequenos. Embora as relações entre eles ainda sejam marcadas por um equilíbrio desigual de poder em favor das elites locais, os novos proprietários já não podem ser simplesmente coagidos a realizar determinadas ações.

Além disso, quando os parceiros quebram a relação de dependência com outros proprietários para irem tocar suas próprias terras, os proprietários precisam procurar outras pessoas para levar adiante o trabalho. Ainda que não seja significativa cria-se uma disputa por mão-de-obra. *“Porque os agricultores que saíam pra conquista da terra, os fazendeiros*

tenham que arrumar outra pessoa pra tocar o serviço” (entrevista com coordenador executivo do CTA-ZM, 2005).

É importante lembrar que a terra mediava relações amplas de dominação, portanto, não se trata apenas substituir um trabalhador, mas de admitir a perda de controle sobre uma família, um grupo, não apenas no espaço da produção, mas também na comercialização e na política, por exemplo.

Tais mudanças implicam em novas oportunidades de trabalho ou, segundo um agricultor, *“Se o meeiro passar a ser pequeno agricultor, o bóia fria vai ser meeiro, e o latifúndio fica sem mão-de-obra”*. Embora, talvez, esta análise seja muito otimista, é preciso observar que, ao construírem-se novos laços de parceria, repetem-se, em alguma medida, tradicionais relações de dominação.

Por trás da proposta agroecológica, como concebida em Araponga, está não apenas o conteúdo e contexto técnico, mas, a necessidade de mudanças mais amplas nas relações que os agricultores vivenciam como forma de estimular maior a autonomia destes. No entanto, embora haja um discurso forte e estratégias para que os agricultores se apropriem da proposta agroecológica (o que de fato se observa sob muitos aspectos e em muitas situações), esta ainda é, para muitos, uma proposta dos mediadores. Os agricultores têm bastante liberdade de escolha, de combinações de técnicas, de opções produtivas, mas, mesmo assim, a maioria ainda depende muito do acompanhamento dos técnicos do CTA-ZM.

“O CTA e STR trabalham dando opinião e as pessoas pegam se quiserem. Inclusive, se olhar em volta, tem muitas coisas aqui que estão plantadas até mesmo meio fora de escala porque a gente plantou livremente. Eles incentivam o plantio, mas não é dizer que tem que ser assim. Faz do jeito que você achar que deve. Em outros tempos teria medo, porque sem ter um respaldo, um acompanhamento de alguma instituição. É isso que acaba fortalecendo as pessoas” (entrevista com agricultor de Araponga, 2004).

Por um lado, este domínio que os técnicos têm da proposta agroecológica é o que faz com que a parceria com os agricultores locais se mantenha. Em alguma medida, é diferente das propostas apresentadas pela EMATER local, por exemplo, que não se adaptam às condições de produção e de vida de agricultores com poucos recursos (ainda que muitos queiram aderir a este modelo). Além disso, o discurso de trabalho autônomo proposto pelo CTA-ZM, simbolizado fortemente na figura do agricultor experimentador²⁸ se aproxima dos desejos mais antigos dos agricultores, facilitando uma aproximação e trabalho conjunto entre eles.

Bem, liberdade ainda é uma palavra que representa um anseio geral das pessoas. Afinal, quem não quer maior autonomia? Isso não é diferente no caso dos agricultores.

No entanto, DEMO (2003) lembra que o ser humano é capaz de gestar relativa autonomia, emancipando-se dos condicionamentos até certo ponto e lançando-se como sujeito capaz de história própria. O móvel mais efetivo da autonomia humana é a habilidade de conhecer e aprender. Assim, segundo ele, o animal político está sempre em marcha, porque a autonomia não é situação dada e muito menos completa, mas processo interminável e intrinsecamente periclitante.

Na prática, esse processo, muitas vezes delicado, de construção de relações mais autônomas pode gerar muitos conflitos, inclusive naqueles aspectos sobre os quais os agricultores têm mais domínio.

²⁸ “Agricultores experimentadores” são aqueles que, na experiência, passam a ser responsáveis pela multiplicação das técnicas e experiências para os demais agricultores, instituições, etc. São capacitados para serem agentes da experiência contribuindo para a autonomia da mesma em relação aos agentes externos.

O estímulo à criatividade e inovação dos agricultores pode abrir portas ainda não imaginadas, permitindo-lhes descobrir capacidades e potenciais muitas vezes desconhecidos ou não experimentados. Tais capacidades se transformam em produtos, processos e técnicas que podem ser usados para melhorar a produção e produtividade, mas cujos impactos sobre o ecossistema nem sempre são conhecidos. Em muitos casos, inovações locais podem ser também perigosas para o meio ambiente, um dos focos de atenção e motivação da agroecologia.

Relato da visita realizada por Miguel Altieri, um dos precursores da agroecologia, a comunidades do centro-sul do Paraná onde se desenvolve um trabalho com agroecologia coordenado pela AS-PTA alerta para esse tipo de risco: *“A criatividade dos agricultores manifestada na produção de diversos tipos de adubos naturais é admirável. (...) é importante também reforçar que nem todas as inovações camponesas são necessariamente desejáveis e ecologicamente as mais viáveis e efetivas.(...) É necessário avaliar criticamente esses tipos de inovações e informar os agricultores sobre os possíveis riscos associados ao uso de tais insumos”* (ALTIERI & NICHOLLS, 2000: 3).

Por essa avaliação, as inovações técnicas também estariam sujeitas a aprovação de outros, de tal forma que a liberdade dos agricultores seria restringida por questões ou parâmetros que eles não dominam plenamente. Recoloca-se, assim, a disputa entre indivíduo e natureza, que não tem sido positiva para nenhum dos dois lados. No caso de Araponga, este tipo de conflito não foi identificado (depois da intervenção sobre a implantação do PESB) até porque há um viés mais humanista nas propostas do CTA-ZM, o que significa não ignorar as pessoas em nome da conservação ambiental.

Esta característica do processo é também resultado da construção da experiência, uma vez que relatos, como o de TEIXEIRA (1994), apontam que, no início do trabalho do CTA-ZM, os agricultores avaliavam que esta organização tinha uma visão ecológica muito radical e, aos poucos, foram amadurecendo sua forma de ver e lidar com a realidade dos agricultores. Esta situação é também reflexo da priorização das questões ligadas ao desenvolvimento local e territorial, reduzindo o foco sobre as questões ligadas à inovação técnica no âmbito das propriedades (embora não sejam ignoradas). Ao mesmo tempo, talvez seja possível pensar que, em Araponga, o potencial de inovação técnico- produtiva não está sendo levado ao extremo pelos agricultores e as orientações do CTA-ZM ainda são o norte para a maioria deles.

Para aqueles que estão no início, as diretrizes do CTA-ZM são bases fundamentais; para aqueles que estão “mais adiante” e se envolveram com a produção de café orgânico, por exemplo, há muitos padrões a serem seguidos.

No princípio, relatam técnicos, sindicalistas e agricultores, era comum que estes últimos se assustassem com a falta de orientações mais diretas, de normas, uma vez que estavam acostumados com “pacotes fechados” para a produção agropecuária. *“Tem princípios? Tem... que você vai seguir.... mas, as pessoas, às vezes, se aproximam querendo a fórmula. Aí descobrem que não é bem isso e começam a se afastar...Daí a gente vê que não tem a ver com a proposta. Tem gente que fica sem chão, mas, já, já se acha. É uma coisa social: a gente é formado por modelos... daí, quando você diz que pode decidir como fazer, a pessoa fica sem chão”* (entrevista com técnica do CTA-ZM, 2004).

Em face dos conflitos evidenciados entre a proposta agroecológica e modelos dominantes, devido às diversas restrições enfrentadas por agricultores e técnicos, o processo de transição para a agroecologia, a apropriação de suas idéias pelos agricultores e técnicos e os resultados destas práticas demandam tempo; um tempo muito variável de agricultor para agricultor, de local para local.

De acordo com DOMINGUES (1999:65), *“se considerarmos a vida social como uma rede de interações, ‘micro’ e ‘macro’, entre indivíduos e coletividades, podemos supor que*

inovações e sua difusão dependem da constituição das coordenadas espaço-temporais da vida social, ao mesmo tempo em que as moldam (cf.. Hagerstrand, 1968; Domingues, 1995). As linhas espaço-tempo da ação dos indivíduos e do movimento das coletividades distribuem-se, no que se refere a memória e à criatividade sociais, de acordo com centros de depósito de memórias, e por vezes de resistência à mudança, e centros de inovação, que por sua vez se difundem desigualmente em direções distintas e em ritmos diferentes”.

Em geral, observa-se que há avanços, tempestades, estagnação e, até mesmo, retrocesso neste tipo de iniciativa porque as relações se modificam, criam-se novas situações de tensão e conflito, há mudanças mais gerais na sociedade, tais como mercado, política pública ou economia que afetam as relações locais, às vezes provocando retrocessos e, em um outro momento, podem se desenvolver novas estratégias para lidar com os novos problemas, gerando mais inovação e mudança.

A trajetória da experiência agroecológica de Araponga tem mostrado que a medida em que ela avança e se consolida, surgem novas demandas que exigem conhecimentos, habilidades específicas que nem sempre estão ao alcance dos agricultores no momento em que são demandadas. Ao mesmo tempo, não se pode esperar que os agricultores se capacitem para tais decisões, sendo a intervenção dos mediadores necessária. Essa constante e crescente demanda de atuação dos técnicos pode gerar dependência da experiência e dos agricultores em relação a eles.

Além do mais, encontram-se envolvidos na experiência agricultores com situações muito diferentes cujas demandas em relação aos mediadores e projetos de vida são muito específicos. A necessidade de consolidar a experiência leva a uma certa concentração dos técnicos naquele grupo que está mais à frente e que, de alguma forma, leva mais adiante a experiência. Mas, isso não elimina a necessidade de apoiar aqueles que estão começando, que têm maiores dificuldades e mesmo aqueles que podem ser atraídos pela experiência, sobretudo quando uma das maiores preocupações do STR e do CTA-ZM é atender a agricultores com menor disponibilidade de recursos e exatamente aqueles que demandam mais atenção, proximidade, recursos, acompanhamento porque não têm, muitas vezes, uma base mínima para começar a mudança.

Os agricultores mais pobres ou com menor acesso a recursos são também aqueles que, em geral, não exercem com autonomia suas relações, nem mesmo no espaço da produção, o que significa que o incentivo ao protagonismo pode encontrar obstáculos nos próprios agricultores.

ALMEIDA (2003) afirma que a atual condição de marginalização e exclusão de certos grupos sociais é um fator que joga contra a capacidade de contestação das idéias agroecológicas, pelo menos no curto e médio prazos. Nesse sentido, a experiência agroecológica exige mais que mudanças técnicas ou produtivas, mas transformações nos valores, no comportamento de agricultores e mediadores e em certas condições gerais de sobrevivência destes.

Neste aspecto também, explicitam-se as diferenças de história, trajetória, acessos e oportunidades que criam limites para que os agricultores possam conduzir autonomamente seus projetos, sobretudo quando eles se chocam com padrões sociais.

Isso demanda dos mediadores um acompanhamento muito próximo dos agricultores e, ao mesmo tempo, muitas informações “de fora” para enfrentar as situações de crise que surgem. É evidente que isso leva a uma certa concentração de poder importante nas mãos dos mediadores, algo que os agricultores reconheceram em algumas entrevistas, mas que não é motivo de conflito. Por um lado, porque os agricultores não consideram estas diferenças de poder significativas, por outro, porque eles reconhecem a contribuição dos mediadores para a experiência, inclusive com este diferencial de poder. Estes fazem também trabalho de mediação para fora – divulgação e troca de experiências em outros locais. No entanto, essa

situação nem sempre é enfrentada de forma pacífica. Pesquisa realizada por LUZZI (2001) sobre uma experiência agroecológica, por exemplo, identifica divergências entre as visões dos agricultores e técnicos e, neste contexto, muitas vezes, os agricultores sentem-se coagidos no desempenho de suas atividades.

Há casos em que a dependência dos agricultores em relação aos técnicos é condição para a sobrevivência dos mediadores e suas organizações, representando a possibilidade de continuação do trabalho. Em Araponga, no entanto, observa-se um interesse dos mediadores em ampliarem a experiência, o que, com a reduzida capacidade operacional do CTA-ZM e do STR, não pode ser feito sem uma crescente autonomia dos agricultores de Araponga e também de outros municípios nos quais o CTA-ZM atua.

NEVES (1991) avalia que a transmissão de conhecimento no processo de mediação tem duplo caráter: permite a apropriação e a alienação. *“Os mediadores (...) tentam impor a sua visão de mundo e a das instituições que representam. Contudo, este encontro pelo desencontro permite aos mediados objetivarem e personalizarem o mundo que se impõe e que desconhecem. Devendo participar de mundos sociais cuja produção e objetivação de regras ignoram, contam com o saber oferecido pelos mediadores para a construção de sentido das ações dos ‘outros’. Através deles fundamentam as possibilidades de elaboração de uma previsibilidade de comportamento. Portanto, apropriam-se deste saber reconsiderado para formularem interpretações e objetivarem estas formas externas de poder e autoridade”.*

Talvez seja mais crítica para a experiência a diferenciação de poder que surge entre os próprios agricultores. Uma vez que o processo de mediação não se dá em uma única direção, há agricultores, sindicalistas e os agricultores experimentadores que fazem o que se pode chamar de um trabalho de “mediação de dentro”. Auxiliam na difusão de conhecimentos e práticas, no acompanhamento de alguns agricultores, tornando-se referências importantes no espaço local. Com isso, podem acumular um diferencial de poder em relação aos demais, um poder que pode ser legitimado por aqueles que fazem parte da experiência já que é resultado do trabalho, do esforço e da vivência de um outro agricultor, mas que também pode desencadear conflitos. Isso, no entanto, não parece afetar o comprometimento com a experiência, sendo tratado no âmbito das relações pessoais.

Talvez se trate de um risco inerente a uma iniciativa que se propõe a redistribuir poder, na qual sempre há risco de que o conhecimento se cristalice em um grupo ou vários grupos, levando a exercerem poder sobre outros, implicando em outras formas de dominação dentro das novas relações construídas. Talvez essa seja uma situação inerente a todas as relações sociais, estejam elas vinculadas ou não a experiências como esta.

Observou-se um outro tipo de conflito na experiência, que alerta para a diferenciação dentro do grupo, relacionada à liberação de agricultores-sindicalistas, pelo STR para atuar como monitores do CTA-ZM.

“Araponga nunca aceitou muito ter uma pessoa liberada, uma pessoa ficar liberada em tempo integral, sabe? Eles sempre, quando foi proposto, por exemplo, ter uma liberação para trabalhar ali na região ali e tal, ele topavam, mas, dividindo em duas pessoas; para que eles não perdessem um vínculo com a propriedade. (...) Mas isso trouxe alguns, alguns conflitos. Nesse momento (...) que teve esse conflito lá com os experimentadores da agrossilvicultura, uma das coisas que veio à tona foi isso aí também. Ah!, porque você pode plantar lá as árvores no meio do café e não produzir, porque você ganha por fora, não é? Você tem outra remuneração, mas eu não, eu dependo disso que eu estou fazendo aqui para poder, né? Então, questionou algumas lideranças, inclusive o papel delas, porque elas recebiam liberação. O que mais eu posso te dizer assim que, pode ter surgido de conflito aí?”.

“Aí [no caso da liberação] acho que houve uma diferenciação de agricultores que passaram a ter acesso a esse recurso em relação aos outros e, em muitos casos, passaram a usar esse acesso como fonte de poder, né? (...) Agora essa... na verdade, a gente é ... a gente teve uma primeira experiência trabalhando com campo de semente mesmo, com produção animal, trabalhava um pouco nessa perspectiva também de monitores, né? ... e naquele período a gente não tinha um olhar tão atento, não sei em que medida a gente pode ... isso pode ter sido utilizado como ... como também fonte de poder sobre os outros. Na medida que a gente fazia, por exemplo, um ensaio, os cursos de capacitação relacionados a sementes, vinha um ou dois representantes de cada grupo, depois seguiam ... eles repassavam pro grupo (...)”(entrevista com coordenador executivo do CTA-ZM, 2005).

Além dos conflitos entre os agricultores, os técnicos também tiveram que enfrentar suas próprias contradições na construção da experiência que começou, segundo muitos relatos, como a difusão de um “pacote verde” – caldas, composto, cobertura morta e curva de nível. Esse foi o foco do processo de mediação durante muito tempo.

Com a formação convencional da maioria dos técnicos envolvidos na experiência (“não se aprende agroecologia na escola”, lembra um técnico), eles encontram dificuldades de olhar para os potenciais locais. É comum, sobretudo no começo, que as intervenções ainda tenham como orientação problemas que científica e tradicionalmente são atribuídos ao meio rural e aos agricultores familiares de uma forma genérica.

Segundo relato de um diretor executivo da AS-PTA, neste tipo de trabalho os técnicos têm dificuldade de visualizar alternativas para os agricultores porque já têm em mente a lista de “impossibilidades” locais, sem conseguir ouvir o que a experiência das pessoas que vivem há décadas na região, com todos os problemas conhecidos, tem para ensinar. Romper esta barreira que se manifesta, sobretudo no início das experiências, é muito importante para se conseguir avanços concretos.

Nesse sentido, o CTA-ZM e STR, principais mediadores conseguiram avançar, adaptando sua própria intervenção à realidade local e, além disso, procuram por meio de estágios, levar esta realidade para a vida de estudantes, contribuindo na formação de futuros profissionais. Este é um diferencial importante para tentar minimizar problemas evidenciados frequentemente (inclusive em Araponga) nas relações entre agricultores e técnicos do sistema de assistência técnica e extensão rural oficial ou de programas governamentais de desenvolvimento.

Nem sempre isso resulta num conflito explícito, mas, certamente, muitos aspectos são pontos de discordância, ainda que nenhuma das partes o manifeste e ainda que haja um interesse *a priori* por parte dos agricultores pela agroecologia ou de propostas contidas nesta denominação.

Aparentemente, as relações entre técnicos e agricultores, ainda que seja motivada por interesses específicos e distintos, mantêm um equilíbrio de tal forma que o esforço mútuo de convivência e adaptação é compensado.

NEVES (1991) afirma que o exercício de mediação pode ser compreendido a partir do conjunto de idéias, valores e modos de comportamento transmitidos como formas de incorporação de saberes propiciadores da construção de novas posições e identidades do ator social.

Em Araponga, o processo de mediação, neste caso, envolve tanto uma tradução das questões, idéias e técnicas “de fora” quanto uma espécie de tradução às avessas, na medida em que conhecimentos, práticas e comportamentos comuns ao cotidiano dos agricultores são resgatados e potencializados em estratégias de ação e conhecimento que alimenta as lutas do

movimento agroecológico. Contemplam-se tanto projetos pessoais dos agricultores quanto as propostas do movimento agroecológico com ganhos de poder em diversas instâncias.

Segundo NEVES (1997), a relação entre agricultores e técnicos, a despeito de todas as tensões, produz, de fato, novos saberes para ambos e colabora, paradoxalmente, para a revalorização e reafirmação do saber prático dos agricultores por e para eles mesmos.

Os conflitos entre agricultores e técnicos são bastante sutis, sendo explicitados com maior frequência nos espaços de debate e avaliação dos quais participa o núcleo duro da experiência por assim dizer, um grupo mais ativo que participou da conquista de terras. Nestes espaços, o exercício do diálogo facilita a solução de conflitos. Por outro lado, agricultores que não se sentem bem com a posição dos mediadores ou com sua participação na experiência se afastam do trabalho, em geral, sem que haja atritos, mas mantendo, muitas vezes, algumas práticas agroecológicas. Como em relação ao acesso à terra, parece que preferem se afastar a partir para o confronto e, em muitos casos, esta é uma forma de proteger sua autonomia. As cobranças, a demanda de trabalho em diversas organizações e frentes, além do discurso político que sempre esteve presente na experiência, podem ser elementos de conflito.

Na relação entre agricultores e mediadores envolvidos na experiência e os demais agricultores não existe também um conflito explícito, mesmo que haja entre eles uma forte diferenciação.

“(...) toda vez que a gente vai pro município, fazer um encontro no município, a gente faz questão de envolver um conjunto maior de pessoas desse município pra participar. Agora pode ter contribuído para uma certa diferenciação, que é muito difícil ... o trabalho, na medida que a gente não abrange um público muito amplo, você acaba atingindo um certo segmento e, com esse segmento, a gente promove um acesso melhor a crédito, informação, eles têm condições de melhorar o seu sistema, eles acabam diferenciando de outros...” (entrevista com coordenador executivo do CTA-ZM, 2005).

Muitos dos agricultores que estão de fora sequer identificam o que é a experiência. Quanto ao trabalho do CTA-ZM, avaliam como um trabalho importante para a conservação ambiental, mas, a visão predominante é a de que se trata de um grupo exigente ou muito fechado ou com interesses políticos²⁹. Muitos olham com desconfiança para esta organização e suas propostas.

Ganhos de poder na experiência também estão ligados e são simbolizados pela construção de novas organizações representativas dos agricultores, tais como a AFA, a EFA e a cooperativa de crédito.

Também os vínculos construídos pela experiência com outras organizações têm sido importantes, embora tornem mais complexas ainda as relações que envolvem esta iniciativa e tornando-as fonte de disputas de poder. Hoje, pode-se dizer que tais vínculos tendem a se formalizar como institucionais, embora as relações pessoais ainda sejam centrais. É o caso, por exemplo, das relações com a UFV. O maior diálogo da experiência com o campo acadêmico tem permitido a agricultores e técnicos influenciarem estudantes e professores, promoverem uma difusão das idéias agroecológicas em instâncias nas quais as resistências ainda são grandes e, aos poucos, delineiam a possibilidade da agroecologia receber o tratamento de ciência. Tais relações revelam sutis mudanças no equilíbrio de poder: o que era

²⁹ De certa forma, mais sutil do que no início da experiência, os mediadores ainda são rotulados com o título pejorativo de “o povo do PT”.

marginal vai conquistando espaço central, o que era leigo se insinua como ciência, o que era fantasia faz história.

“[tem impacto] acadêmico na UFV. Por exemplo: ontem eu recebi a possibilidade de inscrever um projeto nosso na Unisolos porque agora já existe um impacto, porque agora os calouros que entram vão até Araponga ver algo diferente. Há alunos que participaram do estágio de vivência e chegam na aula com outro espírito. Parte desse conhecimento não permeia a sala de aula, é nas conversas, no bate-papo. (...) O acadêmico ganha uma demanda que bate na porta todo dia. A possibilidade de trabalho com CTA e os agricultores recebendo em casa, a porta da gente não pára de abrir: eles trazem esta demanda porque tiveram a vivência. Um outro jeito de conhecer e aprender. Resulta numa atitude que a Pro-Rreitoria de Extensão consegue alocar bolsas e o valor de avaliar o projeto é também pelo outro lado: o quanto vocês estão engajados; já foram tomar café na casa do agricultor, fizeram diagnósticos, etc. (...) Os agricultores também vão até a UFV conhecer o outro lado, o contrário do estágio de vivência. Não é mensurável este impacto, mas qualificável. Talvez, daqui a algum tempo, quantificável pelo número de projetos de extensão, etc. O importante da agroecologia é o processo e não o produto” (entrevista com professor da UFV, 2004).

Tal situação, no entanto, não é generalizada nem reflexo apenas da experiência. O movimento agroecológico, as redes em torno desta proposta se fortalecem no cenário nacional e internacional, contribuindo, por um lado, para abrir portas para tais experiências e, por outro, fazem com que a agroecologia se torne um campo de disputas. Por isso mesmo, muitos pesquisadores e acadêmicos tendem a querer imprimir às experiências o formato que eles próprios querem, passando o agricultor a ser apenas executor de uma proposta externa. Nesse contexto, é necessária muita negociação para que este tipo de parceria não limite a autonomia dos agricultores.

O acesso à terra vai permitir alguns pequenos ganhos de poder aos agricultores também no âmbito das relações familiares, dos quais destacam-se dois aspectos: relações de gênero e entre gerações.

A exploração da terra, na perspectiva agroecológica, demanda mais trabalho e mão-de-obra, atividades fora da propriedade, participação em atividades de capacitação, apoio na gestão de organizações que dão suporte à experiência. *“Mas é muito trabalho para pouca gente. Não é uma coisa só: escola, sindicato, CTA, CEBS, associação e o pessoal não tem tempo pra tudo”* (entrevista com agricultor de Araponga, 2004). Nestas circunstâncias, mulheres e jovens têm seu papel obrigatoriamente destacado na implementação das estratégias das famílias.

As discussões sobre gênero em Araponga não pareciam mobilizar os agricultores no momento das entrevistas. De alguma forma, parecia um tema muito vago. Entra aí um pouco da história recente do município. Em Araponga, o tema gênero foi tratado por representantes do movimento sindical há alguns anos, numa abordagem que privilegiava o conflito e que parece ter criado muita resistência a esta discussão dentro das famílias e dentro do próprio sindicato, como afirmam algumas agricultoras, sindicalistas e representantes do CTA-ZM. Na experiência agroecológica, o tema gênero aparece, mas as ações voltadas para ele ainda são restritas. Isso não implica, entretanto, que mudanças neste aspecto não estivessem ocorrendo.

A atividade agrícola convencional dá pouco destaque ao trabalho feminino. Embora seja importante nas trajetórias das famílias, não recai sobre estas atividades um olhar mais cuidadoso. Reclusas freqüentemente a atividades consideradas na estrutura familiar como secundárias, tais como cuidar da casa, dos filhos, da horta, do pomar, alimentar animais, buscar água e, em muitos momentos, ajudar na lavoura, as mulheres também não

compartilhavam o processo de tomada de decisão (ou, pelo menos, isso não era externalizado) indicando a sua posição de subalternidade dentro das estruturas familiares.

Com a experiência, a diversificação estimulada pela agroecologia propicia uma revalorização de atividades que são predominantemente femininas no meio rural, como é o caso das hortas e quintais. Em muitos casos, as mulheres passam a ser responsáveis pela subsistência direta das famílias e também por aportes de renda, derivados da comercialização do excedente de determinados produtos que ficam sob a responsabilidade delas. Tais atividades são essenciais no período de transição para a agroecologia quando as lavouras de café e a economia das famílias sofrem perdas até atingirem um novo equilíbrio.

“Nas práticas há uma incorporação (sempre houve) da mão-de-obra feminina. A agroecologia dá mais visibilidade a este trabalho no sentido de que, numa propriedade agroecológica, o quintal tem o mesmo valor da lavoura ou um valor alto em relação a esta. As plantas medicinais, verduras e legumes, frutas... diversidade tem um grande valor. Então, a mulher, que convencionalmente acaba trabalhando mais com estas coisas de menos valor econômico, acaba tendo uma visibilidade menor” (entrevista com técnica do CTA-ZM, 2004).

É interessante observar que, dentre as pessoas entrevistadas que não estão ligadas à experiência, as mulheres demonstraram e expressaram maior interesse pelo uso de práticas alternativas de produção. Algumas afirmaram que gostariam de conhecer mais o trabalho do CTA-ZM, embora achem muito difícil. Outras revelaram que reclamam sempre da utilização de produtos químicos nas propriedades, com a falta de cuidado no manuseio destes, mas reclamam que não são ouvidas pelos maridos. *“A gente pensa as coisas, a gente vê as coisas, mas adianta a gente falar?”* (entrevista com agricultora de Araponga, 2005).

Alguns relatos, no entanto, apontam para a participação das mulheres no convencimento dos parceiros para adotar algumas técnicas ou se aproximar da experiência agroecológica. SANTOS & RODRIGUEZ (2002) afirma que existe uma estreita conexão entre as lutas pela produção alternativa e as lutas contra a sociedade patriarcal. Segundo ele, as mulheres não são apenas objeto de opressão de gênero, mas, as principais vítimas de exploração e de marginalização econômica, as iniciativas e teorias sobre economias alternativas não podem avançar sem a participação destacada das mulheres.

Além das mudanças técnicas, a experiência agroecológica estimula também novas formas de ver a realidade. *“Mudou muita coisa... Até mesmo dentro de casa, com a família, de falar, ajudar a administrar. Antes, eu achava que a única forma de arrumar um recurso financeiro extra era trabalhando fora de casa. Mas, hoje, eu vejo que, dentro de casa, da propriedade é possível ter este recurso. (...) em casa, a gente trabalha junto e tem coisas individuais também. Tem umas coisas que o dinheiro é dele, outras é meu e outras é da família”* (entrevista com agricultora de Araponga, 2004).

Aos poucos e ao que parece, ainda em poucos casos, vão se abrindo também as possibilidades de participação das mulheres na gestão e planejamento da propriedade. Uma agricultora entrevistada lembrou que estão incentivando a capacitação e participação das mulheres no processo de secagem e controle da qualidade do café. Mas, estes avanços ainda são poucos e lentos.

Embora os mediadores procurem estimulá-las, a participação das mulheres ainda é restrita nas organizações que apóiam a experiência. No STR, na AFA, na comissão para formação da EFA, junto ao CTA-ZM, mas, reuniões e eventos são sempre as mesmas mulheres. A maioria delas possui uma trajetória de vida na qual mesmo dentro das famílias, as mulheres eram tratadas de forma mais igualitária. São também mulheres mais jovens, que têm uma trajetória ligada às CEBs, à construção do STR e muitas tinham nos pais e maridos

referências de participação neste tipo de trabalho. É freqüente nas entrevistas ouvir frases como: *“Tem muitas mulheres conquistando seu espaço, mas eu sempre fiz parte do movimento e na minha casa, o mesmo esquema de criação dos meus irmãos funcionava para mim também. Mesmo assim, eu acho que é muito pouca a participação das mulheres... ainda é pequena”* (entrevista com agricultora de Araponga, 2004).

Embora não tenha sido possível investigar a fundo as questões de gênero e o CTA-ZM e STR também não tenham muitas informações a respeito, eles reconhecem que esta é uma questão que demanda mais trabalho. *“Então, quando a gente tentou fazer o trabalho, a gente tentou chamar a família, envolver a família. Mas, nas atividades do dia-a-dia na casa, ainda tem muito respeito pelo papel da mulher, pelo que ela tá fazendo, isso eu não vi em nenhum local, a discriminação. Mas, ainda tem a visão que quem participa das outras atividades, dos processos externos, são mais... os homens (...) assim, ainda, algumas mulheres eram filiadas, iam nas reuniões, mas elas, por exemplo, não eram lideranças. Agora com a Neide, que é a presidente do sindicato, mas também é uma mulher jovem, talvez possa dar uma renovada...”* (entrevista com técnica que trabalhou no projeto de monitoramento econômico, 2005).

O que se observa é que a experiência agroecológica a partir de mudanças na produção, no espaço micro, no cotidiano, estimula mudanças nas relações de gênero, sem desagregar as famílias. Ocorrem pequenas mudanças no equilíbrio de poder dentro do espaço doméstico que se não são muito significativas para quem está de fora (até porque nem sempre são explicitadas) representam avanços para as condições de vida das mulheres e criam oportunidades para se discutir mais abertamente as questões de gênero.

Análise semelhante pode ser feita em relação aos jovens. As entrevistas realizadas refletem um grande entusiasmo destes com a experiência agroecológica e, principalmente, com a conquista de terras.

Quando os filhos crescem ou querem se casar e ter maior autonomia, os pequenos agricultores enfrentam o problema de não ter terras suficientes para repartir com eles. Para os pequenos agricultores, que produzem no sistema convencional, enfrentando problemas também com a qualidade dos solos, as terras, muitas vezes, eram insuficientes até mesmo para o sustento da família. Em situações como estas os jovens partem, então, para a venda de trabalho para outros produtores, buscam trabalho em parceria ou procuram emprego nas cidades. Quando conseguem um pedaço de terra para plantar, geralmente é por meio de relações de parceria, seja com os pais ou outros produtores, mas sempre sem autonomia.

A ampliação da conquista de terras fez com que muitos jovens passassem a vislumbrar a possibilidade de se manterem no meio rural com alguma autonomia, incentivando também a filiação ao STR de Araponga.

“(...) Eu espero continuar trabalhando na agricultura ... gosto de morar na roça, gosto da vida tranqüila, de mexer na terra e quero continuar. Quando estudava, queria ir para a cidade, mexer com outra coisa e descobri que meu negócio é a terra”(entrevista com jovem agricultor de Araponga, 2004).

“Eu, como todo jovem, já passou pela cabeça ir embora, achar que a vida lá [cidade] é mais fácil. As dificuldades da roça é grande e, mesmo com o trabalho do CTA, do sindicato... nem todos os jovens pensam como a gente. Tem muita dificuldade. Mas, muitos jovens tão assumindo trabalho e terra e propriedade” (entrevista com jovem agricultor de Araponga, 2004).

Neste sentido, a experiência não estimula apenas mudanças de caráter mais imediato, mas ganha longevidade e energia com os projetos e interesse deste grupo.

“... essa proposta da conquista da terra, por exemplo, ela ganha... ela tem campo propício, que é exatamente a juventude... quer dizer, um dos grandes gargalos da juventude, e que deu pra gente perceber, é a questão da autonomia. É não poder fazer aquilo que eles acham que deve ser feito dentro da própria propriedade, quer dizer ali dentro da propriedade, o que o pai manda fazer tem que fazer, difícil o espaço próprio. Então, não só de decidir o que vai fazer, mas, de ter uma renda própria, pra poder fazer as coisas que quer fazer, namorar, sair, fazer, futebol, não sei o quê, gastar dinheiro com outras coisas. Então, o pessoal fica muito... o sistema tradicional é muito de dependência do pai o tempo todo, né?” (entrevista com coordenador executivo do CTA-ZM, 2005).

O acesso à terra e a melhoria das condições de produção mostram que jovens agricultores e trabalhadores rurais têm oportunidades de adquirir algum capital e maior autonomia para realizar seus projetos de vida. Se, para os agricultores mais velhos, que estão há 20, 30, 50 anos produzindo da mesma forma, aceitar a agroecologia é muito difícil, para os mais jovens, isso é mais fácil. De certa forma, as propostas agroecológicas já fazem parte do repertório técnico e cultural, já estão inseridas no cotidiano de muitos agricultores, principalmente dos jovens. Mas, é importante ressaltar que tais mudanças ainda são muito restritas.

“(...) isso [o desejo de autonomia dos jovens] acaba repercutindo nos agricultores que já estão estabelecidos também, então, quando isso vai crescendo, os agricultores já começam a lidar de uma forma diferente com esse conflito dentro da família. Então, tem muita gente mesmo que já separa área pro filho trabalhar: ‘não, essa área é sua’. Então, por exemplo, (...) ela já tinha separado uma área pro filho, pra ele começar a trabalhar lá, tem um café que é do filho. Trabalham juntos, mas aquele café é dele, ele se responsabiliza, ela fica mais atento e a renda daquele café... Então, vai fortalecendo esse tipo de prática que é, eu acho que resulta numa, numa melhor discussão dentro da família, da questão do poder dentro da família” (entrevista com coordenador executivo do CTA-ZM, 2005).

Todo este processo ocorre também sem que haja conflitos muito fortes dentro das famílias. Se, no início da experiência, a opção pela agroecologia provocava até rompimentos destas relações, hoje, com os resultados acumulados, as críticas são mais amenas e a experiência tornou-se uma opção mais respeitada. Assim, o tradicional, o convencional, o mais velho aos poucos divide espaço com o inovador, o alternativo, os mais jovens.

Os mediadores, no entanto, encontram-se numa posição delicada no que se refere a discutir autonomia e mudança nas relações de poder no âmbito das famílias. Embora a intenção seja aprofundar este debate em todas as instâncias da vida dos agricultores, quando o foco está nas relações “para fora”, ou seja, nas disputas com grandes produtores e por melhores condições de vida, o diálogo é mais fácil porque as críticas se direcionam para o “outro”. No entanto, discutir poder no âmbito das famílias, criticar a dominação patriarcal, significa questionar aquele que, em última instância decidiu pela participação na experiência agroecológica, sendo, portanto, parceiro. Nesse sentido, a crítica que se quer estimular é autocrítica. Tocar nestas questões, que são delicadas, muitas vezes protegidas no espaço das relações familiares, pode significar criar um conflito que pode comprometer os avanços obtidos em relação ao âmbito produtivo ou das relações na comunidade.

Por isso mesmo, mudanças nas relações de poder sob ângulo de gênero e gerações, ainda que restritas, têm grande importância porque representam um passo importante no rompimento de certos padrões e a possibilidade de criar novas referências para outras

gerações. Mantidas as especificidades do tema e da pesquisa (uma vez que o autor tinha em mente uma perspectiva mais abrangente que a de uma experiência como a que aqui é discutida), mas, lembrando que a experiência faz parte de um movimento com objetivos mais audaciosos, ELIAS (1970:21) afirma que *“transformações sociais só se podem efetuar – se é que se podem mesmo efetuar – quando houver um desenvolvimento que abarque várias gerações. Torna-se necessária uma reorganização da percepção e do pensamento de todas as muitas pessoas interdependentes numa sociedade. Se uma grande maioria tiver que reaprender e repensar tudo isto, tendo que se acostumar a todo um complexo de conceitos novos – ou conceitos velhos com um novo significado – então torna-se necessário um período de duas ou três gerações, por vezes mesmo de muitas mais”*.

Daí também a importância da criação da Escola Família Agrícola (EFA) no município, projeto idealizado pelos agricultores e técnicos envolvidos na experiência e no Programa de Desenvolvimento Territorial da Serra do Brigadeiro que deve ser implementado com recursos do Programa Nacional de Apoio à Agricultura Familiar.

O envolvimento dos agricultores nesta iniciativa é grande. Alguns foram visitar escolas de outros locais, muitos estão envolvidos no projeto e a área na qual vai ser construída a EFA foi doada pelos agricultores que participaram da mais recente conquista de terras no município. Cada um concordou em reduzir um pedaço da área que lhes caberia da conquista de terras, de forma tal que se reservasse um espaço para a escola. Tal iniciativa visa também fortalecer os laços das crianças e jovens com a terra, de maneira que as conquistas de hoje possam ser valorizadas, continuadas e preservadas no futuro.

Assim, as decisões que envolvem o espaço doméstico, a produção, a família, se misturam e se confundem com os projetos e ações conjuntas, fortalecendo as bases da experiência. O exercício da liberdade na gestão, no planejamento do espaço da produção e da família ou em micro-redes vai criar possibilidades de exercer este mesmo tipo de comportamento em outras instâncias.

Para manter o foco nas questões locais que têm importância e são valorizadas pelos agricultores sem perder de vista idéias, propostas e oportunidades mais amplas são necessários arranjos fluidos e relativamente sofisticados, como são as redes que envolvem e caracterizam a experiência.

2.4 A Trama das Redes

A adesão à agroecologia, assim como o acesso aos recursos necessários para entrar na experiência, eram determinados, num primeiro momento, pela capacidade, esforço, sacrifício e autonomia das famílias. Mas, a viabilidade da proposta parece estar além do empenho individual; a experiência mostra que, na construção dos acessos, na construção da experiência, a trama das redes (locais e mais amplas) é essencial. Segundo SANTOS, M. (2000:79), *“uma coisa é a conquista de uma personalidade forte, capaz de romper com os preconceitos. Outra coisa é adquirir os instrumentos de realização eficaz dessa liberdade. Sozinhos, ficamos livres, mas não podemos exercitar a nossa liberdade. Com o grupo, encontramos os meios de multiplicar as forças individuais, mediante a organização de pessoas se avizinha a consciência possível, rompendo as amarras da alienação.”*

Mas, as características das sociedades em que vivemos exigem a atenção para muitos focos de interesse, oportunidades e conflitos que se configuram além do âmbito das amizades, do local e levam à formação de novos vínculos como forma de potencializar as forças e propostas individuais e locais, sem perder suas raízes e sua especificidade. De certa forma, as redes cumprem esse papel.

As micro redes são um ponto de apoio importante para a experiência agroecológica de Araponga e explicam em alguma medida os vínculos desta com a conquista de terras. Se, no início, os laços familiares e de amizade eram importantes para unir o grupo, hoje, eles

ainda são importantes na medida em que a eficiência do processo exige que os participantes tenham uma identidade em torno de algumas idéias e valores centrais que são mais facilmente transmitidos no espaço das famílias e grupos mais próximos ainda que tenham sido formalmente institucionalizados pelo STR. Dentre estas idéias estão as práticas agroecológicas.

A importância das microrredes não é algo novo. CARVALHO (1997) afirma que no Brasil e na América Latina em geral, as sociabilidades sociofamiliares e as redes de solidariedade primárias nunca foram descartadas, já que elas foram, e ainda são, para as camadas populares, a condição de resistência e sobrevivência.

Em Araponga, assim como em outros locais, vínculos religiosos, de parentesco, de confiança marcam a construção de microrredes. Pesquisa realizada por DELGADO & ROMANO (1999), na região centro-sul do Paraná, indica que a existência de famílias amplas e de vínculos com algum grupo religioso abre espaços de solidariedade para além dos limites da comunidade e a possibilidade de pequenas fontes de renda complementares, criando condições de continuidade na atividade agrícola a até mesmo de melhoria da qualidade de vida das famílias.

Na elaboração dos mandamentos para a conquista de terras em Araponga percebe-se a influência das redes locais. As pessoas que iniciaram este trabalho têm vínculos muito fortes entre si (a experiência começou em família e foi se expandindo para grupos de amigos) e com as discussões propostas pelas CEBs³⁰, que articularam muitos grupos na região.

A seleção das pessoas que vão compor os grupos para a compra de terras não se baseia unicamente em critérios objetivos. Tal processo depende não apenas de um compromisso assumido pelo candidato no momento, mas, de toda a sua trajetória de vida. Assim, também a conquista de terras adota a perspectiva de compreender quais são as trajetórias de vida das pessoas que vão fazer parte do processo, buscando uma identidade que permita que a intervenção – ação organizada e direcionada para viabilizar o acesso à terra – seja mais efetiva (perspectiva que tem pontos em comum com as preocupações de Bebbington). E isso é possível, em grande parte, graças às informações de outros agricultores, vizinhos e família que desenham as histórias de cada um.

Tal estratégia tem contribuído para que as famílias que participaram da conquista de terras sejam a base da experiência. Mesmo assim, *“Deve ter, deve ter alguém que não aderiu [à agroecologia] assim... mais... mas, os critérios que eles estabeleceram - nem tanto os critérios, são aqueles mandamentos – mas, muito mais a forma que eles averiguam esses critérios, que é uma rede mesmo de informação, é... é difícil a pessoa entrar e ser totalmente avessa. Eu não conheço nenhum caso. (...) Assim, algumas pessoas que incorporam menos, né?... uma coisinha ou outra...”* (entrevista com coordenador executivo do CTA-ZM, 2005).

As redes contribuem para o fortalecimento de laços dentro deste grupo, criando também uma resistência contra as críticas e investidas “de fora” e que têm ainda, em muitos casos, poder de abalar a segurança e confiança dos agricultores. Segundo FERRARI (2003), em muitas comunidades, uma das dificuldades em fazer a transição para a agroecologia é que são as pessoas de fora que incentivam a mudança, enquanto amigos, vizinhos e parentes tecem críticas, fofocas e, em muitos casos, rejeitam os agricultores que inovam. *“Porque ... é porque estão fazendo trabalho junto, discutem, apóiam o processo de mudança. De como é que foi importante para eles ter pessoas na comunidade que apoiasse o processo, ao passo que as pessoas lá de Vargem Alegre [comunidade menos agroecológica] colocavam as dificuldades que eles sentiam porque na família, dentro da família, eles eram muito criticados por fazer aquilo...”* (entrevista com coordenador executivo do CTA-ZM, 2005).

³⁰ Considerando a influência das CEBs sobre grupos de agricultores na região, pode-se dizer que há referências externas compondo as redes locais, o que ilustra a dificuldade de mapear os feixes de relações e influências que caracterizam as redes.

A coesão grupal surge como um forte elemento nas disputas de poder enfrentadas pelos agricultores. Para ELIAS & SCOTSON (2000), se um grupo tem um índice de coesão mais alto do que o outro, essa integração diferencial contribui substancialmente para seu excedente de poder.

As redes, a coesão grupal caminham, por um lado, no sentido de construir a identidade de agricultor familiar agroecológico, que seria a base desta experiência. Mas, este processo é dificultado pela diversidade de perfis de agricultores, de trajetórias de famílias que se envolvem com a experiência. Mesmo assim, a conquista de terras está na base desta identidade, sendo um elemento de referência para os agricultores e para a experiência.

Por outro lado, quanto mais estes grupos se tornam coesos, mais críticas tendem a atrair de organizações ou atores que se colocam em posições opostas. *“eu já tentei me aproximar deles [CTA-ZM]. Eles têm um trabalho bom e têm muito a ensinar e poderiam passar para o pessoal, pra gente, que a gente repassava para os outros. Mas eu não tive abertura e fiquei decepcionado”* (entrevista com técnico da EMATER de Araponga, 2004).

Esta couraça criada pelas redes é também uma estratégia para que a experiência de Araponga que é, em muitas ocasiões, “vitrine” das propostas e do trabalho do CTA-ZM não se perca. Embora haja avanços significativos, um discurso relativamente afinado entre as pessoas que fazem parte da experiência, o equilíbrio que a mantém é delicado, sujeito a altos e baixos e as pressões externas são grandes. Erros, elementos de perturbação interna, podem provocar danos ao trabalho desenvolvido até o momento. Por isso mesmo há uma certa restrição em compartilhar informações e conhecimentos com atores que não estão, evidentemente, no mesmo campo de disputa.

Todo este fechamento, no entanto, não significa que a experiência sobreviva sem as relações “externas”; pelo contrário, as dificuldades enfrentadas revelaram a necessidade de adotar posicionamentos específicos em relação a cada um dos atores com os quais estas redes se relacionam, em diferentes circunstâncias. Assim, por exemplo, há uma sintonia maior e mantém a opção dos STRs como parceiros³¹ prioritários, ainda que em determinados momentos e em alguns municípios isso não esteja sendo possível. Estas relações mostram também que o conflito está presente em todas as relações, inclusive com os aliados.

No que se refere ao acesso à terra, cuja estratégia central tem sido a conquista de terras, a participação de outros atores é reduzida. Além de CTA-ZM, STR, agricultores e o agente financiador, que é a Fundação Ford, não há o envolvimento mais direto de outros atores, embora haja contribuições de instituições de pesquisa no desenvolvimento de estratégias produtivas.

As redes em torno da experiência vão ser incrementadas pela vinculação de organizações criadas pelos agricultores mais recentemente como resultado dos avanços da própria experiência, tais como a Associação dos Agricultores Familiares de Araponga (AFA), a Cooperativa de Crédito e a Escola Família Agrícola (EFA)³².

Tanto na divulgação das propostas e resultados da experiência agroecológica, no apoio a transição dos agricultores, como na construção do acesso a recursos, as redes mais amplas também desenvolvem papel importante. Na medida em que as redes, no âmbito macro, ajudam a legitimar e reafirmar a importância de laços históricos, das diversas formas de solidariedade que embasam a vida das famílias de agricultores (como tem acontecido a partir

³¹ A diferença entre parceria e aliança foi definida pela Assembléia Geral do CTA e é usada na experiência. “A relação de parceria é quando as organizações têm planejamento em comum, objetivos institucionais muito próximos, o que permite que uma participe dos momentos de avaliação e planejamento da outra, emitindo opinião, etc. A relação de aliança é quando as organizações desenvolvem alguma ação em conjunto, de interesse mútuo, porém, limita-se a planejar e avaliar o objeto de trabalho em conjunto, nada mais. Portanto, as alianças normalmente são estabelecidas e rompidas com certa dinâmica, enquanto as parcerias têm grande solidez, requerem um grande tempo de maturação para o seu estabelecimento e não são rompidas facilmente” (CTA-ZM, 2003).

³² Estas duas últimas estavam em fase de implantação na época da pesquisa de campo.

da divulgação da conquista de terras), mas que são pouco valorizados além do espaço local ou de determinados grupos neste espaço, as pessoas que se vinculam a este tipo de prática ganham um novo *status*. Ao ter suas experiências divulgadas e discutidas, as pessoas “nascem para a sociedade”³³. Nesse sentido a experiência solitária não é capaz de produzir mudança, até porque não há existência totalmente independente. Parece haver necessidade de “fazer sentido no mundo” (independentemente de que dimensões tenha este mundo) e as redes mais amplas cumprem em parte este papel.

DEMO (2003) lembra que, de um lado, o ser humano não sobrevive sem trama de dependências, nas quais precisa dos outros e do meio vitalmente. Nasce entregue às mãos dos outros, cresce com o auxílio dos outros, desenvolvendo-se em contato com outros e vive sempre em contexto social compartilhado, mesmo que naturalmente tenso e até conflituoso. Para firmar-se como sujeito, requer companhia e confronto com outros sujeitos.

Além de intervir diretamente na formação e capacitação dos atores e promover uma mútua referência entre processos locais e globais, as redes mais amplas têm auxiliado na obtenção de recursos mais imediatos para a sustentação da experiência, como, por exemplo, financiamentos. As relações do CTA-ZM no âmbito das ONGs, algumas das quais já financiavam projetos concebidos por esta organização, têm conquistado espaço para que a experiência agroecológica possa ser conhecida por outras organizações e obter mais apoio, assim como aconteceu com a conquista de terras que constituiu o fundo rotativo a partir de financiamento da Fundação Ford.

A experiência é responsável por um avanço da própria atuação do CTA-ZM que, no início, se esforçava para ter maior penetração na região, mas tinha poucos vínculos para fora. Hoje, direciona seu trabalho para alguns municípios específicos e consegue estabelecer diálogo com outras instâncias a partir da experiência no âmbito local.

Na prática, são iniciativas localizadas como a experiência de Araponga que vão também ajudar a fortalecer o movimento agroecológico, os discursos em torno de práticas alternativas e solidárias. Aqueles que defendem as iniciativas contidas no campo alternativo precisam, cada vez mais, além do discurso, de experiências concretas que promovam tais princípios. Assim, a experiência agroecológica de Araponga, tão fortemente vinculada às redes locais, funciona como uma âncora para as propostas do movimento agroecológico que também se expande em rede.

Tem-se assim uma tentativa concreta de superar a dicotomia local/global numa interpretação mais rica do cotidiano e das práticas sociais dos agricultores e suas organizações. Para SANTOS (1999:261), o localismo “*como uma fixação momentânea da globalidade da luta é também uma fixação localizada e é por isso que o cotidiano deixa de ser uma fase ou um hábito descartável para passar a ser o campo privilegiado de luta por um mundo e uma vida melhores. Perante a transformação do cotidiano numa rede de sínteses momentâneas e localizadas de determinações globais e maximalistas, o senso comum e o dia-a-dia vulgar, tanto público como privado, tanto produtivo como reprodutivo, desvulgarizam-se e passam a ser oportunidades únicas de investimentos e protagonismo pessoal e grupal*”.

Embora as micro-redes sejam limitadas, de certa forma, ao público mais ligado à experiência, a circulação das idéias e propostas agroecológicas se faz por outras vias, muitas vezes não planejadas. Como já discutido, alguns agricultores fora da experiência sequer tinham uma referência sobre o que era a experiência agroecológica ou o trabalho do CTA-ZM. Mas, falando de forma mais abrangente sobre agroecologia, agrofloresta e orgânico, eles logo tinham comentários a fazer porque tinham referências de outras fontes, tais como o Canal Rural e o programa de televisão Globo Rural, principalmente.

³³ Esta expressão é emprestada de uma agricultora da Paraíba e sua história foi narrada por técnicos da AS—PTA que tiveram contato com ela.

A mobilização de uma rede em torno da agroecologia no país, atuando no âmbito nacional, com adeptos e parceiros em diversas áreas, faz com que as propostas agroecológicas sejam também divulgadas em meios que não estão diretamente ligados à produção e à lida no campo. E a experiência ajuda a construir as referências que vão circular de forma mais ágil através de outras redes e meios de divulgação. Assim, na última visita realizada à Araponga, foi difícil conseguir falar com o técnico do CTA-ZM no local que estava acompanhando uma equipe de reportagem que estava ali para fazer uma matéria sobre a experiência agroecológica e estavam visitando e entrevistando alguns agricultores.

Destaque especial deve ser dado às redes de agricultores experimentadores que têm criado oportunidades para que os agricultores troquem, entre si, conhecimentos, informações e vivências. Esta representa uma das pontes concretas entre a realidade local e global: agricultores de diferentes locais com sua linguagem, trajetória, trabalho e cultura específicos trocam, entre si informações, conhecimentos e vivências. Dessa forma, transcendem as especificidades, encontram apoio em elementos comuns às histórias de vida como agricultores familiares e estimulam a capacidade de criar, aprender e ensinar. Este processo que, acredita-se, pode contribuir para o fortalecimento de uma identidade do movimento agroecológico, seria também um caminho para promover algo semelhante ao que GIDDENS (1991) denomina reencaixe, ou seja, a reapropriação ou remodelação de relações sociais desencaixadas de forma a comprometê-las (embora parcial ou transitoriamente) a condições locais de tempo e lugar.

“(...) então, esse esforço de construir identidade a partir da experiência é fundamental. Sem isso você não constrói identidades. Se você ficar discutindo no abstrato, as pessoas não se identificam porque elas são muito diferentes, e é bom que sejam. Porque respeitar as diferenças culturais, ambientais e tudo é uma das coisas fundamentais para que as pessoas se encontrem com o conceito de agroecologia. Por exemplo, o pessoal na Amazônia não se identifica muito com o conceito de agroecologia. Se você fizer essa mesma pesquisa lá, as pessoas dificilmente fariam de agroecologia, eles falam de agroextrativismo. E eles falam para a gente, ‘olha, falar de agroecologia para a gente é um palavrão, ninguém sabe o que é isso’. Agora, não interessa que eles falem agroecologia, o que interessa é que eles identifiquem naquelas práticas sociais deles a identidade com os grupos que, aqui no sudeste, no sul, se identificam como agroecólogos, de forma que eles tenham uma identidade num nível superior. Eles têm sua identidade própria, é fundamental que ela seja mantida, cultivada, mas, num nível superior, todos são produtores familiares, todos estão pensando na perspectiva de viabilidade econômica, todos estão preocupados na regeneração das condições naturais, porque da natureza dependem as futuras gerações e produtor familiar pensa em futura geração, pensa no filho, pensa no neto (...)” (entrevista com diretor executivo da AS-PTA, 2005).

SANTOS (2002:57) afirma que *“ainda que as alternativas ao desenvolvimento dependam, em grande medida, da defesa das alternativas locais e das formas de vida e de conhecimento anticapitalistas que elas possam representar, o pensamento e a ação pós-desenvolvimentista têm muito a ganhar – como mostram as lutas bem-sucedidas que articulam o ativismo local, nacional e global – se, em vez de celebrar incondicionalmente a diversidade local, se esforçarem por desenvolver propostas que se desloquem através de todas as escalas, dependendo das necessidades da luta concreta”*.

As redes têm permitido mais agilidade e eficiência para lidar com a crescente complexidade das questões que envolvem a experiência, embora sejam também em muitos

casos, responsáveis por esta situação. Embora os arranjos em rede não sejam invenção da experiência, são potencializados por ela. Se é difícil visualizar estas redes, mais difícil ainda é imaginar a experiência sem elas. A idéia de interdependência, no entanto, está em todos os aspectos da experiência.

2.5 Com os Pés no Chão: Pensando Limites do Acesso à Terra na Experiência

Apesar da grande diversidade de pessoas praticando a agroecologia, nas mais diferentes intensidades, mudanças favoráveis nas relações de poder ainda não são generalizadas. De fato, é reduzido o número de famílias mais pobres (em todos os sentidos) com menor acesso a recursos que se engaja na experiência e que consegue acesso à terra. Parece predominar também, na experiência de Araponga, uma lógica segundo a qual quanto mais recursos (não apenas materiais) o agricultor for capaz de acessar ou tiver disponível, mais fácil será acessar outros e, assim, modificar suas estratégias de sobrevivência. Nesse sentido, nem sempre são os agricultores mais pobres (o público prioritário para o STR, CTA-ZM e do movimento agroecológico) que mais fácil e rapidamente se envolvem na experiência.

A terra é um ativo fundamental para a prática da agroecologia, mas a conquista de terras tem abrangência limitada e, além disso, há grupos que tem dificuldades de conseguir o mínimo de recursos necessários para se candidatar a compra de terras. Não se trata, mais uma vez, apenas de recursos materiais, mas de confiança, autoconfiança, autonomia, informação, entre outros.

Tomem-se, por exemplo, os agricultores que estão mais envolvidos na experiência e que têm obtido melhores resultados até o momento: não são agricultores capitalizados, de uma perspectiva material; muitos deles estavam entre aqueles considerados mais pobres, a maioria obteve terra a partir do processo de compra coletiva ou conquista. Por outro lado, são agricultores que possuem um certo grau de politização, organização, uma experiência de mobilização que se iniciou com as CEBs, passando pela formação do CTA-ZM, do STR de Araponga e que continua na condução da experiência. Os acúmulos destas trajetórias de vida específicas, que alguns técnicos do CTA-ZM denominam capital social, representam um ativo importante para o desenvolvimento da experiência.

Vários estudos de caso revelam, segundo SANTOS & RODRIGUEZ (2002), que as iniciativas de produção alternativa geralmente são apenas uma parte de um projeto integral de organização comunitária. Ainda que a produção seja uma parte essencial das iniciativas porque providencia o incentivo econômico para a participação dos atores, a decisão de empreender um projeto alternativo e a vontade diária de mantê-lo dependem igualmente das dinâmicas não-econômicas – culturais, sociais, afetivas, políticas, etc. – associadas à atividade de produção.

Assim, a experiência aponta a importância de ampliar a visão sobre carências e pobreza, um conceito relativo, principalmente quando se refere ao meio rural, como passo importante para desenvolver iniciativas deste tipo. A pobreza não se resume a restrições materiais que podem, muitas vezes, ser contornadas pela capacidade dos agricultores, individual ou coletivamente. Há também a pobreza política, que fecha os horizontes possíveis e visualizáveis pelas pessoas, impedindo-as até mesmo de criticarem sua própria condição (passividade diante do destino) ou de identificarem oportunidades de mudança. Isso pode revelar-se um obstáculo forte no acesso das pessoas a recursos, serviços, etc., contribuindo fortemente para a pobreza material.

“Também é nítida a relação entre a participação e coesão social dos grupos e a melhoria das condições de vida das famílias. Famílias que residem em comunidades com pouca tradição de participação e de cooperação encontram maiores

dificuldades para superar a condição de pobreza. O desafio que se apresenta para as organizações e para o CTA é promover a formação de capital social nestas comunidades” (SANTOS & FLORISBELO, 2004a: 26)

O CTA-ZM, por outro lado, tem dificuldade de chegar até estas famílias, que demandam um apoio inicial maior, que normalmente encontram-se mais isoladas física e relacionalmente das demais comunidades e instituições. Em geral, são famílias que vivem próximas ao parque, em comunidades nas quais ainda são fortes as relações clientelistas. Mesmo assim, já começam a aparecer resultados da experiência também nestas comunidades.

A dificuldade de trabalho nestas comunidades também está relacionada às demandas da experiência por novos projetos e ações que envolvem diretamente os agricultores que estão há mais tempo e que têm obtido mais avanços com esta iniciativa. Isso coloca os mediadores num dilema: para avançar a experiência é preciso tanto acompanhar aqueles que já estão mais à frente e que, em muitos aspectos, já possuem capacidade e autonomia para solucionarem alguns problemas, mas também é preciso fazer um trabalho de base com agricultores que não têm condições mínimas para avaliar suas possibilidades de mudança. Cada caso envolve relações, demandas, tempos específicos que ainda precisam ser conciliados com o trabalho mais amplo, junto às redes, ao movimento agroecológico, nos espaços conquistados junto ao poder público, etc. Com as limitações estruturais dos mediadores não é difícil imaginar a dificuldade de lidar com todos estes processos e, por isso, seu trabalho é restrito. Esta é uma razão a mais para influenciar outros espaços para a construção de políticas públicas que permitam universalizar certas propostas desenvolvidas em espaços e com grupos limitados, como é o caso de Araponga.

Tais observações, no entanto, não significam que haja um perfil ideal de agricultor agroecológico. A história local, a rede de relações sociais, a cultura e as tradições, entre outros fatores, também influenciam o desenvolvimento das experiências agroecológicas tanto ou de maneira mais intensa que o perfil individual. Muitas vezes, a compreensão que se tem sobre as condições de vida e opções das pessoas é limitada pelos valores de quem realiza a avaliação. As pessoas, mesmo em dificuldades, usam recursos ou ativos em suas estratégias de sobrevivência, que não se reduzem a elementos materiais, mas incorporam as decisões, condições gerais, relações sociais, identidade, valores, etc., mesmo que não façam sentido para um observador externo.

Na concepção de BEBBINGTON (1999), para que os processos de intervenção possam ser mais efetivos, é fundamental compreender como as pessoas utilizam e combinam diferentes tipos de ativos em suas trajetórias de vida, um tipo de proposta condizente com as diretrizes da experiência agroecológica de Araponga.

Ao mesmo tempo, a conquista de terras, como uma estratégia de mercado, tem também como limite o possível aumento no preço das terras na região, o que já está acontecendo, não exatamente em função do processo de conquista de terras, mas ligado à evolução da qualidade do café produzido no local. Depois que alguns produtores de Araponga ganharam concursos de qualidade de café, o município tem consolidado uma imagem de possuir terras boas para este tipo de produção, o que pode estar influenciando o valor das terras na região.

Tal situação ilustra bem a complexidade da experiência: uma conquista em determinada área, como é o caso do reconhecimento do município pela qualidade do café que vem sendo produzido lá, pode se transformar, por outro lado, em um problema para a compra de terras.

“Então, pra eles, num certo sentido, é bom valorizar o produto da Zona da Mata pra abrir mercado pra café de qualidade. Por outro lado, tá trazendo uma repercussão que eles não imaginavam, que é o aumento do preço das terra lá. Que

normalmente, por isso que eles fixaram o empréstimo pro fundo rotativo, não só pro fundo rotativo, mas, o empréstimo que eles faziam entre eles antes era indexado ao valor do café, porque é o principal ativo que influencia no valor da terra na região. Então, o dia que o preço do café sobe, os valores das terras sobem. Então, era uma compensação: se, por um lado, a dívida que o pessoal tinha em café aumentava, o preço da terra também aumentava. Então, quando a terra tava mais cara, por outro lado, o café também tava mais caro. Sempre acompanhou muito, o preço da terra com o preço do café” (entrevista com coordenador executivo do CTA-ZM, 2005).

Surgem, assim, sinais das limitações da conquista de terras como forma de acesso a terra. A opção por este tipo de estratégia está profundamente ligada aos valores dos agricultores e à natureza dos conflitos em torno da terra. Trata-se de fato de uma estratégia autônoma dos agricultores que foi apoiada pelos mediadores mas não reflete uma problematização mais ampla sobre a questão do acesso à terra na região. Talvez haja necessidade de pensar outras estratégias.

“A luta pela terra não está na pauta atual das organizações. Existe um pressuposto segundo o qual a relação político-cultural dos(as) camponeses(as) locais com a terra, não apresenta condições para ações de enfrentamento com a concentração fundiária local, marcando inclusive o registro de não presença de latifúndio como ator local. Este pressuposto pode revelar uma orientação política com concepção equivocada, que inclusive não pauta a possibilidade da organização de luta pelo acesso à terra nas suas variadas formas, incluindo o enfrentamento ao latifúndio na forma local e regional” (SANTOS & PACHECO, 2004: 19).

Além disso, embora o acesso à terra seja de grande importância, isolado de outras ações e de outros acessos, seus impactos positivos sobre a vida dos agricultores tornam-se mais limitados. Uma das chaves para compreender os avanços desta experiência está na complementaridade de ações, dentre as quais o acesso ao mercado, que será discutido no capítulo a seguir.

CAPÍTULO III

VALE QUANTO PESA? OS DILEMAS NA CONSTRUÇÃO DE ACESSO AO MERCADO

O cenário das relações dos pequenos agricultores familiares no mercado não tem sido muito promissor. Se, para grandes produtores que utilizam tecnologias modernas e comercializam produtos da pauta de exportações, a inserção satisfatória no mercado representa um desafio, o que podem esperar os pequenos agricultores familiares com poucos recursos que ficam à mercê de decisões sobre as quais, na maioria das vezes, não têm poder de intervir?

Por mais difíceis que sejam as relações com o mercado, este é o tipo de encontro (ou confronto) que os agricultores não podem evitar. Por maior autonomia que os agricultores conquistem ou almejem, haverá a necessidade de manter um relacionamento com o mercado, seja visando à produção ou ao abastecimento da família.

Para SEN (2000), ser genericamente contra os mercados seria quase tão estapafúrdio quanto ser genericamente contra a conversa entre as pessoas (ainda que certas conversas sejam claramente infames e causem problemas a terceiros – ou até mesmo aos próprios interlocutores). A liberdade de trocar palavras, bens ou presentes não necessita de justificação defensiva com relação a seus efeitos favoráveis; essas trocas fazem parte do modo como os seres humanos vivem e interagem na sociedade (a menos que sejam impedidos por regulamentação ou decreto).

As compras, vendas e trocas que compõem o mercado não têm apenas função operacional, utilitária. As ações no mercado são relações sociais que implicam num exercício de conhecimento, habilidade, sociabilidade e poder. Nestas relações, as pessoas satisfazem mais que suas necessidades materiais, uma vez que são parte de suas estratégias e projetos de vida. A questão, portanto, não está em escolher ou não relacionar-se com o mercado; está na forma como esta relação se dará.

Entretanto, para os pequenos agricultores familiares em geral, estas relações têm significado não ter acesso às regras que definem o funcionamento deste espaço e ter freqüentemente uma reduzida capacidade de negociação, o que os leva a se submeterem a situações que contradizem e até mesmo inviabilizam suas estratégias de sobrevivência. Além disso, a interdependência entre as diversas instâncias da vida dos agricultores faz com que os problemas decorrentes da relação com o mercado afetem também a produção, a exploração do meio ambiente, as relações no espaço da família, das comunidades e com o poder público, entre outras.

Por isso mesmo, DEMO (2003) afirma que não se trata de combater o mercado pura e simplesmente, mas, de organizar formas alternativas de mercado, que sejam reguladas pelo bem comum.

A experiência agroecológica de Araçuaia se empenhou em modificar as relações dos agricultores com o mercado, tentando construir diferentes formas de acesso a esta instância. São estas ações e estratégias, muitas vezes de caráter contraditório, que serão discutidas a seguir. É possível identificar desde práticas voltadas para o reforço do abastecimento e subsistência das famílias, ações voltadas para a produção e a aquisição insumos de forma mais eficiente, bem como estratégias para desenvolver canais de comercialização específicos, tanto no mercado local quanto mais amplo.

São ações que envolvem uma forte articulação de diferentes atores que tentam modificar a posição subalterna ocupada pelos agricultores familiares no mercado, mas que encontram diversos tipos de resistência e obstáculos.

3.1 Perdas e Danos: as Tradicionais Relações dos Pequenos Agricultores Familiares de Araponga com o Mercado

Araponga não é um município que tenha mercado expressivo ou diversificado. A vida da população e a economia do município giram em torno da produção de café. Com a fragilidade de seus sistemas produtivos e estratégias de reprodução, como acontecia antes da experiência, os pequenos agricultores dependiam fortemente do mercado, tanto para adquirir insumos como para o abastecimento das famílias.

O modelo convencional de produção agrícola estimulou uma forte dependência de insumos externos, para as propriedades que passaram a compor o esquema básico de produção no qual estas famílias tinham pouca margem de manobra. Soluções para fertilidade, controle de pragas, sementes, tudo era importado. Os elevados custos deste processo (aliados ao endividamento dos pequenos agricultores, da baixa fertilidade dos solos, etc.) contribuíram para a precarização das condições de sobrevivência das famílias.

Do ponto de vista da compra de insumos, não havia no mercado local lojas instaladas nas quais os agricultores pudessem adquirir tais produtos. Os vendedores de outros municípios passavam por Araponga, em diferentes épocas do ano, oferecendo tais produtos e os agricultores tinham que comprá-los naquele momento. A maioria adquiria pequenas quantidades de adubo e de calcário, o que elevava os preços pagos por estes produtos.

“O grande problema que eles tinham, por exemplo, na compra do calcário, era esse. Era ter o calcário na hora que eles precisavam, porque, na hora que eles precisavam, a hora que era boa, era muito difícil pro pessoal trazer. Porque era na época que todo mundo demandava calcário” (entrevista com coordenador executivo do CTA-ZM, 2005).

A utilização de insumos em quantidades insuficientes era comum, já que os agricultores não tinham condições financeiras para adquiri-los (entre outros fatores) e resultava em queda na produção, produtividade e na qualidade dos produtos, principalmente o café.

Na outra ponta das relações com o mercado, a da comercialização da produção, que se restringia basicamente ao café, os agricultores também enfrentavam problemas. Além da baixa produtividade e qualidade do café, toda a produção era vendida para grandes produtores do município e região, que eram proprietários dos equipamentos para beneficiamento e armazenagem do café, dos quais os agricultores também dependiam. A falta de alternativas para armazenagem, processamento e comercialização contribuía para a redução dos ganhos dos agricultores no mercado de café. De certa forma, este tipo de acesso ao mercado pode ser considerado mais como uma forma de exclusão.

“Mas, de toda maneira, a relação de comércio de café é muito... é bem complicada, que são várias amarrações. Além da máquina de café, ter acesso à máquina para beneficiar, você tem a questão do armazenamento. Pra você armazenar o café na propriedade, você corre muito mais risco de perder a qualidade, de perder o café. Então, tem muita gente que armazena o café na máquina. Então, leva o café para lá, o café fica armazenado no galpão do cara, mas, aí, você só vende para ele. Na hora de vender, quem vai dar o preço é ele” (entrevista com coordenador executivo do CTA-ZM, 2005).

A crescente especialização na produção de café desestimulava o cultivo de pomares, hortas, plantas medicinais, importantes componentes dos sistemas de produção dos pequenos agricultores e parceiros em Araponga. É verdade que os agricultores que possuíam terras

nunca deixaram totalmente de lado estas práticas, mas, elas eram irregulares e, do ponto de vista nutricional, nem sempre suficientes.

Observa-se que padrões dominantes de mercado, definidos por atores distantes da realidade dos agricultores, atingem as estratégias adotadas pelas famílias, definindo o que cultivar ou não cultivar e influenciando negativamente a qualidade da alimentação e nutrição destes grupos. Isso ocorre, principalmente, porque a idéia dos agricultores indo ao mercado adquirir alimentos e outros produtos não deve ser interpretada à risca. Com a escassez de recursos financeiros, era mais comum que as famílias mantivessem uma dieta insuficiente e precária do que comprassem alimentos e outros bens e serviços necessários para garantir a sobrevivência destes grupos. Como alternativa para compensar estes problemas, havia a necessidade de vender trabalho fora das propriedades ou a busca de alternativas fora do meio rural, principalmente pelos jovens.

Embora a dependência dos pequenos agricultores familiares de Araponga em relação ao mercado se caracterizasse em ambas as direções (tanto nos processos de compra quanto de venda), um balanço mais detalhado vai revelar que a ida dos agricultores ao mercado ocorreria muito mais para adquirir produtos, ou seja, como consumidores do que como vendedores.

Tal situação, aliada à expansão da monocultura do café, às limitações do modelo agrícola adotado e às restrições do processo de comercialização em contraposição a uma renda muito baixa, inviabilizava estratégias de sobrevivência dos pequenos agricultores familiares.

Apesar das dificuldades, da escassez de alternativas para mudar esta situação, agravada pela falta de recursos, tais como dinheiro, informação e tecnologia, os agricultores criavam formas de resistência e superação de tais adversidades. Para DEMO (2003), a história humana é, de um lado, o acúmulo das vítimas, de outro, é a história das superações: populações oprimidas souberam tomar conta de seu destino e implantar configurações mais igualitárias.

Assim, algumas daquelas famílias que dispunham de terras próprias desenvolviam, desde antes do início da experiência agroecológica, práticas que visavam reduzir a dependência dos mercados. A produção sem agrotóxicos, a diversificação da produção, as trocas de trabalho e produtos são exemplos de práticas que minimizavam os impactos da subordinação ao mercado. Mas, tais práticas eram muito restritas, voltadas para o âmbito das famílias. SANTOS & FLORISBELO (2004a:18) falam da “*existência de um sistema interno de trocas não monetárias (de produtos, de dias de trabalho, de serviços)*” que compensavam, em alguma medida, o difícil acesso a recursos financeiros e também aos mercados.

Para aqueles que não dispunham de terras, a liberdade para desenvolver estratégias alternativas para acesso ao mercado era ainda menor. Os parceiros, por exemplo, tinham suas atividades mais restritas ao processo de produção e tinham poucas oportunidades de se posicionarem de forma mais ativa nos processos de comercialização. Afirma-se a necessidade de uma base inicial, um aporte mínimo de recursos (que podem variar em cada situação) e de autonomia que permita fazer opções. No caso específico de Araponga, este tipo de análise reforça a centralidade da posse da terra para a conquista de outros acessos, inclusive ao mercado.

De forma geral, pode-se dizer que, nas relações com o mercado, os pequenos agricultores familiares de Araponga estavam à mercê de regras definidas e controladas por outros atores. Não se trata da supremacia de um mercado sem rosto, mas, do exercício de poder de diferentes atores, desde aqueles mais próximos, como os vendedores de insumos ou os grandes produtores que compravam o café, até as indústrias de insumos, as grandes empresas de comercialização de café, legisladores, etc. Em suma, nesta figuração específica

de mercado, os pequenos agricultores familiares de Araponga encontravam-se em posição subalterna e de extrema fragilidade.

Embora os agricultores já houvessem tentado algumas ações diferenciadas em relação ao mercado, é a experiência agroecológica que vai estimular uma reflexão sobre processos de produção, sobre formas de organização e vai viabilizar o acesso a alguns ativos importantes, principalmente informação, que facilitam o surgimento novas estratégias voltadas para a inserção no mercado.

3.2 Agroecologia e Mercados: Construindo Novas Opções

Muitos atribuem à agroecologia, de forma geral, uma ênfase excessiva nas relações produtivas voltadas para subsistência das famílias e pouca ou nenhuma orientação para as relações com o mercado. A experiência agroecológica de Araponga demonstra que existe uma certa verdade nesta afirmação, mas, que tal ênfase não representa uma visão restrita ou simplista da realidade; pelo contrário, pode ser entendida como uma interpretação mais complexa do mercado.

O CTA-ZM, afirma que *“Durante muitos anos o STR optou por priorizar a produção para subsistência. Recentemente tem aumentado o interesse no mercado e na comercialização”* (CENTRO DE TECNOLOGIAS ALTERNATIVAS ZONA DA MATA, 2004b:15). Neste documento que sintetiza um diálogo com agricultores e sindicalistas, a ONG também busca entender o porquê desta situação e se depara com a seguinte avaliação dos agricultores sobre o tema:

“Essa mudança não é de agora. Quando se pensa em comércio, tem que ter produção e isso só vemos ter agora”, “Essa discussão já existia, mas, aos poucos ela se consolidou”.

Estas frases, respectivamente de um agricultor e uma agricultora de Araponga, revelam que o mercado sempre foi uma preocupação dos agricultores, mas, numa avaliação estratégica, era preciso privilegiar outras questões e temas, bem como as oportunidades que fossem surgindo. A prioridade é sempre, para todas as famílias que entram no processo, aumentar a diversificação, melhorar a produtividade das lavouras e a qualidade dos alimentos produzidos para o autoconsumo.

Num primeiro momento da experiência, principalmente considerando-se a perspectiva daqueles que entraram na conquista de terras, o objetivo era sobreviver, fazer economia, produzir mais e melhor e pagar a dívida assumida com a compra de terras. Mesmo para aqueles agricultores que já dispunham de terras, era preciso fazer mudanças no sistema e garantir condições mínimas de sobrevivência, já que a transição para a agroecologia é processo lento no qual os agricultores enfrentam algumas perdas.

Além de minimizar as dificuldades inerentes ao processo de transição, estas ações têm outros efeitos positivos mais amplos. Agricultores e técnicos destacam que melhorias na produção de alimentos para autoconsumo (incluindo cuidados com a qualidade da água, com conservação de nascentes e cursos d’água e a redução do uso de agrotóxicos) têm impacto importante sobre a segurança alimentar e nutricional das famílias, influenciando positivamente a saúde dos agricultores e diminuindo a pressão sobre os serviços públicos de saúde no município.

Saúde, como já se mencionou, é uma das grandes preocupações dos agricultores entrevistados. A maioria afirma que problemas deste tipo eram muito comuns no município,

na época em que a experiência se iniciou, principalmente os casos de intoxicação por uso de agrotóxicos e a desnutrição infantil³⁴.

Mas, e o mercado? Será que todos os esforços e ações iniciais dos agricultores e técnicos voltados para a garantia da subsistência das famílias representam uma resistência à adoção de estratégias de mercado? Não necessariamente. Se esta discussão fizesse referência a uma empresa capitalista convencional, não haveria certamente espanto de que, entre suas ações prioritárias, estivesse a busca de garantia do abastecimento de matérias-primas e a redução dos custos de produção, estratégias elementares para um melhor posicionamento no mercado. Estas também são preocupações das pessoas envolvidas na experiência.

Não se trata da replicação de práticas comuns ao empresariado, mas da composição de estratégias específicas, nas quais as relações sociais não estão subsumidas ao mercado, mas, as ações de mercado implementadas são parte de uma proposta maior voltada para melhorar as condições de vida dos agricultores. Os vínculos entre mercado, economia e relações sociais foram habilidosamente desenhados por Karl Polanyi.

“A descoberta mais importante nas recentes pesquisas históricas e antropológicas é que a economia do homem, como regra, está submersa em suas relações sociais. Ele não age desta forma para salvaguardar seu interesse individual na posse de bens materiais, ele age assim para salvaguardar sua situação social, suas exigências sociais, seu patrimônio social. Ele valoriza os bens materiais na medida em que eles servem a seus propósitos. Nem o processo de produção, nem o de distribuição está ligado a interesses econômicos específicos relativos à posse de bens. Cada passo desse processo está atrelado a um certo número de interesses sociais, e são estes que asseguram a necessidade daquele passo. É natural que esses interesses sejam muito diferentes numa pequena comunidade de caçadores ou pescadores e numa ampla sociedade despótica, mas tanto numa como noutra o sistema econômico será dirigido por motivações não-econômicas” (POLANYI, 2000:65).

Tal perspectiva não implica em alimentar uma “uma visão romântica” que exclui a importância das condições materiais, do consumo, da relação com o mercado. “A preocupação é com melhorar o nível de vida das famílias. A preocupação com renda e mercado não é secundária: é forte. Só que se colocando em uma posição não subalterna em relação a este mercado, numa posição favorável” (entrevista com técnico do CTA-ZM, 2004).

A adoção de práticas agroecológicas favorece a subsistência das famílias e tem repercussão importante sobre a eficiência das unidades produtivas. Isso se deve, em grande parte, à mudança na lógica de exploração dos recursos disponíveis nas propriedades, no local e também em outras instâncias que se tornam acessíveis, em grande parte, graças à articulação em rede.

Com tais mudanças, a criatividade e os avanços dos agricultores na produção de adubos e no manejo das propriedades são muitos, mas, a auto-suficiência não é um objetivo

³⁴ Tentamos, junto à prefeitura e à Secretaria de Saúde de Araponga, obter dados sobre saúde e desnutrição no município, mas, sem sucesso. As entrevistas realizadas com diferentes atores do município (agricultores, técnicos, sindicalistas, ocupantes de cargos públicos, etc.) apontam a existência e a importância destes problemas de saúde no município antes do início da experiência. Dados de Brasil (2005) apontam queda em problemas, como desnutrição infantil, no período de 1999 a 2004. O instituto também indica aumento no número de pessoas atendidas pelo Programa Saúde da Família e de mulheres em pré-natal que pode ter influenciado positivamente na queda da desnutrição infantil no município. Por outro lado, o aumento do aleitamento materno exclusivo e a redução da mortalidade infantil por diarreia podem apontar também para a importância de iniciativas paralelas ao setor público como as ações da Pastoral da Criança que, em Araponga, tem parceria com a AFA para a produção da multimistura.

que norteia a experiência. A complexidade da produção agroecológica e, talvez, mais ainda da produção orgânica³⁵ demanda insumos que os agricultores ainda não estão plenamente aptos a produzir. Há também uma série de bens, produtos e serviços que não estão relacionados diretamente à produção, mas são importantes para o bem-estar das famílias, que elas não produzem e que precisam buscar no mercado.

No entanto, segundo FERRARI (2003:8), a relação entre o custo e o valor da produção mostra que as famílias com sistema de produção “mais agroecológico” têm maior autonomia e menor dependência de recursos externos e que, numa situação de aumentos nos custos dos insumos ou queda nos preços dos produtos, estará sujeita a menos riscos do que aquelas que adotam sistemas de produção mais próximos do modelo convencional.

Observa-se que muitos agricultores envolvidos na experiência conquistaram alguma autonomia nas relações com o mercado, mas, uma autonomia relativa, já que as práticas agroecológicas contribuíram para reequilibrar os sistemas produtivos, mas não eliminaram totalmente a necessidade de adquirir produtos fora da propriedade.

D'ANGELIS FILHO (2005), estudando as estratégias de agricultores assentados do Norte de Minas Gerais, que adotam práticas agroecológicas, conclui que tais práticas ou, nas palavras do autor, uma base tecnológica que consegue associar a manutenção de bons indicadores de produtividades, sustentados, ao longo do tempo, com uma baixa taxa de transferência de recursos para o mercado de insumos, foi elemento importante para a capitalização destes agricultores.

A produção, a aquisição e a utilização de insumos são temas relevantes para a sustentabilidade dos sistemas de produção que fazem a transição, seja para a agroecologia ou para a produção orgânica. Mas, no desenvolvimento das estratégias de mercado, a experiência de Araponga tem tentado encontrar um equilíbrio tal que o aumento de autonomia dos agricultores em relação ao mercado seja compatível com a recomposição do meio ambiente e, principalmente, que a qualidade de vida das famílias seja privilegiada.

“E aí, a gente vem discutindo sustentabilidade no sentido que eu te falei, da autonomia. Então, não adianta ter que comprar o composto ou ter que fazer o composto lá embaixo e ter que carregar para cima porque a minha roça é lá em cima. Vou destruir a saúde. O que tem lá que eu posso potencializar? Aí, vem toda discussão de manejo de mato, diversidade, plantas, raízes, etc., potencializando a discussão que já tinha com agroecologia, caminhando para uma coisa bem redondinha (...)” (entrevista com técnica do CTA-ZM, 2004).

Essas peculiaridades da ação de técnicos e agricultores torna, por um lado, mais complexa a experiência, mas, por outro, possibilita processos de intervenção mais adequados à realidade e, sobretudo, mais próximos dos valores e trajetórias de vida dos agricultores.

“Chega um momento em que a gente fica na parede e, se assumir a dedicação nas propostas originais, termina o processo. E o coletivo, o espaço que garante a participação que garante a manifestação, a forma de trabalho é que garante a construção do futuro encontrando a tal saída (...) O que é a criança é o processo e não o sistema. Tem sistemas muito diferenciados. Aí é que está o ganho: a experiência. Valoriza-se os pouquinhos” (entrevista com professor da UFV, parceiro da experiência, 2004).

A busca de acesso ao mercado não implica apenas em reduzir consumo e aumentar a venda de produtos, mas, principalmente, tentar construir formas diferentes de conduzir estes

³⁵ A produção de café orgânico é uma das ações de mercado que compõem a experiência agroecológica de Araponga e que será discutida em detalhes ainda neste capítulo.

processos, para que os agricultores minimizem sua condição de subordinação. A organização é um fator importante para isso, sendo testada logo no início da experiência quando os agricultores fizeram a primeira compra de calcário em conjunto.

“Eu acho que o primeiro avanço que eles tiveram lá, na verdade, foi na comercialização conjunta de calcário. A primeira experiência maior de comercialização que eles tiveram foi para ter acesso ao calcário que eles não tinham, eles tinham uma dificuldade grande. E eles conseguiram além de ter mais facilidade, por exemplo, porque fretavam um caminhão, o caminhão deixava nas propriedades, o que o agricultor individualmente não pode fazer. Eles conseguiram preços compensadores. Em relação ao mercado local, essa foi a primeira experiência mais forte deles” (entrevista com coordenador executivo do CTA-ZM, 2005).

Com o avanço da experiência, com os resultados positivos das práticas produtivas, garantindo assim a subsistência imediata das famílias, e em algumas iniciativas de mercado, começa também a haver excedentes nas propriedades que podem ser comercializados. Como afirma um agricultor de Araponga: *“Pois antes não tínhamos nem produção, agora temos bastante”* (CENTRO DE TECNOLOGIAS ALTERNATIVAS DA ZONA DA MATA, 2004b). Mas, onde e como vender estes produtos? Como o café produzido por estes agricultores tinha, antes da experiência, destino certo e único (os grandes proprietários locais, principalmente), os agricultores não tinham uma ampla prática de comercialização ou de mercado. Não havia canais de comercialização estabelecidos para estes produtos no local ou na região e nem, tampouco, havia um nicho de mercado para produtos agroecológicos, o que significava que, para os agricultores envolvidos na experiência, comercializar outros produtos agrícolas era algo novo, a ser construído.

Os produtos agrícolas, provenientes da experiência, encontravam dificuldades no mercado convencional porque, em geral, não atendem a padrões como volume de produção, tamanho, aparência, etc. A questão do volume de produção, critério importante quando se trata de mercado, começou a ser resolvida na medida em que mais famílias passaram a praticar a agroecologia no município. Mesmo assim, tal oferta é irregular: enquanto alguns produtos são ofertados em quantidade suficiente apenas para o mercado local, outros em apenas alguns períodos do ano, há certos produtos agrícolas cujo volume ultrapassa a demanda do município ao longo de todo o ano.

Muitos consumidores e a maioria dos comerciantes dão preferência a características homogêneas dos produtos agrícolas, resultado do uso de sementes selecionadas e produtos químicos, insumos que estão sendo excluídos dos sistemas de produção dos agricultores envolvidos na experiência. Embora tais critérios não garantam produtos mais saborosos ou mais saudáveis, trata-se de padrão de consumo que impera e que restringe a entrada dos agricultores envolvidos com a experiência no mercado.

SANTOS, B. (2000) fala da crescente esteticização do consumo que converte as mercadorias numa configuração de mensagens expressivas que fomentam uma concepção materialista da vida no mesmo processo em que desmaterializam os produtos. A marca, o logotipo, o mapa de cores e o traço do estilo multiplicam os valores de uso e, com isso, prolongam a eficácia dos produtos para além daquela que pode decorrer do trabalho produtivo.

Depois do fracasso de algumas tentativas de acesso ao mercado, no início da experiência, como o caso da comercialização de mel, alguns agricultores decidiram criar a

Associação de Agricultores Familiares de Araponga (AFA)³⁶, como um apoio para o desenvolvimento de estratégias para inserção no mercado.

“Eles tiveram uma experiência também interessante com o mel, comercialização de mel... na verdade, a origem da associação. Ela foi, principalmente, ela cresceu em torno do processo de comercialização do mel. E quebraram a cabeça também, quebraram a cabeça porque teve um momento que tinha um preço bom, conseguiram um preço bom aqui em Viçosa, depois já não conseguiram mais. Tentaram fazer a comercialização através da Associação Regional, aí o pessoal da Associação Regional, quando funcionava em Muriaé, ficou devendo a eles um tempão, e foi...” (entrevista com coordenador executivo do CTA-ZM, 2005).

As relações no mercado revelam-se mais do que apenas um “toma lá, dá cá” imediato. Para os agricultores envolvidos na experiência, ficou clara a necessidade de “construir” um espaço no mercado para seus produtos, como forma de garantir uma certa autonomia neste acesso. Estes agricultores não queriam entregar seus produtos para atravessadores e repetir, com hortaliças, legumes, frutas, alguns produtos processados e mel entre outros, a situação de subalternidade experimentada até aquele momento na comercialização do café. Juntamente com os mediadores, avaliaram que havia possibilidade “criar” um mercado local para comercializar seus produtos agrícolas excedentes.

Assim, foi criado, em 2003, o mercado da Associação de Agricultores Familiares de Araponga, ou mercadinho da AFA, como alguns se referem, que passou a receber os produtos dos agricultores envolvidos na experiência e colocá-los à venda. Neste espaço, que funciona ao lado de sede do STR, são vendidos alimentos *in natura* e alguns processados, como açúcar mascavo, polpa de frutas, farinhas, todos produzidos sem o uso de agrotóxicos. Muitos destes itens, antes da experiência, sequer eram produzidos. No início do trabalho passaram a ser produzidos e consumidos pelos agricultores, mas havia muitas sobras e desperdício. Hoje, são comercializados por meio de uma estrutura concebida e gerida por eles, ajudando a complementar a renda das famílias.

Segundo dados do CTA-ZM, em 2004 o mercado da associação beneficiava diretamente 65 agricultores e agricultoras (20 mulheres e 45 homens) que comercializavam ali os seus produtos. O sistema de remuneração funciona assim: o mercado comercializa os produtos e repassa para o produtor o valor recebido, depois de descontadas as despesas de comercialização. Evidentemente, os lucros não são altos, mas, os custos do processo também são relativamente baixos, dando algum retorno financeiro para os agricultores.

Os coordenadores da AFA afirmam que um dos objetivos deste mercado é também oferecer alimentos de qualidade a preços mais baixos para a população mais pobre do município e, por isso, procuram vender os produtos agroecológicos a preços bem próximos daqueles praticados por outros comerciantes locais. Embora tentem vender os produtos com uma margem de lucro menor, ainda é difícil facilitar o acesso da população mais pobre, já que, para estes o preço convencional, muitas vezes, já torna inviável a compra. Além disso, há alguns produtos, como a batata, por exemplo, que tem um custo de produção e, conseqüentemente, também preço final, mais elevados.

A implantação do mercado da AFA (assim como a própria AFA) foi uma ação que teve um caráter educativo importante, na medida em que as relações que os agricultores tinham com o mercado eram, na maioria das vezes, indiretas. As discussões sobre custos e preço, o contato com o público, a possibilidade de diminuir atravessadores e a divulgação da

³⁶ A AFA foi criada em 1997 e hoje coordena ações de compra coletiva de insumos, além da comercialização da produção dos agricultores envolvidos na experiência agroecológica.

produção e do trabalho como um todo são processos de caráter capacitante³⁷, na medida em que têm auxiliado os agricultores a executarem seus projetos de vida.

Estas iniciativas contribuem, também, para o desenvolvimento de capacidade interna do grupo envolvido na experiência que, segundo BEBBINGTON et al. (1997), refere-se à forma de administrar recursos eficiente e efetivamente.

“Agora, o mercadinho também, eu acho que foi um passo muito interessante, sabe? Porque é uma coisa que eles já vinham tentando antes, já tinham vindo algumas vezes ver se era possível fazer feira aqui em Viçosa e à medida que constituiu aquele mercadinho, que mesmo que ainda seja pequeno, que é um grupo que tem aí uns 40, 50 pessoas que fornecem produtos lá, mas já é, já permite você gerar recursos de coisas que antigamente eles não tinham um retorno, né? Se não consumisse, perdia mesmo” (entrevista com coordenador executivo do CTA-ZM, 2005).

A conquista deste espaço tem, para os agricultores, um grande valor, não apenas pelo incremento da renda, mas também pela valorização do seu trabalho, de conquista de maior respeito. Eles passaram de uma situação de apenas consumidores (quando não de “sem condições de consumir”) para vendedores, o que implica num *status* diferenciado no município.

Papel importante no funcionamento do mercado é assumido pelas mulheres que são, na maioria das vezes, as responsáveis pela produção de hortas e pomares, bem como de doces, polpas e farinhas. Embora nem todas assumam diretamente a responsabilidade da comercialização, há uma valorização do seu trabalho, levando à melhoria na auto-estima e produzindo mais estímulos à inovação na produção e à participação nas organizações que apóiam a experiência. Desta perspectiva, o trabalho e a renda obtida com o mercado da AFA contribuem também para pequenos ganhos de poder e autonomia das mulheres, que começam a se ver e serem vistas de forma diferente na família ou na comunidade.

KYOTA (2003) afirma que os agricultores familiares estão em busca de sua autonomia. A comercialização de seus produtos é uma forma de valorizar o produto do trabalho de sua família e do seu grupo social, mostrando ao consumidor, com orgulho, que aquele produto é uma parte de sua história, uma parte da vida de sua família. Assim, ele busca alcançar o seu papel de sujeito nesse processo, adquirindo, conseqüentemente, um maior poder de contraposição ao modelo excludente.

Embora a inserção no mercado local possa parecer uma estratégia mais simples e menos arriscada, deve-se lembrar que a implantação de uma atividade como esta implica numa mudança de papéis e de posições ocupadas pelos agricultores historicamente no local. O bom desempenho, neste caso, não é determinado apenas pela qualidade do produto ou pelo preço, mas, pela possibilidade de aceitação da comunidade, dos demais grupos sociais a esta ação “rebelde” dos agricultores. É um embate entre antigas e novas representações de poder no espaço local, no qual as relações sociais tendem a ser pouco flexíveis.

Apesar das expectativas em torno desta iniciativa, o mercado da AFA é uma iniciativa recente. Muitos comerciantes, agricultores que estão fora da experiência e alguns técnicos do município não acreditam nesta proposta. Questionam a qualidade dos produtos e afirmam que há desabastecimento em alguns períodos, fatores que, segundo eles, podem comprometer esta iniciativa. Embora tais críticas tenham algum fundamento, observa-se também, nestes

³⁷ Capacitante aqui tem o sentido de propiciar o desenvolvimento de capacidades que, segundo SEN (2000), consistem nas combinações alternativas de funcionamentos cuja realização é factível para cada pessoa. Portanto, a capacidade é um tipo de liberdade: a liberdade substantiva de realizar combinações alternativas de funcionamentos. *Funcionamentos*, por sua vez, referem-se às várias coisas que uma pessoa pode considerar valioso fazer ou ter.

comentários, que a referência são padrões difundidos e consolidados no mercado que, não necessariamente, orientam as ações da AFA. Com o tempo, no confronto entre tais perspectivas, é que se poderá definir a viabilidade desta iniciativa e a sua capacidade de se contrapor aos modelos convencionais de mercado.

De fato, o mercado ainda não consegue abastecimento constante e a demanda pelos produtos, segundo os coordenadores da AFA, tem sido satisfatória. Eles afirmam ainda que *“tem muita gente que prefere comprar no mercadinho por causa da qualidade e da segurança”* dos produtos, fatores que, como já se discutiu, têm importância para os moradores do local. Indiretamente, esta também é uma forma de divulgação e fortalecimento da experiência agroecológica.

Mas, com os avanços da experiência, o mercado da AFA, como canal de comercialização de alguns produtos agroecológicos, tem limites. Hoje, a mercadoria “sobrante” dos agricultores que o mercadinho não absorve é repassada para venda em outros mercados do município e da região. Dois produtos sem agrotóxico que têm conseguido suprir o mercado local são feijão e banana. Com um volume de produção significativo, a AFA está estudando a possibilidade de escoar estes produtos para outros municípios da região.

“A banana já é toda fornecida pelos produtores daqui e o CEASA não coloca mais o produto [banana] aqui dentro não. Agora, já estamos pensando em escoar a produção...” afirma orgulhoso um agricultor e sindicalista de Araponga (entrevista, 2004).

Se houver um aumento do número de produtores envolvidos na experiência, com aumento de produtos agroecológicos disponíveis para comercialização, será necessário pensar e viabilizar outros canais de comercialização para estes produtos, uma vez que o mercado local é muito pequeno.

Uma das propostas que a AFA está discutindo é como viabilizar acesso ao mercado institucional³⁸. Os agricultores poderiam vender seus produtos para merenda escolar do município e região, por exemplo.

“(...) Eu acho que tem possibilidade dela ampliar pro mercado institucional, sabe? Que é uma coisa que eu acho que eles já começaram até a pensar nessa possibilidade de discutir com a prefeitura agora, nessa nova gestão. Eu acho que seria uma coisa que poderia ser feita tranquilamente, de toda merenda. E tem um monte de problemas. (...) tinha escola que não tinha merenda escolar, os meninos ficavam sem merenda. E, quando tem, é um negócio assim de péssima qualidade: é macarrão, biscoito...” (entrevista com coordenador executivo do CTA-ZM, 2005).

Mas a burocracia, as exigências do Estado para este tipo de relação, são muitas, isso sem falar da questão da vontade política. MALUF (2001) lembra que, neste mercado, além dos conhecidos requisitos de regularidade de oferta e da qualidade e apresentação dos produtos, também há, como obstáculo de acesso, o despreparo dos agricultores e suas associações para participar dos processos licitatórios.

De um lado, tal situação demanda do poder público, algumas medidas de estímulo e facilitação ao acesso dos pequenos agricultores familiares a este mercado, mas também exige maior capacitação destes atores, inclusive nos aspectos burocráticos para acessarem o mercado institucional.

³⁸ Segundo MALUF (2001), mercados institucionais são compostos das compras de alimentos realizadas por organismos governamentais para diversos programas (alimentação escolar e distribuição de alimentos) e serviços públicos (alimentação em hospitais e presídios, restaurantes populares e outros).

De qualquer forma, há uma certa expectativa de que com a presença no governo municipal de atores que já tinham uma aproximação com a experiência (o atual vice-prefeito é membro do STR), seja possível criar melhores condições para acesso ao mercado institucional local.

“Já começaram a discutir antes, mas, o pessoal ficou muito preso nas burocracias lá, que precisava de nota, que precisa ter isso, ter aquilo. Sabe, não conseguiram ter vontade política suficiente para armar as brechas e fazer a coisa funcionar” (entrevista com coordenador executivo do CTA-ZM, 2005).

Mas de todas as ações voltadas para a conquista de acesso ao mercado, aquela que mais tem atraído os agricultores (e também demandado mais trabalho) refere-se à comercialização do café. A economia do município, a vida das pessoas, a cultura e a tradição locais giram em torno do café. Antes da experiência, os pequenos agricultores familiares não tinham um café de qualidade, o que também inviabilizava a busca de novos canais de comercialização. Com a adoção de práticas agroecológicas, depois de um período de perdas, o café começou a recuperar produtividade e, com cuidados específicos e capacitação dos agricultores, foi adquirindo qualidade. Com estas mudanças, os agricultores não queriam mais se submeter ao mesmo esquema de comercialização de sempre, mas, ao mesmo tempo, constataram que não havia um mercado diferenciado para o café agroecológico. É aí que surge o interesse pelo mercado de café orgânico.

3.2.1 Padrões, produção e qualidade: o que há além do discurso do mercado orgânico

A importância do café nos sistemas de produção e para as trajetórias de vida dos pequenos agricultores familiares de Araponga levou à realização de uma pesquisa sobre mercado de café para tentar identificar possíveis formas de acesso destes agricultores. A idéia de focalizar a comercialização do café, de desenvolver um plano de negócios para este produto surgiu, como afirmam os representantes do CTA-ZM, num momento de crise, de conflito entre agricultores e técnicos que estavam debatendo os reais avanços da experiência agroecológica.

“E, por outro lado, a gente resolveu priorizar o café porque era momento de crise, né?, e a gente avaliou que a gente tinha trabalhado muito pouco..., que a gente tinha trabalhado com a questão da produção animal, com semente de milho, com muitas outras coisas e o elemento fundamental dos sistemas de produção, que era o café, a gente tinha muito pouco. Então, resolvemos priorizar também a questão do café. E, aí, fizemos um diagnóstico, tanto dos sistemas de produção de café em vários municípios - na verdade eram dez municípios só que a gente focalizou quatro. E, em alguns momentos, juntaram pessoas dos outros dez pra ver se tinha correspondência dos dados que a gente levantava. Fez uma primeira análise de mercado e foi quando a gente constatou que não tinha assim ... tinha muita gente que falava de café SAT, que é café sem agrotóxico, e não sei o quê. Mas, quando a gente foi ver mercado, mercado mesmo não tinha: ou você tem mercado diferenciado, que é o mercado orgânico, ou o resto é o mercado convencional. Ou então, é o processamento do produto no mercado do café já torrado e moído” (entrevista com coordenador executivo do CTA-ZM, 2005).

O desenvolvimento de uma estratégia voltada para a comercialização do café, além de demonstrar a diversificação das opções adotadas na experiência para acesso ao mercado, revela também ganhos de autonomia dos agricultores em relação aos técnicos, criticando e

desistindo do trabalho com sistemas agroflorestais que, para os técnicos, pareciam uma boa opção, mas, para os agricultores implicava em sacrifícios, prejuízos e insatisfação.

Dentre as opções para comercialização de café, agricultores e técnicos discutiram a possibilidade do *fair trade* (comércio justo), mas, o que parecia mais próximo e que mais interessou aos agricultores foi a entrada no mercado orgânico. A opção pelo mercado orgânico, porém, implicava em mudanças no processo de produção, na organização e na capacitação dos produtores, além da necessidade de certificação da produção e do estabelecimento de acordos e parcerias com outras organizações.

“Mas, na verdade, o que tinha de diferencial é o mercado orgânico mesmo e o pessoal que tava envolvido nesse processo de planejamento estratégico do café se interessou, foram pro Sul de Minas, conheceram a experiência do pessoal de Poço Fundo e se entusiasmaram com o troço e resolveram entrar nessa” (entrevista com coordenador do CTA-ZM, 2005)

MALUF (2004) defende a importância, para os pequenos agricultores, dos mercados diferenciados. Segundo ele, a valorização de produtos com atributos diferenciados de qualidade cria novas oportunidades de mercado, muitas das quais acessíveis aos agricultores de pequeno e médio portes. As novas oportunidades incluem desde a inserção desses agricultores em mercados de nicho nacionais e internacionais, como se verifica nos produtos artesanais, nos com denominação de origem e nos orgânicos, até o aprimoramento dos circuitos regionais de produção, distribuição e consumo de alimentos.

A agricultura orgânica, no entanto, pode ter função contraditória. BYÉ & SCHMIDT (2001) afirmam que, por um lado, os produtos da agricultura orgânica podem tornar-se um objeto de exportação (Lohr, 2001), mas, por outro, a agricultura orgânica permitiria ainda responder alguns problemas da agricultura familiar: valorização do tempo de trabalho e do *savoir-faire*, autonomia dos produtores, abertura de novos mercados, diversificação dos produtos.

Muitos pequenos agricultores de Araponga e de outros municípios avaliam a produção orgânica como uma das grandes alternativas para conquistarem um espaço menos marginal no mercado. Porém, mesmo sinalizando com oportunidades de acesso, os pequenos agricultores enfrentam dificuldades para a inserção no mercado orgânico, havendo uma longa lista de requisitos para que um agricultor seja considerado apto para acessá-lo.

No caso da experiência agroecológica de Araponga, mesmo com as mudanças já iniciadas no processo de produção, foi preciso fazer outras inovações, eliminar os poucos produtos químicos que ainda eram usados na adubação do café. Além disso, foi necessário acessar novamente o mercado de insumos, insumos orgânicos que os agricultores ainda não conseguiam produzir em quantidade e qualidade suficientes. *“A própria produção exige a produção animal para adubo. No momento, eu tenho que comprar tudo: a cama de frango...”* (entrevista com agricultor de Araponga, 2004).

Paralelamente, iniciaram-se pesquisas com variedades de café que pudessem se adaptar melhor às condições de produção local, a proposta orgânica, com menor demanda de insumos externos.

“O desafio é produção de insumo na propriedade, já que café é muito exigente em nutrientes e estão tentando encontrar outras fontes destes insumos nas propriedades e queremos ter uma dependência mínima de insumos externos. Hoje, compram composto, etc. Estamos testando e reduzindo e encontrando os mais satisfatórios para a região” (entrevista com técnico do CTA-ZM, 2004).

É preciso dizer que a dependência do mercado de insumos não é uma situação restrita aos orgânicos já que a produção agroecológica também depende ainda de insumos externos. Porém, a agroecologia tem uma flexibilidade maior para que os agricultores possam optar pelos insumos que forem mais adequados às suas propostas e trajetórias de vida.

As inovações no processo produtivo, que na proposta agroecológica eram estimuladas e conduzidas pelos próprios agricultores, de certa forma passaram a ser dirigidas “de fora” das propriedades. Isso ocorre porque o mercado de orgânicos tem regras muito rígidas em relação aos processos produtivos e ao padrão dos produtos que classifica como orgânicos.

A liberdade de experimentação que os agricultores tinham até então é substituída por uma orientação mais precisa dos técnicos e de alguns agricultores, já capacitados pelos próprios mediadores para realizarem este acompanhamento, e dos agentes da certificadora num momento posterior. Com o tempo, os próprios agricultores passam a dominar melhor o processo de produção, não havendo mais necessidade de acompanhamento técnico tão intensivo. Mesmo assim, as regras sobre o que é permitido ou não no processo produtivo representam uma forma de controle de alguns agentes do mercado. E são estas “muitas regras”, como definem os agricultores, aliadas aos custos do processo de conversão, que fizeram com que alguns desistissem do café orgânico.

“João dos Santos usava algum químico ainda e usava consórcio de plantas e recuperou a propriedade dele. Mas, hoje, ele tem um trabalho mais orgânico, que tem que ter acompanhamento diferente, cheio de regra, e o agroecológico é mais através de experiência. O orgânico, tem que ter um acompanhamento diferente mas não quer dizer que tenha que ser separado. Hoje tem muita gente que conseguiu continuar com o orgânico mas desistiu por causa das dificuldades, do modelo, do pacote e as pessoas não se adaptavam. É restrito e muita gente desistiu. Tava começando com o orgânico, já na transição e desistiram. A questão do orgânico ainda está bem fechada. É muito difícil a questão da certificação... demora. E a certificadora que trabalha com a gente não pode certificar para exportação, então, tá muito complicado. Tem custo elevado, mas, ainda sai muito mais em conta do que o convencional, mas, no início, principalmente o custo é elevado, principalmente com mão-de-obra” (entrevista com agricultora, presidente do STR de Araponga, 2004).

Em se tratando de agricultura familiar, não é possível pensar ações de mercado sem pensar também na sobrevivência, nos anseios e na trajetória das famílias. KYOTA (2003) afirma que as estratégias dos agricultores familiares no processo de comercialização são a combinação entre suas vontades subjetivas e as regras sociais. Tanto as especificidades do ambiente como a de seus interesses na manutenção e reprodução familiar são contempladas em suas estratégias. Mas, estas não são generalizantes, elas são calculadas considerando os elementos que cada família tem à sua disposição naquele determinado momento.

De fato, não foram todas as famílias envolvidas na experiência agroecológica que investiram na produção orgânica e nem todos conseguiram, até o ano de 2005, produção suficiente, adequada e certificada de café orgânico. Até este ano, estima-se que cerca de 120 famílias conseguiram atender a estes critérios. Alguns agricultores que avançaram mais no trabalho com agrofloresta tiveram maior facilidade de fazer a conversão, uma vez que seus sistemas de produção estavam mais adaptados à não utilização de adubos químicos.

No que tange ao aspecto produtivo, a estratégia de inserção no mercado de café orgânico se desenvolvia bem. No entanto, havia uma preocupação por parte dos mediadores sobre o aumento das expectativas e do número de interessados na proposta do café orgânico, que representa, para muitos agricultores, a chance de obterem resultados financeiros positivos com a experiência, que até o momento não eram perceptíveis.

“O trabalho é de longo prazo e economicamente tem perda na mudança. Mas, acredito que, de agora para frente, a gente vai poder ganhar um pouco mais com a venda da primeira safra de café orgânico e certificado” (entrevista com agricultor de Araponga, 2004).

“Agora é que estão começando um trabalho com orgânicos e com qualidade e já teve uns que até já ganharam concurso de qualidade de café ano passado. Isso vai ajudar na recuperação da questão financeira” (entrevista com agricultor de Araponga, 2004).

Embora o mercado de café orgânico tenha um interessante potencial de exploração, também há muitos mitos sobre este segmento, que exige crescentemente investimentos em qualidade. Segundo PONTE (2002), diversas pesquisas indicam uma expansão do mercado de cafés sustentáveis, incluindo café orgânico. Mas, segundo o autor, os critérios de avaliação deste produto vão além das características específicas do orgânico. A qualidade é critério fundamental que, associado às características específicas dos diferentes tipos de cafés sustentáveis, influencia positivamente os preços pagos pelo produto.

Sabendo disso, os mediadores da experiência de Araponga têm enfatizado a importância da realização de cursos e a construção de infra-estrutura para a melhoria da qualidade do café. Nesse aspecto específico, a ação dos mediadores, principalmente CTA-ZM, foi importante, identificando oportunidades para conseguir os recursos necessários e auxiliando os agricultores a elaboração de projetos como, por exemplo, para construção de terreiros suspensos (item importante para melhorar a qualidade do café).

Mesmo com tais investimentos, muitas pessoas que estão de fora da experiência acreditam que a inserção no mercado de orgânicos para estes agricultores não é viável. Técnicos da EMATER local afirmam que é difícil o pequeno produtor conseguir qualidade e produtividade para obter lucro com o orgânico. Um olhar mais atento à experiência, no entanto, mostra que o problema não está na capacidade dos agricultores absorverem as informações e colocarem em prática os procedimentos recomendados para a produção de orgânicos com qualidade, mas sim no acesso a recursos materiais e apoio para isso.

No entanto, é preciso acrescentar que as ações de agricultores e técnicos visando melhoria da qualidade do café se resume, em grande parte, ao seguimento de normas e padrões externos à realidade dos agricultores. Palavra extremamente popular nos últimos tempos, qualidade é, muitas vezes, um mistério para muitos agricultores, visto que sua definição e, em muitos casos, a sua aferição (por testes específicos) são realizadas longe das lavouras ou da influência dos agricultores o que, em última instância, reduz o poder e a autonomia destes atores.

Uma avaliação geral da estratégia voltada para o café orgânico aponta que esta cria maior dependência externa, seja das normas e padrões de mercado, de insumos materiais e produtivos e de apoio técnico, operacional e burocrático, no processo produtivo e, principalmente, na comercialização.

Um dos símbolos desta dependência está na exigência de certificação dos produtos orgânicos, condição essencial para entrar neste mercado. Os dois modelos de certificação mais debatidos e implementados no país, hoje, são a certificação por auditoria externa, na qual um organismo independente faz a “fiscalização” dos processos de produção e a certificação participativa em rede, em que os próprios agricultores se organizam para atestar a qualidade e os processos de produção de determinados produtos. O primeiro tipo ainda é o mais usado e sobre ele pesam argumentos favoráveis e críticas diversas. É também o modelo adotado na experiência agroecológica de Araponga.

O principal argumento favorável à certificação por auditoria externa reafirma a necessidade de sistemas teoricamente autônomos, com registros rigorosos dos processos de inspeção e capacidade técnica atestada - que seriam as empresas certificadoras - para atestarem com maior isenção a qualidade dos produtos. É claro que cabe questionar em que medida este sistema consegue ser totalmente isento de outras influências.

A maioria das iniciativas de produção e comercialização de orgânicos se vê dependente deste tipo de certificação, principalmente aqueles agricultores que pretendem exportar seus produtos. Neste caso, as restrições são ainda maiores, já que apenas algumas empresas certificadoras têm reconhecimento internacional e podem certificar produtos para este mercado. Para quem quer exportar produtos orgânicos, a certificação por auditoria externa, por algumas empresas específicas, seria o único caminho.

Vistos deste ângulo, os processos de certificação por auditoria externa podem representar o poder de “sistemas peritos” tanto sobre o processo produtivo e as estratégias e trajetórias de vida dos agricultores como sobre os consumidores dos produtos orgânicos, que desconhecem, em alguma medida, os trâmites e critérios do processo de certificação.

Dados do CENTRO DE TECNOLOGIAS ALTERNATIVAS DA ZONA DA MATA (2004b) informam que, entre 2004 e 2005, cerca de 120 famílias de agricultores converteram seus sistemas de produção de café para o sistema orgânico e certificaram as suas lavouras. No entanto, a adesão à certificação por auditoria externa, realizada pela Certificadora Sapucaí, não significa que os agricultores e técnicos estivessem satisfeitos com as regras. Porém, mudar as regras do jogo do mercado estando do lado de fora não é algo pensável e os agricultores precisavam obter condições de venda do café orgânico o mais rápido possível.

Na perspectiva da experiência agroecológica, embasada em ideais de autonomia, criatividade e confiança, os benefícios e a garantia oferecidos pela certificação por auditoria externa são questionáveis. Trata-se de processo dispendioso, que nem todos os agricultores podem custear, que não agrega nenhum elemento concreto ao produto e pelas dificuldades que os agricultores enfrentam para obter tal certificado, pode tornar-se, em muitos casos, um obstáculo para a entrada destes atores no mercado. Além disso, os agricultores não se sentem muito bem tendo que seguir tantas normas. Em alguma medida, tal processo reduz poder dos agricultores sobre a área na qual eles possuem maior autonomia que é a produção.

Diante desta situação desconfortável, os atores envolvidos na experiência não se acomodaram e buscam alternativas para que o acesso ao mercado de orgânicos não seja um caminho também de subordinação. O CTA-ZM está vinculado a uma rede que discute e defende a certificação participativa em rede como uma alternativa mais adequada para os pequenos agricultores familiares conseguirem acesso ao mercado de produtos orgânicos.

“A gente tem feito estas discussões: não é o orgânico convencional. A gente está fazendo o orgânico convencional para entrar no mercado, mas também está discutindo esse mercado. A gente tá nos espaços, onde a gente pode tentar discutir política pública, para que se aceitem as certificações participativas. Por que um grupo de agricultores, uma comunidade inteira como aquela não pode se autocertificar? O que garante que a certificadora é confiável?” (entrevista com técnica do CTA-ZM, 2004).

No entanto, a certificação participativa em rede, embora apresente algumas vantagens em relação à auditoria externa, aparentemente não resolve todos os problemas enfrentados pelos agricultores. Certamente, do ponto de vista da autonomia dos agricultores e da coerência com a proposta agroecológica, a certificação participativa em rede parece ser a alternativa mais adequada. Nesse processo, há maior envolvimento de agricultores que, por isso mesmo,

passam por um processo de capacitação e se responsabilizam também de forma mais objetiva pela certificação.

Alguns relatos apontam que a certificação participativa pelo envolvimento dos agricultores no processo de avaliação pode ser um instrumento até mesmo mais preciso do que outros tipos de certificação. Critério fundamental para este tipo de certificação é a existência de vínculos de confiança entre os agricultores e técnicos. Nesse sentido, o grupo de agricultores de Araponga teria melhores condições de desenvolver a certificação participativa em função dos vínculos construídos pela experiência agroecológica.

De forma geral, a certificação participativa em rede, ao se basear fortemente em relações de confiança, levanta a dúvida sobre até que ponto é possível também confiar nas pessoas que estão envolvidas neste processo. Trata-se de um olhar da perspectiva dos consumidores. Desconsiderando-se as vinculações entre estes atores que podem influenciar também a isenção do processo, ainda estaríamos lidando com pessoas cujos comportamentos podem ser modificados com rapidez, mas nem sempre controlados.

A certificação participativa também pode enfrentar problemas internos. SERVA & ANDION (2004:19), acompanhando durante 16 meses o processo de certificação participativa em uma localidade no estado do Paraná, afirmam que

“na dimensão interna do processo, as dificuldades apontadas no que tange à gestão são significativas e podem constituir um sério limite à replicação da iniciativa. Tais dificuldades tocam desde a delicada questão dos recursos, até as não menos delicadas questões da escassez de tempo (não só na esfera do trabalho, mas também na da vida familiar), da capacidade administrativa e da capacidade técnica, dos valores compartilhados (significação da certificação: meio ou fim?), as quais causam impactos na necessária geração de soluções de problemas ligados a adaptação de procedimentos à realidade local, como também os impactos de ordem psicossocial referentes a assunção de novos papéis pelo agricultor. (...) O voluntarismo pessoal e coletivo, embora necessários, não são suficientes para implementar com êxito um processo dessa natureza”.

Agricultores e mediadores da experiência de Araponga devem se preparar para enfrentar este tipo de obstáculo na implantação da certificação participativa. A necessidade de capacitação (inclusive sobre temas burocráticos) vem sobrecarregar ainda mais os agricultores agroecológicos que, além do trabalho na lavoura e na gestão da propriedade, precisam se desdobrar na condução de outras organizações e projetos também importantes para o desenvolvimento da experiência.

Pode-se dizer que nenhum dos modelos de certificação é capaz de dar plenas garantias dos processos e produtos que avaliam ou das conseqüências da sua produção. SERVA & ANDION (2004), por exemplo, afirmam que a existência de certificação não garante a redução de riscos ambientais.

MAFRA (2004) afirma que, mesmo com todos os aparatos e procedimentos colocados à disposição de agricultores, comerciantes e consumidores, nenhum dos dois modelos de certificação pode garantir em sua totalidade a qualidade do produto. Segundo o autor, este fato deriva da existência de contratos incompletos na negociação, pois, os agentes de mercado envolvidos não têm total conhecimento sobre as ações e atitudes da outra parte. Assim, não há como ter uma garantia, mesmo com as inspeções ou as visitas dos grupos de ética, de que não estejam sendo utilizados produtos que fujam às recomendações da produção orgânica.

As disputas neste campo envolvem, de um lado, grupos já estabelecidos, tais como certificadoras que têm adquirido crescente poder sobre uma parcela de mercado que muitos consideram como uma construção específica dos pequenos agricultores familiares e, de

outro, estes mesmos agricultores e as organizações que lhes dão suporte, lutando para garantir uma situação menos marginal ou subalterna no acesso ao mercado. Assim, embora os critérios técnicos sejam importantes, trata-se de uma luta política, pela definição de um território, de um espaço, da legitimação da capacidade, patrimônio e autonomia dos pequenos agricultores familiares.

Por estas e outras, SERVA & ANDION (2004:18) avaliam como principal aspecto deste tipo de iniciativa, o fortalecimento da democracia, uma vez que reflete a luta de grupos e redes por um espaço no mercado e no espaço público e que *“corresponde o fortalecimento da autonomia social do grupo em questão, pela sua capacidade em instituir suas próprias normas e inscrevê-las no imaginário social mais amplo, intervindo diretamente a seu favor no processo de institucionalização do movimento da agroecologia ora em curso no Brasil”*.

A opção pelo café orgânico e a trajetória da experiência revelam as enormes dificuldades de se acessar o mercado em condições mais autônomas, sem perder a identidade, ainda que tal acesso seja classificado como alternativo. No chamado livre mercado, os padrões, as exigências para acesso podem significar armadilhas para a autonomia que a agroecologia defende como elemento central.

A busca de um acesso diferenciado, de uma posição mais favorável no mercado é também a busca por um acúmulo maior de poder. No âmbito mais geral do mercado, estes ganhos são mais difíceis de serem contabilizados, inclusive pelo curto espaço de tempo em que a experiência tem desenvolvido estratégias voltadas para este setor. Mesmo assim, é possível identificar algumas mudanças nesse sentido.

3.3 Conflitos em Torno do Acesso ao Mercado: Pequeno Também Pode, Mas nem Sempre Ganha

As relações com o mercado que a maioria dos agricultores concebe como essenciais e das mais difíceis de se modificar, podem parecer, mesmo com as iniciativas adotadas na experiência, imutáveis. No entanto, adotando a atitude definida por SLATER (2000) como “questionar o socialmente dado”, agricultores e mediadores estão, construindo alternativas concretas que, de alguma forma, inovam o repertório de práticas sociais locais (e, em alguma medida, além do local), modificando, ainda que sutilmente, o equilíbrio de poder que caracteriza tradicionalmente este espaço.

Segundo ELIAS (2001), mudanças na balança de poder, entre diferentes atores e grupos implicam num aumento da margem de manobra de um determinado indivíduo ou de um determinado grupo de indivíduos e, de outro lado, a diminuição da margem de manobra de outros indivíduos, a diminuição de sua “liberdade”. As mudanças na distribuição de poder provocam também mudanças na teia de relações humanas e vice-versa.

Há conquistas importantes, em termos de autonomia e poder que, em geral, são sutis, modificando as condições de vida das famílias, mas, nem sempre produzindo as mudanças em grande escala que, em geral, se espera encontrar em qualquer proposta que se denomine alternativa. Ações como a redução da dependência ou mudança das relações com o mercado de insumos, a criação do mercado da AFA são propostas que têm limites e cujos ganhos são mais discretos ainda que signifiquem muito do ponto de vista das relações de poder no âmbito local e da autonomia dos agricultores envolvidos com a experiência. No entanto, a estratégia que mais expectativa gerou nos agricultores e técnicos é também aquela que deixa mais claros os limites de autonomia nas relações com o mercado.

As exigências do mercado orgânico criaram, inclusive, novos conflitos entre agricultores e técnicos, na medida em que as conquistas da experiência agroecológica eram deixadas de lado, em função dos padrões orgânicos.

“E aí começou o processo de conversão, de certificação da Sapucaí [certificadora] e de conversão de sistemas para o sistema orgânico. E começou completamente convencional. A experiência de Araponga ficou à margem completamente. (...) e aí começamos avançar com esse trabalho do café e quase que fomos deixando de lado esse conhecimento todo que os agricultores de Araponga acumularam entendeu. Então, chegou o momento que a gente começou a perceber: Gente! Isso não tem cabimento! A hora que participando das reuniões aqui, vendo o que o povo tava fazendo... Pelo amor de Deus! E aquilo lá que os agricultores de Araponga já tão mostrando pra gente, que é um caminho pra ser feito? Aí que a gente começou a integrar mais, sabe?” (entrevista com coordenador executivo do CTA-ZM, 2005).

As normas do mercado orgânico chegaram com tal força e a necessidade de abrir espaço no mercado era tão premente que, por alguns momentos, deixaram-se de lado os avanços mais significativos da experiência para atender às demandas deste mercado. Ao perceber isso, entretanto, o CTA-ZM procura fortalecer novamente a experiência agroecológica, resgatando os avanços, os aprendizados e as conquistas.

Apesar destes conflitos entre esta estratégia específica e a experiência, agricultores e técnicos acreditam que o café orgânico pode ser um componente importante da experiência agroecológica. Buscando harmonizar estas propostas e construir uma identidade específica, trabalham hoje os chamados “sistemas agroecológicos de produção de café orgânico”. É esta denominação que identifica os cursos de capacitação que o CTA-ZM tem oferecido para os agricultores de Araponga em processo de conversão. A idéia é que as técnicas de produção de café orgânico sejam apreendidas dentro da lógica mais abrangente da agroecologia.

“O grupo que trabalha com sistema de produção orgânica (porque exige uma transformação no próprio ambiente), a maioria tem uma longa caminhada com agroecologia e tem uma certa visão de mercado. O risco é a partir do momento em que se obtiver um preço e mercado melhor, pode vir muita gente querendo também esta transformação. Mas, o que se discute muito com os agricultores para enfrentar este tipo de risco é exatamente que não é só o mercado, só o valor, você vai atender só uma faixa da população porque o preço é tão diferenciado que a nossa classe não vai poder ter acesso a esta alimentação. Tanto é que o grupo está reduzido porque não temos perna para trabalhar isso, com conversa, debate, orientação e o programa de formação que vai além do orgânico, para que eles possam nos ajudar a convencer outros agricultores a mudar” (entrevista com técnico do CTA-ZM em Araponga, 2004)

Este exercício, que se pode chamar de politização das ações de mercado, tem contribuído para minimizar a “ansiedade” e também para que a estratégia voltada para o mercado de café orgânico seja percebida como parte da experiência agroecológica e não como uma iniciativa isolada.

“Quando a gente estruturou o programa de formação de agricultores produtores [de café orgânico] que é exatamente para dar suporte... (...) na medida em que apareceram mais de 90 agricultores começando um processo de conversão pro café orgânico, a gente não tinha como acompanhar todos. O acompanhamento dos primeiros 40 era feito em grupos. Fazia reuniões com os grupos e tal, fazia a discussão e o pessoal ia implementando e, depois, o pessoal ia fazer certificação... A gente não dava conta de acompanhar esse grupo todo e aí resolvemos montar esse programa de formar duas pessoas ou 3 por cada município para que os

agricultores do município tivessem onde recorrer, pra pegar uma orientação, para discutir o que eles tavam fazendo...(...) Aí quando a gente montou esse processo é que nós começamos a vincular mais [agroecologia e orgânico]. O primeiro módulo, o primeiro encontro que nós fizemos na propriedade do João dos Santos, lá em Araponga. E aí, até a ênfase de programa que era trabalhar muito com a questão do orgânico, ela acabou entrando muito mais na diversificação da produção. Então, hoje, o programa de formação acabou sendo um programa de formação em agroecologia: é muito mais agroecologia do que produção de café orgânico. E aí, tão explorando muito essa coisa da diversificação do não depender do café... aí, estamos aproveitando bastante dessa experiência deles. O próximo módulo que vai ter agora, por exemplo, sobre sistemas agroflorestais, a base é a experiência desses agricultores que participaram desse processo de experimentação. Então, 12 desses agricultores vão estar participando desse módulo e são eles que vão tá passando o conhecimento deles durante os anos todos que eles experimentaram com sistemas agroflorestais. Então, é... sabe, teve conflitos em vários momentos, tanto a gente com os agricultores quanto internamente... pra poder a gente ter uma certa coerência com os acúmulos que tava tendo” (entrevista com coordenador executivo do CTA-ZM, 2005).

Se, por um lado, o esforço de capacitação dos agricultores fortalece os princípios de autonomia, a forma como se desenvolve implica em riscos de hierarquização dentro do grupo. Tal iniciativa é uma alternativa para a falta de condições dos mediadores de atenderem a todos os agricultores e a todas as demandas da experiência, mas, a atribuição de responsabilidade pela transmissão de conhecimentos a alguns agricultores pode levar ao acúmulo de poder por parte deste grupo. Também não se trata de uma situação exclusiva da experiência. Diferenciais de poder tendem a surgir inclusive em relações sociais consideradas mais igualitárias e autônomas.

Embora os riscos de centralizar conhecimento e poder nas mãos de alguns existam e, certamente, o poder esteja desigualmente distribuído (ainda que se saiba que a força da experiência se encontra nos laços que unem o grupo), as entrevistas não apontaram que este tipo de diferenciação esteja causando insatisfação dentro do grupo.

É claro que há também uma diferenciação dos agricultores envolvidos na experiência, que estão produzindo e comercializando ao café orgânico e os demais agricultores do município. De fato, esta estratégia de acesso ao mercado aumenta a distância entre os agricultores envolvidos na experiência e aqueles que estão de fora, contribuindo para o surgimento de novas categorias de agricultores no município.

Este tipo de conflito foi identificado por Brandenburg em estudo realizado sobre a Rureco: *“Nota-se que as próprias atividades desenvolvidas pela entidade geram um processo de diferenciação e exclusão, à medida que os agricultores atendidos obtêm melhora nas suas condições sociais e econômicas. Como a entidade não tem condições de expandir suas atividades para grupos ainda não orientados, em função dos limites com os quais se defronta (de recursos humanos e financeiros) (Brandenburg e Gaifani, 1996), mantém o trabalho para os que, por hipótese, já melhoraram suas condições, gerando um processo seletivo no seu atendimento. Ou seja, dentro das condições socioeconômicas dos agricultores, o trabalho desenvolvido pela Rureco é intrinsecamente diferenciador”* (BRANDENBURG, 1999: 202-203).

Embora haja uma percepção destas mudanças, principalmente por parte dos mediadores, não se identificaram conflitos mais fortes entre agricultores envolvidos na experiência e fora dela motivados por estas mudanças. Mesmo com a crescente heterogeneidade dos agricultores do município – que de certa forma cria ainda mais dificuldades para o processo de mediação –, a insatisfação de alguns, se é que existe não foi

manifestada, mas a diferenciação contribui também para uma imagem de fechamento da experiência em relação ao meio social.

“Então, hoje, inclusive, estamos vendo como é que a gente trabalha essa coisa de orgânico. Agora vem o pessoal da avaliação e levanta outras questões que realmente a gente não tava atentando muito pra elas. Por exemplo, o que significa trabalhar com orgânico? Até que ponto a gente não vai tá contribuindo com a diferenciação dos agricultores na medida em que o acesso a este mercado de orgânico não vai ser para todos? Vai ser pra aqueles que conseguirem e tiverem a capacidade de produzir orgânico e nem todos vão conseguir, né? Então, já é um questionamento que a gente tem que pensa seriamente hoje, se vale a pena investimento no mercado orgânico só com única perspectiva. Se a gente tem que pensar em outras alternativas...” (entrevista com coordenador executivo do CTA-ZM, 2005).

Recentemente, as contradições entre orgânico e agroecológico têm se tornado mais evidentes, mas as vinculações entre estas correntes, que têm ocorrido com frequência, abafam os conflitos em favor de outras lutas consideradas prioritárias. Nem por isso, entretanto cada grupo deixa de tentar demarcar e ampliar o seu espaço.

A ARTICULAÇÃO Mineira do Café Agroecológico Certificado (2005), por exemplo, organização da qual o CTA-ZM faz parte define o diferencial entre orgânico e agroecológico: *“Mais que orgânico, nosso café é AGROECOLÓGICO³⁹. A agroecologia, além de se basear nos princípios ecológicos da agricultura orgânica, é fundamentada também na construção de processos de uma agricultura que seja sustentável do ponto de vista social, econômico, político, ambiental e que traga uma outra visão de como se relacionar e conviver no planeta. (...) Os produtos agroecológicos agregam outros valores para além dos produtos orgânicos como a diversidade, solidariedade, cooperação, respeito à natureza, cidadania e participação”*.

Além disso, há uma preocupação com o crescimento de grandes empreendimentos para produção de orgânicos, que poderiam tornar-se concorrentes neste mercado. Alguns depoimentos de técnicos do CTA-ZM e do Centro de Assessoria Sapucaí revelam riscos implícitos na produção orgânica: orgânico pode ser produzido como monocultura e em grandes extensões de terra e orgânico pode ser produzido com a compra de insumos externos, alimentando um setor de produção de insumos orgânicos, passando os agricultores a transferirem recursos novamente para um setor industrial. Orgânico depende de certificação, pressiona com regras muito rígidas e, por tudo isso, pode não ser uma alternativa acessível para os pequenos agricultores familiares com poucos recursos, se não forem construídas formas de acesso específicas.

Pode-se dizer que, mesmo quando agricultores familiares tentam desenvolver alternativas próprias para enfrentar seus problemas, em especial sua situação de subalternidade, criando, digamos assim, um novo repertório de possibilidades em relação àquelas que já existem, ainda assim correm o risco de terem este mesmo repertório apropriado pelos atores que dominam os espaços ou instâncias nas quais pretendem se inserir. Isso é o que se observa, por exemplo, no acesso ao mercado de orgânico. Defendido como um espaço para os pequenos agricultores familiares com poucos recursos, este nicho de mercado vai aos poucos se tornando uma oportunidade para aqueles que podem fazer altos investimentos na conversão das lavouras, na certificação e beneficiamento dos produtos e já têm acesso a alguns canais de comercialização. Repetem-se as disputas que ocorrem no mercado

³⁹ Destaque do texto original.

convencional e as deficiências dos agricultores familiares que seriam transformadas em vantagens voltam a enfraquecer estes atores.

Estas preocupações manifestadas por aqueles que fazem parte do movimento agroecológico refletem o risco de que os agricultores com poucos recursos venham a experimentar novamente uma condição subalterna no mercado (que afeta todas as demais dimensões da vida das famílias e comunidades), mesmo procurando atender aos critérios de acesso previamente definidos.

BYÉ & SCHMIDT (2001) defendem que a agricultura orgânica só pode, de fato, participar dos objetivos globais que lhe são atribuídos – defesa do meio ambiente, desenvolvimento sustentável e autonomia – se for capaz de dominar, por ela mesma (Byé, Schmidt et al., 2001), a construção de suas técnicas de produção e seus sistemas de reconhecimento exteriores.

Deste ponto de vista, investimentos em autonomia dos agricultores (que pode ser pensada em diversas direções) é também condição para conseguir acesso diferenciado ao mercado.

Além das dificuldades inerentes, digamos assim, ao “credenciamento” dos agricultores para entrarem no mercado, os problemas ainda são grandes no momento de efetuar a comercialização, como mostra a experiência agroecológica de Araponga. A venda da produção de café orgânico, que estava prevista para o ano de 2005, trouxe muitos conflitos e algumas decepções. Os agricultores e técnicos haviam sondado várias possibilidades de comercialização do café orgânico; como não tinham profundo conhecimento sobre o processo pretendiam fazer parcerias com organizações que já estivessem atuando neste mercado e que pudessem se interessar em incluir nas suas negociações o café dos agricultores de Araponga.

Dentre as opções analisadas, surgiu a proposta de exportar o café em conjunto com os agricultores de Poço Fundo, que já eram experientes no mercado de café orgânico. Depois da colheita, café pronto, processado e testado, foi todo enviado para o Sul de Minas. Mas, como narra o coordenador executivo do CTA-ZM, o negócio não se concretizou.

“Armazenaram lá no armazém de Ervália. Porque a gente tinha que juntar essa produção orgânica toda, fazer o rebenefício - lá em Ervália eles têm condição de fazer o rebenefício - para ter uma qualidade padronizada. E daí levar pro sul de Minas para exportação” (entrevista com coordenador do CTA-ZM, 2005).

Depois de enviado o café para Poço Fundo, outros problemas surgiram: *“(…) primeiro começaram a falar que o café, o café que tinha chegado lá não tinha dado bebida, não tinha dado qualidade na bebida. A comercialização para exportação seria feita com eles [associação de Poço Fundo]. E aí começou um problema atrás do outro. Primeiro, foi esse negócio sobre a qualidade; aí, o pessoal foi em cima, pressionaram, aí quando eles pressionaram, aí mudou, aí ... ah, não, a qualidade... fizemos o exame de novo e deu a qualidade necessária. (...) só sei que no final das contas eles desistiram de fazer a venda lá e batalharam a venda aqui mesmo, direto pra uns exportadores daqui. E aí conseguiram vender o café lá em Espera Feliz ... Manhauçu. É, mas conseguiram um preço que compensou entendeu? Deu pra pagar o processo de comercialização que foi gerando despesas, rebenefício do café, transporte do café, que veio todo pro armazém aqui de Ervália. Então, a proposta de comercialização da exportação era R\$ 340,00, R\$ 380,00, não sei, uma coisa assim. E eles conseguiram uma parte do café a R\$ 310,00 e outra parte a R\$ 240,00 não sei. Só sei que conseguiram, em média, R\$ 270,00 a saca, já descontados os gastos da comercialização. Quer dizer, para o agricultor que ia vender o café em agosto, setembro do ano passado, tava na faixa de R\$ 180,00 a saca, então, eles conseguiram R\$ 270,00 agora.*

Então, foi bom. Porque o café também reagiu de preço” (entrevista com coordenador executivo do CTA-ZM, 2005).

O CTA-ZM e o STR de Araçuaia não haviam tido oportunidade até o início de 2005 de avaliar qual o impacto destes eventos sobre os agricultores que tinham tantas expectativas com a comercialização do café. Certamente, houve frustração, seja pela espera, pelo valor recebido com a venda, ou pelos planos elaborados, ainda que os agricultores não tenham tido prejuízos.

Esta situação reforça a idéia de domínio de padrões e atores estabelecidos sobre as tentativas dos agricultores de acesso ao mercado, mesmo que estes estejam seguindo todas as regras. Ainda que os agricultores tenham conseguido um preço satisfatório ou, nas palavras do coordenador do CTA-ZM, “compensador” pelo café, apesar de todo seu esforço e trabalho, estes ganhos são resultado, em grande parte, de uma reação do próprio mercado de café, que teve um aumento dos preços pagos, inclusive para o produto convencional.

“Mas, sem dúvida, essa relação com o mercado é a relação mais difícil... mais difícil, porque é a que tá mais longe, né? as condições estão mais longe...” (entrevista com coordenador executivo do CTA-ZM, 2005).

Mas, não teria sido possível aproveitar esta mudança no mercado se não houvesse uma estrutura de apoio para os agricultores aguardarem melhorias no mercado. Esta é a função do fundo rotativo de crédito, iniciativa embasada na solidariedade e confiança que viabilizam o acesso dos produtores a recursos financeiros para auxiliar nos gastos com a produção, enquanto eles esperam melhores preços e condições para venderem o café.

“O mercado reagiu bem, então, só o fato deles terem segurado, se eles tivessem segurado, não precisava ter feito nada, se tivessem só segurado já venderia bem melhor. Mas, foi um aprendizado, tem também todo aprendizado que eles tiveram fazendo isso. Que agora acho que eles já tão... nossa expectativa, inclusive, é, esse ano, continuar dando uma ajuda, mas, a partir do ano que vem, reduzir cada vez mais esse papel nosso, de apoio, de assessoria no processo de comercialização, deixar que a associação faça isso. (...) Eu acho que foi um aprendizado muito interessante e não teve aquele retorno que eles imaginavam mas, teve retorno... bem significativo” (entrevista com coordenador executivo do CTA-ZM, 2005).

A venda da primeira safra de café orgânico foi também um processo de aprendizado que, por um lado, revelou o amadurecimento dos atores envolvidos, principalmente os agricultores, para encontrar e gerir saídas que, em se tratando de mercado, não são e, muito provavelmente, nunca serão simples.

“Mas, não deu certo, assim, a concretização da venda, mas, acho que foi um aprendizado enorme. Então aprendeu-se, caminhou-se bastante no sentido de organização, de venda coletiva de café que é difícil, de coletar as provas de todo mundo, mandar provar café, classificar esse café e de diferentes locais. Então, isso eles já caminharam bastante lá” (entrevista com técnico⁴⁰ do Centro de Assessoria Sapaúcaí, 2005).

Também concorda com os ganhos implícitos do processo de comercialização, o coordenador executivo do CTA-ZM: *“Agora, o pessoal começou a... eu acho interessante que*

⁴⁰ O entrevistado participou da discussão sobre o encaminhamento da venda coletiva.

é ... eu acho que isso tem um impacto na autonomia também, que é do conhecimento sobre o funcionamento do mercado, que eu acho que o pessoal não tinha muita noção, porque que o preço tava baixo assim, tão baixo e agora... Veja, agora, acho que o pessoal eles entendem um pouco mais, né? Como é que a cadeia, como é que é toda cadeia, o que que interfere na formação do preço do café? É... eu acho também que a condição de negociação é mais favorável no sentido de ter mais conhecimento do que é o café de qualidade, do que que não é café de qualidade” (entrevista com coordenador executivo do CTA-ZM, 2005).

A rapidez das ações e decisões dos agricultores no processo de comercialização da primeira safra de orgânicos é também reflexo de todo o investimento da experiência em capacitação e autonomia destes atores que, segundo técnicos do CTA-ZM, se organizaram para enfrentar o rompimento da parceria com a Associação de Poço Fundo, sem esperarem pelas orientações dos mediadores. Há uma sinalização de que a experiência tem sido muito efetiva na preparação dos agricultores para gerirem o processo de comercialização e mecanismos como o fundo rotativo ou o processo de capacitação.

Por outro lado, os processos experimentados com a estratégia de acesso ao mercado de café orgânico alertam para a necessidade de desenvolver mecanismos institucionais e operacionais que apoiem os agricultores, tais como infra-estrutura para armazenagem e processamento do café. A criação destas estruturas significa oferecer condições de maior autonomia aos agricultores em relação não apenas a condições genéricas de mercado, mas às elites de poder local que detêm estes instrumentos e os utilizam como forma de dominação não apenas produtiva, mas, como já se discutiu, também política e social.

Embora o ano de 2005 seja um marco, por ter sido a primeira vez em que estes agricultores venderam café para fora do município, eles já vinham testando as possibilidades de obter maior autonomia da estrutura tradicional de beneficiamento do café em Araponga.

“... teve também o beneficiamento com a máquina volante de beneficiar café. Aí, já uma parceria com a associação de Miradouro, que a gente conseguiu, os sindicatos se mobilizaram e conseguiram uma máquina beneficiadora volante(...) aí, eles conseguiram, botaram essa máquina num caminhão. A associação de Miradouro administrava e fazia o beneficiamento, principalmente para pessoal de Miradouro e de Araponga. Ia para as propriedades e fazia o beneficiamento que permitiu que eles ficassem menos dependentes, que eles eram muito dependentes dos Miranda. Porque é quem limpa café em Araponga são os Miranda, então, quase todo mundo vende café e para eles, ou alguns comerciantes de Ervália também. E eles dependiam deles para limpar café e, com essa máquina lá da associação, eles começaram a ficar um pouco menos dependentes” (entrevista com coordenador executivo do CTA-ZM, 2005).

Tais mudanças vão além do âmbito operacional e produtivo e implicam em mudanças na estrutura de poder dominante no local. *“É... bom, em se falando do comércio do café, é evidente que o poder local, o pessoal local que está ligado com a estrutura, com toda a estrutura de produção de café, acham bom até um certo ponto. Depois, já começam a achar ruim porque mantinham esses agricultores todos sob controle, através, inclusive, de uma estrutura de beneficiamento de café, de comércio de café e vão perdendo isso aí” (entrevista com coordenador executivo do CTA-ZM, 2005).*

O desenvolvimento das capacidades, o acesso à informação, a estruturas e outros apoios institucionais criam condições de autonomia dos agricultores nestas figurações as quais estavam desde sempre atrelados. *“Porque, antes, o pessoal fazia isso demais: ‘ah, não! Seu café não bebe, vou te dar é tanto, né?’ Hoje, tem muito mais gente que... eles sabem que o café deles bebe, então, se o cara em Araponga não quer, eles vão em Ervália, eles vão atrás de outro que oferecer mais pela qualidade do café, que reconhecer a qualidade que o café*

deles tem. E aí eles ganharam concurso [de qualidade do café], isso foi muito interessante também né, porque esse grupo ganhou nos dois concursos que fizeram, uma parte dos ganhadores foram participantes do grupo. Quer dizer, eram os grandes fazendeiros que tem lá, os grandes fazendeiros de café e tal, e eles que foram premiados ganharam (...)” (entrevista com coordenador executivo do CTA-ZM, 2005).

A conquista de maior poder e autonomia dos agricultores nas relações com o mercado depende ainda fortemente da atuação dos mediadores. Os agricultores, por sua vez, admitem que ainda dependem, em muitos aspectos, do CTA-ZM, do STR e de outras instituições, principalmente no que se refere à busca de apoios financeiros, negociação com órgãos do Estado e nas relações com o mercado. Embora eventos, como a comercialização da safra de orgânicos (com todos os problemas que a envolveram), revelem maior iniciativa, capacidade e autonomia dos agricultores, as relações com o mercado demandam sempre novas competências que podem ser construídas, mas, em geral, as demandas de mercado não podem esperar, sendo necessária a atuação dos mediadores.

“Se CTA e STR saíssem hoje, haveria problemas porque estão entrando numa fase complicada do processo de comercialização. Mesmo assim, um burro sozinho não puxa o carro. Todos perderiam muito se não houvesse esta troca. Porque, uma assistência técnica o agricultor não teria condições de pagar por ela. É muito diferente da ação da EMATER e a gente ficaria de braço quebrado. Mesmo que a gente conseguisse produzir o esterco e continuasse com as lavouras, a gente ia agarrar no processo de comercialização. Também acesso a recursos financeiros à participação destas instituições é fundamental porque o agricultor não tem uma educação mais refinada no sentido de entender das leis e negociar com determinadas instituições etc. O peso da voz é muito diferente” (entrevista com agricultor de Araponga, 2004).

O esforço de diálogo, de construir não apenas mercados, mas sujeitos capazes de atuar em diferentes instâncias, no entanto, surte efeitos importantes para a experiência como um todo. É o que demonstra, por exemplo, a decisão dos agricultores de reduzirem a ênfase na proposta de sistemas agroflorestais e desenvolver uma alternativa mais próxima das suas condições e interesses.

“(...) Então, os primeiros anos, então, o café produziu muito. O café produziu demais. Mas, aí, eles mesmo chegaram à conclusão que não interessa pra eles produzir café demais, entendeu? Eles querem produzir café medianamente, não precisa produzir demais. Porque também vão ter que ficar gastando para produzir muito. Uma produção razoável e duradoura é que eles colocaram como meta. Não que produzir demais, mas quero produzir todo ano, uma produção mais estável porque tem isso também, o café... a bianualidade do café, ela fica muito mais acentuada quando ele é produzido com um uso intensivo de adubação; quando você tem um sistema mais agroecológico, ele tende a, a bianualidade, tende a diminuir. Ela é menos acentuada, além de que têm outros produtos que eles passam a ter opção de venda de outros produtos que não são café. Então, a perspectiva que eles colocaram no horizonte é isso: uma produção mais ou menos sustentável do café e diversificação na produção. Então, o elemento da diversificação a gente tá trazendo bastante pra discussão do orgânico, mas, mesmo aí, ainda tem muitos limitantes porque ainda tem gente que, pra manter o nível de produção razoável, essa razoável tem que tá importando matéria-prima e isso não vai ser sustentável. Então, tem que pensar, em alguns casos, se vale a pena importar matéria orgânica pra entrar no mercado de orgânico ou se

é o caso de fazer como eles fizeram lá de uma fazer adubação química menor e tal pra poder manter um certo nível de produção” (entrevista com coordenador executivo do CTA-ZM, 2005).

Mesmo para colocar em prática uma decisão do grupo é preciso avaliar casos individuais. Tal situação ilustra e reforça a importância da forma adotada no processo de mediação. STR e CTA-ZM demonstram uma grande habilidade de interpretar e negociar com os agricultores as suas propostas. Sua ação tem sido encaminhada no sentido da proposta apresentada por BEBBINGTON (1999) que defende que, para que os processos de intervenção possam ser mais efetivos, é fundamental compreender como as pessoas utilizam e combinam diferentes tipos de ativos em suas trajetórias de vida.

A opção por mudanças na proposta mais radical do sistema agroflorestal foi, por si, uma manifestação de poder dos agricultores, questionando os mediadores sobre a sustentabilidade desta proposta. Mas, o desenvolvimento da estratégia de acesso ao mercado orgânico e da experiência como um todo está vinculada também à capacidade dos mediadores de respeitar a autonomia dos agricultores.

No que se refere ao acesso ao mercado, pode-se dizer que tanto agricultores como mediadores conquistaram maior autonomia e poder, principalmente no âmbito local e regional. No entanto, à medida em que as estratégias de acesso mostram suas fraquezas – seja por reações de outros atores ou pelo aumento da demanda dos agricultores entre outras tantas razões – observa-se que, por mais precisas que elas sejam, nem sempre são capazes de produzir efeitos amplos e duradouros, uma vez que as relações sociais e o equilíbrio de poder se modificam.

Os resultados obtidos com estas estratégias de mercado poderão variar em função de outras estratégias de sobrevivência que os agricultores, individual ou coletivamente, tenham adotado e da complementaridade entre estas ações. A experiência mostra que complementaridade entre ações é uma das formas de minimizar a fragilidade com que os pequenos agricultores invariavelmente entram no mercado, mesmo quando se acredita ser um espaço privilegiado para este grupo.

As redes também têm papel importante e peculiar no desenvolvimento das estratégias de acesso ao mercado, que merecem ser discutidas.

3.4 Vigilância, Legitimação e Suporte: O Papel das Redes no Acesso ao Mercado

As redes aparecem em todas as referências à experiência agroecológica, constituindo-se em apoios essenciais para as estratégias desenvolvidas pela experiência. No âmbito local, as microrredes envolvidas no acesso dos agricultores ao mercado possuem função curiosa que talvez seja interessante comentar.

Além das microrredes de parentesco e amizade que permeiam a experiência como um todo, além dos vínculos institucionais que aproximam as pessoas que fazem parte da experiência (participação no STR, no CTA, na AFA, na EFA, etc.), as relações com o mercado são caracterizadas por uma função específica destas mesmas redes que, embora pouco formalizadas, têm, como lembra BEBBINGTON et al. (1997), desempenhado um importante papel no estabelecimento e na sustentação de alternativas de atividades econômicas.

Tal função envolve a garantia dos atributos dos produtos comercializados no mercado da AFA. O CTA-ZM tem um técnico que trabalha em Araponga, em diferentes ações,

sendo uma delas o acompanhamento dos agricultores. São muitas atividades, com muitos produtores e, mesmo em parceria com o STR e com o apoio de alguns agricultores, é difícil acompanhar todas as propriedades e garantir a qualidade dos produtos. Este trabalho ficou ainda mais difícil nos últimos anos, com o desenvolvimento da proposta de produção do café orgânico.

Com a criação do mercado da AFA, os seus coordenadores viram surgir a necessidade de fiscalizar a qualidade dos produtos ofertados pelos agricultores para comercialização. Este é um elemento importante porque muitas pessoas colocam em dúvida a qualidade dos produtos: “Será que é mesmo sem agrotóxico?” perguntam muitos dos potenciais clientes do mercado. Uma vez que este é o diferencial, se for comercializado algum produto que não esteja dentro deste padrão, pode-se colocar em cheque a proposta do mercado e questionar-se a experiência como um todo, deslegitimando-se a iniciativa que os agricultores aos poucos estão construindo.

Observe-se que esta é uma situação delicada, na qual um grupo tenta construir um espaço no mercado, criando seus próprios padrões, enfrentando críticas e mudando relações sociais. O padrão ou o atributo principal do produto precisa ser garantido, inclusive como elemento importante para a identidade do grupo. Mas, os agricultores que compõem a associação (e que se desdobram em outras atividades e organizações ligadas à experiência) afirmam que também não têm tempo suficiente para se dedicar à fiscalização dos processos produtivos. Entram em cena, neste processo, as redes.

É claro que as pessoas que fazem parte da experiência estão sempre em contato e contribuem fortemente para que se garanta a qualidade dos produtos comercializados no mercado da AFA. Não são desconhecidas as pessoas que entregam seus produtos no mercado, que é também um elo das redes que envolvem a experiência.

“O pessoal do sindicato e CTA mantêm uma fiscalização embora não formalizada de ir às propriedades e acompanhar as ações produtivas deles. Só de ir dar um recado na casa do outro já permite acompanhar o que está acontecendo. É responsabilidade de cada diretor e sócio é obrigado a fiscalizar os companheiros, principalmente em áreas onde são todos da mesma família” (entrevista com agricultor e diretor da AFA, 2004).

Além da fiscalização dos técnicos na propriedade, as pessoas que estão envolvidas no mercado da AFA ajudam a controlar a qualidade (neste caso, definida pelos próprios agricultores) dos produtos.

“O mercadinho, por exemplo, não entra produto que não seja da agricultura familiar, sem agrotóxicos dentro da propriedade como um todo. Temos espiões ou trabalho solidário: usou veneno, o pessoal conta mesmo e os sinais ficam evidentes. Se a menina que trabalha no mercado não conhece o agricultor, ela pergunta, se informa antes de saber se pode receber o produto. Outro critério para colocar o produto no mercadinho é que o agricultor faça parte de um grupo, uma associação, etc., que a gente já tenha um trabalho com ele e já tenha confiança” (Entrevista com técnico do CTA-ZM em Araponga, 2004).

Observa-se, assim, que, da mesma forma que no acesso à terra, as estratégias da experiência agroecológica voltadas para acessar o mercado também são pensadas como elo de fortalecimento institucional e das redes. Obviamente, o fortalecimento destes vínculos cria a imagem, para quem está de fora, de que a experiência é ainda mais fechada.

É interessante, no entanto que além destas redes, os agricultores que não adotam as práticas agroecológicas ou, pelo menos, ainda não aderiram totalmente, também “investigam” o sistema de produção dos outros e, quando identificam alguém que está fugindo dos padrões, procuram o STR para contar. “*Os convencionais têm interesse nesta fiscalização para poderem eliminar um concorrente...*” (entrevista com agricultor e diretor da AFA, 2004).

Os agricultores envolvidos na experiência se divertem contando este fato. Eles acabam aproveitando a vigilância dos opositores a seu favor. Mas também, é claro que há muita “fofoca”, tentativa de prejudicar o trabalho. ELIAS & SCOTSON (2000) toma por fofocas as informações mais ou menos depreciativas sobre terceiros, transmitidas por duas ou mais pessoas umas às outras. Estas têm um papel importante nas disputas de poder no espaço local: o que é digno delas “*depende das normas e crenças coletivas e das relações comunitárias*”.

A conquista de um determinado espaço, de alguma autonomia e posição diferente dentro de uma figuração, como é o caso da implantação do mercado da AFA, vai certamente enfrentar resistências e a manutenção desta nova condição vai ser também uma batalha. Quando tratam-se de relações sociais, uma das armas importantes para atingir o opositor é a deslegitimação e este é, em grande parte, o objetivo da fofoca. “*O aspecto essencial delas não era simplesmente o interesse que se tinha pelas pessoas, mas o fato de se tratar de um interesse coletivo*” (ELIAS & SCOTSON, 2000:122).

No começo da experiência, as fofocas foram instrumento de pressão negativa sobre os agricultores. Embora, ainda hoje, tenham impacto negativo, aqueles que estão envolvidos há mais tempo na experiência já não se deixam abater tão facilmente por críticas e boatos. De alguma forma, isso revela que os agricultores encontram-se num grau de maturidade e segurança mais elevados, situação construída também ao longo da experiência. “*De modo geral, pode-se dizer que, quanto mais os membros de um grupo sentem-se seguros de sua superioridade e seu orgulho, menor tende a ser a distorção, a discrepância entre a imagem e a realidade (...)*” (ELIAS & SCOTSON, 2000:126).

A forma como um grande número de agricultores envolvidos na experiência, ou pelo menos aqueles que constituem seu núcleo central, lidam com fofoca, assim como outras tentativas de deslegitimação, revela uma crescente autonomia em relação aos padrões sociais mais conservadores. No entanto, observa-se que este mesmo grupo utiliza mecanismo semelhante para delimitar o campo de atuação, difundir idéias e conquistas e, é claro, a própria experiência.

Como a preocupação maior daqueles que fazem parte da experiência é a de validar sua própria atuação, as histórias têm um elemento mais positivo sobre seus personagens, talvez próximo daquilo que ELIAS & SCOTSON (2000) denomina de “fofocas elogiosas”. Estas “fofocas” têm um papel importante de promover uma certa coesão e fortalecimento. Histórias sobre situações, dificuldades vencidas, sobre inovações e pessoas que são reais (embora cada um as conte a seu modo), servem para criar símbolos e referências dos significados da experiência.

Em se tratando de ações mais concretas, as redes facilitam o acesso dos agricultores aos recursos materiais e financeiros de que necessitam para tocar os projetos. Permitem identificar mais rapidamente as oportunidades de financiamento, canais de comercialização, além de facilitarem a operacionalização das propostas. Os contatos com o movimento sindical, com outras ONGs, com a rede PTA e com outras experiências são importantes na conformação destas redes.

Foram estas redes que facilitaram o acesso a informações sobre mercado de café orgânico, as relações com a certificadora e que estão viabilizando o debate sobre certificação participativa. Pode-se dizer que estas redes têm papel importante na redução dos custos dos processos de inovação, na construção de acessos ao mercado.

Há um ditado antigo que afirma: “santo de casa não faz milagre” e a experiência agroecológica de Araponga vai mostrar que as conquistas mais amplas do movimento agroecológico ou avanços locais traduzidos como proposta para o movimento, ocupando aos poucos espaços nos quais eram barrados, vai ter uma repercussão sobre a abertura oportunidades no mercado para este grupo. A divulgação mais ampla das propostas agroecológicas reforça e aproveita valores que têm adquirido importância na sociedade, como é o caso da conservação ambiental e a valorização de ações socialmente responsáveis.

“Os meios de comunicação falando de coisas ligadas à agroecologia vai facilitando a divulgação e aumento da agroecologia. Tendo mais pessoas envolvidas, a força é outra. Se fosse só eu no município, eu teria alguma condição de comercializar meu produto? Ainda tem algum preconceito sobre alternativo e agroecologia. E, às vezes, a gente também já tomou mais cacetada e começa a fazer as coisas mais bem feitas. Por um lado fica calejado, por outro, dá menos margem para crítica, aprimora os processos” (entrevista com agricultor de Araponga, 2004).

No entanto, a tendência à complexificação destas redes aumenta a incidência de ruídos no processo de comunicação e conflitos, esperados em alguma medida, já que as redes não são espaços consensuais. Talvez esse tipo de tensão esteja na base do problema da comercialização de café em conjunto com a associação de Poço Fundo: grupos organizados em função de interesses, de pontos de vista aparentemente comuns mas, em patamares de desenvolvimento diferentes. Eles ocupam o mesmo campo de lutas, mas vivenciam situações distintas que nem sempre é possível compatibilizar. Tratam-se de experiências diferentes, com tempos, história, referenciais, avanços e obstáculos específicos que não impedem a troca de conhecimentos, informações (o que justifica a participação nas mesmas redes), mas, do ponto de vista mais imediato e concreto, as necessidades são diferentes.

Embora as redes sejam um apoio essencial, diretamente, elas não podem suprir todas estas necessidades da experiência. Facilitam sim o acesso a diferentes recursos, mas estes, por sua vez, precisam estar vinculados a estratégias claras, como forma de minimizar as dificuldades de inserção seja no mercado ou na sociedade dos agricultores envolvidos na experiência. SANTOS (2003:31) afirma que as alternativas de produção só podem sustentar-se e expandir-se quando entram em um círculo virtuoso outras alternativas no campo econômico e outros campos sociais.

Por exemplo, seria difícil imaginar discussões sobre mercado local, volume de produção, produção de qualidade e outras ligadas ao mercado, sem que houvesse ocorrido todo um debate em torno do acesso à terra. Aos poucos, as limitações da ação dos mediadores, de suas capacidades, revelam a necessidade de conquistar acesso a políticas públicas mais efetivas, como condição para ampliar e sustentar os resultados positivos alcançados até o momento.

MALUF (2004) defende, entre outras ações, a necessidade de medidas que contribuam para enfrentar as condições desfavoráveis de inserção no mercado dos agricultores familiares, tais como a adoção de formas adequadas de apoio (sobretudo crédito) e a existência de mecanismos compensatórios das desvantagens dos pequenos empreendimentos no acesso aos recursos (terra, dentre outros) e na concorrência com os agentes econômicos de grande porte. A lógica de pensar ações integradas talvez esteja muito clara para agricultores e técnicos que apontaram os acessos à terra, ao mercado e ao poder público local como os mais importantes. Este último será discutido no capítulo a seguir.

CAPÍTULO IV

“PODER PÚBLICO” SOBRE O PODER PÚBLICO?: APRENDIZADOS E LIMITES DA EXPERIÊNCIA DE ARAPONGA

As relações dos pequenos agricultores familiares de Araponga com o poder público local nunca foram, digamos assim, “íntimas”. Considerando a estrutura de relações sociais predominante no local como abarcadora de praticamente todas instâncias da vida das pessoas e famílias, as relações com o poder público não poderiam ficar de fora deste ciclo de dependência.

Tais relações assumiam uma lógica perversa: enquanto as dificuldades de sobrevivência no campo criavam maior demanda pelos serviços públicos, também crescia a dificuldade de acesso a esta instância. Na maioria das vezes, quando se conseguia acesso a algum serviço prestado pelo poder público, este era tratado como um favor. Os processos eleitorais, por sua vez, tinham um controle forte por parte da elite local, não representando propriamente a expressão da “vontade do povo”.

A sensação de impotência, subalternidade e insegurança causada por estas situações vai fazer com que as conquistas de acesso ao poder público especialmente no âmbito local, a partir da experiência agroecológica sejam muito valorizadas pelos agricultores. Embora a experiência agroecológica tenha facilitado também o acesso a outras instâncias do poder público estadual e federal, é no âmbito local, onde os laços, as histórias e as relações são mais fortes e menos flexíveis que estes ganhos são mais perceptíveis e mais valorizados pelos agricultores. Estas instâncias, no entanto, vão se revelar intimamente ligadas.

Por isso, este capítulo não irá se restringir a uma discussão dos processos envolvidos no acesso ao poder público local, mas também aos avanços produzidos nas políticas e no poder público, mais amplos. No âmbito local, destaque especial para o Plano Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável de Araponga e a abertura de diálogo com a prefeitura. Em relação às políticas públicas nacionais destaca-se a ampliação do acesso a recursos do PRONAF (custeio, infra-estrutura, territorial, agroecológico), o Plano de Desenvolvimento Territorial da Serra do Brigadeiro e o Programa Nacional de Crédito Fundiário que representam aproximações e aberturas para interlocução com o poder público estadual e federal.

Estes acessos que propiciaram, além dos ganhos concretos, um aprendizado e um novo *status* aos agricultores, trouxeram também novas responsabilidades e demandas em termos de capacidade, mobilização e articulação dos agricultores e suas organizações parceiras para enfrentar os conflitos que surgem quando se promovem mudanças (ainda que pequenas) na distribuição de recursos e, conseqüentemente, de poder.

4.1 Sem Voz e sem Vez: Narrativa das Relações dos Pequenos Agricultores Familiares com o Poder Público em Araponga

Para compreender a importância do acesso ao poder público de forma geral e principalmente local, bem como o processo pelo qual essas relações se modificaram, é preciso, primeiramente, entender de que situação os agricultores familiares partiram.

Durante muito tempo, em Araponga, a relação com o poder público local foi sinônimo de exclusão. Tanto em relação ao seu símbolo maior, que é a prefeitura, quanto nos contatos com outras representações do poder público, tais como órgãos de extensão rural e bancos, entre outros, havia sempre a impossibilidade de obter destes órgãos “aquilo” que eles se propunham a oferecer, como bens ou serviços públicos, porque, de fato, não eram “produtos” acessíveis para todos.

No que se refere ao ponto de contato mais explícito entre sociedade civil e Estado, ou

seja, os processos eleitorais, os pequenos agricultores familiares com menos acesso a recursos, mesmo sendo em número significativo, não exerciam muita influência.

“Antes [do início do processo de diagnóstico e planejamento participativo] havia um clima de rivalidade e de disputa pelo voto. As comunidades que votavam no PT não tinham acesso a benefícios coletivos ou pessoais (...)” (CTA-ZM, 2004).

A situação de dependência vivida pelos pequenos agricultores familiares em relação aos grandes proprietários os tornava pouco importantes do ponto de vista da disputa por votos que, em geral, podiam ser comprados, cobrados em pagamento de outros “favores” ou extorquidos.

Para SANTOS, M. (2000), o clientelismo é elemento de não-cidadania, que afasta a sociedade da possibilidade de uma autêntica representação, na qual *“o indivíduo emudece e empresta a sua voz, tornando-se, paralelamente, o ventríloquo daquele que fala em seu lugar”* (p.73).

Os riscos de se opor aos grupos que dominavam o município eram grandes, podendo implicar, para muitos, em perda das condições mínimas de sobrevivência como os acordos de parceria, por exemplo.

Como lembra BOURDIEU (2002), toda análise da luta política deve ter como fundamento as determinantes econômicas e sociais da divisão do trabalho político, para não ser levada a naturalizar os mecanismos sociais que produzem e reproduzem a separação entre os “agentes politicamente ativos” e os “agentes politicamente passivos” e a constituir em leis eternas as regularidades históricas válidas nos limites de um estado determinado da estrutura da distribuição do capital.

Assim, uma ou duas famílias de produtores rurais mais abastados se articulavam, se degladiavam, dividiam os agricultores e se revezavam no poder, sem que houvesse mudança significativa na forma como eram administrados os bens públicos e o município.

Caracterizadas por tais processos e apresentando uma certa deficiência administrativa, as sucessivas gestões municipais em Araponga tinham dificuldade de acessar recursos disponibilizados por outras esferas do governo e de efetuar investimentos em questões de interesse da população local. Por outro lado, a pobreza, as carências tornavam-se instrumentos de controle social e político.

Concretamente, a falta de acesso ao poder público local criava problemas para os agricultores se organizarem e se relacionarem com o mercado pela deficiência e insuficiência de infra-estrutura (problema importante levantado pelo diagnóstico realizado em 1993). Os problemas de infra-estrutura impedem o acesso físico dos agricultores a canais de comercialização, a serviços públicos e, até mesmo, ao contato com outras pessoas e municípios, condição que tem sido considerada pelos participantes da experiência como um dos fatores que reduzem sua capacidade de mobilização e iniciativa e, conseqüentemente, contribui para a pobreza.

Por outro lado, as políticas e “produtos” governamentais seguiam, em Araponga, uma lógica historicamente consolidada na política brasileira que não inclui as necessidades dos agricultores familiares. Por exemplo, as ações e prioridades de extensão rural estiveram voltadas para agricultores considerados empreendedores, difundindo um modelo de agricultura moderna ao qual os agricultores familiares com poucos recursos não tinham acesso. Esta mesma escassez de recursos vai restringir suas possibilidades de acesso a crédito, a informações e outros tipos de apoio.

WANDERLEY (2003:57), afirma que “o processo de modernização se acompanhou, freqüentemente, de uma substituição dos atores sociais envolvidos na produção agrícola. Assim, a subordinação referida [ao capital comercial e agroindustrial] se traduz no nível político-ideológico pela legitimação da “empresa rural” – mesmo que mal definida – como

a única forma de produção capaz de superar seus limites históricos e de assumir o projeto da agricultura moderna que interessa ao conjunto da sociedade brasileira”.

A extensão rural, incorporando a identidade de assistência técnica, vai assumir esta proposta deixando de lado aqueles que não se enquadrassem neste modelo, excluindo outras relações que pudessem se desenvolver no meio rural.

Como os agricultores que hoje compõem a experiência não se enquadravam no quadro prioritário de agricultores “com futuro”, enfrentavam dificuldades de produção, acesso a mercados e crédito. Muitos acabavam buscando empréstimos para financiar produção junto a outros agricultores ou comerciantes que emprestavam dinheiro a juros. Esta era a opção ao crédito oficial, que normalmente não era suficiente para garantir a produção, o sustento da família e pagar dívidas, levando ao endividamento e contribuindo para a precarização das condições de vida dos agricultores.

Mesmo com a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), que destina recursos para esta categoria de agricultores, no início, eram poucos aqueles que acessavam o programa, seja pela falta de um projeto, pelo medo das dívidas ou pela falta de iniciativa.

A limitação destes acessos contribui para que os pequenos agricultores familiares ocupem posição subalterna nas relações sociais, na estrutura de poder local, fato que certamente se repete para outros tantos grupos, em diferentes lugares.

“O homem-cidadão, isto é, o indivíduo como titular de deveres e direitos, não tem o mesmo peso nem o mesmo usufruto em função do lugar em que se encontra no espaço total. Para começar, o acesso às fontes de informação não é o mesmo. Ora, na fase atual da economia, ser desinformado equivale a estar desarmado diante das mudanças tão rápidas que atingem a vida cotidiana de cada um. Esse handicap não vem só. É acompanhado pelas dificuldades de acesso às fontes de poder, sem contar que num mundo tendente à concentração – à concentrização, para empregar uma expressão de Navarro de Brito (1972) -, as instâncias detentoras do máximo do poder de decisão se acham condensadas nuns poucos pontos, se não num só. À medida que se vai descendo para a periferia (em termos de acessibilidade, e não em termos geométricos), as autoridades e as administrações com as quais se é obrigado a transigir detêm cada vez menos o prestígio e os meios para uma ação eficaz e rápida” (SANTOS, M, 2000:86-87).

Assim, as perspectivas para os pequenos agricultores familiares de Araponga não eram muito positivas, o que não significava que eles não tentassem construir alternativas, que, como tantas outras, passavam sempre pelas redes de solidariedade mútuas. Pequenas organizações de agricultores, familiares e vizinhos, inspiradas e apoiadas na ação das CEBs⁴¹, vão contribuir para a resistência aos problemas e carências decorrentes das relações com outras instâncias, buscando solucionar os problemas do grupo a partir de sua própria ação. Num segundo momento esta articulação vai procurar atuar modificando a forma de ação do poder público local, ação que vai encontrar reforço nas novas organizações que vão passar a atuar no cenário sócio-político do município.

A partir de meados e até o final da década de 1980, são introduzidos novos atores na cena política de Araponga com o início da ação do CTA-ZM na região e a fundação do STR.

⁴¹ Um dos grandes méritos do trabalho das CEBs está em trazer os temas da política para o debate cotidiano. É, na verdade, um exercício de tradução de questões políticas e econômicas para a prática dos agricultores e vice-versa. Estes questionamentos certamente contribuíram na formação dos agricultores que hoje são lideranças importantes e também no acúmulo de conhecimento e capacidade de ação e intervenção coletiva que alguns vão denominar capital social.

Isso incrementou os debates em torno das alternativas para o meio rural e, por outro lado, acirrou conflitos com o poder público local.

Embora a formação do STR de Araponga, considerado como um ator político central para o desenvolvimento da experiência, tenha sido diferenciada de outros STRs e mais comprometida com a agricultura familiar e propostas no campo produtivo, ainda assim esta organização repetiu, em alguma medida, um comportamento comum a outros sindicatos engajando-se ativamente no confronto político partidário do município, apoiando o Partido dos Trabalhadores. Estabeleceu-se um conflito declarado entre os agricultores organizados no STR e apoiados pelo CTA-ZM, definidos pelos demais como “o povo do PT” e aqueles que ocupavam o poder público. Nas palavras de um agricultor e sindicalista de Araponga:

“Havia muita confusão sobre o papel do STR. O que mais se ouvia era: ‘isso é coisa do PT’. Tudo de ruim era do PT, mas as conquistas, não. Não se falava das conquistas (...)” (CENTRO DE TECNOLOGIAS ALTERNATIVAS DA ZONA DA MATA, 2004b).

Se a fundação do STR foi um avanço em termos de estabelecer uma oposição ao poder público no município e, de certa forma, institucionalizar a organização dos agricultores, sua forma de atuação inicial não trouxe grandes benefícios para a imagem da organização que estava vinculada a brigas e disputas (coisas que muitos agricultores parecem não avaliar positivamente), nem tampouco atuar sobre os problemas que preocupavam os agricultores ou conseguir acesso ao poder público local.

Por um lado, isso talvez se explique pelo fato de que as questões que interessavam os agricultores naquele momento não diziam respeito a disputas políticas partidárias, mas a problemas concretos do dia-a-dia da produção, das necessidades das famílias. Por outro, a forma como estavam vinculados à figuração local não lhes permitia apoiar abertamente as ações do STR, já que significava uma oposição àqueles dos quais os agricultores dependiam diretamente para sobreviver. Salário, emprego, terra para produzir, moradia, socorro em caso de emergência, para beneficiar e comercializar o café, tudo praticamente dependia daqueles que tradicionalmente controlavam também a política no local.

A alternativa para os agricultores obterem acesso ao poder público local, conquistarem seus direitos, passava pela conquista de alguma autonomia da estrutura de poder vigente que lhes garantisse liberdade de expressão, de pensamento e ação. Era preciso criar alguma alternativa ao ciclo de dependência ao qual estavam presos para que pudessem começar a vislumbrar saídas para seus problemas. A experiência agroecológica vai contribuir para isso.

4.2 “Menos Discurso e Mais Ação”: Representatividade, Legitimidade e Acesso ao Poder Público

A experiência agroecológica de Araponga e seus atores têm conquistado espaço junto ao poder público no âmbito estadual e até nacional, mas, é no local que tais mudanças têm maior força, estão presentes na memória e são sentidas no cotidiano dos agricultores. Sentidas, evidentemente, de formas diferentes.

Entre aqueles que então envolvidos na experiência, o acesso ao poder público pode ser interpretado pelas mudanças no cotidiano, pelo atendimento de suas demandas concretas, mas, alguns podem avaliá-lo de uma perspectiva mais ampla, da sutileza da conquista de espaço, da abertura do diálogo, enfim, como processo que envolve vários fatores. Neste último caso, trata-se de uma sensação mais comum àqueles que se envolveram diretamente nos debates, conflitos com o poder público e que se apropriaram da luta e destas conquistas como suas.

Mas, por que o acesso ao poder público é tão importante? Embora a experiência agroecológica de Araponga se configure como uma iniciativa de ONGs e dos próprios agricultores, o acesso ao poder público é uma condição para que os agricultores possam ter acesso a outros ativos que vão compor suas trajetórias e estratégias de vida, mas cujo acesso não depende exclusivamente de sua própria ação, mas pode ser viabilizado ou pelo desenho de políticas e projetos públicos.

Além disso, como a experiência agroecológica não se restringe à dimensão produtiva, mas incorpora como objetivo a melhoria da qualidade de vida das famílias, o acesso ao poder público implica criar condições de acesso a elementos operacionais de produção e sobrevivência, tais como infra-estrutura, saúde, educação e garantir o exercício de direitos; ambos dependem de mudanças na relação com o Estado. Estas mudanças vão se tornando mais fortes na medida em que a experiência se amplia e se consolida, envolvendo maior número de pessoas e trazendo à tona demandas cada vez mais complexas.

Por outro lado, a relação dos movimentos sociais com o Estado (em especial aqueles ligados à agroecologia) é marcada por um conflito histórico. DIAS (2002:25), em sua análise sobre o PTA, lembra que *“o Estado, ao longo da trajetória do PTA, era inicialmente imaginado como o condutor de projetos de desenvolvimento rural que representavam o oposto ao idealizado pelo PTA, o que tornava impensável uma colaboração mais estreita com este ator. Com o passar do tempo e o acúmulo de experiências – ocorrendo nesse meio tempo algumas parcerias pontuais com agências governamentais –, o Estado torna-se um ator fundamental à consecução dos objetivos do projeto de viabilização do desenvolvimento sustentável”*.

O enfoque político sempre esteve presente no movimento agroecológico, bem como a intenção de influenciar o Estado, transformando as experiências e princípios agroecológicos em políticas públicas. No entanto, conquistar espaço, posição e legitimidade que possibilitem como definem os agricultores, “entrar dentro do Estado”, não é processo simples. Os avanços que a experiência agroecológica de Araponga conseguiu neste sentido, tanto na instância local como na federal, foram construídos por caminhos tortuosos, que serão discutidos em detalhes a seguir.

4.2.1 Encontro local: a experiência e o poder público em Araponga

Uma das tarefas mais importantes para conseguir acesso ao poder público refere-se à necessidade de legitimação das organizações que pretendem fazê-lo. Embora seja difícil explicitar o momento e os fatos que levaram a esta legitimação dos atores envolvidos na experiência agroecológica de Araponga, pode-se dizer que este processo envolveu pelo menos três episódios importantes. O primeiro ocorreu quando o debate político se voltou para o centro das próprias organizações representativas, principalmente o STR, levando a uma mudança na forma de atuação desta organização, tanto em relação aos agricultores como em relação ao poder público. O segundo evento, sobre o qual já discutiu-se anteriormente, refere-se à intervenção destas organizações sobre o processo de implantação do parque da Serra do Brigadeiro. A terceira mudança, que de alguma forma é resultado das duas primeiras e representa uma certa institucionalização de algumas práticas e princípios da experiência agroecológica, refere-se à consolidação do Plano Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável (PMDRS) e do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural (CMDRS).

Todos estes eventos, que não são pontuais, mas que também vão sendo construídos ao longo do tempo, estão interligados. Um dos primeiros sinais de mudança parece ter sido o posicionamento adotado pelo STR de Araponga em relação às suas prioridades de ação, à sua base social e ao poder público.

Esta mudança caminha no sentido da consolidação de uma postura originalmente assumida pelo STR de Araponga: um sindicato que não se originou motivado apenas por

conflitos trabalhistas, mas que tinha fortes vínculos com atividades produtivas e com as práticas agroecológica que já eram experimentadas no município em parceria com o CTA-ZM.

Mesmo assumindo estas características, o STR de Araponga repetiu, em relação ao poder público, um comportamento de oposição e crítica declarada sem, contudo, se preocupar com a elaboração de propostas concretas. Este tipo de situação, comum ao movimento sindical, vai alimentar ainda mais uma tensão entre os agricultores familiares organizados, a maioria vinculada ao Partido do Trabalhadores (PT) e às elites políticas locais, sem produzir mudanças desejadas pelos agricultores familiares. Com isso, aos poucos, foi ocorrendo um esvaziamento do STR, cujas estratégias a direção sentiu então necessidade de rever. A reflexão sobre a prática política, portanto, começou no âmbito do STR.

Segundo a avaliação de alguns agricultores, técnicos do CTA-ZM, do próprio STR, a imagem desta organização vai começar a mudar a partir do momento em que ela assume uma postura mais propositiva e realizadora, voltada para os interesses mais imediatos dos agricultores, deixando de lado a luta explícita pelo poder ou seu símbolo mais concreto no âmbito municipal, a prefeitura.

Nas palavras dos agricultores: *“aprendemos que não basta se opor ao poder público municipal. É preciso ter propostas claras e trabalho prático com resultados concretos”* (CENTRO DE TECNOLOGIAS ALTERNATIVAS DA ZONA DA MATA, 2003a: 5).

A separação entre as disputas político partidárias e as iniciativas agora mais pró-ativas do STR foram passos importantes para que esta instituição passasse a ser olhada com mais cuidado e respeito, tanto pelos agricultores como pelos técnicos e até mesmo pelos seus opositores. Contribuem para esta revisão crítica as tentativas de acesso ao poder público realizadas e sistematizadas por outros STRs ligados ao CTA-ZM. Uma das lições aprendidas e repassadas por este grupo foi exatamente que a conquista de prefeituras por alguns parceiros não significava que os interesses dos agricultores familiares ou as propostas de desenvolvimento com enfoque agroecológico seriam colocadas em prática.

“(...) Elegeram a prefeitura de Tombos, elegeu em Divino (...) e aí, várias lideranças passaram a entrar para a Secretaria de Agricultura. Foi o momento que a gente (...) já tinha começado a experiência em Araponga, mas, que a gente conseguiu condições propícias pra discutir isso enquanto política pública. Como é que a gente pode, então, agora, a partir dessa experiência que a gente acumulou nesses anos todos, transformar essa nossa experiência em política nesses municípios. (...) Só com as prefeituras do PT que a gente conseguiu estabelecer esse tipo de parceria. (...) Tombos..., na verdade, Tombos foi o único município que firmou convênio com a gente que foi avançando no processo de implementação disso enquanto política. A maior parte dos outros municípios não conseguiram fazer nada, inclusive lideranças históricas (...) assumiu a Secretaria de Agricultura e a agroecologia ficou longe, entendeu? Ficou longe. Ele, inclusive, se distanciou do movimento, se afastou do movimento. E teve várias outras experiências do mesmo tipo. (...) Então, teve várias experiências assim que o pessoal não conseguiu ao ocupar o espaço de poder... e o pessoal de Araponga foi acompanhando isso tudo, aí eles começaram, foi o primeiro sindicato que começou a refletir mais isso, o que adianta a gente ficar ocupando o espaço de poder, se, na hora que a gente ocupa, a gente esquece todas as lutas, os acordos que a gente fez? (...) Não importa quem está no poder, nós temos o papel de negociar essas políticas, apoiar essas políticas independente de a gente ocupar ou não. Que mesmo quando ocupava, você tinha de ter a capacidade de negociar, porque ocupava espaço e as pessoas paravam por ali. (...) e isso aí o pessoal avalia, e nós avaliamos também que foi um passo importante de separar um pouco o sindicato

do partido. E que foi o que eu acho que permitiu para eles ter outra condição de diálogo com a prefeitura depois de eleito. (...) Então, quer dizer, era a prefeitura do PSDB, gestão anterior, ligado à oligarquia local e tal, super tradicional no município, mas permitiu uma relação. Foi o lugar que, mesmo sendo uma prefeitura do PSDB, com este tipo de gente a gente conseguiu uma parceria, montar o plano de desenvolvimento rural do município” (entrevista com coordenador-executivo do CTA-ZM, 2005).

A dificuldade de passar, digamos assim, da “teoria a ação”, mesmo quando aparentemente se está com o poder nas mãos, pode ser entendida pelas diferentes pressões às quais as pessoas estão submetidas nas diferentes figurações nas quais estão envolvidas. Norbert Elias afirma que não há apenas uma figuração da qual fazemos parte de forma invariável e definitiva. Há figurações maiores, menores, mais complexas e mais simples.

De acordo com CHARTIER (2001:13), *“para Elias, é a modalidade variável de cada uma das cadeias de interdependências – que podem ser mais ou menos longas, mais ou menos complexas, mais ou menos coercitivas – que define a especificidade de cada formação ou figuração social, quer ela se situe na escala macroscópica das evoluções históricas (por exemplo, a sociedade da corte ou a sociedade feudal), quer naquela, mais simples, das figurações de dimensões diversas, situadas em uma mesma sociedade”*.

Tantas interdependências ajudam a compreender a complexidade dos processos de transformação de indivíduos e grupos estigmatizados e marginalizados durante muito tempo em agentes críticos e responsáveis de sua própria história. As opiniões, as pressões externas, a própria estrutura de poder em determinadas instâncias restringem e influenciam os comportamentos daqueles que ocupam determinadas posições no poder público.

A análise da Sociedade de Corte leva Elias a afirmar que *“(...) o ser social do indivíduo é totalmente identificado com a representação que lhe é dada por ele próprio ou pelo outros. A ‘realidade’ de uma posição social aí é apenas o que a opinião julga que ela é: era o reconhecimento pelos outros da qualidade de membro dessa sociedade que, em última análise, determinava essa própria realidade”*. (...) *Em uma tal formação, a construção da identidade de cada indivíduo está sempre no cruzamento da representação que faz de si mesmo e da credibilidade concedida ou recusada pelos outros a essa representação”* (ELIAS, 2001:113).

Assim, ganhos de poder e novos acessos tanto podem contribuir para o fortalecimento quanto para o enfraquecimento de uma determinada proposta. A própria percepção que os indivíduos têm sobre a realidade, sobre si mesmos e sobre suas capacidades é modulada em função de um certo equilíbrio desigual de poder entre pessoas e grupos que fazem parte de determinada formação social.

“Se considerarmos a vida social como uma rede de interações, “micro” e “macro”, entre indivíduos e coletividades, podemos supor que inovações e sua difusão dependem da constituição das coordenadas espaço-temporais da vida social, ao mesmo tempo em que as moldam (cf.. Hagerstrand, 1968; Domingues, 1995). As linhas “espaço-tempo da ação dos indivíduos e do movimento das coletividades distribuem-se, no que se refere à memória e à criatividade sociais, de acordo com centros de depósito de memórias, e por vezes de resistência à mudança, e centros de inovação, que por sua vez se difundem desigualmente em direções distintas e em ritmos diferentes” (DOMINGUES, 1999:65).

As propostas ditas alternativas em busca de ocupar espaços tradicionais de poder enfrentam uma luta que implica em reduzir a influência de padrões dominantes de idéias e

comportamentos, *habitus* de determinados centros de poder, que são barreiras fortes ao desenvolvimento de tais propostas, podendo levar seus representantes a comportamentos diferentes dos compromissos assumidos com algum grupo ao qual está originalmente vinculado.

Aos poucos, agricultores e mediadores foram percebendo que não bastava ter representantes no centro do poder, inclusive porque os mecanismos de representação freqüentemente utilizados dão sinais de esgotamento. Baseados na confiança, em compromissos pessoais e ainda movidos fortemente por discursos, estes nem sempre são os mecanismos mais eficientes para que as propostas do grupo sejam concretizadas.

Talvez por isso também representantes de organizações e agricultores entrevistados avaliam como positivo o novo posicionamento do STR, que vai levar à realização, em 1993, do diagnóstico participativo, um instrumento importante para conhecer melhor os interesses dos agricultores e trabalhadores rurais do município.

“Aprendemos que não basta se opor ao poder público municipal, é preciso ter propostas claras e trabalho prático com resultados concretos. [Antes] nós tínhamos uma idéia de se manter sempre com postura de oposição e não aceitávamos fazer alianças ou parcerias. Qualquer tipo de aproximação, mesmo para o diálogo, era vista como coisa de ‘pelego’. Em Araponga, enquanto o movimento (STR), esteve com a postura de oposição, não foi possível avançar muito na ampliação das ações e do público. A partir de quando o STR passou a ter uma política de alianças e parcerias com o poder público, houve muito mais facilidade de implementar as ações de desenvolvimento local” (CENTRO DE TECNOLOGIAS ALTERNATIVAS DA ZONA DA MATA, 2003b:5).

A partir do diagnóstico participativo, o STR de Araponga e a experiência agroecológica se aproximaram ainda mais e assumiram novas diretrizes de ação. Se, por um lado, este tipo de posicionamento aumentou o poder de mobilização em torno de práticas concretas e de solução de problemas dos pequenos agricultores familiares, por outro, STR e CTA-ZM começaram a construir uma posição crítica às orientações do movimento sindical no estado.

No caso de Araponga, o STR não abdicou de suas bandeiras ou ideologias políticas em prol de ações mais voltadas para a esfera produtiva, mas apenas procurou contribuir para que a vida dos agricultores, de forma geral, fosse politizada, abrindo-se outros horizontes para pensar e implementar alternativas para solução de seus problemas. Esse processo era de fundamental importância para o desenvolvimento de relações mais autônomas, para que não se continuasse à espera de mudanças “de cima”, mas se passasse a construí-las da base. Até porque, uma análise mais detalhada do contexto social do município vai mostrar que a situação de dependência política, parte de um ciclo maior, passava também pela dependência econômica e produtiva. Esta visão integrada das trajetórias e estratégias dos agricultores, visando desenvolver alternativas autônomas para seus problemas, é uma síntese da experiência agroecológica.

Esta guinada do STR implica no seu comprometimento maior com o propósito de traduzir, de dar “politicidade” às questões e necessidades cotidianas da vida dos agricultores, esquecidas pelo poder público. Este tipo de abordagem é própria de algumas experiências dentro do movimento agroecológico que têm sido avaliadas por técnicos e agricultores como um diferencial importante para a conquista de acessos.

“(...) eu acho que isso [politização das questões do cotidiano] se antepõe à lógica de formação política, de você politizar pelo discurso ideológico, quer dizer, a

ideologia é importante, mas você pode ser dogmatizado. É muito comum você juntar agricultores e fazer discurso, de classe, contra o governo. Uma outra forma de você pensar o processo de politização é encontrar nas práticas sociais aqueles elementos de questionamento da situação e achar nas próprias práticas sociais caminho de enfretamento da situação, e como que a gente faz para que essas inovações ganhem efetivamente, se disseminem? Então, você politiza a partir do concreto, não politiza a partir da teorização e das abstrações (...) (entrevista com diretor executivo da AS-PTA, 2005).

É verdade que estas são práticas que não foram incorporadas por todo o movimento agroecológico, mas, sua reprodução já está se tornando uma marca de muitos movimentos sociais. Segundo BECK (1997:30), “(...) a constelação política da sociedade industrial está se tornando não política, enquanto o que era não político no industrialismo está se tornando político. Esta é uma transformação de categoria do político sem mudanças de instituições e com elites de poder intactas que não foram substituídas por novas”.

Esta mudança de comportamento pode parecer uma fuga da luta: então, para acessar o poder público, é preciso renunciar a luta pelo poder? Essa pergunta poderia levar a uma crítica do posicionamento assumido pelo STR de Araponga. No entanto, não seria também o caso de se perguntar se não haveria outras formas mais efetivas e estratégicas de lutar pelo poder, localizando os pontos de tensão centrais que dificultam o exercício e acúmulo de poder? Mais, ainda, comparando-se o posicionamento tradicional dos STRs com o de Araponga, não seria necessário perguntar: poder para quem? As disputas de poder nas quais se envolve o movimento sindical de forma geral refletem a busca de poder para os sindicatos e seus representantes ou para os agricultores?

O STR de Araponga, assim como a própria experiência, optou por fazer um esforço de politização da realidade dos agricultores, preparando-os para elaborarem e lutarem por alternativas para seus problemas. DEMO (2003), lembrando Paulo Freire, afirma que é imprescindível uma releitura crítica da realidade para perceber a manipulação a que as pessoas estão submetidas e também para compreender a importância de organizar-se politicamente para fazer frente às condições de pobreza e daí surgir um projeto próprio de combate à pobreza, conduzido por gente capaz de história própria.

Isso não significa a crença de que as soluções para os problemas dos agricultores independam de outras instâncias como o Estado, por exemplo. Pelo contrário, a opção por ligar as questões do cotidiano com os debates políticos é uma forma que conquistar acesso ao poder público.

Nesse sentido, a experiência agroecológica contempla e atribui novo significado ao termo política que passa, então, a ser também interesse e responsabilidade dos agricultores familiares e seus parceiros. Este exercício se aproxima das concepções defendidas por SLATER (2000:509), para quem “*um traço básico do político relaciona-se com o questionamento do socialmente dado, do que parece ser socialmente natural e incontestado. Quando ‘o dado’ não é aceito como tal, mas referido à sua constituição anterior, sua instabilidade potencial se revela e é reativada*”.

O encaminhamento das ações do STR constituiu novas frentes de luta para o sindicato ligadas à conquista de terras, a intervenção sobre a implantação do PESB, mais compromisso com as propostas de inovação técnica.

O aumento do número de filiados e da participação dos agricultores nas ações propostas reflete a aprovação das mudanças no STR. Dados do CTA-ZM estimam que, em 1993, havia cerca de 200 associados ao STR; em 2003 este número chegou a 900. É claro que isso não significa que todas estas pessoas estejam participando ativamente das ações promovidas pelo sindicato, mas mostra que as propostas da organização tornaram-se mais

atrativas para os agricultores. Como afirmou um agricultor, “companheiros, mesmo, são poucos”.

O STR tem um papel importante como a instância mais próxima dos agricultores para a prática da política, sendo, portanto, um exercício importante para enfrentar outras disputas desta natureza. Acredita-se que a experiência e o aprendizado junto a esta organização influenciam a percepção e a forma de interação dos agricultores com as questões políticas. As mudanças iniciadas com a experiência agroecológica de Araponga começaram a refletir (nem sempre de maneira positiva) no movimento sindical na região, contribuindo para um conflito⁴² latente.

É difícil determinar o início das discordâncias. Segundo os técnicos do CTA-ZM, algumas lideranças do movimento sindical consideraram a proposta da ONG de maior transparência e participação nos processos de decisão da entidade como ingerência do CTA-ZM (que tinha estabelecido parcerias com o movimento sindical visando a liberação de sindicalistas para atuarem em projetos comuns destas organizações). As iniciativas adotadas pelo STR de Araponga, apoiadas pelo CTA-ZM, que contribuíram para a maior legitimidade destas organizações foram percebidas também como acúmulo de poder que poderia ser usado em disputas dentro do movimento sindical. Mas, aparentemente, as tentativas de interferência do CTA-ZM nos rumos do movimento sindical são parte de um contexto maior de insatisfação de agricultores e técnicos com os rumos que uma determinada elite tem dado a este movimento no estado.

“Então, na disputa política aqui da região, havia já um descontentamento, há muito tempo, de um grande número de sindicatos, com o núcleo de dirigentes aqui da regional. (...) Quando a gente começou a perceber esse descontentamento, a gente começou a exigir no processo de planejamento nosso, na região, um processo mais participativo. Para na hora de renovar convênio, por exemplo, que tinha com a Associação Regional, que liberava algumas pessoas, exigimos que fosse discutido com todo mundo. (...) E aí que a gente foi para os encontros, inclusive para garantir que tivesse processos participativos. Propusemos a metodologia de trabalho e aí eles acharam que isso foi ingerência, (...) aí o que que o pessoal fez nesses encontros? Eles mudaram, mudaram as pessoas, por exemplo, que eram liberadas pela associação regional, a plenária do sindicato resolveu mudar, (...) e colocar outras pessoas. Aí pronto, foi o estopim para o racha (...)” (entrevista com coordenador executivo do CTA-ZM, 2005).

Mas este não foi o único ponto de conflito entre o CTA-ZM e os sindicatos parceiros com a FETAEMG. Nos encontros e cursos realizados, a preocupação dos primeiros era sempre de defender mudanças no movimento sindical, tendo como base a mesma proposta adotada pelo STR de Araponga, ou seja, a politização das questões cotidianas, a capacitação dos agricultores para compreenderem as questões do cenário mais amplo que interferem diretamente no seu cotidiano. Esse tipo de prática contribuiu também para a formação de

⁴² É muito difícil tratar com detalhes sobre este conflito, uma vez que não foi possível conversar com representantes da Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Minas Gerais (FETAEMG) ou com seus representantes na Zona da Mata. Mesmo assim, estes conflitos são importantes para mostrar as restrições ao avanço da experiência, algumas limitações ao acesso ao poder público de forma mais ampla que as diferentes perspectivas e práticas políticas do movimento sindical no estado desencadeiam. Assinalar estes conflitos é importante também na medida em que os STRs são considerados como parceiros essenciais para o desenvolvimento de experiências agroecológicas, segundo os atores envolvidos na experiência de Araponga.

novas lideranças sindicais que vão se opor ao modelo de trabalho adotado pela FETAEMG. Os conflitos na Zona da Mata são apenas uma vertente dos embates em todo estado de Minas Gerais, que tem influências de organizações de agricultores de outros locais do país e do mundo⁴³.

A síntese da motivação deste grupo que quer a mudança no movimento sindical está muito próxima das motivações daqueles envolvidos na experiência agroecológica, tentando garantir maior poder aos agricultores e não apenas aos seus representantes.

De certa forma, o engajamento das organizações ligadas à experiência de Araponga neste conflito serviu também para legitimá-las junto a alguns outros STRs insatisfeitos, levando também à maior divulgação de suas propostas e resultados.

Por outro lado, tais conflitos criaram alguns problemas de representação deste grupo de STRs no âmbito estadual, já que a FETAEMG ainda tem a representação oficial e institucionalizada dos trabalhadores rurais e agricultores familiares no âmbito do estado de Minas Gerais, inclusive no Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável.

A experiência de Araponga, no entanto, mostra que, mesmo com tais dificuldades de representação e enfrentando conflitos, a mudança no posicionamento do STR pode romper algumas destas barreiras, levando ao aproveitamento de oportunidades específicas no âmbito das políticas públicas, com é o caso da aprovação do Plano de Desenvolvimento do Território da Serra do Brigadeiro, evento que será abordado em detalhes adiante.

Apesar da insatisfação com os rumos do movimento sindical no estado, muitos agricultores não se sentem motivados ou não enxergam muitas possibilidades de mudança já que têm uma grande dependência dos benefícios que obtêm da FETAEMG. Nesse sentido, cresce a importância de projetos que estimulem mudanças desde a base, capacitando os agricultores, estimulando mudanças nas relações que mantêm com núcleos de poder como os próprios sindicatos. Processos de expansão da autonomia dos agricultores são importantes para a concretização de mudanças mais amplas.

Apesar dos conflitos entre o movimento sindical e o CTA-ZM para este último, eles ainda estão do mesmo lado no campo de disputas, porque a base que eles representam é a mesma. *“Não..., não. Mesmo com os outros que a gente... com outros que a gente rompeu, que foram os sindicatos que ficaram mais ligado à FETAEMG. Passado o momento de mais animosidade, a gente já retomou um certo contato. Então, por exemplo, nessa discussão toda em torno do território da Serra do Brigadeiro, do parque, a gente mantém uma articulação com esses sindicatos. Embora já não tenha mais o mesmo tipo... uma relação mais intensa, quanto tinha antes, aquela relação de confiança, uma relação muito próxima, já não tem mais. Mas, mantemos uma articulação e estamos no mesmo campo político, na atuação, por exemplo, no debate... é uma coisa que está sendo ainda reconquistada... com alguns sindicatos mais do que com outros”* (entrevista com coordenador do CTA-ZM, 2005).

O CTA-ZM, desde sua fundação, ao eleger como parceiros prioritários os sindicatos de trabalhadores rurais, vai ter um importante papel de vinculação destas organizações na região, tornando-se um apoio importante para muitos projetos e iniciativas destas organizações e procurando fortalecer a proposta agroecológica (embora esta não seja a tônica em todos os municípios nos quais atua).

As mudanças mais marcantes na relação com o movimento sindical e, principalmente, na relação com o poder público aconteceram a partir da realização do diagnóstico participativo no município, no início da década de 90. A definição de prioridades de ação

⁴³ Assim como o modelo de sindicalismo dominante no estado repete, em alguma medida práticas políticas já desgastadas e inócuas do ponto de vista de mudanças nas relações de poder e na situação mais concreta dos agricultores, as lutas contra este modelo são reflexos da luta de dezenas ou centenas de organizações de trabalhadores rurais e agricultores em busca de maior legitimidade e espaço. Na realização da última visita a campo, no início de 2005, falava-se de um movimento com vistas à criação da Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (FETRAF), no estado de Minas Gerais, proposta com o apoio de organizações como a Via Campesina.

apontadas pelos agricultores no diagnóstico vai levar o STR a tentar influenciar processos no âmbito do poder e das políticas públicas referentes à implantação do Parque Estadual da Serra do Brigadeiro (tema já discutido no capítulo I).

Embora esse processo estivesse diretamente ligado às instâncias estadual e federal (representando uma conquista no âmbito das políticas públicas mais amplas), esta iniciativa foi muito importante para conquistar acesso ao poder público local. A intervenção do STR em parceria com o CTA-ZM sobre este processo permitiu-lhes obter legitimidade que até então não havia sido reconhecida.

A capacidade de mobilização, articulação e os argumentos apresentados pelo STR e CTA-ZM foram muito importantes para modificar a concepção original de implantação do PESB. É claro que o contexto político e social do país e do mundo, com o fortalecimento das discussões sobre áreas de conservação e sobre a importância da participação dos interessados na definição dos processos também criou uma situação favorável para que se ouvissem as propostas apresentadas por este grupo. Paralelamente, a experiência alcançava resultados positivos com a produção de sementes, conservação de solos, produção e produtividade, acesso à terra, chamando a atenção do poder público e outras entidades.

Dentre os fatores que facilitaram a mudança nas relações com o poder público local, a partir de 2001, o CTA-ZM aponta: interesse eleitoral dos políticos, em função do aumento da credibilidade do STR junto ao público, mudança na legislação e regras operacionais das políticas públicas, incorporando elemento de participação e descentralização, passando muitas das decisões públicas a depender da participação da população nos conselhos, o reconhecimento dos trabalhos realizados pelo STR e a neutralidade de algumas lideranças na eleição de 2000. Além disso, a falta de recursos para investir na área social, as pressões sofridas pelo prefeito para resolver problemas e os avanços do STR em diversas áreas fizeram com que o poder público municipal percebesse a oportunidade de trabalhar em parceria com esta instituição em lugar de apenas fazer oposição (CENTRO DE TECNOLOGIAS ALTERNATIVAS DA ZONA DA MATA, 2003b).

“Na parceria, a interação [da prefeitura municipal com STR e CTA-ZM e outras instituições] foi fundamental. Tanto entidades como poder público deixaram de ser tão radicais. Faltava diálogo que possibilitou o projeto para construção da EFA e PRONAF. Nós também somos parceiros na cooperativa de crédito – tudo por decisão do CMDR. A mudança no PRONAF exigia integração e o trabalho do CTA/STR em outros locais e parcerias já construídas é que possibilitaram a entrada no Pronaf Território (...)” (entrevista com chefe de gabinete da prefeitura de Araponga, 2004).

Foi de grande importância nesse processo a atuação dos mediadores, em especial o CTA-ZM, identificando oportunidades e pontos de conexão entre os problemas locais e suas possíveis soluções com temas de interesse globais ou tendências na política pública que permitiram acesso a recursos de que tanto agricultores quanto o município não possuíam. A articulação em rede também contribuiu para a agilidade neste processo.

FOX (1996) defende a importância de organizações fortes ligadas a redes que facilitem a interação com outros atores. Segundo ele, este engajamento possibilita influenciar regras e a distribuição de recursos públicos, bem como a defesa de capital natural no caso de comunidades rurais.

O estabelecimento de alianças entre os atores da experiência agroecológica e o poder público local vai culminar com a implantação do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável (CMDR) e com a elaboração do Plano Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável (PMDR), em 2001.

A elaboração do PMDR de Araponga teve como base a realização de um diagnóstico participativo que envolveu diversos atores locais tais como agricultores, Empresa de Assistência Técnica Rural (Emater), Prefeitura Municipal, Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais (Epamig), Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR), Associação dos Agricultores Familiares de Araponga (AFA), Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata (CTA-ZM) e Instituto Estadual de Florestas (IEF).

“O que também ajudou na construção da parceria com o poder público foi a elaboração do Plano [Plano Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável], que teve a participação e envolvimento de várias comunidades e que guia o poder público local” (entrevista com agricultora de Araponga, 2004).

A maioria dos municípios foi incentivada pelo próprio Estado a criar os conselhos gestores como forma de legitimar a descentralização e a participação popular nas políticas públicas. Estes processos, no entanto, têm sido criticados por muitos pesquisadores, tais como Cazella, Mattei e Delgado, apud MOURA (2005), sobretudo pelo caráter alegórico que desempenham diante das estruturas de poder estabelecidas no local.

Muitos afirmam que os conselhos são implementados apenas por serem condição para que as prefeituras tenham acesso aos recursos do PRONAF. Além disso, em vários municípios, pesquisas sobre o funcionamento dos CMDR têm encontrado situações nas quais há ingerências das administrações municipais e dos órgãos de extensão rural na definição de prioridades dos PMDRs e na alocação dos respectivos recursos financeiros, desperdício e o mau uso dos recursos obtidos, despreparo dos conselheiros para participarem dos conselhos, além de um vazio de alternativas para os problemas dos municípios e regiões. Assim, em muitos locais, os PMDRS não são representativos dos interesses dos agricultores nem tampouco os atores envolvidos conseguem desenvolver as propostas colocadas no papel.

Entretanto, em Araponga, o PMDR é um dos instrumentos que têm viabilizado a intervenção dos agricultores em muitas áreas do poder público municipal. O plano foi elaborado de acordo com prioridades elencadas pelos agricultores no diagnóstico e, por pressão e insistência dos seus órgãos de representação, em especial STR e CTA-ZM, que estiveram sempre presentes e foram articulares deste processo. Assim, embora haja o reconhecimento e aceitação pelo Estado dos agricultores como atores nos processos de gestão do município, há sempre uma luta para fazer com que suas idéias e propostas sejam efetivamente colocadas em prática.

Segundo JACOBI (2002), desde a década de 1970, os movimentos sociais organizados no Brasil passaram a conquistar progressivamente aberturas para a construção de novos espaços de participação e relacionamento com o poder público. O autor afirma que, no processo de diálogo com os movimentos populares, o discurso dos órgãos públicos se transforma; o Estado não vê mais os movimentos somente como seus adversários, mas legitima suas reivindicações e as inscreve no campo dos direitos.

No entanto, isso não significa que tais direitos sejam traduzidos em ações concretas ou políticas específicas, demandando, na maioria das vezes, uma luta pela recomposição das capacidades dos atores sociais para exercê-los.

Portanto, mesmo com a conquista de direitos, as pessoas precisam criar condições efetivas para intervir sobre suas realidades, partindo para o desenvolvimento de estratégias para concretizá-los e expandidos. Nesse sentido, é prioritário um processo de empoderamento. De acordo com ROMANO (2002:11), *“a abordagem do empoderamento implica no desenvolvimento das capacidades (“capabilities”) das pessoas pobres e excluídas e de suas organizações para poder superar as principais fontes de privação de liberdades, construir*

novas opções, poder e saber escolher, poder implementar e poder se beneficiar de suas escolhas”.

Esta certamente é a opção feita pelos atores ligados à experiência agroecológica de Araponga, mas, por onde começa esse processo? Há uma tendência a concentrar a atenção, nestes casos, na realização do diagnóstico como processo chave para entre outras coisas acessar o poder local.

“O processo de diagnóstico participativo abriu novos espaços públicos de discussão e construção de propostas, fazendo aumentar a confiança do poder público nas lideranças e no sindicato” (CENTRO DE TECNOLOGIAS ALTERNATIVAS DA ZONA DA MATA, 2004b: 5).

Isso poderia ser considerado, no caso de Araponga, como um elemento realmente importante. Porém, conversas com os técnicos do CTA-ZM diminuem o peso do diagnóstico isolado como instrumento de mudança e para o efetivo funcionamento do CMDR.

Segundo eles, em outros municípios nos quais o CTA-ZM atuou, a realização do diagnóstico foi resultado de uma demanda da própria instituição interessada em mudar sua forma de inserção e atuação nos municípios, sem um compromisso dos STRs, casos em que tal processo não teve resultados positivos sobre o acesso à política pública.

“Só que Guidoal, nós tínhamos essa percepção clara, mas o pessoal de lá não. Então, foi diagnóstico muito mais pra nós do que pra eles. Essa necessidade não tava colocada pra eles e aí, por coincidência, é uma região produtora de hortifrutigranjeiro e aí foi muito forte a demanda técnica e a demanda da área da comercialização. Pelo próprio recorte que a gente fez no diagnóstico, a gente não fez um diagnóstico com base municipal pensando em políticas públicas municipais, não. A gente pensou em trabalhar os sistemas de produção, ver como é que eles se organizavam e tal, e a partir dos principais problemas, avançar nisso aí. E a gente foi aprofundando e tal mas não conseguiu fazer o gancho para debater uma política pública ao nível de município e o próprio sindicato não deu conta de dar seqüência ao processo, porque ele era uma organização de caráter mais político, a ação principal que o sindicato tinha feito foi relacionado com a greve do pessoal da cana, com os trabalhadores da cana, (...) Aí, o sindicato não deu conta, nem de fazer avançar aquela luta, nem de fazer o vínculo disso com o debate mais político no nível local, porque não tava preparado para aquele tipo de ação...” (entrevista com coordenador executivo do CTA-ZM, 2005).

Mas a necessidade de engajamento, mobilização e pressão não terminam nos relatórios do diagnóstico. Analisando o caso de Araponga, a estória de construção de alianças e dos conflitos no município, é possível afirmar que o bom funcionamento do CMDR vai além do diagnóstico, apontando para a necessidade de se criar um ambiente institucional e capacidades individuais articuladas para que um processo desta natureza não se perca no vazio das propostas públicas sem respaldo nas bases sociais locais.

ABRAMOVAY (2001), discutindo o funcionamento dos conselhos, afirma que um dos desafios está na construção de um ambiente institucional favorável ao desenvolvimento da região, onde a instituição desenvolva nos atores envolvidos conhecimentos e habilidades necessárias para uma mudança estrutural. Nesse sentido, é necessária a participação ampla da sociedade civil para acabar com o monopólio dos políticos profissionais. Mas, a participação só se realizará na medida em que as pessoas tiverem uma expectativa de ganhos (não necessariamente materiais, mas, de mudanças nas relações sociais e comportamentos).

Poderia-se falar da necessidade de projetos comuns que englobem diferentes perspectivas da vida dos agricultores, ou seja, que tenham a habilidade de traduzir para o âmbito das políticas públicas os interesses e necessidade daqueles que, tradicionalmente, estão na periferia dos processos de decisão, inclusive sobre suas próprias vidas.

A experiência agroecológica, que vai ser um dos fios condutores do PMDR, oferece esta ancoragem na realidade, mostrando, inclusive, possíveis ganhos para aqueles que optarem por ela. Assim, *“a agroecologia é a matriz tecnológica para o desenvolvimento de Araponga. A ATER tem que se pautar na agroecologia e na organização de grupos”* (entrevista com técnico do CTA-ZM, 2004).

A agroecologia, pelo menos formalmente, deixa de ser uma iniciativa de um pequeno grupo e passa a ser uma proposta para o desenvolvimento do município, embora isso não signifique que todos vão ter acesso (seja por interesse, tempo, opção política, etc.) ao seu significado mais amplo.

“Agora, eu acho que, em Araponga, quer dizer, na medida em que você... que o plano pelo desenvolvimento definiu isso [agroecologia] como uma certa prioridade, você vai construindo uma institucionalidade, né? E, na medida em que o conselho pode conseguir ter um funcionamento, quer dizer, o debate não ficou restrito lá na formulação do plano, foi tendo debates posteriormente e tal isso veio sempre... vindo à tona, né?” (entrevista com coordenador executivo do CTA-ZM, 2005).

O acúmulo de conhecimento e de capacidades, desenvolvidas com a experiência agroecológica, organizou a intervenção dos agricultores sobre o plano e direcionou a participação destes no conselho levando a ganhos em propostas de política, ações do governo local e direcionamento e fiscalização na aplicação de recursos. Ainda que o poder público deixe a desejar em termos de atendimento a demandas específicas dos agricultores, há ganhos significativos em termos de controle social sobre as ações desta instituição.

Mesmo aquelas famílias que não estão diretamente envolvidas na gestão do conselho ou nos rumos da experiência podem beneficiar-se de algumas conquistas decorrentes do acesso ao poder público, tais como as melhorias realizadas na infra-estrutura ou a criação da cooperativa de crédito e da Escola Família Agrícola.

Por outro lado, isso não significa que haja uma participação quantitativa relevante da população rural no âmbito do CMDR. Trata-se, certamente, de uma intervenção muito mais qualitativa que quantitativa. De fato, aqueles que estão envolvidos nesta representação são também aqueles que estão envolvidos em outras atividades, que têm maior habilidade de lidar com questões políticas, ou seja, ainda é um pequeno grupo que se aproxima desta interface com as políticas públicas. Os conhecimentos e as habilidades exigidos daqueles que fazem parte deste tipo de instância demandam tempo para serem construídos.

“... é preciso lembrar ao menos que os efeitos dos obstáculos morfológicos que a dimensão das unidades políticas e o número dos cidadãos opõem a qualquer forma de governo directo são de certo modo aumentados pelos efeitos do desapossamento econômico e cultural: a concentração do capital político nas mãos de um pequeno grupo é tanto menos contrariada e, portanto tanto mais provável, quanto mais desapossados de instrumentos materiais e culturais necessários à participação activa na política estão os simples aderentes – sobretudo, o tempo livre e o capital cultural” (BOURDIEU, 2002:164).

Estas limitações não diminuem a importância dos processos que estão sendo construídos ou do espaço conquista junto ao PMDR e ao CMDR, principalmente para

aqueles agricultores que já haviam participado e se frustrado da tentativa de intervenção sobre o funcionamento do Conselho Municipal de Saúde.

“(...) a primeira experiência que eles tiveram foi com o Conselho Municipal de Saúde. Logo depois do diagnóstico, uma das propostas foi o sindicato intervir na constituição do Conselho Municipal de Saúde, foi uma luta grande que eles fizeram. E perderam. Perderam. Foi um retrocesso para eles porque eles tentaram fazer uma mobilização grande com as pessoas pra participar, reivindicaram a criação porque o Conselho... existia o Conselho, mas o Conselho feito de uma forma, daquela forma, né?, meio fajuta e aí, eles fizeram um abaixo assinado, sabe, fizeram toda uma mobilização pra poder constituir o Conselho e aí não tiveram acesso. A prefeitura fechou as portas. Então, foi uma experiência até bem difícil pra eles assim, no começo” (entrevista com coordenador executivo do CTA-ZM, 2005).

As narrativas dos agricultores e sindicalistas levam a crer que, do ponto de vista simbólico, a concretização do PMDR é marca da transformação das relações com o poder público, a abertura para o acesso.

“Quando a gente conseguiu sentar com a prefeitura e discutir uma cooperação, discutir a implementação do plano, a elaboração do plano municipal, a sensação que eu tenho é que foi, assim, uma coisa de depois de uma luta grande agora a gente se fez ouvir. Quer dizer, eu acho que eles foram conversar assim: ‘Conquistamos um espaço pra conversar’, mesmo que não seja pra definir as coisas, mas, (...) então, eu percebo um pouco por aí, que foi do ponto de vista dos agricultores, eles foram se sentindo mais capazes (...)” (entrevista com coordenador executivo do CTA-ZM, 2005).

Para os agricultores, o acesso ao poder público municipal representa, além dos aspectos materiais e concretos, a conquista de maior respeito para com o STR e os agricultores de uma forma geral. *“A prova disso é que a prefeitura continua chamando o pessoal do sindicato para conversar, até em ano eleitoral, porque descobriu que é uma parceria que funciona”* (entrevista com agricultora de Araponga, 2004).

No plano da operacionalização do CMDR e do PMDR, muita coisa tem sido realizada. Na opinião de vários agricultores, técnicos da EMATER, IEF, representantes da prefeitura, do STR, do CTA, o Conselho tem conseguido realizar pelo menos 70% das ações planejadas. Mesmo assim, existe uma distância muito grande entre aquilo que está proposto e aquilo que é executado, uma vez que a operacionalização das propostas contidas no plano depende da definição de uma série de detalhes sobre os quais freqüentemente há conflito, até porque as instituições que compõem o conselho têm prioridades e perspectivas distintas. A participação no conselho, portanto, implica em enfrentar constantes disputas e de criar mecanismos de fiscalização e transparência da gestão dos recursos.

“Ele [CMDR] adotou até uma dinâmica interessante que foi de cada reunião. Eles vão cobrando de alguma instituição que faz parte, prestar conta dos seus serviços. Então, a secretaria de saúde teve que apresentar o que estava sendo feito, o IEF teve que apresentar, a EMATER teve que apresentar, a gente teve que apresentar, o sindicato teve que apresentar. Então, é o momento em que eles discutem, problematizam e questionam. Então, tem sido, dos que a gente conheceu, o que teve um funcionamento melhor...” (entrevista com coordenador executivo do CTA-ZM, 2005).

A experiência do CMDR de Araponga pode ser entendida como resultado da criação de relações sinérgicas entre o Estado e a sociedade civil. BEBBINGTON (1999) entende que estas relações podem estar ligadas à existência de um capital social que, *sob certas condições*, melhora a relação colaborativa entre a sociedade e o Estado. Ainda segundo o autor, tais relações podem ser construídas para viabilizar o fornecimento, por parte do governo, de serviços que são críticos para as trajetórias de vida dos agricultores. Em última instância, afirma ele, essas relações têm o potencial de tornarem-se mecanismos pelos quais as famílias podem acessar outros ativos ou recorrer ao Estado para defender os que possuem.

Muitos entendem a construção de conselhos como uma forma de estimular o desenvolvimento de capital social, mas, em muitos casos, como se discutiu anteriormente, estas instâncias têm sido usadas para legitimar a ação de elites do poder local. Assim, por exemplo, políticas públicas, como o PRONAF, defendem a formação de conselhos e a necessidade de participação de agricultores nos mesmos não garante necessariamente uma participação qualificada, desconsiderando, como afirma ROMANO (1988), o fato de que, para os agricultores familiares, o “efeito da teoria”⁴⁴ assume uma dimensão muito mais significativa do que para outros grupos sociais por eles estarem historicamente inseridos em relações de dominação que o subordinam tanto econômica, como política e simbolicamente.

SANTOS & FLORISBELO (2004a) faziam referência à existência de um capital social anterior ao desenvolvimento da própria experiência agroecológica, o que não significa a concordância com a idéia de que o capital social esteja dado e não possa ser desenvolvido. Pelo contrário, a experiência tem demonstrado a capacidade de envolver pessoas que não estavam diretamente ligadas a este núcleo original no qual se percebiam mais fortemente elementos interpretados como capital social.

Neste contexto, talvez seja possível dizer que o acesso ao poder público não é apenas resultado, mas, parte do processo de construção de capital social que tanto fortalece as reivindicações, ações e controle social dos agricultores sobre os processos públicos quanto possibilita ao Estado “chegar”, de forma mais efetiva, qualificada e adequada até a base, processo cuja importância BEBBINGTON (1997, 1999) defende.

É importante salientar que a existência de relações sinérgicas não implica na extinção de conflitos. Há, ainda, muitas diferenças entre os interesses dos agricultores e as ações do poder público e de outros atores que interferem nas políticas e ações públicas e, por isso mesmo, tenta-se criar instâncias e momentos para cobrar e fiscalizar a ação do Estado. Nesse sentido, a maior autonomia dos agricultores em relação ao poder público passa também pela interdependência. Sem controle, intervenção e fiscalização não é possível conseguir a implementação de políticas que viabilizem acesso e direitos, abrindo espaço novamente para relações clientelistas e aumento das carências dos agricultores.

Há necessidade de exercer uma constante fiscalização, com a criação de mecanismos mais transparentes na gestão dos recursos públicos para que o acesso ao Estado não se reduza a uma mera formalidade ou discurso.

“É... por exemplo, essas roçadeiras que eles compraram, foram, acho, que nove roçadeiras, um negócio assim. E seis ficaram com a associação, com a AFA e as outras três ficaram com a secretaria de agricultura. As que ficaram com a secretaria de agricultura, com pouquíssimo tempo, elas estavam completamente detonadas, já

⁴⁴ O “efeito da teoria” refere-se às reflexões de Bourdieu sobre representação e campo político. Bourdieu elabora uma abordagem ampla para investigar espaços de relação de poder (campos) sustentados na importância intrínseca dos símbolos como instrumentos de dominação, e da força da representação de interesses como um processo de relações sociais e políticas. Os detentores do capital limitam o universo do discurso através do efeito de censura. “A legitimidade do discurso estaria dada principalmente pela legitimidade do agente que o produz (...) A eficácia simbólica do efeito da teoria traz a possibilidade de ‘fazer ou desfazer’ os grupos e os ‘movimentos’, ‘fazendo ou desfazendo’ as representações sociais desses grupos e ‘movimentos’” (Bourdieu apud ROMANO, 1988:04).

estavam tudo encostadas. E aí eles fizeram um questionamento sério, em reuniões do conselho, (...) e, depois, eles fizeram um questionamento do porque desse negócio de mal uso, né? Como é que isso aconteceu?” (entrevista com coordenador executivo do CTA-ZM, 2005).

Estes ganhos implicam em mudanças sutis nas relações de poder. Entrevistas com agricultores e técnicos mostram que, mesmo discretas, estas mudanças são vistas como ameaças aos centros de poder tradicionais do local e, como tal, são muitas vezes tratadas, demandando daqueles que estão envolvidos na experiência ainda mais mobilização, capacitação para enfrentar os conflitos implícitos e explícitos.

Ao realizarem, por conta própria, consertos de pontes, melhoria nas estradas e até mesmo a eletrificação de várias propriedades (como aconteceu na comunidade São Joaquim), os agricultores mostram sua força.

“Eles mesmos começaram a contratar serviços [de eletrificação]... começaram a chamar o pessoal e tal, a se cotizar pra fazer a eletrificação e, aí, o prefeito se sentiu ameaçado mesmo com esse processo (...), ainda mais que é uma comunidade onde (...) a oposição tradicional ao prefeito atual, o prefeito atual, não, ao antigo que é o pessoal do PDT (...) então, eles exploravam isso, muito e aí, o pessoal começa a se mobilizar pra fazer sozinho. Quer dizer, aí ia ser uma derrota muito grande pra ele ali dentro, exatamente numa comunidade onde tinha interesse de ampliar o espaço dele. Então ele, aí começou a tomar frente” (entrevista com coordenador executivo do CTA-ZM, 2005).

Apesar da centralidade atribuída ao STR, outras organizações vão surgir ao longo da trajetória da experiência agroecológica de Araponga, complexificando o cenário político local e regional, ainda que não estejam diretamente ligadas ao campo mais estrito da política. São diversos tipos de organizações, com as mais diferentes funções tais como a AFA, a EFA e a cooperativa de crédito, que são resultado e, ao mesmo tempo, oferecem aportes importantes para a continuidade da experiência.

No entanto, como ainda são poucas as pessoas que se engajam na condução destas organizações (e muitas delas estão sobrecarregadas) há uma crescente demanda por qualificação para que mais agricultores possam assumir tais posições e ajudar a ocupar outros espaços que vão sendo conquistados pela experiência.

Novamente, a concentração de algumas pessoas na condução destas organizações pode estimular uma forte diferenciação dentro da experiência, podendo levar a conflitos internos. O domínio de processos que são desconhecidos para uma grande parte dos agricultores produz diferenciais de poder, por isso mesmo, a ampliação dos processos de capacitação, do acesso à informação e outros ativos é importante não só para evitar conflitos, mas também para consolidar a gestão dos próprios agricultores sobre os processos, construindo, efetivamente, relações mais autônomas.

Porém, as conquistas de acesso ao poder público não podem ser avaliadas meramente no âmbito formal, até porque não são, o STR ou o CMDR, espaços exclusivos do processo de politização. No cotidiano, os processos de politização parecem surtir efeitos no sentido de mudar as relações ou o tipo de acesso que as pessoas ou famílias individualmente mantêm com órgãos públicos, seja a prefeitura, o IEF e a EMATER.

Uma vez que o perfil das pessoas e seu envolvimento com a experiência são muito diferentes, também há muitas diferenças no acesso ao poder público. Entretanto, pode-se dizer que há pelo menos um ponto comum entre eles: o fato de que os agricultores, de forma geral,

avaliam os recursos que têm acesso através do Estado não como favores ou presentes, mas como conquistas de direitos.

“Eu não vejo muitos benefícios da prefeitura não... tem o CMDR, a roçadeira, uma carreta para trator, que a gente já conseguiu o trator... A prefeitura está ajudando um pouco. Ela tá colocando aquilo que é direito” (entrevista com agricultor de Araponga, 2004).

Além disso, os agricultores não ficam à espera de que a prefeitura resolva seus problemas. Em grande parte dos casos, elaboram soluções, mobilizam-se para colocá-las em prática, criando também uma imagem de autonomia e poder diante dos órgãos públicos.

“As pessoas que conseguiram avançar [na experiência agroecológica] se relacionam com o poder público, por exemplo, não mais como pedintes, mas para necessidades coletivas e como direitos. Há um acúmulo de capital. Quem tem autonomia de trabalho e na propriedade tem mais capital. Lá, em vez de pedirem coisas para a prefeitura, eles fazem com mutirão e o prefeito passa vergonha e ele acaba mantendo a estrada ou obra melhor depois. Os agricultores fazem o trabalho, mas não anunciam até porque nas relações sociais, nem tudo precisa ser dito. As coisas vão aparecendo, os comentários surgem, etc. A maneira de cobrar é mais sutil, não é explícita. E os agricultores têm um certo reconhecimento” (entrevista com técnico do CTA-ZM, 2004).

Estas situações experimentadas pelos agricultores envolvidos na experiência refletem mudanças na forma de enxergar e de agir sobre a realidade. Não que isso signifique a possibilidade de controle absoluto sobre os processos sociais nos quais estão envolvidos, mas, avanços no sentido de propor e testar alternativas e, certamente, mudanças no equilíbrio de poder.

A conquista do acesso ao poder público, com a mudança no posicionamento dos agricultores, representa uma ação consistente no sentido de quebrar as relações de clientelismo e dependência, seja do poder público local ou das elites do município (coisas que como já discutimos, se misturam).

Os agricultores, mais autônomos, passam a ser disputados como eleitores, partidários, aliados, abrindo-se a possibilidade de negociação, exigindo maior sofisticação nas campanhas eleitorais e nas gestões municipais como forma de manter ou acessar o poder. Eles passam, em muitos casos, de figuras desprezadas a cortejadas, estimulando o desenvolvimento de novas relações sociais especificamente entre Estado e sociedade civil ou indo mais além do que se pode chamar de uma nova cultura política.

Há uma ligação muito forte entre as conquistas e processos de mudança no âmbito local e a construção de acesso ao poder público mais amplo. Para entender esta relação, serão discutidos, a seguir, alguns dos acessos a outros níveis de poder e políticas públicas conquistados a partir da experiência agroecológica de Araponga. São processos destacados por agricultores, sindicalistas e técnicos, envolvidos ou não com a experiência, tais como Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), a inclusão da Serra do Brigadeiro como um dos territórios prioritários para o desenvolvimento do país (incluindo o acesso aos recursos no PRONAF Territorial) e acesso ao Programa de Crédito Fundiário do Governo Federal.

4.2.2 Grandes programas, grandes problemas? – conquistas e conflitos no acesso a políticas públicas

4.2.2.1 O PRONAF e o Programa de Desenvolvimento Territorial da Serra do Brigadeiro

Mesmo com a centralidade do trabalho e iniciativas dos próprios agricultores e a valorização dos recursos que disponíveis - elementos centrais da proposta agroecológica, há necessidade, sobretudo no momento da transição, de apoios financeiros e materiais para os agricultores. Além do apoio “moral”, digamos assim, e da capacitação técnica, os agricultores também demandam recursos financeiros para enfrentar as dificuldades decorrentes do processo de mudança e fazer investimentos que tornem viável a opção pela agroecologia. Portanto, o acesso ao crédito é um processo importante para a experiência agroecológica.

Um dos avanços mais importantes, em termos de disponibilização de crédito para os agricultores familiares, é o Programa Nacional de Apoio a Agricultura Familiar ou PRONAF. Por meio de suas diversas linhas de financiamento⁴⁵, ele tem sido uma alternativa para os agricultores com pouca disponibilidade de recursos que, normalmente, não têm acesso aos grandes programas oficiais de financiamento.

Embora o PRONAF seja bastante divulgado no país, a pesquisa realizada no município de Araponga revela que, até há poucos anos, os agricultores familiares com menos recursos tinham como forma de acesso a recursos financeiros, empréstimos informais junto a fazendeiros e ou comerciantes. Os juros elevados aliados às dificuldades no campo produtivo tornavam inviável o pagamento da dívida ou a sobrevivência da família caso se cumprisse tal obrigação. Fortalecendo vínculos de dependência, essa era mais uma forma de controle político sobre os agricultores familiares.

O processo de solicitação de crédito via PRONAF é relativamente simples, exigindo uma carta de aptidão que a EMATER elabora, a assinatura do responsável pelo STR local e que o agricultor tenha a propriedade legalizada. No entanto, nem sempre os agricultores que mais precisam conseguem obter os recursos, seja por não possuírem terras, ainda que vivam da atividade agrícola, como é o caso dos parceiros, ou seja pelo tipo de relação que estabelecem com as organizações responsáveis pelo processo.

Por trás de práticas formais e institucionalizadas sobressai a lógica dos conflitos locais entre pessoas, grupos e organizações que, segundo agricultores, já dificultou muito o acesso a recursos públicos. O receio de que os processos não sejam transparentes ou de que haja algum tipo de interferência política desfavorável (o que não seria, com o histórico político de Araponga, uma situação improvável) impede a iniciativa dos agricultores de buscar o crédito.

Embora não faça referência à existência de ingerência da prefeitura na aprovação de crédito para alguns agricultores, o técnico da EMATER local reafirma a existência deste tipo de prática. *“E também a prefeitura ajuda, né?, porque tem muitos lugares que a prefeitura... ajuda não. (...) Porque tem muitas cidades aí que, às vezes, a prefeitura atrapalha. Por exemplo, você tá conseguindo um crédito pra um cara que é contra politicamente, a prefeitura manda parar: não pra aquela comunidade lá eu não quero. Em outras cidades acontece isso e aqui não tem isso. Todo mundo que procura, na medida do possível, é atendido”* (entrevista com técnico da EMATER local, 2005).

Muitos, influenciados por experiências negativas com financiamentos públicos anteriores, tinham receio de não conseguirem pagar a dívida ou, acreditando que este tipo de

⁴⁵ O PRONAF inclui as seguintes linhas de ação: a) PRONAF território, voltado para investimentos em infra-estrutura nos territórios oficialmente reconhecidos; b) PRONAF crédito, orientado para o financiamento da produção da agricultura familiar; c) PRONAF capacitação, voltado para a capacitação e profissionalização dos agricultores familiares e d) a negociação de políticas públicas voltadas ao setor.

recurso não era de fato – embora direito – para os pequenos agricultores familiares, não tentavam acessar o programa.

“Antes, era muito... o PRONAF que era feito, era muito fazendeiro, tinha muito fazendeiro que pegava em nome dos parceiros, sabe? Então, foi aonde, foi a primeira vez, foi depois da elaboração do Plano que eles conseguiram ter uma intervenção mais forte e conseguiram fazer mais PRONAF lá” (entrevista com coordenador executivo do CTA-ZM, 2005).

A partir da implantação do PMDR e com a ampliação da experiência agroecológica, os agricultores familiares que estavam ligados a ela começaram a acessar mais os recursos do PRONAF crédito⁴⁶. O acesso à terra e também a legalização da posse, ações de caráter prioritário dentro do STR de Araponga, foram importantes. *“A propriedade legalizada, documentação: coisas que outras cidades, segundo o próprio gerente de banco falou, você não encontra em outra cidade é assim produtor bem documentado. Todo mundo faltando documentos de terras e outras coisas”* (entrevista com técnico da EMATER local, 2004).

Acredita-se também que a existência de um projeto produtivo consistente, como é o caso daqueles que estão envolvidos na experiência, contribua para a autoconfiança dos agricultores e, do ponto de vista concreto, oferecem condições de pagamento das dívidas. Segundo o técnico da EMATER local, a inadimplência no PRONAF em Araponga é muito baixa, em relação a outros municípios próximos.

Além do quê, não basta pagar a dívida. Os agricultores precisam ter uma certa confiança que a aplicação dos recursos é suficiente para realizar projetos, garantir o sustento da família e também pagar a dívida, cenário que se tornou possível para eles com a proposta agroecológica.

A partir de 2002/2003, com o PMDR, o município de Araponga também passou a acessar o PRONAF infra-estrutura, sendo a aplicação dos recursos direcionada para as necessidades definidas e priorizadas pelos agricultores a partir do diagnóstico-base para a elaboração do Plano, no qual a agroecologia aparece como um fio condutor importante. Assim, as prioridades colocadas para o poder público municipal, a partir da conquista do acesso a esta instância pelos agricultores, vai refletir na conquista de acesso do município a recursos do governo federal. Ações localizadas ganham dimensão global e propostas globais ganham legitimidade local.

Para SANTOS (1999:261), o localismo *“como uma fixação momentânea da globalidade da luta é também uma fixação localizada e é por isso que o cotidiano deixa de ser uma fase ou um hábito descartável para passar a ser o campo privilegiado de luta por um mundo e uma vida melhores. Perante a transformação do cotidiano numa rede de sínteses momentâneas e localizadas de determinações globais e maximalistas, o senso comum e o dia-a-dia vulgar, tanto público como privado, tanto produtivo como reprodutivo, desvulgarizam-se e passam a ser oportunidades únicas de investimentos e protagonismo pessoal e grupal”*.

Reflexo da articulação em rede, da luta e do reconhecimento do movimento agroecológico é a institucionalização de uma linha de crédito específica para agricultores agroecológicos. A destinação de recursos e a criação de uma modalidade de crédito para agricultores agroecológicos são avanços em termos de acesso e influência sobre políticas públicas. É um passo importante para o reconhecimento e legitimação da agroecologia no campo da política e do espaço rural no país, resultado da luta das organizações envolvidas

⁴⁶ Segundo informações da EMATER local e do CTA-ZM, estima-se que Araponga recebeu recursos do Pronaf infra-estrutura da ordem de R\$140.000,00. Os agricultores, diretamente, tiveram acesso a recursos do Pronaf agroecologia em torno de R\$ 200.000,00 e Pronaf crédito em 2005 movimentou no município recursos em torno de R\$ 500.000,00. 114

com agroecologia na tentativa de conseguir uma abertura no espaço público, onde o agroenegócio continua sendo prioridade.

Os agricultores de todo o país, envolvidos em experiências agroecológicas, tiveram a oportunidade de apresentar propostas de financiamento. No caso de Araponga, o CTA-ZM fez um mutirão para a elaboração de projetos e, até o momento da pesquisa, apenas Araponga tinha conseguido receber os recursos que foram investidos para a consolidação dos sistemas de produção dos agricultores.

Observa-se que, com tais avanços, com a institucionalização e a construção de legitimidade, a experiência passa a “existir” para além do local, o que implica no exercício de um certo poder para fazer-se reconhecer (assim como a suas idéias) no âmbito específico da política ou no embate com outras categorias e outros interesses. BOURDIEU (2000), discutindo a relação entre profissionais da política e os leigos, afirma que *“a fronteira entre o que é politicamente dizível ou indizível, pensável ou impensável para uma classe de profanos determina-se na relação entre os interesses que exprimem esta classe e a capacidade de expressão desses interesses que a sua posição nas relações de produção cultural e, por este modo, política, lhe assegura”*.

O alcance desta posição reconhecida aumenta a complexidade do campo de atuação e dos embates nos quais a experiência e o movimento agroecológico estão envolvidos. Aos poucos, a atenção daqueles que sofreram derrotas neste confronto político, ou que tiveram seu poder reduzido, se voltam para a experiência e para o movimento agroecológico na expectativa de uma falha – ou seja, quanto maiores os avanços e melhores os resultados, mais as experiências se transformam em “vidraça”. Daí que a institucionalização das propostas ou princípios da experiência passam a ser processos importantes para a manutenção das conquistas gerais do movimento, independente das dinâmicas específicas de cada local, das mudanças no poder público local ou nacional.

Do ponto de vista interno à experiência, no acesso ao crédito, repete-se uma situação comum a outros acessos. Há uma tendência de que os agricultores que estão mais envolvidos, capacitados, comprometidos com a experiência, consigam extrair mais benefícios no acesso a estas instâncias, pela própria diferenciação de capacidades. Assim, na elaboração dos projetos para o PRONAF agroecologia, por exemplo, privilegiaram-se os agricultores que estavam em processo de transição para o café orgânico, com o objetivo de viabilizar a construção de infraestrutura como os terreiros suspensos, que são uma tecnologia importante para melhorar a qualidade do café. Por outro lado, quanto menos destes atributos os agricultores dispõem, menor sua possibilidade de delinear estratégias diferenciadas de ação ou projetos de vida futuros⁴⁷.

Mesmo assim, pode-se dizer que a experiência contribui para ampliar o acesso dos agricultores ao crédito, ainda que este seja usado de formas diferentes por estas pessoas. Pode-se dizer – e tanto agricultores como técnicos, favoráveis ou não a experiência, vão concordar - que os agricultores envolvidos na experiência são aqueles que têm mais agilidade e facilidade para buscar os recursos do PRONAF.

“(…) onde as comunidades são mais instruídas, elas correm atrás primeiro. Cobra mais. E, quando eu entrei na EMATER, eu vi que a comunidade de Estouro⁴⁸, por

⁴⁷ Eis aqui uma situação instigante para se refletir sobre pobreza no meio rural que, como a experiência de Araponga permite observar, está intimamente ligada à limitação de acessos a diferentes tipos de ativos dos quais os agricultores necessitam. Pobreza pode ser entendida como um conceito relativo, não se resumindo a restrições materiais (embora estas estejam sempre presentes) que podem, muitas vezes, ser contornadas pela capacidade dos agricultores, individual ou coletivamente. Pobreza pode ainda ser interpretada pelo prisma político, quando se fecham os horizontes possíveis e visualizáveis pelas pessoas, impedindo-as até mesmo de criticar sua própria condição (passividade diante do destino) ou de identificar oportunidades que possam surgir.

⁴⁸ STR e CTA-ZM não têm muita penetração e influência nesta comunidade, que é uma das maiores do município.

exemplo, ela não tem organização ainda, né? A gente tá tentando fazer um trabalho de organização lá, mas não tem. Então, eu fiz algumas reuniões lá e passei... a primeira coisa que passei pra eles lá foram isso, foi isso que eles precisavam desse crédito. Não sabiam nem que existia, pra falar a verdade” (entrevista com técnico da EMATER local, 2005).

Pode-se dizer que, embora a experiência facilite determinados tipos de acesso a recursos, esses acessos não são iguais para todos. Alguns podem identificar esta diferenciação como um problema, mas, é importante que se observe que as pessoas em seus valores, suas trajetórias, suas estratégias e seus projetos de vida são diferentes, assim como a forma como incorporam as práticas agroecológicas ou se envolvem na experiência. De fato, a concepção da experiência, com base na autonomia dos agricultores, não contempla uma homogeneização das pessoas e seus comportamentos.

A análise da trajetória da experiência revela que muitos daqueles que hoje estão no núcleo central desta iniciativa já estiveram em situação precária, sem acesso a recursos como terra, crédito, sem autonomia, sem opções para modificar suas condições de vida e hoje estão ajudando na condução do processo. Por esse prisma, a experiência revela a possibilidade de construção de capacidade e de alternativas de mudança.

No caso de Araponga, o acesso ao PRONAF agroecologia revela, ainda, a importância e a possibilidade de inovação na forma como estes recursos serão aplicados. Tais inovações estão embasadas na existência de vínculos solidários entre os agricultores. Uma solidariedade que levou os agricultores a destinarem parte dos recursos obtidos individualmente com o PRONAF para a aquisição de um bem de uso coletivo, no caso, um trator.

“Muita gente lá em Araponga usou esse recurso, inclusive, usaram esse projeto pra comprar aquele trator. Quer dizer, no que cada um pegou o empréstimo, reservaram uma parte pra pagar uma parte do trator e usaram isso pra comprar o trator lá” (entrevista com coordenador executivo do CTA-ZM, 2005).

Com iniciativas relativamente simples, com pequenos investimentos individuais, os agricultores podem viabilizar o acesso à infra-estrutura e aos equipamentos que podem ser usados e geridos coletivamente, reduzindo a dependência de outros atores.

Recentemente, o PRONAF passou por mudanças que implicaram em adaptações no PRONAF infra-estrutura, que passou a denominar-se PRONAF Territorial. Segundo MDA/SDT/CONDRAF, apud MOURA (2005), desde 2003, o PRONAF infra-estrutura vem passando por uma série de mudanças e ajustamentos em seu desenho. A principal e mais significativa dessas mudanças está no fato da linha infra-estrutura ter, agora, como foco, a dinamização da agricultura familiar por meio de territórios rurais e não mais a agricultura familiar de municípios específicos. Essa mudança faz parte das ações do Ministério do Desenvolvimento Agrário e, em especial, da Secretaria de Desenvolvimento Territorial⁴⁹ de “reduzir as desigualdades regionais e minimizar os desequilíbrios econômicos, sociais e culturais que existem entre os municípios rurais”.

Esta mudança no PRONAF gerou novas disputas, em todo o país, pela definição dos territórios prioritários nos quais seriam investidos os recursos. O território da Serra do Brigadeiro entrou nesta disputa e se estabeleceu, a partir da articulação de nove municípios do entorno do PESB (Araponga, Ervália, Rosário de Limeira, Muriaé, Miradouro, Fervedouro, Divino, Sericita e Pedra Bonita), estimulada e apoiada pelo CTA-ZM. Para alguns, estas ações

⁴⁹ A Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT) integra a estrutura do Ministério do Desenvolvimento Agrário tendo como enfoque de suas ações a promoção e o apoio aos processos de construção e implementação de Planos Territoriais de Desenvolvimento Sustentável.

são continuidade da intervenção sobre a criação do PESB, que teria estabelecido uma identidade entre os municípios que estão no entorno do parque, identidade essa que permitiria a denominação de território.

A definição do território da Serra do Brigadeiro representa a conquista de acesso ao âmbito das políticas públicas. A institucionalização deste território e a aprovação do Programa de Desenvolvimento Territorial da Serra do Brigadeiro abrem espaço para a interlocução com os governos estadual e federal, viabiliza acesso a recursos, aumenta as possibilidades de influenciar políticas e fortalece a atuação das organizações mediadoras.

A articulação em torno do território foi muito eficiente em colocar a agroecologia como uma linha condutora das propostas para o desenvolvimento para este espaço. Uma vez que os processos e resultados da experiência de Araponga foram importantes para a aceitação desta perspectiva de ação, pode-se dizer que os mediadores realizaram um exercício de tradução da experiência de Araponga para o âmbito de uma política pública específica. Com isso, criaram-se condições para difusão e fortalecimento da proposta agroecológica em outros municípios e comunidades do território e, até mesmo, para além deste limites.

No entanto, a formalização da Serra do Brigadeiro como território e a aprovação do Programa de Desenvolvimento Territorial da Serra do Brigadeiro BRASIL (2004) nestes moldes ocorreram em meio a muitas disputas que ainda perpassam o desenvolvimento desta proposta. No âmbito estadual e regional, um dos maiores embates ocorreu com a EMATER.

“As visões de território são as mais amplas possíveis. (...) O territorial não acaba com o ‘local’ a nível municipal, nem substitui, mas organiza num outro nível, regional, o desenvolvimento... e tentando contemplar as redes de relações que normalmente se estabelecem dentro de uma região, de um território e permite pensar a realidade e potencialidades dentro deste território. É aí que a gente se insere, tentando, sem derrubar o que a gente já construiu antes, construir uma nova institucionalidade que não existe: território. Ele traz para nós motivações da organização política que se tem dentro de uma região e busca outras, como, no nosso caso, o viés do parque. Cada região deveria achar o seu. Há uma série de pessoas tentando se aproveitar da existência de uma tendência e recursos para territórios e forçando a configuração territorial (...) Tem muita ‘força de barra’(...)” (entrevista com técnico do CTA-ZM, 2004).

Tanto a criação deste território implica em poder para aqueles que o fazem como exige destes um grande esforço (e também um certo poder) para que, no caso, o território, ou melhor, uma determinada visão de território seja reconhecida.

Assim, afirma BOURDIEU (1996, p.111), *“o ato de magia social de tentar dar existência à coisa nomeada será bem sucedido quando aquele que o efetua for capaz de fazer reconhecer por sua palavra o poder que tal palavra garante por uma usurpação provisória ou definitiva, qual seja o poder de impor uma nova visão e uma nova divisão do mundo-social: regere fines, regere sacra, consagrar um novo limite”.*

A institucionalização dos territórios significa o reconhecimento de uma unidade que deve receber recursos financeiros, apoio para o desenvolvimento de projetos e garantir aos atores que nele estão envolvidos maior legitimidade e, conseqüentemente, poder. Por isso mesmo, não poderia ocorrer sem conflitos. Este embate pela definição de territórios nos lembra, novamente, a referência de BOURDIEU (1996) sobre a dificuldade de sustentar a existência de critérios capazes de fundar classificações ‘naturais’ em regiões ‘naturais’ separadas por fronteiras ‘naturais’. A ‘realidade’ é social de alto a baixo e, mesmo as classificações mais ‘naturais’, apóiam-se em traços que não têm nada de natural, sendo, em

ampla medida, o produto de uma imposição arbitrária, quer dizer, de um estado anterior da relação de forças no campo das lutas pela delimitação legítima.

O território da Serra do Brigadeiro traz não apenas uma definição espacial mas também uma referência e uma bagagem de articulações institucionais, acordos, conflitos, aprendizados que compõem a experiência agroecológica de Araponga (que é uma das principais referências para os projetos a serem executados no território) e que derivam dos conflitos pela implantação do PESB.

As habilidades do CTA-ZM, bem como a articulação dos atores locais com redes mais amplas, foram importantes para driblar as dificuldades de acesso a políticas públicas, a começar pela falta de clareza que normalmente se observa em tais processos. A própria estrutura do Estado estimula uma certa confusão, com áreas que talvez possam ser definidas como de “sombreamento”, nas quais se confundem atribuições, destinação de recursos, objetivos, projetos e atores. Cada ministério, secretaria, cada nível de governo, com suas próprias regras e exigências, se misturam, competem e dificultam a compreensão dos caminhos para conseguir acesso ao poder público. Isso, sem falar na incompatibilidade de funcionamento destes órgãos e os ritmos das iniciativas locais e das formas de ação dos movimentos sociais.

“(...) É uma administração de conflitos muito grande, porque as instâncias públicas têm lógicas distintas. A organização política de Minas Gerais tem outra lógica. O movimento social também tem outra organização (...)” (entrevista com técnico do CTA-ZM, 2004).

Sabendo disso, os movimentos sociais têm se organizado para evitar distorções de políticas que se propõem a atender grupos com menor poder de barganha. Eles tentam, cada vez mais, intervir para evitar que os conflitos que envolvem a operacionalização das políticas públicas levem ao fracasso de tentativas de intervenção ou façam com que a população interessada seja deixada de fora dos processos. Foi com este intuito que as organizações ligadas à agroecologia na região, com o apoio de outros movimentos sociais, conseguiram inserir, como critério no processo de seleção dos territórios, a exigência que as propostas deveriam ter respaldo e apoio dos STRs e das populações locais.

“(...) O Território da Serra do Brigadeiro mesmo disputou com o território proposto pela Emater na região aqui do rio Pirama. Foi proposto pela EMATER com base no limite do território exatamente no regional da Emater, sem discussão com sindicato nenhum, (...) E aí, como a gente fez uma intervenção articulada no estado com as outras organizações e movimentos, definiu um critério, que isso aí não passava porque tinha que ter mobilização social. Era um critério fundamental. E aí, a proposta não tinha um sindicato assinando a proposta, não tinha nada. Então, dançou e entrou essa nossa aqui” (entrevista com coordenador executivo do CTA-ZM, 2005).

A inclusão deste critério representa um avanço dos movimentos sociais contra fato comum na história do país, que é a expressão do poder de uma minoria na apropriação e controle de recursos e pessoas. ACSELRAD (2001) afirma que, na história da apropriação da natureza no Brasil, saltará aos olhos o fato de que, a cada passo da construção nacional, no uso do território como na constituição das instituições políticas, o interesse de poucos se impôs ao mundo de todos. Desde a conquista colonial, passando pela ocupação das terras indígenas, pela exploração dos recursos naturais, pela metrópole, pela formação intersticial de um mercado doméstico, o trabalho de muitos fez do território brasileiro um mundo para

poucos. Por muito tempo, o poder sobre os homens foi condição do poder sobre o território e seus recursos.

Assim, as iniciativas que começaram com a experiência em Araponga, que facilitaram o desenvolvimento de relações mais autônomas dos pequenos agricultores familiares entre si, com grandes produtores, com técnicos e com o poder público, foram um germe importante para a ampliação de propostas semelhantes para o âmbito do território. Toda esta mobilização, esta mudança nas referências existentes, são resultado e estímulo para alterações no equilíbrio de poder tradicionalmente mantido nesta região. Evidentemente, isso causa muita resistência, inclusive entre aqueles que pareciam estar “do mesmo lado” na proposta de implantação do território.

O fato do CTA-ZM tomar conhecimento das orientações das políticas do governo federal, enxergar oportunidades para pensar e desenvolver alternativas para a região e, assumindo a proposta, convidar os outros atores para comporem uma articulação visando à criação do território, levou a instituição a ter maior autonomia na condução deste processo que era, enfim, de interesse de diversas organizações. Mas, depois de conquistado este acesso, novos conflitos afloraram. É o caso, por exemplo, da EMATER, que foi parceria na elaboração do PMDR e também do programa de desenvolvimento do Território da Serra do Brigadeiro, mas que entrou em disputa com CTA-ZM pela aplicação dos recursos destinados a este programa.

A posição assumida pelo CTA-ZM e STRs, bem como a forma de promover os debates e a priorização dos temas para o desenvolvimento do território, deixava as demais organizações envolvidas com menor controle sobre os processos, ou seja, reduziam seu poder.

Ao longo da trajetória da experiência, o comportamento da EMATER e suas relações com os atores nela envolvidos e, de forma mais geral, com os pequenos agricultores familiares, vem se modificando, alternando momentos de cooperação e competição, mas sempre mantendo uma certa tensão.

No início da experiência, as relações da EMATER local com STR e CTA-ZM praticamente inexisiam. Por outro lado, os agricultores familiares com poucos recursos ainda não eram considerados como público prioritário para esta organização. Aos poucos, estes agricultores passaram a recorrer ao STR e CTA-ZM em busca de alternativas técnicas para problemas de produção. Surgiram os primeiros resultados e a experiência passaram a ser, em alguma medida, um concorrente para as práticas da EMATER, passando a haver, mais declaradamente, uma disputa por recursos, espaço e legitimidade.

Não se tratam de conflitos privados (embora estes também possam existir), mas de um confronto entre lógicas distintas: uma que predomina há muito tempo e outra que começa e se consolidar. Por isso mesmo, apesar das afirmações dos técnicos da EMATER de que gostariam de trabalhar mais próximos da experiência, há dificuldades nesta aproximação. Segundo DELGADO (2001), no modelo de extensão próprio da revolução verde, o papel do extensionista era difundir um “pacote tecnológico” pronto, perfeitamente adaptado aos requerimentos da agroindústria, a montante e a jusante, e cujo objetivo era “modernizar” tecnologicamente a estrutura produtiva de agricultores familiares que eram considerados, desse ponto de vista, “atrasados”, tendo em vista a implantação de um padrão fordista, de produção em massa e de desenvolvimento agrícola. O modelo era, portanto, único e homogeneizador; sua finalidade era transformar agricultores “atrasados” em “modernos”, por meio da ação do extensionista e da adoção do “pacote tecnológico”.

Oficialmente, o perfil das organizações de extensão rural do país passou por mudanças. Seguindo uma tendência social (resultado também da pressão dos movimentos sociais), passaram a priorizar a agricultura familiar. Mas, o que se verifica é que esta mudança se dá no âmbito formal, mas não necessariamente na prática cotidiana dos extensionistas.

As tentativas de mudanças esbarram no *habitus* destes agentes que, certamente ainda está muito presente nas estruturas das organizações de extensão. *Habitus* é interpretado aqui, assim como por BRUNO (2003), como sistema de predisposições socialmente constituídas que orienta o pensar e o agir, cria condições da manifestação de pensamentos e valores socialmente incorporados e transmitidos que se chocam com outras concepções colocadas em prática.

Embora tenha uma certa resistência a transformações, o *habitus* não é imutável e nos choques cotidianos com outras propostas, idéias, formas de fazer ele pode sofrer mudanças. Elias enfatiza que o *habitus*, apesar de remeter ao passado, não se apresenta como algo fixo ou estático, implica continuidades e rupturas. “*O habitus muda com o tempo, precisamente porque as fortunas e experiências de uma nação (ou de seus agrupamentos constituintes) continuam mudando e acumulando-se*” (BRUNO, 2003).

Uma vez que mudanças no *habitus* são lentas e as novas orientações gerais da EMATER devem ser cumpridas, verifica-se uma certa confusão e conflitos no comportamento e na prática dos extensionistas, que precisam, cada vez mais, buscar legitimidade.

“Na verdade, a situação atual do extensionista complexificou-se enormemente e o extensionista passou a conviver com uma circunstância na qual as certezas não mais existem, a reconstrução de sua identidade enfrenta inúmeras dificuldades – muitas das quais parecem quase insolúveis – seu prestígio social está desgastado diante dos atores relevantes, tanto na sociedade civil quanto na política, e as agências governamentais, por intermédio das quais os serviços de extensão rural são oferecidos estão debilitadas e constantemente ameaçadas de extinção” (DELGADO, 2001: 70).

No caso de Araponga, ainda que se observem algumas mudanças em relação aos pequenos agricultores familiares, o posicionamento da EMATER em relação à experiência agroecológica ainda revela uma grande dificuldade de compreensão de seus componentes mais importantes que vão além da produção, principalmente o estímulo e a defesa da autonomia, do protagonismo destes agricultores.

Embates deste tipo entre as práticas convencionais dos órgãos de extensão rural e de ONGs que propõem arranjos produtivos, sociais e políticos alternativos se repetem pelo país e definem as disputas em torno do campo da assistência técnica e extensão rural, que são também recursos ou ativos de grande importância para a agricultura familiar e, em especial, para a experiência agroecológica.

“A SDT criou uma rede nacional de colaboradores que se reúnem para discutir agroecologia e territórios e está produzindo um grande avanço. Aliás, esta é a definição de matriz tecnológica para o desenvolvimento dos territórios: tem que passar pelo fortalecimento dos atores locais, organizações sociais e agroecologia e a ATER tem que se pautar por ela. Daí para acontecer é outra coisa, mas, é preciso articulação. Sinalizam com a formação de redes de ATER nos territórios que participam EMATER e ONGs e STRs e os territórios tem autonomia para organizar estas redes”(entrevista com técnico do CTA-ZM, 2004).

Atuando num cenário pouco estável ou favorável, os técnicos da EMATER local temem a possibilidade de que outras organizações queiram atuar formalmente como mediadoras de acesso dos agricultores aos recursos do PRONAF ou, mesmo, com extensão rural (trabalho que muitas vezes já executam). Durante e depois da pesquisa de campo

ouviram-se muitos comentários sobre isso. Alguns representantes dos movimentos sociais acreditam que é preciso ocupar este espaço dominado em Minas Gerais pela EMATER, mas isso implica na necessidade de uma estrutura de que a maioria das ONGs não dispõe. Além disso, assumir tais atividades pode significar ter que sacrificar outras ações e perspectivas de trabalho nas quais estas organizações já estão envolvidas e têm alcançado resultados positivos.

“(...) E eles até tiveram uma conversa aí que poderia, por exemplo, o CTA passar fazer o Pronaf pra não precisar da Emater mais no município” (entrevista com técnico da Emater local, 2005).

Como o trabalho da EMATER no município é resultado de um convênio assinado com a prefeitura que, por sua vez, está sendo administrada por pessoas ligadas à experiência agroecológica aumenta o receio de que essa possibilidade se concretize.

“(...) depende se o prefeito quiser. É só que o prefeito não abre as portas pra eles. (...) Porque a EMATER tem um convênio com a prefeitura. Se a prefeitura quiser fechar o convênio ela fecha. Só que pega muito mal pra, pra, pra prefeitura, né? Porque, na região, praticamente não tem cidade sem EMATER, quase todas cidades têm... Então, pega mal, mas, existe essa possibilidade e eles até chegaram a conversar sobre isso. Agora, depois que passou a política, esse negócio de eles terem ficado junto [prefeitura mais próxima da experiência], não sei... se eles vão continuar querendo isso ou não” (entrevista com técnico da EMATER local, 2004).

Está colocado o dilema: a necessidade de recursos, apoio para propostas de desenvolvimento demanda cada vez mais ações articuladas de diferentes atores públicos, privados, com os movimentos sociais, mas, este tipo de aproximação explicita fortes diferenças, tensões e conflitos. Tais processos podem ser inerentes à conquista do que JACOBI (2002), citando Dagnino, denomina de cidadania ativa que inclui, de um lado, a formação de cidadãos como sujeitos sociais ativos e, de outro, para a sociedade como um todo, um aprendizado de convivência com esses cidadãos emergentes que se recusam permanecer nos lugares que lhes foram definidos social e culturalmente.

E, para isso, evidentemente, há lutas, nas quais a experiência ou o movimento agroecológico nem sempre saem vitoriosos. Assim, os atores envolvidos com a experiência enxergam cada vez mais forte a necessidade de difundir a expressão agroecologia como síntese de uma proposta, construindo e legitimando uma identidade.

“E, inclusive, no âmbito do território, por exemplo, onde a gente estabeleceu muito diálogo com EMATER, IEF, não sei o quê, a gente fez questão de demarcar esse campo, de fortalecer esse enfoque da agroecologia, do termo agroecologia. É... agora, a hora em que o conflito começou a acentuar, quando a gente começa levar às últimas conseqüências a agroecologia, aí já começa... entendeu? Nas últimas discussões, o pessoal já começou a... tem que ser agroecologia só? Vamos trabalhar só com agroecologia porque já começaram a ver que isso demarca um campo, né?” (entrevista com coordenador executivo do CTA-ZM, 2005).

Além disso, há os conflitos que são, de certa forma, previsíveis na medida em que os pequenos agricultores familiares e as organizações que os apóiam ganham poder e autonomia, reduzindo o controle que as elites locais historicamente exerciam. Embora não se saiba exatamente como será a reação destes grupos, evidentemente, eles não estão satisfeitos com

as mudanças produzidas até o momento pela experiência. É o caso, por exemplo, da compra, com recursos do PRONAF territorial, de uma estrutura para beneficiar o café dos agricultores familiares do município.

“Não sei até que ponto que o Paulo Miranda, por exemplo, tá apoiando essa idéia de comprar um caminhão com uma beneficiadora volante de café com recursos do PRONAF. É... não sei como é que vai ser isso. À medida que... quando ele... quando a máquina de Miradouro foi pra lá beneficiar a café, ele achou até bom porque foi uma época em que ele tava com muito café precisando de beneficiar. O preço da energia tava caro, então, ele tava achando ótimo, que ele ficava menos sobrecarregado; mas, à medida que isso crescer e que o pessoal depende menos dele, aí... aí que a gente vai ver. Aí não vai ser a máquina de Miradouro que vai lá de vez em quando; vai ser a máquina mantida com recursos da prefeitura pra fazer o trabalho que quem faz é a família dele, né?” (entrevista com coordenador executivo do CTA-ZM, 2005).

A partir da experiência, da construção de acessos, surgem pequenas mudanças nas relações de poder que criam um cenário novo para as pessoas que vivem no local. O horizonte do possível e do realizável começa a se modificar. No entanto, as reações daqueles que se sentem prejudicados, que tiveram reduzido seu poder e controle na região podem barrar os avanços da experiência, inclusive, se assumirem novamente o poder público local.

Nesse sentido, o fortalecimento das instâncias colegiadas com capacidade de interferir sobre o poder público local, tais como os conselhos, é uma ação importante, bem como a tradução das propostas da experiência em políticas públicas, fortalecendo e formalizando uma institucionalidade das mesmas, dificultando, assim, tentativas de represália contra a experiência. Mas, como outras relações com o poder público têm demonstrado, nem sempre as relações são o que parecem ser.

4.2.2.2 O Programa Nacional de Crédito Fundiário

As conquistas de acesso ao poder e políticas públicas revelam a importância não apenas de “chegar lá”, mas de como fazê-lo e como manter o acesso, mesmo quando o Estado se propõe a incorporar ou encampar iniciativas populares e transformá-las em políticas públicas. Esta é situação que está sendo vivenciada pelos atores envolvidos na experiência agroecológica de Araponga, com a possibilidade de participação no Programa Nacional de Crédito Fundiário, do governo federal.

A busca de soluções para acesso à terra tem sido debatidas por diferentes organismos, inclusive no âmbito do Estado e também neste texto, em capítulo anterior. Em 2003, o Governo Federal, por meio da Secretaria de Reordenamento Agrário do Ministério do Desenvolvimento Agrário, criou o Programa Nacional de Crédito Fundiário, uma proposta que já vem sendo discutida há muito tempo pelo movimento sindical, pelos setores envolvidos na questão agrária e no desenvolvimento rural. O programa foi inspirado nas experiências do Programa Banco da Terra, do MDA e do Projeto de Crédito Fundiário e de Combate à Pobreza Rural, da CONTAG, estados e Banco Mundial, introduzindo algumas alterações nos mecanismos de financiamento (BRASIL, 2005), dentre as quais destacam-se:

- a redução do custo do financiamento do crédito fundiário; agora mais compatível com a capacidade de geração de renda e de poupança da agricultura;
- a ampliação dos itens financiáveis, de forma que seja possível, por meio do programa, estruturar as unidades produtivas criadas, iniciar o processo produtivo, contratar assistência técnica e realizar a capacitação dos beneficiários;

- a definição de uma estratégia de gestão a longo prazo, do Fundo de Terras, de forma a otimizar os retornos para o Fundo e para o Tesouro e a otimizar os recursos disponíveis e aumentar os impactos do programa;
- todos os investimentos são gerenciados pelas próprias comunidades e devem contribuir, também, para a melhoria das condições de vida das famílias, a produção de alimentos e a dinamização das economias locais e o desenvolvimento local sustentável.

Sabendo da experiência da conquista de terras em Araponga, que havia sido sistematizada e divulgada pelo CTA-ZM, a SRA convidou a ONG para ser o órgão executor deste programa em alguns municípios na Zona da Mata de Minas Gerais. Este convite que havia sido feito na época da primeira visita a campo, em 2004, causou uma grande animação, tanto nos técnicos do CTA-ZM quanto nos agricultores.

O programa de crédito fundiário *“vai ser uma das maiores conquistas dos últimos tempos. Não que seja a proposta de reforma agrária que a gente quer, mas pra nossa região, é uma estratégia viável. Tem que negociar valores, discutir ainda os caminhos por onde vai passar. Mas, só da gente ter sido convidado, (...) isso foi uma grande demonstração do CTA ter um campo definido, um respaldo, uma história que não é só do CTA, mas de um grupo, de uma idéia que não é só do CTA: agricultores, entidades parceiras, organizações – uma rede sem a qual não teria sido possível”* (entrevista com técnica do CTA-ZM, 2004)

O CTA-ZM, como mediador desta política, poderia facilitar o acesso à terra para muitas famílias, além de contribuir para aprimorar o próprio programa. Para a instituição e, principalmente, para os agricultores de Araponga, era o reconhecimento de um trabalho desenvolvido há muito tempo e com grande esforço.

Outros STRs da região visualizavam nesta proposta a possibilidade de ampliar o acesso à terra para seus associados. Gerou-se, então, uma certa euforia num primeiro momento, inclusive porque a proposta apontava no sentido de que o CTA-ZM teria autonomia para definir a forma de executar o programa (dentro de critérios mais gerais). Mas, depois que o CTA-ZM expôs as condições que considerava necessárias para colocar em prática o programa, a SRA enviou uma nova proposta que caiu como um “balde de água fria” sobre os técnicos e sindicalistas, pois desconsiderava todas as observações feitas pelo CTA-ZM.

Em 2005, durante a segunda ida a campo, já se falava do programa com mais cautela. O CTA-ZM sequer sabia se iria executá-lo. É claro que, com a divulgação do programa, a instituição vinha sendo pressionada pelos STRs para colocá-lo em prática mas, as condições definidas pelo governo não eram em nada parecidas com aquelas que permitiram o desenvolvimento da experiência da conquista de terras ou da forma de trabalho adotada pelo CTA-ZM.

“(...) esse processo de Araponga (...) é um processo longo que tem todo um aprendizado ali que você não consegue transferir isso para um outro município, né? Então, a gente morre de medo de em outros lugares o pessoal fazer essa dívida e depois se ferrar, entende? Não conseguir pagar. Porque o pessoal, para eles darem conta de pagar lá em Araponga, eles tiveram que assumir, ter muita clareza do sacrifício que eles iam ter que assumir pra poder fazer um pagamento. E eles, muitos deles, fizeram sacrifícios enormes, pra adquirir a terra. Tiveram que passar anos sem comprar roupas, entendeu? Teve gente até que teve problema de subnutrição de filho e tal... de tanto aperto que passou no momento de comprar o terreno. Eles fazem a opção do sacrifício mesmo por um tempo pra poder conseguir pagar aquilo lá. E, olha, que eles ainda têm café pra vender. Imagina o pessoal aqui em Acaiaca, por exemplo, que planta milho, arroz, feijão faz uma dívida dessa, depois, vai pagar

como? Então, a gente tá assim, sabe, ainda é muito reticente, a gente acha que é uma experiência, que é uma possibilidade (...) Tem que pensar em outras formas de luta também, não é só achar que a única saída agora vai ser através de crédito fundiário...” (entrevista com coordenador executivo do CTA-ZM, 2005).

As ações que o CTA-ZM desenvolve e apóia não funcionam segundo a lógica governamental. Há maior rigidez nos processos, nos prazos, nos produtos e pouca capacidade de adaptação. Em muitos casos, a prestação de contas torna-se mais importante que o processo; enfim, “(...) as fórmulas são outras...”⁵⁰.

Mas, muitas das ONGs (e, de certa forma, o próprio CTA-ZM) reconhecem a importância de uma aproximação e de conseguir espaço dentro do Estado, tanto pela escassez de recursos para financiamento de suas ações como pela necessidade de influenciar políticas públicas. Este é um dilema importante ligado aos processos de democratização da sociedade brasileira.

“Então, eu tenho notado, com uma preocupação que o Estado, por sua vez, nos vê [ONGs] muitas vezes como prestador de serviços. Termina estabelecendo relações conosco que é a relação de terceirização e muitas entidades muito fragilizadas terminam entrando nesse tipo de coisa e perde a sua autonomia, a sua autonomia política, a sua autonomia financeira e passa a não se auto-determinar mais. Inclusive, eu tenho feito um debate com uma dessas entidades que está querendo saber como sai do círculo vicioso. Porque eles entraram nessa lógica de gestão de programas públicos, então, o governo exige deles, práticas, métodos e tudo que vão afastando cada vez mais eles da essência do que eles se propõe a ser. Então, o que a gente está fazendo? A gente está aqui só para viabilizar financeiramente a instituição, qual é o sentido de existência dessa instituição?” (entrevista com diretor executivo da AS-PTA, 2005).

É preciso entender que a conquista de terras, assim como a experiência de Araponga, não surgiu de um programa governamental, nem unicamente de uma intervenção externa. Elas foram sendo gestadas na confluência e no conflito de diferentes iniciativas dos próprios agricultores, dos mediadores, das oportunidades no espaço público e, por isso, têm uma temporalidade muito específica que não é definida ou delimitada externamente. O ritmo da própria experiência, que nem sempre é compatível com os prazos dos programas de governo ou com os ritmos eleitorais que tanto preocupam aqueles que atuam nesta área.

“Vai renovar, não renova. Renova, não renova. É negociação política. Aí já mudou o secretário, já mudou o ministro, já é outra turma. Você tem que começar tudo de novo, as pessoas que entraram não compreendem. Mudou o diretor lá não sei da onde, que era a pessoa que estava te acompanhando. O outro que chegou não entende aquilo, não quer saber daquilo, é de outro partido. Não se interessa por esse negócio de desenvolvimento local” (entrevista com animador da rede PTA na década de 1980, 2005).

Exatamente esta “volatilidade” das propostas do governo aumenta a necessidade de transformar práticas pontuais em políticas públicas, para que as mudanças de governo não destruam rapidamente os incentivos que a agricultora familiar obteve em outras gestões ou, mesmo, os apoios, as iniciativas e experiências construídas pela sociedade civil. É claro que esta institucionalização não oferece garantias de continuidade dos processos – até porque há

⁵⁰ Entrevista com coordenador do CONSEA –MG, um dos apoiadores da fundação do CTA-ZM, 2005

uma série de outros fatores envolvidos – mas, pelo menos, há alguma coisa de concreta pela qual lutar.

Experiências como a de Araponga enfrentam muitos desafios que têm tempos e demandas diferentes. Desde as mudanças no ecossistema, necessárias para a produção agroecológica, passando pelas demandas individuais dos agricultores e suas famílias que nem sempre podem esperar a recuperação ambiental, até mesmo as cobranças da sociedade, de parceiros, de financiadores que esperam resultados objetivos e concretos em um período que, muitas vezes, desconsidera os meandros da experiência.

ELIAS (2001) trata da importância da percepção das diferenças entre três modos e ritmos da evolução das sociedades humanas: a evolução biológica, a evolução social e a evolução vivida na escala da história individual. A cronologia própria da análise sociológica, afirma ele, é aquela da evolução social, caracterizada pelo encadeamento de formações sucessivas que são temporárias, comparadas à estabilidade da organização biológica da espécie humana, mas que parecem imutáveis pelos critérios das existências individuais.

Existe, portanto, uma diferença crucial e difícil de compatibilizar entre os ritmos de evolução das sociedades humanas. Estas diferenciações frequentemente não são respeitadas; a maioria das pessoas talvez não as perceba e, muito menos, fazem parte dos padrões convencionais de avaliação e decisão de muitas sociedades. Mesmo assim, se nos propomos a compreender ou influenciar processos sociais, o tempo próprio das populações com sua história e suas perspectivas precisam ser considerados. Quando se fala em agroecologia, ainda há que considerar o tempo próprio de recuperação e transformação dos ecossistemas, dos processos produtivos que não ocorrem na proporção da agricultura convencional.

Nenhum dos pontos levantados anteriormente tem por objetivo desqualificar iniciativas como o Programa Nacional de Crédito Fundiário, mas, procura alertar para as dificuldades e necessidade de negociação de critérios mínimos de compatibilização entre as ações de governo e de ONGs e, principalmente, destas com os potenciais e interesses das populações para as quais, em tese, tais políticas são direcionadas.

O programa revela-se muito audacioso e pouco atento às questões locais. Por exemplo, estima (BRASIL, 2005: 8), de forma bastante genérica *“O primeiro resultado direto esperado com o programa é a criação de ocupações produtivas permanentes para as famílias beneficiadas, o aumento da renda destas famílias e a melhoria da sua qualidade de vida. Estima-se que para cada família beneficiada, serão criadas mais de 3 ocupações produtivas permanentes na propriedade, além dos impactos indiretos em outros setores”*

Prevê ainda a criação de associações comunitárias que, segundo BRASIL (2005), constituídas livremente, terão autonomia para escolher os imóveis a adquirir, negociar preços e elaborar propostas de financiamento, determinar o destino dos recursos reembolsáveis do programa, definir e executar os projetos de investimentos comunitários e produtivos, escolher os prestadores de assistência técnica, etc.

Embora tudo isso reforce a idéia de autonomia dos agricultores, pode ser também uma armadilha. A execução das tarefas que, segundo o programa, são de responsabilidade dos agricultores, exige um certo capital, habilidades e acesso à informação entre outros ativos, que nem sempre estão disponíveis para estes atores, mas que são importantes para negociar e elaborar projetos, por exemplo. É possível pensar, evidentemente, na construção deste capital e no desenvolvimento das capacidades dos agricultores, mas, não necessariamente, dentro dos prazos definidos pelo programa.

Muita responsabilidade pode ser transferida, dessa forma, para os mediadores, cujo trabalho, além de exaustivo, uma vez que tais processos demandarão acompanhamento constante, sobretudo considerando a reduzida estrutura de muitas organizações como o próprio CTA-ZM, podendo levar a uma inversão de prioridades ou a um dilema: atender às regras do governo ou às necessidades dos trabalhadores rurais?

Dessa forma, a operacionalização de tal programa pode contradizer o que defende, levando a concentração de poder nas mãos de mediadores, criando pressão forte sobre os trabalhadores e agricultores, principalmente porque capacidades essenciais para a tomada de decisão, assim como suas habilidades de gestão necessárias para o programa não se desenvolvem de um momento para o outro.

O estímulo à formação de associações comunitárias defendida pelo programa (proposta que já se viu em outros programas governamentais com resultados negativos) pode criar vínculos artificiais dentre os membros deste grupo que podem servir a interesses externos e, não necessariamente, ao fortalecimento dos interesses e propostas dos trabalhadores e pequenos agricultores.

De uma perspectiva mais localizada, as disputas políticas no âmbito regional também podem comprometer a execução do programa. A aprovação e a fiscalização de muitas das ações previstas devem passar pelo Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável, que tem representação da FETAEMG que, por sua vez, está em conflito com o CTA-ZM e com alguns dos sindicatos parceiros desta organização. Numa das entrevistas com técnicos do CTA-ZM, falou-se da dificuldade de representação, no âmbito estadual, que os sindicatos que se opõem à FETAEMG estão encontrando, problema que poderia se estender na implantação do Programa Nacional de Crédito Fundiário pelo CTA-ZM e seus parceiros.

É importante lembrar também que o convite para o CTA-ZM fosse executor do programa na região causou muitos atritos com a FETAEMG que seria, formalmente, o órgão responsável por este processo. A situação acalmou-se quando o CTA-ZM avaliou que não teria condições de tocar o programa em toda a região e preferia fazê-lo apenas nos municípios onde há uma parceria com os STRs.

Entre as muitas preocupações que o CTA-ZM apresenta em relação a este programa, está também a possibilidade de aumento nos preços de terras na região. Nesse sentido, além das dificuldades do programa em avançar, esta proposta pode também prejudicar iniciativas de acesso à terra que estão sendo desenvolvidas na região como a conquista de terras em Araponga.

“Mas, o problema que a gente fica pensando é na escala, porque foram cem famílias ao longo de dez anos [com a conquista de terras em Araponga]. Então, eles fazem compras pelo menos uma compra por ano, eles fazem. Mas, assenta aí... e o máximo que assentou num ano foi trinta, foi vinte e cinco numa compra, numa propriedade grande que eles fizeram. Então, são poucas famílias, né? Na medida em que veio o crédito fundiário, que isso começa a ser divulgado e que há a necessidade passar a aumentar, isso pode trazer problemas de... inflacionar o preço da terra” (entrevista com coordenador executivo do CTA-ZM, 2005).

Para os agricultores de Araponga que já possuem algum acúmulo do que alguns chamam de capital social (FLORISBELO & SANTOS, 2004a), talvez seja um pouco mais fácil lidar com as limitações de uma proposta do governo como essa. Mas, para aqueles agricultores e sindicatos que têm mecanismos frágeis de organização, solidariedade, experiência de gestão coletiva, as pressões do programa, os conflitos na base e com outros atores podem influenciar negativamente tanto os resultados como as possibilidades de aprendizado e capacitação ao longo do processo.

De qualquer forma, os riscos envolvidos neste processo são muito maiores para os executores e para os agricultores do que para o seu proponente. A lógica da descentralização pode ser bastante perversa quando a relação entre Estado (em diferentes níveis de governo e sociedade civil) é apenas instrumental. Afinal, quem estaria se expondo, se comprometendo neste processo seriam os STRs, o CTA-ZM e, é claro, os agricultores, sendo estes

primeiros os que correriam risco de ter sua imagem “arranhada” e sua credibilidade questionada.

Se o Estado, de uma forma geral, não é mais visto como o principal opositor dos movimentos sociais (DIAS, 2002), também não é um grande aliado. Isso fica claro quando programas e políticas públicas como esta “pegam carona” em idéias e experiências que estão dando certo, mas as subvertem em função da lógica da política de forma tal que o Estado possa se eximir da execução e da responsabilidade sobre as ações, mas mantenha o controle sobre os processos e resultados. Nesse sentido, a ação do Estado poderia funcionar como um bloqueio ao desenvolvimento da autonomia e das capacidades dos agricultores.

FOX (1996) afirma que Estado e o mercado podem influenciar positivamente ou bloquear a criação de capital social. Porém, embora o discurso oficial seja de encorajamento do desenvolvimento mais autônomo dos grupos, as ações do governo têm contribuído para uma dispersão ou desarticulação das ações de organizações que já atuam no âmbito do desenvolvimento rural quando sobrepõe sua lógica ao acúmulo de experiência destas organizações. Este tipo de posicionamento do poder público estimula ainda, muitas vezes, a concorrência entre organizações que estão do mesmo lado nos campos de ação.

Embora haja muitas diferenças entre a forma de ação do Estado e experiências como a de Araponga, as oportunidades de acessar o poder público e influenciar políticas públicas não podem ser desperdiçadas. SANTOS & RODRIGUEZ (2002) afirma que as correntes de pensamento e ação progressistas que procuram alternativas econômicas não capitalistas têm mostrado uma clara desconfiança do Estado. Embora, nestas relações, exista o risco de cooptação das alternativas por parte do Estado, prevaleça a passividade deste perante os problemas das classes populares e haja a possibilidade de que as iniciativas fiquem dependentes da ajuda estatal, o autor defende que tais alternativas devem lutar dentro e fora do Estado. A primeira, para não ceder o terreno político ao poder econômico hegemônico e mobilizar os recursos do Estado a favor dos setores populares. A segunda, para manter a sua integridade, não depender das flutuações do ciclo político e continuar a formular alternativas ao *status quo*.

Existe um esforço e uma orientação dos atores envolvidos com a experiência e com o movimento agroecológico para tornar mais sistemático o exercício de tradução das experiências em políticas públicas. Mas, as dificuldades neste sentido são muitas.

A experiência de Araponga mostra que as estruturas restritas das organizações mediadoras, comparadas à multiplicidade de tarefas envolvidas e demandadas pela experiência tendem a se tornar mais complexas à medida que o trabalho avança, impedindo uma sistematização mais criteriosa do trabalho e uma discussão mais aprofundada sobre os processos.

“(...) eu acho que é bastante heterogêneo, inclusive o próprio método de fazer isso [traduzir prática para política pública] eu acho que não é um método internalizado, mas... vamos pegar o exemplo da segurança alimentar, é um tema que entrou na agenda a partir da questão do Fome Zero, (...) o que, no campo de movimentos agroecológicos, tem de experiências interessantes? E como alguns grupos conseguiram ler nas suas experiências que eles estão construindo estratégias para promoção de segurança alimentar, quer dizer, no nordeste é muito comum isso, o fato, por exemplo, da cisterna de placa, o fato de ter construído a barragem subterrânea, de ter fortalecido o trabalho com as mulheres nos quintais, o fato de você ter fundo rotativo, de você ter banco de sementes. São instrumentos de fortalecimento do sistema de produção que confere maior segurança alimentar. Então, qual foi o passo? O passo foi de ler a experiência, sob o recorte de segurança alimentar, (...) essa tradução da experiência em propostas, eu acho que essa pedagogia de extrair, ler

as experiências dos agricultores experimentadores, que é um termo que a gente usa, os experimentadores se encontrarem, aprenderem com as práticas concretas e delas extraírem ensinamentos, como que a gente generaliza essas práticas?” (entrevista com diretor executivo da AS-PTA, 2005).

Além disso, tais debates, no âmbito do poder público também exigem uma dedicação e esforço que, em geral, tais organizações não têm como atender.

“Nós, CTA, AMA⁵¹, ANA⁵², etc., hoje, não conseguimos acompanhar e ocupar todos os espaços que o governo nos oferece, porque não tem verba, tempo para ficar fazendo só isso e quem fizer só isso perde o pé no chão de conseguir construir propostas no local. Então, a gente não abre mão de atuar no local e vai tentando ocupar espaços que a gente dá conta de ocupar. Talvez a gente perca espaços e até o tempo da história, mas, se a gente largar tudo agora para se adequar à pauta do governo, daqui a pouco o governo acaba e aí? (...) Enquanto o governo é contra, havia a reivindicação e mobilização; estabelece-se uma pauta de negociação, mas estar ocupando espaço dentro do governo sem capacidade operacional para isso é uma coisa muito complexa” (entrevista com técnico do CTA-ZM, 2004).

O que está em jogo nestas relações, neste processo é o poder que determinado grupo tem de tornar aceitável, inteligível, incorporar ao repertório cultural, social e político do país, experiências que estão se desenvolvendo, mudando a vida de algumas pessoas, a partir de práticas cujo significado é desconhecido ou ignorado por aqueles que detêm maior poder.

Uma das formas de se criar diferenciais de poder está no desenvolvimento de novos conhecimentos e saberes que podem contribuir para uma certa autonomização dos indivíduos em relação aos processos e conhecimentos que comumente guiam suas ações. Nesse sentido, Elias trata de novos símbolos lingüísticos, SANTOS, B. fala de conhecimento-emancipação (*“conhecimento prudente para uma vida decente”* (2000:107)). São, entretanto, expressões diferentes para tratar da importância de novos saberes.

Nesse sentido, a experiência de Araponga mostra-se capaz de inovações que têm contribuído, sobretudo no âmbito das relações locais, para uma maior autonomia de agricultores e mediadores. Os pequenos acúmulos de poder deste grupo, no entanto, mostram certa fragilidade no embate com regras e padrões dominantes que sintetizam o poder de determinados grupos. Observa-se, então, a necessidade de que tais conhecimentos sejam traduzidos como “realidade”, como experiência, reconhecidos e incorporados ao repertório social mais amplo.

ESCOBAR (2003) questiona como se pode traduzir o conhecimento local em poder real, e como pode este binômio conhecimento-poder formar parte de projetos e de programas concretos? Como podem ampliar o seu espaço social de influência quando se as questionam e se as contrapõem às condições dominantes locais, regionais, nacionais e transnacionais?

Trata-se, sem dúvida, de mostrar outras possibilidades de ver a realidade e compreender elementos que a compõem, ainda que não sejam conhecidos e reconhecidos pela maioria das pessoas. BOURDIEU (2002) afirma que a realidade é uma representação que depende do conhecimento e do (re) conhecimento.

“Na luta por fazer uma visão do mundo universalmente conhecida e reconhecida, a balança do poder depende do capital simbólico acumulado por aqueles que têm como objetivo a imposição de várias visões em disputa e, em muito, ao fato de que essas

⁵¹ Articulação Mineira de Agroecologia

⁵² Articulação Nacional de Agroecologia

visões estejam enraizadas na realidade” (BOURDIEU, citado por TEIXEIRA, 2001:151).

Esta luta, no caso concreto de Araponga, levou a contradições que foram explicitadas na aproximação entre a experiência e o Programa Nacional de Crédito Fundiário. Buscar pontos em que ONGs e Estado possam se apoiar mutuamente em prol de interesses mais gerais continua sendo um desafio que vem sendo discutido no âmbito das redes e do movimento agroecológico.

4.3 Ampliando Horizontes e Conflitos

As redes, como se pôde perceber ao longo destes capítulos, são uma marca importante dos avanços da experiência agroecológica de Araponga em todas as suas dimensões. São, ao mesmo tempo, processo e resultado. Tais redes mesclam, em sua composição, pessoas e organizações que se dedicam à discussão sobre agroecologia ou que possuem vínculos com esta proposta.

Tanto as redes mais fluidas que atuam no âmbito local e que são predominantemente constituídas de pessoas, como as redes mais institucionalizadas, como a Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), desempenham papel importante na construção de novas relações com o poder público. A experiência de Araponga mostra que a maior aproximação das redes também capacita os atores locais a interagirem e influenciarem com maior efetividade os debates no nível do Estado.

“(...) eu acho que, em alguns sentidos, pra uma intervenção mais a nível de Estado, por exemplo, debate sobre legislação é... ligado aí à comercialização, esses sindicatos que estão participando mais dessas articulações outras, né?, eles têm mais condições, se fortalecem mais para esse debate... sem dúvida (...)” (entrevista com coordenador executivo do CTA-ZM, 2005).

Isso reforça a importância das redes na construção de acessos. BEBBINGTON et al. (1997), em suas pesquisas na região Andina, concluiu que o envolvimento de organizações não governamentais e organizações de agricultores serve como um mecanismo para exercer pressão sobre instituições públicas, demandando delas suporte tecnológico orientado para a pobreza e meio ambiente, segundo a visão dos próprios agricultores. Ainda segundo o autor, onde existiam certos tipos de redes e certas atmosferas de confiança, havia mais possibilidade de que organizações da sociedade civil e estado pudessem engajar-se em outros caminhos que fortalecessem as reivindicações de partes fracas da sociedade no Estado e, de forma mais geral, ampliassem a habilidade destes atores para encontrar e realizar seus próprios objetivos.

As redes, com as interdependências que as constituem, contribuem também para a maior autonomia, tanto dos agricultores quanto das organizações que os representam e apóiam.

“Quer dizer, pra nós também, pro CTA, foi fundamental a parceria, a relação que a gente tinha com as outras organizações da rede PTA. Tá na origem, né? Então, a gente sempre trocou muito” (entrevista com coordenador executivo do CTA-ZM, 2005).

No entanto, embora surjam muitas referências a organizações como parte das redes, elas sempre foram marcadas por traços mais personalistas. As referências, os apoios nem sempre eram as organizações como um todo, mas pessoas dentro destas estruturas que acreditavam na proposta agroecológica.

“Quer dizer, você ia identificando pessoas, dentro de universidades.... a universidade de Viçosa era tida como a universidade mais conservadora, os professores conservadores, promotora da agroquímica, do agronegócio, não tinha nenhuma possibilidade de conversar com a universidade de Viçosa. Mas, aos poucos, foi se identificando pessoas dentro. Não, ah, esse professor é um cara interessante, entende e pá, e pá...e você ia... né? E na Embrapa tem um cara interessante dentro da embrapa, vamos atrás desse cara. Lá em Lavras tem um cara na Administração, (...) vamos trazer este cara. E fomos... dentro de Embrapa, Epamig, de universidade, sabe?... Secretaria de Agricultura, Cetec, nós fomos identificando pessoas chave e constituindo a rede com estas pessoas” (entrevista com animador da rede PTA na década de 80, 2005).

Mas, mesmo no âmbito mais local, a personalização marcou o desenvolvimento das redes, como explica o coordenador executivo do CTA-ZM: *“(...) porque, no começo, foi muito assim: os principais contatos que eu tinha feito, em alguns casos, por exemplo, Guidoal, (...) ele faz parte aqui do CTA, ele era uma liderança importante do município. (...) foi uma das principais lideranças. Mas, ele era a pessoa, então, ele fazia ponte do CTA com o sindicato, mas ele era o presidente do sindicato, ele era coordenador da CEBs, era a principal liderança do PT. Então, assim, a gente começou a sentir, nos dois primeiros anos, que era ótimo [ele] estar aqui. A ponte com o sindicato era perfeita, só que ele não conseguia implementar quase nada, porque ele fazia tudo. Então, a gente sentia que uma dificuldade era essa. A outra era o outro lado, por exemplo, sindicato de Muriaé. Quem começou a participar era um rapaz de uma comunidade de São João do Glória era membro do sindicato, um pequeno agricultor, típico. Mas, não era a principal liderança, participava e tal e sempre tentava colocar as questões que ele trazia nos encontros que a gente fazia, mas não tinha muita abertura, porque tinha outras lideranças mais, (...) não dava muito espaço. Ele só foi conseguir espaço dentro do sindicato para discutir quando avançou com a experiência de campo de semente da comunidade dele, que era uma comunidade completamente desorganizada. Eles conseguiram criar campo de sementes, o primeiro campo de semente que a gente ajudou a criar. Aí o grupo se fortaleceu, começou a ficar mais atuante, começaram a vender sementes, a ter sementes. Aí ele conseguiu trazer, colocar a questão na pauta do sindicato (...)” (entrevista com coordenador executivo do CTA-ZM, 2005).*

Observa-se, então, que cada elo da rede era legitimado também por outras redes das quais fazia parte ou pelo esforço e pelo trabalho que permitiria que tal ator se fortalecesse dentro do grupo. Assim, a própria construção das redes tem uma dinâmica complexa que envolve tanto outros vínculos construídos anteriormente como a construção de credibilidade ao longo do processo. Embora hoje, depois de também mostrar resultados, a experiência tenha vínculos institucionalizados com diversas organizações como a UFV, por exemplo, as relações pessoais de confiança ainda são muito importantes para o grupo.

MARQUES (2000), aponta a importância dos contatos pessoais na estruturação das redes. *“(...) a enorme importância das relações pessoais no Brasil, seja pela “distinção entre indivíduo e pessoa” (Mata, 1978), seja pela permanência de “hierarquias” mesmo depois da disseminação dos “mecanismos de mercado” (Lanna, 1995) ou pela permanência das “gramáticas políticas” do “insulamento burocrático” e do “universalismo de procedimentos” (Nunes, 1997). Por essa razão, nos baseamos muito mais em relações pessoais e indivíduos do que a literatura internacional, apoiada basicamente em relações institucionais e em organizações” (p.40).*

Esse tipo de situação demanda, dos atores envolvidos na experiência, um esforço para distribuir poder internamente e nas redes, de forma tal que não haja nem acúmulo de

trabalho, nem de poder nas mãos de apenas alguns e, é claro, que este processo provoca conflitos. Um enfoque nas relações informações indica que as redes têm sido instrumento para estimular autonomia, compartilhar conhecimento e, de certa forma, distribuir poder, sobretudo no âmbito local e regional.

“(...) na verdade, quando eu falo redes aqui, eu não estou falando de coisas institucionalizadas. Eu estou falando de processos de intercâmbio, de troca, muito baseados nas práticas concretas e que esse processo de interação, de troca, vai gerando conhecimento, vai gerando propostas” (entrevista com diretor executivo da AS-PTA, 2005).

A ampliação deste processo, importante exercício de tradução de significados de práticas comuns em diferentes locais que têm como protagonistas os próprios agricultores, ainda é bastante restrita, mas tem sido discutida pelo movimento agroecológico como estratégia fundamental para a consolidação das experiências e também para a influência sobre políticas públicas.

“É, uma das coisas que a gente descobriu, é a metodologia do intercâmbio, a gente, quer dizer, propiciar cada vez mais esse intercâmbio entre agricultores. (...) É mais efetivo, eles têm maior capacidade de comunicar, de expressar, de demonstrar, de se entender e, por outro lado, eu acho que contribui mais pra ... pra que as pessoas se sintam capazes (entrevista com coordenador executivo do CTA-ZM, 2005).

SANTOS (2003) defende a importância do trabalho de tradução, tanto dos saberes como das práticas das experiências não-hegemônicas. O trabalho de tradução visa esclarecer o que une e o que separa os diferentes movimentos e as diferentes práticas de modo a determinar as possibilidades e os limites da articulação entre eles. Como não há um princípio único de transformação social, não é possível determinar em abstrato articulações e hierarquias entre as diferentes experiências sociais e as suas concepções de transformação social. Só por meio da inteligibilidade recíproca das práticas é possível avaliá-las e definir possíveis alianças entre elas. Esta é, por sua vez, uma condição da conversão das práticas não-hegemônicas em práticas contra-hegemônicas. O potencial anti-sistêmico ou contra-hegemônico de qualquer movimento social reside na sua capacidade de articulação com outros movimentos, com as suas formas de organização e os seus objetivos.

Este é o caminho que muitas das experiências estão tentando trilhar.

“Então, eu acho que o nosso grande desafio é fazer com que essas redes, elas sejam construtoras dessa legitimidade, (...) qual é o projeto que nós temos? Esse projeto vai ser construído pelas partes? pelas experiências? proposta de política? Ele está sempre sendo construído, então, à medida que você vai formulando proposta de políticas e tudo, você vai tendo posições legitimadas, não pessoas ou instituições legitimadas, você participa defendendo aquele lugar, pode ser qualquer um, desde que a posição defendida seja essa” (entrevista com diretor executivo da AS-PTA, 2005).

Nesse sentido, um dos maiores avanços e uma das principais contribuições para o processo foi a criação da Articulação Nacional da Agroecologia (ANA) que está defendendo a divulgação das experiências, por seus atores, rumo à construção e ao fortalecimento de uma identidade. A memória da reunião da Coordenação Pró-ARTICULAÇÃO Nacional da Agroecologia (2004) afirma que um dos seus princípios de articulação é “a busca de unidade política na diversidade”. Este documento, bem como a Carta política do ENA (2002)

revelam, ainda, a diversidade de temas que perpassam ou tangenciam a questão da agroecologia, tais como acesso a recursos naturais, a segurança alimentar, as discussões sobre patrimônio genético, combate à biopirataria, acessos a mercado e certificação de produtos ecológicos, reforma agrária, políticas de crédito, assistência técnica e extensão rural entre outras questões que estão sendo debatidas tanto no âmbito das ações locais, quanto na definição de políticas públicas, em articulação com instituições como a Via Campesina, MST, Embrapa, grupos agroecológicos e ecológicos localizados, entre outros.

“(...) a carta política, que é uma espécie de síntese do que os grupos tiraram, e os grupos por sua vez são a síntese das experiências, então, você tem aquela carta política ali que hoje é uma identificadora do campo agroecológico nacional. Hoje é aquilo ali o máximo que se atingiu, é limitado, mas, é o máximo que se chegou. Todo mundo no Brasil inteiro, todas as redes usam aquela carta como um instrumento político, adaptam localmente aquela carta. Então, você vê que é um processo de construção política. Então você vai pegando essas cartas políticas que vão saindo desses eventos e eles vão sendo assumidos pelas redes locais, pelas organizações (...)” (entrevista com diretor executivo da AS-PTA, 2005).

Os argumentos anteriores podem dar a impressão de que existe uma homogeneidade nas redes em torno da agroecologia o que, de fato, não é verdade. As redes, ao mesmo tempo em que se esforçam para construir uma identidade, também são espaços de discordâncias e conflitos. Afinal, os atores nela envolvidos têm trajetórias e pontos de vista diferentes. Isso, em alguma medida, é próprio da aproximação de diferentes experiências das quais se pretende extrair posições comuns. É também um indicador de que a agroecologia está se tornando um campo acirrado de disputas entre atores que se agrupam sob esta denominação genérica, mas têm perspectivas de ação bastante distintas.

“No ENA [Encontro Nacional de Agroecologia] isso já acontecia claramente. A gente conseguia perceber nas discussões aqueles que diziam assim: não, a gente veio aqui para discutir agroecologia e não essa coisa de sociedade, de política, de disputa... isso não tem nada haver com este assunto. E a gente, num outro campo, querendo discutir relações sociais e o pessoal dizia: que relações sociais? isso não tem nada a ver com agroecologia – a visão de que agroecologia é prática, é técnica, como se fosse isolada dos homens (...)” (entrevista com técnica do CTA-ZM, 2004).

Se, por um lado, a adesão de novos atores e organizações aumenta a força do movimento agroecológico, inclusive no debate sobre políticas públicas, por outro ampliam-se as disputas ideológicas, práticas e por recursos entre estes atores. Com isso, as redes tornam-se ainda mais estratégicas.

Segundo SCHERER-WARREN (1999), as redes justificam-se pela complexidade do cenário político, onde atua uma multiplicidade de atores, podendo ser a expressão de uma diversidade de identidades específicas e do pluralismo ideológico. Neste quadro, concebe-se a possibilidade de articulação de forças sociais diversificadas, na forma de cooperação e solidariedade, em torno de projetos ou sonhos comuns.

Veja-se, por exemplo, que, até mesmo experiência, termo que é tão importante para determinados grupos dentro do movimento agroecológico, suscita discordâncias em outros.

“(...) porque experiência dá idéia de coisa inacabada, de coisa em instrumentação e várias coisas da agroecologia já são comprovadas. Então, é um pouco essa coisa da tentativa de afirmar a agroecologia como uma coisa pronta. Então, chamar de

experiência daria teoricamente um status de uma coisa permanentemente em construção (...)” Tenta assim explicar este tipo de posicionamento ao qual ele é contrário, o diretor executivo da AS-PTA (entrevista, 2005).

Por outro lado, a valorização da experiência, que está diretamente ligada ao estímulo dos agricultores como agentes sociais, tem sido considerada, pelos agricultores e técnicos envolvidos na iniciativa de Araponga, como um dos seus diferenciais positivos.

Neste cenário conflituoso, com disputas políticas internas, o capital político das organizações ou diferentes grupos envolvidos nas redes passa a ser importante.

“Um capital político faz diferença nessa hora. Porque, senão, a gente fica no mesmo nível. E o CTA tem isso e os agricultores com os quais a gente trabalha têm. E, hoje, a gente tem priorizado a participação dos agricultores nesses espaços. Tem que ir para tal lugar: quem vai? Vai alguém da equipe como apoio mas, são eles que vão, assumem e dão a cara do trabalho. Porque, na realidade, o trabalho não é nosso” (entrevista com técnica do CTA-ZM, 2004).

A experiência de Araponga mostra que o acesso ao poder e às políticas públicas passa pela construção da política no cotidiano. A noção de política, neste caso, ultrapassa o âmbito exclusivo da luta político-partidária, criando condições para uma crítica da realidade e para a construção de outros horizontes de alternativas para os problemas que os agricultores enfrentam.

Estimulando esta busca mais autônoma de alternativas e aos poucos conseguindo legitimidade para acessar o poder público local (e outras instâncias), criam-se condições para que os agricultores familiares possam reagir à situação de subordinação em que viviam no município, acessando recursos e serviços públicos, tais como crédito, infra-estrutura, etc., aos quais eles têm direito, mas que não podia ser exercido.

Muitos dos apoios que os agricultores precisam neste processo de conquista, no entanto, não podem ser obtidos autonomamente, o que reforça a importância de influenciar as políticas públicas, institucionalizar as propostas do movimento e, assim, conseguir condições de negociação dentro da lógica específica do Estado que, frequentemente, está em contradição e ritmo diferentes daquele das experiências.

Considerando-se os recursos disponíveis aos agricultores e também aos mediadores e as trajetórias de vida das famílias envolvidas na experiência, observa-se que a luta por acesso ao poder público, em suas diferentes instâncias, é essencial para minimizar as fragilidades aos quais os agricultores estão submetidos, seja nas relações sociais, econômicas e políticas no espaço local ou em outras instâncias. Também é um processo fundamental quando se pensa na ampliação da experiência, na consolidação do trabalho que já foi desenvolvido.

A experiência também ensina que os acessos ao mercado, Estado e outras organizações precisam ser pensados de forma integrada, como de fato estão na realidade. Isso reforça a interdependência que existe nas relações em sociedade: pessoas, instâncias, projetos, propostas e organizações têm vínculos nem sempre perceptíveis (talvez pelo reducionismo das formas predominantes de enxergar a realidade), mas que são essenciais quando se trata de desenvolver alternativas viáveis, sustentáveis para pequenos agricultores com pouco acesso a recursos.

Ao amarrar tantas concepções, recursos e frentes de atuação diferentes, a experiência agroecológica abre espaço para pensar o desenvolvimento local ou, adotando um termo mais comum ao CTA-ZM, desenvolvimento territorial.

“A experiência de Desenvolvimento Territorial Rural de Araponga demonstra claramente as múltiplas estratégias que as famílias e as organizações podem

adotar para buscar a superação da pobreza. O uso dos recursos ou dos capitais por parte das famílias não se dá de forma segmentada, mas sim de forma integrada. As iniciativas mais “completas” de combate à pobreza parecem ser aquelas em que as famílias lançam mão de vários recursos ao mesmo tempo, ou seja, quanto elas recorrem aos capitais social, humano, natural, físico e financeiro simultaneamente” (SANTOS & FLORISBELO, 2004a:28).

A compreensão destas relações e sua incorporação nas estratégias da experiência agroecológica de Araonga são também fatores que têm contribuído para os resultados positivos alcançados até o momento, inclusive para a autonomia das famílias de agricultores e também dos mediadores envolvidos nesta iniciativa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: REFLEXÕES PÓS - REFLEXÕES

O desenho formado pelos capítulos anteriores procura reconstruir a trajetória da experiência agroecológica de Araponga e responder às principais questões que nortearam este trabalho, as quais seria de bom tom recordar aqui.

Sucintamente, os objetivos deste trabalho incluem compreender em que medida a experiência possibilitou a construção de acessos a diferentes tipos de ativos (materiais e não materiais) e qual a importância destes para o desenvolvimento e resultados alcançados neste processo. Uma vez que a proposta agroecológica coloca ênfase no protagonismo dos agricultores, foi também um eixo importante desta pesquisa compreender sua influência sobre a construção de relações mais autônomas destes atores com outras instâncias.

Essas questões estão fortemente vinculadas à discussão das relações de poder no âmbito da experiência, que caracteriza-se como uma iniciativa que ultrapassa as fronteiras do local, numa complexa estrutura em rede, arranjo esse cujo papel e importância também se procurou compreender.

Estes objetivos, com toda a expectativa que encerram, foram tratados a partir de um olhar específico, resultado do aparato teórico e também das opções metodológicas realizadas. Da perspectiva teórica, pode-se destacar como elementos centrais a contribuição das reflexões de Norbert Elias com a noção de figuração, que ajuda a compreender o dinamismo das relações sociais e que traz consigo o debate sobre poder (que, aliás, ocupa papel central neste trabalho). Poder aqui foi discutido de uma perspectiva cotidiana, como elemento componente de todas as relações sociais a partir do próprio ELIAS (1970) e de reflexões de Boaventura de Sousa Santos (2000), entre outros.

As trajetórias de vida, as mudanças nas relações de poder, a possibilidade de maior autonomia e de mudança vivenciadas na experiência agroecológica de Araponga são também interpretadas a partir da construção de acessos a diferentes tipos de ativos. As contribuições para estas análises partem de autores como Anthony BEBBINGTON (1999) que destaca a importância dos acessos na construção de estratégias de sobrevivência pelas famílias e grupos no meio rural e também para a construção de processos de intervenção mais efetivos. Tanto para ele como para ROMANO (2002), este seria parte de um processo de empoderamento e, até mesmo, um caminho para pensar processos de desenvolvimento.

Envolvendo várias frentes de ação e vários atores, a noção de redes foi estratégica na pesquisa, assim como na experiência. Discutidas a partir das reflexões de autores como SCHERER-WARREN (1999), FOX (1996), BEBBINGTON (1999; 1997) e SANTOS & RODRIGUEZ (2002), entre outros, em suas diferentes dimensões as redes ajudam a entender a experiência além do âmbito local. Embora seja uma iniciativa localizada, não está reclusa ou isolada.

Há, ainda, permeando todo o trabalho, um certo compromisso com a importância ou necessidade de explicitar as relações, os processos e a experiência como um todo, cujos erros, acertos, avanços e limites podem ajudar a pensar outras formas de produção e de vida que, muitas vezes, são ocultadas pelas estruturas e imagens dominantes de nossas sociedades. Este é o tipo de preocupação que está presente, por exemplo, na abordagem da hermenêutica das emergências defendida por SANTOS (2003).

Transpor os objetivos e perspectivas que nortearam a realização deste trabalho para a realidade, como instrumentos de compreensão e análise da experiência agroecológica de Araponga, exigiu alguns ajustes em um recorte metodológico específico. A opção inicial pelo estudo de caso, no qual procurou-se destacar as relações desta experiência localizada para além do âmbito local, bem como a complexidade das relações e processos que a conformam, mostrou a necessidade de focalizar alguns pontos centrais para a investigação. Tal decisão, tomada após a realização da primeira etapa da pesquisa de campo, implicou em direcionar

esforços para três eixos de investigação ou três acessos identificados como principais por agricultores e técnicos: acesso à terra, acesso ao mercado e acesso ao poder público local.

Se, num primeiro momento, a opção por privilegiar estes acessos foi fortemente influenciada pela pesquisa de campo, tratam-se de elementos da vida social aos quais as pessoas, de forma geral, estão vinculadas. Além da terra, que tem entre seus muitos possíveis significados o trabalho e a própria construção da identidade, poder público e mercado são dimensões da vida que talvez se possam considerar como “inescapáveis”.

“Estado e mercado são entidades histórico-estruturais de qualquer sociedade e todas as pessoas estão vinculadas a elas, pela regulação pública que advém do Estado e pelo desafio da sobrevivência material que é travado no mercado” (DEMO, 2003: 108).

Mesmo quando se trata de uma experiência de caráter alternativo, estas instâncias ocupam posição prioritária e exercem pressão sobre as estratégias e decisões tomadas pelos agricultores, que, aliás, são também reflexo do tipo de relação que agricultores e técnicos mantêm com elas. Se isso pode parecer desalentador por um lado, por outro, reforça a importância da construção de acessos a estas instâncias para que os agricultores tenham maior autonomia, maior margem de manobra, enfim, maior poder. Além disso, indica a necessidade de desmistificar as propostas alternativas, assim como a agroecologia, abandonando o que muitos definem como uma “visão romântica” e partir para o desenvolvimento de ações que incorporem o relacionamento com poder público e mercado, instâncias cuja negação não é sequer uma opção concreta.

Evidente que todo este esquema de interpretação que orienta a pesquisa é uma dentre tantas possibilidades de investigação. No entanto, pode-se dizer que as opções teóricas e metodológicas feitas neste trabalho foram suficientemente ricas para a análise do objeto em questão e, talvez, ajudem a refletir sobre outros processos de natureza semelhante.

No momento inicial, a agroecologia não é uma iniciativa espontânea dos agricultores. Ainda que seja, como dizem alguns, uma “semente” que encontra um campo propício ou ela própria “um terreno fértil”, a agroecologia chega até os pequenos agricultores com poucos recursos como uma proposta externa que vai sendo, aos poucos, incorporada pelos grupos locais de forma tal que a experiência agroecológica e algumas transformações vão sendo construídas. Uma análise geral revela que, neste contexto, mudança é uma palavra que pode ser interpretada de diferentes formas.

Ao longo de sua trajetória, de mais de uma década, houve mudanças nos atores envolvidos e no posicionamento destes, modificaram-se as parcerias, ampliaram-se as redes. Identificam-se mudanças nos processos produtivos, na percepção e usos do meio ambiente, nas relações familiares e institucionais.

Foram muitos os relatos de mudanças na vida pessoal dos agricultores, nos seus anseios e expectativas, nas relações no espaço familiar e comunitário a partir da experiência. Comparativamente com agricultores de diferentes perfis que não estão envolvidos na experiência, pôde-se perceber também, em intensidades bastante diferentes, maior otimismo, um discurso mais rico e articulado, uma visão mais complexa sobre processos produtivos e sobre a dinâmica social e política. No âmbito das famílias envolvidas com a experiência, observa-se uma maior flexibilidade nas relações sociais, com maior autonomia e valorização das idéias e do trabalho das mulheres e dos jovens, por exemplo.

Do ponto de vista produtivo, identificaram-se diferentes formas de realização e distribuição do trabalho nas propriedades que incorporam práticas agroecológicas. Os agricultores envolvidos na experiência introduziram mudanças muitas vezes complexas na

gestão das propriedades, que levaram à diversificação, ao aumento da produção e de produtividade e à maior qualidade dos produtos.

Todas estas mudanças, entretanto, ocorrem em diferentes graus, de forma que a experiência contribui também para aumentar a heterogeneidade dos agricultores no município de Araponga, que incorporam as propostas que são colocadas pelos mediadores de maneiras bastante distintas.

Assim, também é difícil definir os contornos e abrangência da experiência, uma vez que ela é formada por um conjunto extremamente diversificado de agricultores. A maioria deles está ligada à conquista de terras e forma o que se poderia denominar de núcleo duro da experiência, incorporando mais fortemente o discurso agroecológico, de defesa das instituições que os apóiam e, dentre esses, alguns que têm uma visão mais global e politizada das implicações e vinculações da experiência. Além deste grupo, há uma série de agricultores que incorporam algumas práticas ou orientações agroecológicas, mas que não se vinculam ao grupo original, o que se justifica pela forma difusa e não controlada como a experiência se expande.

Muitos dos agricultores entrevistados, que não fazem parte da experiência, não têm sequer uma noção clara do que ela seja. Sabem que o STR e, principalmente, o CTA-ZM, têm um trabalho com agricultura, mas, a maioria ignora detalhes. Isso não impede, porém, que eles tenham referências e contato sobre técnicas ou princípios que são usadas na experiência, mas, que chegam até eles por uma rede de informantes da própria comunidade, parentes, vizinhos ou, até mesmo, pela televisão em programas que têm destacado cada vez mais experiências deste tipo (frequentemente pelo viés técnico).

As mudanças na experiência também não se restringem aos agricultores. O CTA-ZM reduziu os municípios nos quais atuava, passando de uma postura mais voltada para as tecnologias alternativas e difusão de práticas a incorporação de uma forte preocupação com questões sociais e políticas, chegando à propostas para o desenvolvimento local (mais recentemente, desenvolvimento territorial), mas, mantendo a agroecologia como eixo central de suas ações. O STR de Araponga, outro ator prioritário da experiência, redirecionou suas ações para os problemas mais imediatos e cotidianos dos agricultores, em lugar de guiar-se apenas pelas disputas político-partidárias. Nesses processos, ambos ganharam maior legitimidade, tanto dos agricultores quanto de outras organizações públicas e privadas que atuavam na região, complexificando o cenário político de Araponga e região. Este amplo espectro de mudanças está relacionado à construção de acessos a diversos tipos de ativos, principalmente terra, mercado e poder público local.

Terra é elemento central para o desenvolvimento da experiência agroecológica, assim como para a própria construção das identidades dos agricultores, estando relacionada à maior parte dos problemas levantados por eles no diagnóstico participativo realizado no início da década de 1990. Atributos como “fraqueza” e escassez atribuídos à terra naquele período podem ser vistos, ambos, como problemas de acesso.

A proposta agroecológica trouxe a possibilidade para aqueles que já possuíam ou trabalhavam na terra de explorar este ativo de forma a minimizar os impactos da atividade produtiva em solos frágeis e degradados que reagiam negativamente às práticas agrícolas convencionais. Para aqueles que não possuíam terra, a proposta agroecológica veio fortalecer a experiência de conquista de terras, que já vinha sendo desenvolvida por algumas famílias do município, a partir da proposição de um conjunto de práticas que não apenas garantiam a posse, mas também condições de produção e sobrevivência mais dignas. Em números, a conquista de terras até o ano de 2005 havia assentado 110 famílias, redistribuindo 498 ha.

A posse, a liberdade de produzir e a possibilidade de viver da terra contribuíram para que os agricultores pudessem vivenciar novas relações de poder, uma vez que os vínculos

de dependência com grandes produtores, mediados pela posse e uso da terra (que implicava na dependência técnica, financeira e política também) foram se enfraquecendo. A experiência contribuiu, portanto, para tirar de uma situação de plena subordinação os trabalhadores sem terra e, a partir do fortalecimento da interdependência com outros agricultores, técnicos e sindicalistas, facilita a construção de um novo sentido para a exploração deste ativo.

Estas novas formas (ou formas antigas, resgatadas) de usar a terra e viver nela beneficiaram a conservação ambiental (com redução do uso de agrotóxicos, diminuição da degradação, conservação de nascentes, resgate do patrimônio genético, etc.), além de darem respostas às necessidades mais imediatas das famílias de agricultores, com uma produção diversificada, melhoria da qualidade da alimentação, aumento de produtividade e criação de oportunidades de novas fontes de renda para os agricultores.

Observa-se que, ao conquistarem acesso à terra, os agricultores adquiriram maior autonomia em relação aos padrões sociais e elites locais, o que lhes permitiu fazer a opção pela agroecologia. Aparentemente, este ganho de autonomia inicial é importante para que os agricultores se vinculem à experiência, processo que vai além de mudança nos processos produtivos e que implica na oposição a grupos que sempre estiveram no poder. Correndo o risco de uma síntese um pouco grosseira, poderia-se dizer que assim como as situações de dependência são difíceis de romper e tendem a enredar sempre mais as pessoas, os ganhos de autonomia tendem a demandar ainda mais autonomia.

Não há dúvidas da importância do acesso à terra para o desenvolvimento da experiência, no entanto, a estratégia adotada nesse sentido também apresenta alguns limites a começar pela exclusividade da conquista de terras como forma de acesso a este ativo. Além de não atingir necessariamente os grupos de agricultores com menor acesso a recursos, esta estratégia de mercado corre riscos com o aumento dos preços de terras que já estão acontecendo na região, graças à qualidade do café produzido ali.

O acesso ao mercado é considerado, pelos agricultores e técnicos, como fundamental, mas também como um dos mais difíceis de se conquistar. É importante lembrar que, quando se fala aqui na construção de acessos, a ênfase está na forma como as relações entre os atores, de diferentes esferas, se estabelecem. Não se trata, portanto, apenas de adquirir produtos ou vendê-los no mercado, mas, de construir relações de forma tal que os agricultores tenham uma posição menos subalterna em tais processos.

Apesar de sua importância, o acesso ao mercado ficou, no início da experiência, subsumido a outras ações consideradas, então, prioritárias. As precárias condições de vida das famílias, em situação de escassez de alimentos e desnutrição, dificuldades de produção, baixa qualidade e elevado custo dos produtos destinados ao mercado, levaram à priorização de ações que visavam, sobretudo, melhorar a capacidade de produção, reduzir a dependência de insumos externos e melhorar as condições de abastecimento das famílias.

Tais ações tiveram alguns impactos sobre as relações dos agricultores com o mercado. A substituição de insumos, como adubos químicos e agrotóxicos, por insumos orgânicos, produzidos nas propriedades, reduziu a dependência dos agricultores em relação aos fornecedores destes produtos, representando, com o tempo, uma maior economia.

A diversificação da produção e a qualidade dos produtos que passaram a compor a dieta das famílias contribuíram para a melhoria da nutrição das famílias, a redução da demanda por tais produtos no mercado e dos serviços de saúde do município. Simultaneamente, os agricultores conquistam autonomia em relação ao mercado e ao poder público.

As estratégias voltadas para a comercialização dos produtos dos agricultores envolvidos na experiência seguiram duas vertentes principais: a abertura do mercado da AFA e a produção e a comercialização de café orgânico. Tais ações visavam construir um espaço

para a inserção destes agricultores, já que não haviam identificado um nicho específico de mercado para produtos agroecológicos.

O mercado da AFA foi um passo importante para mudanças nas relações dos agricultores e das organizações que os apóiam com outros atores no âmbito local. Permitindo a comercialização de produtos excedentes nas propriedades, tais como frutas, legumes, verduras, doces, farinhas, etc. (muitos dos quais eram desperdiçados), permite uma complementação da renda das famílias que utilizam este canal de comercialização e também contribui para o fortalecimento da identidade destes atores no espaço local.

Além da melhoria da auto-estima e do status destes agricultores no município, os pequenos ganhos gerados pelo mercado da AFA, somados à economia produzida pelas práticas agroecológicas de forma geral, implicam em alguns resultados positivos do ponto de vista econômico. No entanto, esta forma de acesso ao mercado pode encontrar alguns limites na medida que a experiência se expande. Uma vez que o mercado local é reduzido, o aumento da quantidade e da variedade de produtos agroecológicos destinados à comercialização vai precisar de novos canais de comercialização, além do mercado da AFA.

Quanto ao mercado de café orgânico, é uma das ações que mais expectativa criou nos agricultores, que esperavam obter maiores ganhos financeiros, que a maioria ainda não havia alcançado com a experiência agroecológica. No entanto, a estratégia de produção e comercialização de café orgânico mostrou-se, além de complexa, contraditória em alguns aspectos à proposta agroecológica.

As rígidas normas que governam este segmento de mercado acabam demandando muito esforço, reduzindo a liberdade de experimentação e construindo novas dependências como, por exemplo, de insumos orgânicos para as lavouras (que ainda não são produzidos em quantidade suficiente pelos agricultores locais) ou dos processos de certificação. Muitos agricultores, percebendo tais dificuldades, abandonaram esta iniciativa. O esforço de adaptação aos padrões deste mercado fez com que agricultores e mediadores deixassem de lado, em algum momento, os ganhos mais consistentes que haviam obtido até então com a experiência agroecológica.

Embora mediadores e agricultores acreditem na possibilidade de conciliar agroecologia e estratégias para o mercado orgânico, as dificuldades de conseguir uma inserção menos subalterna dos agricultores neste espaço ainda transparecem. O fato de ter uma produção de café orgânico, certificada, com investimentos em qualidade, dentro das normas exigidas, não facilita o mapeamento dos canais de comercialização nem tampouco a colocação do produto no mercado.

A comercialização da primeira safra de café orgânico certificado dos agricultores envolvidos com a experiência em 2005 revelou algumas deficiências desta estratégia, ainda que tenham conseguido preços compensadores. A parceria com a organização de agricultores de Poço Fundo, Minas Gerais, para a comercialização de café, não funcionou, alertando para o risco de parcerias entre organizações de objetivos semelhantes, mas que se encontram em patamares diferentes em suas trajetórias e no processo de comercialização. Ainda que façam parte das mesmas redes, que estejam do mesmo lado nos campos de luta, tais organizações podem ter interesses e estratégias distintas.

Esta dificuldade, entretanto, mostrou os ganhos de autonomia dos agricultores em relação aos mediadores e outras organizações. A rapidez com que eles se organizaram, modificaram a estratégia e tomaram decisões, sem esperar pela condução dos mediadores, é resultado dos investimentos em capacitação e autonomia que se fez ao longo da experiência. Mesmo assim, os agricultores ainda se sentem muito dependentes dos técnicos para elaborar e negociar acessos ao mercado.

Como estratégia de resistência e contraposição às regras do mercado de orgânicos, os atores envolvidos na experiência iniciaram o debate sobre a certificação participativa em

rede, em oposição à certificação por auditoria externa. De fato, a certificação participativa em rede revela-se coerente com os princípios aplicados na experiência, principalmente de protagonismo dos agricultores, de fortalecimento das redes e das relações de confiança. No entanto, esta proposta resvala praticamente nos mesmos riscos da certificação por auditoria externa, uma vez que nenhum destes processos tem condições de oferecer garantias aos consumidores de que os processos produtivos certificados seguem exatamente as regras institucionalmente definidas visando garantir a qualidade dos produtos.

O que está no cerne desta disputa é mais que uma discussão sobre métodos e garantias, mas também uma disputa por poder entre os atores envolvidos na experiência e nas redes em torno da agroecologia e aqueles que compõem a complexa cadeia de certificação de produtos orgânicos e que definem as regras deste mercado. A luta por este modelo de certificação é uma luta por autonomia, por questionar regras estabelecidas à revelia de grupos que têm que segui-las e por fazer ouvir e legitimar a posição destes grupos. Nesse sentido, trata-se de uma mobilização que tem um caráter de inovação social, a abertura de espaços no mercado e a democratização da definição de suas regras. O desenrolar deste conflito pode sinalizar algo sobre a posição que a proposta agroecológica (ou, pelo menos, alguns princípios) ocupa na sociedade hoje, mas, dependerá de outras formas de articulação, em outras instâncias, promovidas por estes atores.

As estratégias de acesso ao mercado adotadas na experiência fizeram com que os agricultores passassem a ter um maior controle do processo de comercialização e também sobre a compra de insumos e outros produtos necessários para atender às necessidades de suas famílias. Entre outras coisas, as estratégias voltadas para a comercialização do mercado de café orgânico reduziram a dependência dos agricultores em relação aos grandes proprietários locais para o processamento, armazenamento e venda do café. Para o grupo ligado à experiência, foi a primeira venda de café para outros compradores, fora do município. Pode-se dizer que tais ações criaram possibilidade de escolha para agricultores, o que significa ganhos de autonomia e poder.

Se os resultados das estratégias de mercado não têm sido plenamente satisfatórios, sobretudo quanto aos ganhos financeiros, os processos de aprendizagem necessários para colocá-las em prática representam ganhos significativos para os agricultores que passam a conhecer um pouco mais sobre as dinâmicas de mercado. Mesmo assim, tais estratégias não eliminam a fragilidade com que os agricultores familiares entram no mercado. As normas e padrões que regem esta instância, assim como seus principais agentes, resistem a tentativas de mudança de grupos que, embora tenham aumentado sua influência, ainda tem poder limitado. Assim, o mercado de produtos orgânicos que, em tese, era um nicho importante para os agricultores familiares, vai sendo ocupado por outros tipos de produtores.

Isso reforça a importância de ações integradas. A produção visando estratégias de comercialização não é viável sem o acesso à terra e ambos são limitados em seu potencial de mudança, sem que haja ações institucionalizadas por parte do poder público que minimizem os diferenciais de poder destes agricultores para entrarem no mercado, por exemplo.

Se o Estado era visto, no início do movimento agroecológico no Brasil, como o principal opositor às suas realizações, hoje, com a necessidade do movimento de se institucionalizar e ampliar suas propostas, com a complexificação do campo agroecológico, com a redução de financiamentos externos para as ONGs que atuam nesta área, o Estado passa ser um possível parceiro, uma instância a ser influenciada, seja no âmbito local ou mais amplo.

É no espaço local, onde as relações com o poder público têm uma face mais definida para os agricultores, onde os conflitos tomam forma e as demandas ganham expressão, que este acesso é mais valorizado, principalmente porque relaciona-se aos problemas imediatos das pessoas. No caso de Araponga, tal situação ganha cores ainda mais fortes devido à

dependência total a esta instância a que muitos agricultores estavam submetidos, já que os grandes proprietários, donos das terras, os intermediários no processamento e comercialização da produção, eram também, não por acaso, os representantes do poder público local.

A experiência ao contribuir para a legitimação das instituições representativas dos agricultores, (processo que se iniciou com a intervenção sobre a implantação do PESB), ao mediar ganhos de autonomia (com a conquista de terras, por exemplo) criando possibilidades de escolha, também facilitou o acesso e a interlocução com o poder público local.

Tais mudanças são também reflexo das transformações do Estado e da sociedade brasileira, da democratização do país, da incorporação de valores, como participação dos cidadãos e valorização de grupos que antes não tinham voz.

Neste cenário, foi possível a institucionalização, no âmbito no município, de algumas propostas e temas de interesse dos agricultores envolvidos na experiência. Foi assim que foram implantados, com fortes diretrizes agroecológicas, o PMDR e o CMDR, exercitando o controle social sobre as decisões do poder público. Destas ações junto ao poder público local e de uma influência no âmbito do Estado, obteve-se acesso ao PRONAF agroecologia, que beneficiou vários agricultores, viabilizando a construção de infra-estrutura para a melhoria da qualidade do café orgânico e também a compra de um trator para os agricultores envolvidos na experiência. Construiu-se, conjuntamente com outras organizações, o Programa de Desenvolvimento Territorial da Serra do Brigadeiro, viabilizando acesso ao PRONAF território, entre outras ações.

É evidente que nenhuma destas conquistas se realizou sem conflito. Estes acessos implicam em ganhos de poder para os atores envolvidos na experiência e, muitas vezes, em perda para aqueles que, com propostas e perspectivas diferentes, disputam o mesmo espaço, como é o caso de algumas instituições públicas ligadas ao desenvolvimento rural.

Nesse contexto de disputa por recursos, espaço e, em última instância, poder, os atores envolvidos na experiência têm conseguido vitórias, em grande parte, devido à institucionalização de princípios e regras que minimizam os desmandos políticos que freqüentemente ocorrem no âmbito público. A aprovação do território da Serra do Brigadeiro, por exemplo, foi possível porque os movimentos sociais conseguiram definir, dentre os critérios para esta proposta, a necessidade de respaldo e aval de organizações da sociedade civil do referido território, de tal forma que as alianças construídas pelo CTA-ZM, principalmente, foram essenciais.

O Estado tem manifestado maior interesse por experiências como esta, sobretudo em função de seus resultados positivos: *“de filho bonito todo mundo quer ser pai”*, afirma o ditado popular. Mas, as aproximações deste tipo, vivenciadas na experiência agroecológica de Araponga, têm sido encontros desproporcionais em interesses, objetivos, compromisso, tempo e poder, como ficou evidente com a proposta do governo federal para que o CTA-ZM executasse, em alguns municípios da Zona da Mata, o Programa Nacional de Crédito Fundiário.

Desde o convite oficial, passando pela elaboração da proposta de trabalho pelo CTA-ZM, até a oficialização das diretrizes do programa pelo governo federal, muitas mudanças ocorreram e o que parecia ser uma oportunidade de ampliar o acesso à terra para outros agricultores da região, se transformou numa proposta muito arriscada e, de certa forma, pouco viável para ser colocada em prática por esta organização.

O Estado lança um programa ousado, que tem alguns elementos em comum com a conquista de terras de Araponga, cobra produtos com prazos limitados, com vasta burocracia, sem considerar a complexidade da realidade local ou o que realmente será preciso em diferentes locais para colocá-lo em prática. O CTA-ZM se vê pressionado a executar o programa (inclusive por sindicatos e agricultores), a se enquadrar a formas de ação que não são as suas, correndo o risco de ter sua credibilidade questionada, caso tal proposta não

alcance os resultados propostos, ou coloque em situação difícil os pequenos agricultores e trabalhadores rurais que aderirem ao programa.

Estes têm sido problemas recorrentes na relação entre Estado e ONGs, cujas lógicas distintas (e certamente devem ser) parecem, muitas vezes, incompatíveis. Assim, quando o Estado propõe uma aproximação, esta tem se resumido, com frequência, a uma instrumentalização de alguns princípios de propostas complexas desenvolvidas por longos períodos em experiências como a de Araponga, ressaltando seus aspectos mais genéricos e subtraindo seus componentes processuais. Em outras situações, tal aproximação implica na transmissão, para as ONGs, da responsabilidade de execução de propostas e ou programas nos quais estas não tiveram qualquer participação.

Por outro lado, é preciso considerar como avanço uma política pública voltada para a redistribuição fundiária no país, que se propõe a fazer parcerias com organizações da sociedade civil e que incorpora, ainda que superficialmente, alguns aprendizados consolidados por estas organizações. Um dilema fundamental que a experiência mostra é que há necessidade de aproveitar os espaços abertos no âmbito do Estado, tentando influenciar políticas e programas públicos, mas, isso exige tempo e dedicação que não podem ser plenamente oferecidos por mediadores e agricultores que têm que manter o trabalho e o compromisso com o trabalho no âmbito local.

Mais do que contribuir para pensar e definir políticas públicas específicas, a trajetória da experiência agroecológica de Araponga reforça a idéia de que é preciso estimular a complementaridade entre diferentes campos de ação, separados nas concepções da ciência moderna e fragmentados em setores de governo, mas que têm vínculos na vida real. Estimular ações e propostas que incorporem esta complexidade pode produzir benefícios, tanto do ponto de vista dos resultados como da eficiência na aplicação de recursos.

Trata-se, por exemplo, de relações que se podem estabelecer entre conservação ambiental, formas de exploração da terra, segurança alimentar, saúde, educação, definição e operacionalização de políticas públicas, entre outros temas que têm sido contemplados de forma integrada na experiência. Não são apenas as práticas produtivas, nem a posse da terra, nem a organização dos agricultores ou estratégias de mercado que vão isoladamente modificar as vidas das pessoas. É preciso ações integradas que, como afirmam os técnicos do CTA-ZM, não estão arrançadas numa fórmula única para todas as realidades. As combinações dependerão de cada realidade, mas, certamente, a interseção de estratégias e acessos é responsável, em grande parte, pelos resultados positivos alcançados na experiência de Araponga.

Uma análise mais geral da importância dos acessos para a experiência revela que eles são, ao mesmo tempo, resultados decorrentes do trabalho e bases que permitiram maior sustentabilidade e avanço da experiência. Além disso, os acessos estão relacionados entre si, reforçando-se ou criando limitações mútuas, mas sempre marcando o ritmo de desenvolvimento da experiência.

Talvez seja possível falar da formação e o acúmulo de um certo “capital agroecológico” como resultado da transformação e da construção conjunta de conhecimentos, valores e técnicas ao longo de sua trajetória. Um capital que tanto tem utilidade no âmbito localizado das experiências, das redes, como na construção de diferentes acessos necessários para a experiência. Pode-se dizer que os acessos contribuíram para um processo de empoderamento tanto dos agricultores como mediadores e da própria experiência que passa a ser uma referência para outros atores e iniciativas.

É claro que tais ganhos de poder tornam atores e a própria experiência centros de atenção ou, como diria Bebbington, “ilhas de sucesso”. Em muitos casos, passa-se “de pedra a vidraça”, situação que pode exercer uma pressão negativa sobre os processos e atores que constituem a experiência.

No que se refere aos agricultores, uma das chaves para compreender o processo de empoderamento parece ser a operacionalização de um dos princípios da experiência agroecológica (ainda que nem sempre levado às últimas conseqüências), que é o protagonismo dos agricultores, a partir do acesso à capacitação, informação que cria condições para o desenvolvimento das capacidades (na concepção de SEN, 2000) destes atores.

Técnicos, mediadores e críticos da experiência tendem a concordar sobre um aspecto: a importância das relações estabelecidas entre técnicos e agricultores de forma tal que estes últimos são sempre incentivados a questionar, criar, organizarem-se, informarem-se, capacitarem-se, superando desigualdades, mesmo para atuar sobre circunstâncias que não estão diretamente ligadas à experiência agroecológica. Para os técnicos do CTA-ZM, esse é o maior resultado da experiência, ou seja, o processo de construção de sujeitos.

É claro que tais mudanças são mais perceptíveis em algumas instâncias dos que em outras, mas, certamente, se pode dizer que o significado concreto desta experiência é a superação da dominação. No que se refere à produção, por exemplo, os agricultores criam, desenvolvem técnicas, arranjos produtivos que demonstram, apesar do acompanhamento dos técnicos, maior poder sobre os processos. Mas, nas relações familiares, com o mercado, com o poder público, a intervenção dos mediadores ainda é fundamental. Tal situação é vista com certa naturalidade pelos agricultores: sem os mediadores, certamente as coisas seriam mais difíceis ou piores.

O desejo de liberdade expresso pelos agricultores em diversas entrevistas está, segundo a visão deles próprios, ligados à construção de relações de interdependência. A interdependência torna-se uma possibilidade para conquistar maior autonomia, ainda que não seja em relação aos mediadores.

Em algum momento, entretanto, a autonomia conquistada e construída pelos agricultores na experiência pode ser um componente que os leve a fazer opções diferentes da proposta agroecológica, em busca de viabilizar seus projetos de vida. Assim, o processo de construção de sujeitos que tem lugar de destaque na iniciativa de Araponga, implica no desenvolvimento de capacidades dos agricultores para fazerem opções mais compatíveis com suas trajetórias de vida, estejam elas vinculadas ou não a experiência, ainda que os vínculos entre os atores nela envolvidos tenham criado vínculos fortes. Esta possibilidade alerta para ao fato de que a experiência precisa incorporar dinamismo suficiente para acompanhar as necessidades dos agricultores (com toda a heterogeneidade que os caracteriza), bem como as demandas institucionais.

Mas, tais relações não são simples. O embate com padrões dominantes demanda tempo, capacitação e resposta, recursos muito maiores do que os agricultores familiares com poucos recursos, envolvidos com a experiência agroecológica, podem atender num curto espaço de tempo. Há uma defasagem histórica, não apenas da história do país, mas de cada indivíduo e família, que não pode ser esquecida, nem tampouco pôde ser plenamente compensada ao longo da trajetória da experiência de Araponga.

À medida em que os acessos conquistados se traduzem em novas oportunidades de ação que, por sua vez, demandam iniciativas rápidas, conhecimento e habilidades específicas, os mediadores acabam assumindo esta responsabilidade, o que lhes confere um certo diferencial de poder na definição dos contornos e no direcionamento da experiência.

Há diferenças de poder entre os agricultores, que são reflexos da forma como os agricultores acessam informações e conhecimentos ou se envolvem e participam dos projetos, debates e da gestão de organizações ligadas à experiência. Há sempre o risco de que estes diferenciais de poder se cristalizem e possam provocar conflitos.

Por outro lado, o CTA-ZM e o STR, com sua restrita estrutura de ação, enfrentam dificuldades de ampliar o trabalho, de envolver mais pessoas. Enquanto as demandas dos

grupos que já estão no processo crescem e se complexificam, exigindo mais atenção e intervenção destes atores, fica mais difícil dedicar tempo e recursos para promover uma aproximação com outros agricultores. Tende a haver, portanto, uma concentração de esforços em torno do grupo que compõe o núcleo duro da experiência.

Ocorrem também conflitos com os parceiros, como é o caso dos STRs, considerados pelo CTA-ZM parceiros prioritários de trabalho. A crítica elaborada pelo CTA-ZM e STR de Araponga sobre o posicionamento e estrutura destas organizações contribuiu para os conflitos em torno do movimento sindical em Minas Gerais. Há uma separação na região entre aqueles STRs apoiados pelo CTA-ZM e aqueles ligados à FETAEMG. Como são conflitos que ocorrem em todo o estado, o seu desenrolar pode influenciar tanto a criação de oportunidades para exercitar processos de decisão mais abertos, participativos no âmbito dos sindicatos, como pode criar obstáculos para avanços da experiência agroecológica.

As redes têm tido uma função estratégica para o desenvolvimento da experiência e do movimento agroecológico. Embora sua crescente complexidade e as demandas em ritmos diferentes daqueles da experiência, muitas vezes, coloquem em lugar de destaque os mediadores em detrimento dos agricultores, as redes são fundamentais na vinculação entre as ações no plano local e mais geral, sobretudo pela capacidade de tradução, tanto das questões e acúmulos de cada experiência para o âmbito da sociedade e das políticas públicas (processo essencial, mas, ainda precário) quanto no processo inverso, funcionando como um canal para transmitir informações com agilidade para as experiências.

As redes também contribuem para dar visibilidade às propostas locais. O reconhecimento mais amplo dos atores e das experiências locais ajuda na conquista de legitimidade nesta esfera, contribuindo para reduzir os obstáculos impostos pela história dos grupos, dos conflitos e disputas por poder que impedem que as propostas sejam vistas de forma menos passional e pessoal. De outro lado, as realizações da experiência alimentam os argumentos do movimento agroecológico que tenta conquistar mais espaço junto ao poder público e na sociedade em geral.

Observa-se que o reforço dos vínculos das redes, processo importante para os avanços da própria experiência, para a construção de uma identidade local e do movimento agroecológico, contribui para a construção de sujeitos. Porém, os padrões de funcionamento, as restrições, as demandas destas redes e as tensões entre seus elos podem também exercer pressão sobre os agricultores para que estes se adaptem a certos padrões, o que destoa tanto da proposta agroecológica como dos objetivos dos agricultores. A compatibilização dos desafios a que as próprias redes estão submetidas com as especificidades locais e interesses e motivações dos agricultores é tema que merece atenção sob a pena de se recriarem estruturas de dominação.

Além destes desafios, a complexificação do campo agroecológico cria novos conflitos pela definição do que é agroecologia e de como colocá-la em prática. A incorporação por outros atores, antes opositores à agroecologia desta denominação, mas com frequência com significados diferentes, os habilita a disputar espaço e recursos no âmbito do que se pode chamar de campo agroecológico. Experiências, como a de Araponga e seus mediadores, precisam atuar neste espaço, construindo legitimidade e acumulando capital político para enfrentar estas novas disputas.

Uma vez que a experiência se insere na sociedade, os fatos que ocorrem no ambiente geral interferem também no seu desenvolvimento, trazendo elementos inusitados, situações difíceis e conflitos, alguns que não podem ser previstos, outros que não podem ser evitados. Há, por exemplo, um crescimento da pressão imobiliária na região de Araponga, ligado ao turismo, principalmente com a inauguração do PESB no ano de 2005. Embora a experiência contemple algumas propostas para que os agricultores possam desenvolver atividades econômicas para aproveitar o fluxo turístico na região, desde 1997, ainda não há grandes

avanços nesse sentido. Na última visita ao município, ouvimos vários relatos de agricultores que estavam sendo pressionados a vender suas terras, alguns que já haviam vendido e um crescente número de investimento externos na compra de terras na região.

Não se trata apenas de criticar o turismo, mas, do potencial de degradação deste tipo de atividade quando ocorre sem controle, alertando para a necessidade de regulamentação e fiscalização. A agroecologia e a produção de orgânicos, por exemplo, podem sofrer problemas com as conseqüências da atividade turística descontrolada na região, uma vez que tem seu desempenho influenciado pelo equilíbrio do ecossistema.

Há também indícios da atuação de mineradoras, cujas atividades são extremamente degradadoras, na região fronteira ao parque, indicando a possibilidade de novos atores e conflitos, sobretudo com o Programa de Desenvolvimento da Serra do Brigadeiro sendo iniciado.

Pode-se pensar que a ação e o desenvolvimento da experiência agroecológica são marcados por um movimento mais amplo que a ação intencional dos envolvidos. Nesse sentido, a afirmação de MELLUCCI (1989: 52) sobre os movimentos sociais é referência para entender a experiência: *“tem de ser considerada como uma interação de objetivos, recursos e obstáculos, como uma orientação intencional que é estabelecida dentro de um sistema de oportunidades e coerções. Os movimentos são sistemas de ação que operam num campo sistêmico de possibilidades e limites. (...) O modo concreto como os atores constituem sua ação é a conexão concreta entre orientações e oportunidades e coerções sistêmicas”*.

Ao longo de sua trajetória, compreendendo a complexidade do cenário no qual estava atuando e em função das escolhas e estratégias de agricultores e mediadores, a experiência agroecológica de Araponga desembocou no delicado debate sobre desenvolvimento. Há alguns anos, o CTA-ZM já havia compreendido que era preciso assumir como área de atuação o desenvolvimento local. Focalizando a prática e além do debate teórico, a concepção de desenvolvimento que aparentemente orienta a experiência, priorizando a facilitação de acessos para que os agricultores possam concretizar seus próprios projetos de vida, se aproxima do que Amartya Sen inicialmente caracterizou por desenvolvimento como liberdade. Em tempos em que a palavra desenvolvimento está tão difundida, mas também tão desacreditada esta referência pode ser muito polêmica (inclusive pelo próprio conceito de Sen).

Ainda que nem todos concordem com o estabelecimento de relações entre desenvolvimento e agroecologia (o que, no âmbito abstrato, talvez seja realmente inconsistente), o desenvolvimento pode ser considerado, por um lado, como “uma estratégia para os interessados na expansão da agroecologia” (BARBOSA, 2002), ou, por outro, a experiência agroecológica pode ser entendida como um conjunto de processos que contribuem para o desenvolvimento.

Ainda que a experiência enfrente situações e conflitos que dificultem o seu avanço, os processos que a constituem habilitam as pessoas, progressivamente e de formas distintas, a interagirem de forma mais criativa, autônoma e organizada na solução de seus problemas, o que não contribui apenas para pensar desenvolvimento como liberdade como também para pensar liberdade (com seus significados próprios construídos na experiência) como possibilidade de desenvolvimento.

Evidentemente, observações como esta podem enfrentar resistência e até mesmo desprezo, sobretudo se prevalece uma perspectiva mais comum de avaliação de experiências desta natureza. Os padrões dominantes de ver o mundo, profundamente enraizados no cotidiano, com os quais a experiência se debate em várias situações, podem levar a uma análise equivocada desta iniciativa. A predominância de critérios de avaliação quantitativos, estritamente econômicos ou financeiros, por exemplo, podem reduzir seu significado; a tendência a buscar uma homogeneidade de resultados pode levar a uma confusão ou

desprezo de processos e ganhos, evidentes, quando olhadas mais de perto as diferenças. Não é mero acaso que autores como SANTOS, B. (2000; 2003) e ELIAS (1970;1994) defendam a necessidade de analisar com mais cuidado os processos e experiências sociais em curso, desperdiçadas, muitas vezes, pelo tipo de olhar que se aplica sobre elas. Nesse sentido, a experiência de Araçatuba também tem produzido avanços ao desenvolver alguns mecanismos de monitoramento que contribuem para a ampliação da capacidade de compreender seus avanços e limites além dos indicadores convencionais.

Veja-se que não se trata de ignorar a necessidade de avaliação; pelo contrário, sugere-se a necessidade de dar voz a estas experiências que podem ajudar a compreender as mudanças nas sociedades atuais e sobre as quais há ainda poucas informações e sistematização. Aliás, a própria experiência e os mediadores, com múltiplas tarefas e desafios que enfrentam e com quadros reduzidos, estão também deixando de sistematizar uma série de iniciativas que podem contribuir para entender as mudanças pelas quais vêm passando e também para ajudar outras experiências e outros atores a refletir sobre suas próprias iniciativas.

A tentativa de resumir aqui o debate dos capítulos anteriores e, de forma mais ampla, do trabalho de pesquisa desenvolvido ao longo dos últimos quatro anos sobre a experiência agroecológica de Araçatuba, é parte de um esforço de tornar mais visível e palatável a existência concreta desta experiência, buscando aprender com seus acertos, erros, inovações, limites. Em tempos de tanta descrença nas possibilidades de mudança, a explicitação deste caso nada mais é do que seguir o velho conselho de “ouvir a experiência”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAMOVAY, R. Conselhos além dos limites. **Revista Estudos Avançados**, v. 15, n. 43, p. 121-140. set./dez. 2001.
- ACSELRAD, H. Políticas ambientais e construção democrática. In.: VIANA, G.; SILVA, M.; DINIZ, N.(Org.). **O desafio da sustentabilidade: um debate socioambiental no Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001. p. 75-96.
- ALMEIDA, J. A agroecologia entre o movimento social e a domesticação pelo mercado. **Ensaios FEE**, v.24, n.2, 2003. p. 1-26. Disponível em: <www.ufrgs.br/pgdr>. Acesso em: 10 out. 2003.
- ALMEIDA, S. G. de. **Monitoramento de impactos econômicos de práticas agroecológicas**. Rio de Janeiro: AS-PTA. 2001. 16p.
- ALMEIDA, S. G. de; PETERSEN, P.; CORDEIRO, A. **Crise socioambiental e conversão ecológica da agricultura brasileira: subsídios à formulação de diretrizes ambientais para o desenvolvimento agrícola**. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2001. 122 p.
- ALTIERI, Miguel. **Agroecologia: as bases científicas da agricultura alternativa**. Rio de Janeiro: PTA/FASE, 1989, 173p.
- ALTIERI, M. **Agroecologia a dinâmica produtiva da agricultura sustentável**. 2.ed. Porto Alegre: UFRGS, 2000. 110p.
- ALTIERI, M.; NICHOLLS, C. I. **Informe sobre a visita ao programa da AS-PTA no Paraná, Brasil**. Berkley: Universidade da Califórnia, 2000.
- ARAPONGA. Prefeitura Municipal. **Plano municipal de desenvolvimento rural sustentável**. 2001. 47p. Mimeo.
- ARTICULAÇÃO mineira do café agroecológico certificado. S.l.: s.n., 2005. 4p. Folder.
- ARTICULAÇÃO nacional da agroecologia. **Encontro da coordenação nacional**. 2004. 23p.
- BARBOSA, E. M. Estratégias de desenvolvimento local com enfoque agroecológico. 2002. 4p. Disponível em: <www.encontroagroecologia.org.br>. Acesso em: 20 out. 2002.
- BEBBINGTON, A. **Capitals and capabilities**. A framework for analysing peasant viability, rural livelihoods and poverty in the Andes. London: IIED/DFID, 1999. 54p.
- BEBBINGTON, A.; KOPP, A.; RUBINOFF, D. **From chaos to strength?** Social capital, rural people's organizations and sustainable rural development. Rome: FAO Working Group on Pluralism and Sustainable forestry and rural development, 1997. 23p.
- BECK, U. A reinvenção da política: rumo a uma teoria da modernização reflexiva. In.: BECK, U.; GIDDENS, A.; LASH, S. **Modernização política, tradição e estética na ordem social moderna**. São Paulo: UNESP, 1997. p. 11-72.

- BOURDIEU, P. **Razões práticas:** sobre a teoria da ação. Campinas: Papyrus, 1996.
- BOURDIEU, P. **O campo simbólico:** a dominação simbólica da dominação. Campinas: Papyrus, 2000.
- BOURDIEU, P. **O poder simbólico.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002. 322p.
- BRANDENBURG, A. **Agricultora familiar, ONGs e desenvolvimento sustentável.** Curitiba: UFPR, 1999. 326p.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Secretaria de Reordenamento Agrário. **Programa de desenvolvimento territorial sustentável – Território Serra do Brigadeiro.** Brasília, 2003. 36p.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. Secretaria de Reordenamento Agrário. **Programa nacional de crédito fundiário.** 2004. 23p. Disponível em: <www.mda.gov.br>. Acesso em: 18 ago. 2005.
- BRASIL. Ministério da Saúde. **Indicadores municipais de saúde.** 2005. Disponível em: <www.portal.saude.gov.br>. Acesso em: 10 nov. 2005.
- BRUNO, R. **O ovo da serpente.** Monopólio da Terra e Violência na Nova República. 8p. 2003. No prelo.
- BYÉ, P.; SCHMIDT, W. Agricultura familiar no sul do Brasil – de uma exclusão produtivista a uma exclusão certificada?. **Estudos Sociedade e Agricultura**, n. 17, p.104-118. out. 2001.
- CARVALHO, M. do C. B. de. A reemergência das solidariedades microterritoriais na formatação da política social contemporânea. **São Paulo em Perspectiva.** São Paulo, Fundação SEADE, v.11, n. 4. p. 16-21. out./dez. 1997.
- CENTRO DE TECNOLOGIAS ALTERNATIVAS DA ZONA DA MATA. **Programa de conservação da Mata Atlântica na Serra do Brigadeiro.** Viçosa, 1997. 16p.
- CENTRO DE TECNOLOGIAS ALTERNATIVAS DA ZONA DA MATA. **Sistematização da experiência de desenvolvimento territorial rural do CTA-ZM:** Relatório da Oficina de Aquisição das lições aprendidas. Guiricema, 2003a. 25 p.
- CENTRO DE TECNOLOGIAS ALTERNATIVAS DA ZONA DA MATA. **Sistematização da experiência de desenvolvimento territorial rural do CTA- ZM:** conclusões finais. Viçosa, 2003b. 34p.
- CENTRO DE TECNOLOGIAS ALTERNATIVAS DA ZONA DA MATA. **Conquista de Terras em Conjunto.** Viçosa: Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata. 2004a. 8p. Versão preliminar.
- CENTRO DE TECNOLOGIAS ALTERNATIVAS DA ZONA DA MATA. **Sistematização da experiência de desenvolvimento territorial rural do CTA-ZM:** tabulação das entrevistas com lideranças de Araponga, CTA-ZM, 2004b. 22p.

CHARTIER, R. Prefácio. In.: ELIAS, N. **A sociedade de corte**: investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2001. p. 7- 26.

CHAUÍ, M. **Cultura e democracia**: o discurso competente e outras falas. São Paulo: Moderna, 1982. p.3-13.

CINTRÃO, R. P. **ONGs, tecnologias agrícolas e representação política do campesinato**: uma análise da relação entre o Centro de Tecnologia Alternativa e os sindicatos de Trabalhadores Rurais da zona da mata mineira. 1996. 385p. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade)-Curso de Pós-graduação em Desenvolvimento Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

COMERFORD, J. C. **Como uma família**: sociabilidade, territórios de parentesco e sindicalismo rural. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Núcleo de Antropologia da Política/UFRJ, 2003. 406p.

D'ANGELIS FILHO, J. S. **Políticas locais para o “des-envolvimento” no norte de Minas**: uma análise das articulações local e supralocal. 2005. 142p. Dissertação (Mestrado em Gestão do Desenvolvimento Rural e Agricultura Sustentável, Universidade Católica de Tenuco, Tenuco, Chile.

DELGADO, N. G. Desenvolvimento local e extensão rural e pesca: reflexões metodológicas. **Estudos sociedade e agricultura**, n. 16, p. 62-73, abr. 2001.

DELGADO, N. G.; ROMANO, J. O. Sistemas agrários, atores sociais e construção de políticas públicas alternativas para o desenvolvimento rural local: o caso de Rebouças/PR. In.: COSTA, L. F. de C.; MOREIRA, R. J.; BRUNO, R. (Org.). **Mundo rural e tempo presente**. Rio de Janeiro: Mauad, CPDA/UFRRJ/Pronex/ Tempo Presente/UFRJ,1999. p. 213-236.

DEMO, P. **Pobreza da pobreza**. Petrópolis: Vozes, 2003. 389p.

DIAS, M. M. **As ONGs e a construção social de propostas alternativas para o desenvolvimento rural**: a trajetória da AS-PTA, 2002.

DOMINGUES, J. M. **Criatividade social, subjetividade coletiva e a modernidade brasileira contemporânea**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 1999. p.15-92.

ELIAS, N. **Introdução à sociologia**. Lisboa: Edições 70, 1970. 205p.

ELIAS, N. **Sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1994.

ELIAS, N. **A sociedade da corte**: investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2001. 312p.

ELIAS, N.; SCOTSON, J. L. **Os estabelecidos e os outsiders**: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2000. 224p.

ENCONTRO NACIONAL DE AGROECOLOGIA. **Carta política**. Rio de Janeiro, 2002. 6p.
ESCOBAR, A. **Antropologia y desarrollo**. Disponível em:
<www.unesco.org/issj/rics154/escobarspa.html>. Acesso em: 20 ago. 2003.

- FARIA, A.A.da C. **Uma visão do município de Araponga**, Viçosa: CTA-ZM, 1994. 13 p.
- FERRARI, E. A. **Sustentabilidade econômica de práticas agroecológicas: monitoramento de sistemas de produção em Araponga**, Minas Gerais, Viçosa, 2003. 18p.
- FOX, J. How does civil society thicken? The political construction of social capital in rural Mexico. **World Development**, v.24 n.6, p. 1089-1103, June 1996.
- GIDDENS, A. **As conseqüências da modernidade**. São Paulo: UNESP, 1991. 177p.
- GLEISSMAN, S. R. **Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável**. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2000.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Resultados da amostra do Censo demográfico 2000 – malha municipal digital do Brasil: situação em 2001**. Rio de Janeiro: IBGE, 2004. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 15 fev. 2006.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo demográfico 2000**. In: Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas. Disponível em: <www.ipeadata.gov.br>. Acesso em: 15 out. 2005.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo demográfico 1996**. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 20 jan. 2006.
- JACOBI, P.R. **Políticas sociais e ampliação da cidadania**. 2.ed. Rio de Janeiro: FGV, 2002. 156p.
- KYOTA, N. **Agricultura familiar e suas estratégias de comercialização: um estudo de caso no município de Capanema – região sudoeste do Paraná**. 2003. (Mestrado em Administração Rural)-Departamento de Administração e Economia, Universidade Federal de Lavras, Lavras.
- LUZZI, N. **A associação dos agricultores ecológicos das encostas da Serra Geral: análise de uma experiência agroecológica**. 2001. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade), Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro.
- MAFRA, L. A. S. **Certificação de orgânicos: a geração de credibilidade nos modelos de certificação por auditoria externa e pela certificação participativa em rede**. 2004, 16p. (versão preliminar).
- MALUF, R. S. **Mercados agroalimentares e a agricultura familiar no Brasil - perspectivas de inserção, obstáculos e instrumentos de política**. Rio de Janeiro: SEBRAE/PNUD, 2001. 32p. (Projeto "Futuro da pequena produção do Brasil").
- MALUF, R. S. Mercados agroalimentares e a agricultura familiar no Brasil: agregação de valor, cadeias integradas e circuitos regionais. **Ensaio FEE**, Porto Alegre v. 25 n. 1, p. 299-322, 2004.

MARQUES, E. C. **Estado e redes sociais:** permeabilidade e coesão nas políticas urbanas no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Revan; São Paulo: FAPESP, 2000.

MELUCCI, A. Um objetivo para os movimentos sociais? **Lua nova**, n. 17, p. 49-66. jun. 1989.

MELUCCI, A. Movimentos sociais, renovação cultural e o papel do conhecimento. Entrevista a L. Auritzer e T. Lyyra. **Novos Estudos**, n.40, p. 152-166. nov. 1994.

MOURA, J. T. V. **“Um por todos. e agora?”** - um estudo sobre a representação de interesses da agricultura familiar no conselho municipal de desenvolvimento rural de Cachoeiras de Macacu-RJ. 2005. 141p. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade)-Curso de Pós-graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

NEVES, D. P. **Os fornecedores da cana e o estado intervencionista:** estudo do processo de constituição social dos fornecedores de cana, no contexto da intervenção do Estado e da consolidação da interdependência entre agricultura e indústria, na região açucareira de Campos (RJ). Niterói: UFF, 1991.

NEVES, D. P. **Assentamento rural:** reforma agrária e migalhas: estudo do processo de mudança da posição social de assalariados rurais para produtores agrícolas mercantis. Niterói: UFF, 1997.

NOVAES, R. R. A mediação no campo: entre a polissemia e a banalização. In.: MEDEIROS, L.; BARBOSA, M. V.; FRANCO, M. P.; ESTERCI, N.; LEITE, S. (Org.). **Assentamentos rurais:** uma visão multidisciplinar. São Paulo: UNESP, 1994. p. 177-183.

O'DONNELL, G. **Contrapuntos.** Ensayos escogidos sobre el autoritarismo y la democratización. Buenos Aires: Paidós, 1997. p. 259-330.

OFFE, C. A atual transição histórica e algumas opções básicas para as instituições da sociedade. In.: BRESSER PEREIRA, L.C.; WILHEIM, J.; SOLA, L. (Org.). **Sociedade e Estado em transformação.** São Paulo/ Brasília: UNESP/ENAP, 1999. p. 119-145.

PETERSEN, P.; ALMEIDA, S. G. de. **Rincões Transformadores:** trajetória e desafios do movimento agroecológico brasileiro – uma perspectiva a partir da Rede PTA, Rio de Janeiro, 2004. 54p. (versão preliminar).

PIRES, E. ICMS ecológico – aspectos pontuais – legislação comparada. **Diário do Comércio**, Belo Horizonte, 22 jan. 1998. Disponível em: <www.diariodocomercio.com.br>. Acesso em: 10 jan. 2005.

POLANYI, K. **A grande transformação:** as origens da nossa época, 2. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2000. 347p.

PONTE, S. **Standards, Trade and Equity: Lessons from the Specialty Coffee Industry.** Copenhagen: Centre for Development Research. Working Paper. n.02.v.13, nov., 2002. 43p.

PORTO, M. S. G. Tecnologia e violência: algumas relações possíveis. In.: PORTO, M. S. G. (Org.). **Politizando a tecnologia no campo brasileiro: dimensões e olhares**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1997. p.177-208.

PUTNAM, R. D. **Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996, p. 97-194.

ROMANO, J. Discursos e movimentos: o efeito da teoria e a ação política dos trabalhadores rurais do sul do Brasil. **Comunicação**, n. 11, PPGAS/UFRJ, 1988. 16p.

ROMANO, J.O. **Empoderamento: enfrentemos primeiro a questão do poder para combater juntos a pobreza**. Rio de Janeiro: ActionAid, 2002. 24p.

SANTOS, A. C. dos; PACHECO, M. E. L. **Avaliação externa do centro de tecnologias alternativas - Zona da Mata (CTA-ZM) – relatório final**. Set. 2004. 47p.

SANTOS, A. D. dos; FLORISBELO, G. R. **Desenvolvimento territorial e combate à pobreza: sistematização de três experiências no estado de Minas Gerais, Brasil**. Viçosa, 2004a, 52p. (documento preliminar).

SANTOS, A. D. dos; FLORISBELO, G.R. **Desenvolvimento territorial, mudança institucional e produtiva: sistematização de três experiências no estado de Minas Gerais**. Brasil. 2004b. 59p. (documento preliminar).

SANTOS, B. de S. **Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade**. São Paulo: Cortez, 1999. 348p.

SANTOS, B. de S. **A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência**. São Paulo: Cortez, 2000. 415 p.

SANTOS, B. de S. **Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências**. 2003. 52p.

SANTOS, B. de S.; RODRIGUEZ, C. Para ampliar o cânone da produção. In.: SANTOS, B. de S. (Org.). **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. p. 97-194.

SANTOS, M. **O espaço do cidadão**. São Paulo: Studio Nobel, 2000. 142p.

SCHERER-WARREN, I. **Cidadania sem fronteiras: ações coletivas na era da globalização**. São Paulo: Hucitec, 1999. 95p.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. p. 17-187.

SEN, G. **El empoderamento como um enfoque a la pobreza**. Development alternatives with women for a new era. Disponível em: <www.dawnorg.org>. Acesso em: 15 set. 2002.

SERVA, M.; ANDION, C. O controle coletivo dos riscos ambientais na produção de alimentos – uma análise do sistema de certificação participativa na rede ecovida de agroecologia. Encontro da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade, **Anais... 2**, Indaiatuba, São Paulo, 2004. 20 p.

SIMPÓSIO [SOBRE] CONTRIBUIÇÕES PARA ELABORAÇÃO DO PLANO DE MANEJO INTEGRADO E PARTICIPATIVO DO PESB E ENTORNO. **Anais...** Viçosa: UFV, 2000. 141p.

SIQUEIRA, H.M.de. **A reprodução dos produtores familiares e a tecnologia alternativa: o caso do milho.** 1994. 85p. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Viçosa. Viçosa.

SLATER, D. Repensando as espacialidades dos movimentos sociais: questões de fronteiras, cultura e política em tempos globais. In.: ALVAREZ, S. E.; DAGNINO, E.; ESCOBAR, A. (Org.). **Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos** – novas leituras. Belo Horizonte: UFMG, 2000. p. 503 -533.

TEIXEIRA, C. S. **Florestas sociais: uma resposta à destruição das florestas tropicais?**. 2001. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Agricultura e Sociedade)- Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro.

TEIXEIRA, M.do C. C. **Experiência do CTA-ZM: análise de uma intervenção.** 1994. 85p. Dissertação (Mestrado)-Universidade Federal de Viçosa. Viçosa.

THOMPSON, E. P. **A miséria da teoria.** Rio de Janeiro: J. Zahar, 1981.

WANDERLEY, M. de N. B. Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade. **Estudos Sociedade e Agricultura**, n.21, p. 42-61, out. 2003.